

GUERRA E PODER NA EUROPA MEDIEVAL

DAS CRUZADAS
À GUERRA DOS 100 ANOS.

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO
COORD.

MIGUEL GOMES MARTINS
PAULO JORGE AGOSTINHO



IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

Guerra e Poder na Europa Medieval, das Cruzadas à Guerra dos Cem Anos constitui um convite para visitar quatro momentos chave da história da Europa, entre os finais do século XII e os inícios do século XV.

O primeiro momento coincide com a mais importante batalha do período das Cruzadas, que foi travada e ganha pelo sultão aiúbida Saladino, em 1187, junto aos Cornos de Hattin, na Galileia, tendo provocado o desmoronamento de grande parte do território cristão na Terra Santa.

O segundo corresponde também a um conflito com fundo religioso, mas dirimido na Península Ibérica: a batalha de Las Navas de Tolosa, onde, em 1212, uma confederação de forças cristãs liderada pelo rei Afonso VIII de Castela derrotou a hoste muçulmana do califa almóada Abu Abd Allah Muhammad, *al-Nasir*, imprimindo assim um novo fôlego à *Reconquista*.

O terceiro momento situa-se na Flandres dos inícios do século XIV e identifica um dos combates mais importantes da história tardo-medieval europeia: a batalha de Courtrai, ferida em 1302 e que terminou com uma vitória espetacular das cidades flamengas em revolta contra o domínio francês.

Por fim, o quarto momento diz respeito a uma das batalhas mais célebres da Guerra dos Cem Anos, que opôs a França à Inglaterra: a batalha de Agincourt, celebrizada por Shakespeare e travada em 1415, na qual o jovem rei inglês, Henrique V, alcançou a vitória mais brilhante da sua carreira, colocando a Coroa da flor-de-lis à beira do colapso.

Este é um livro muito ilustrado e documentado por uma grande diversidade de fontes, destinado a contar ao público de língua portuguesa, 600 anos depois da batalha de Agincourt, quatro das mais empolgantes histórias da Europa da Baixa Idade Média.



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Carlos Costa

EXECUÇÃO GRÁFICA

Norprint

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

“Figurinha equestre em liga de chumbo e de estanho”,
Paris, Unidade Arqueológica de Ville de Saint-Denis (in Raoul C. van Caenegem, dir., 1302. *Le désastre de Courtrai. Mythe et réalité de la bataille des Eperons d'or*, Anvers, Fond Mercator, 2002, p. 261).

ISBN

978-989-26-1022-1

ISBN DIGITAL

978-989-26-1023-8

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1023-8>

DEPÓSITO LEGAL

396688/15

GUERRA E PODER NA EUROPA MEDIEVAL

DAS CRUZADAS
À GUERRA DOS 100 ANOS.

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

COORD.

MIGUEL GOMES MARTINS
PAULO JORGE AGOSTINHO

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
A BATALHA DE HATTIN (1187): O DIA EM QUE SALADINO ESMAGOU OS CRUZADOS	13
LAS NAVAS DE TOLOSA (1212): A BATALHA DOS QUATRO REIS	113
A BATALHA DE COURTRAI (1302): APANHADOS “COMO LEBRES NUMA ARMADILHA”	191
A BATALHA DE AGINCOURT (1415): O TRIUNFO IMPROVÁVEL DE UM “BANDO DE IRMÃOS”	269

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

Em abril de 2012, a Imprensa da Universidade de Coimbra deu à estampa o livro de João Gouveia Monteiro (com esquemas e ilustrações de José Morais) “Grandes Conflitos da História da Europa. De Alexandre Magno a Guilherme ‘o Conquistador’”, em que se reconstituem do ponto de vista político e militar cinco grandes batalhas do mundo antigo e da Alta Idade Média: Gaugamela (331 a. C.), Canas (216 a. C.), Adrianopla (378), Poitiers (732) e Hastings (1066). O livro esgotou em relativamente pouco tempo (foi feita uma segunda edição em 2014) e o interesse do público animou-nos a prosseguir este trabalho de evocação de conflitos com especial significado para a história do continente europeu.

Foi assim que nasceu a ideia de escrever esta outra obra, que cobre um arco cronológico que vai de 1187 a 1415, ou seja, que abrange a chamada Baixa Idade Média e nos conduz aos alvares da Época Moderna. O espírito permanece idêntico: contextualizar politicamente, de forma detalhada, um conjunto de eventos militares grandiosos e fazer a análise das respetivas campanhas com base nas modernas técnicas de investigação da história militar. Neste caso, escolhemos apenas quatro batalhas, para não alongar demasiado o livro e manter assim o seu perfil de instrumento de trabalho útil ao grande público e à comunidade estudantil.

Os casos selecionados foram as batalhas de Hattin (1187), de Las Navas de Tolosa (1212), de Courtrai (1302) e de Agincourt (1415). A primeira ocorreu no contexto das Cruzadas na Terra Santa, a segunda durante a Reconquista cristã da Península Ibérica, a terceira por ocasião da revolta

das cidades flamengas contra a autoridade do rei de França, e a última na segunda fase da Guerra dos Cem Anos. Todas elas correspondem a episódios político-militares relevantíssimos, mas ainda assim mal conhecidos do público português.

A grande novidade desta obra é que ela foi escrita a três mãos, reunindo competências distintas de autores de idades e percursos diferentes, mas que têm um elo muito forte em comum: a sua ligação à Universidade de Coimbra, ou como estudante de formação inicial, ou como aluno de pós-graduação, ou como tudo isso e também como docente. Assim, João Gouveia Monteiro encarregou-se do estudo da batalha de Hattin e Miguel Gomes Martins tratou o caso de Las Navas de Tolosa, cabendo a Paulo Jorge Agostinho ocupar-se dos combates de Courtrai e de Agincourt. Apesar da diferente autoria destes textos, os autores assumem solidariamente este livro como uma obra comum, em que se reveem por inteiro; e congratulam-se por dar um pequeno exemplo de como se pode e deve ‘fazer escola’, numa época em que as universidades portuguesas vivem tempos tão sombrios.

O primeiro caso a ser analisado neste livro é o da batalha de Hattin, travada em 1187 e onde o sultão aiúbida Saladino — um dos grandes heróis da história do Islão — esmagou de forma impiedosa um exército cruzado reunido e comandado pelo rei de Jerusalém, Guido de Lusignan, escassos quilómetros a poente do lago de Tiberíades. Tratou-se de um combate sangrento e bizarro, onde Saladino utilizou uma estratégia de tal maneira ardilosa que conseguiu forçar o seu adversário a combater onde, quando e como mais desejava. A vitória do grande unificador do mundo muçulmano da Síria-Palestina e Egito desferiu um golpe tremendo nas possessões territoriais dos Cruzados na Terra Santa, que, ato contínuo, desabaram como um castelo de cartas, incluindo Jerusalém. Desse modo, a presença latina no Médio Oriente ficou reduzida a uma estreita faixa costeira, que resistiria em estado de permanente aflição até à conquista mameluca de 1291.

O estudo da batalha de Hattin é uma magnífica oportunidade para os leitores conhecerem melhor a história política dos Estados Latinos do Oriente na segunda metade do século XII e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para se familiarizarem com a mundividência e com as técnicas de

organização e de combate muçulmanas na mesma época. Nesta narrativa, para além de Saladino e de Guido, surgem outras personagens carismáticas, como Balduíno IV “o Leproso”, o temível Reinaldo de Châtillon ou mesmo, na parte final da história, o lendário Ricardo “Coração de Leão”. Este primeiro capítulo é alimentado por uma interessante diversidade de fontes, com destaque para as de origem muçulmana e arménia, entre as quais algumas testemunhas oculares da batalha.

O caso de Las Navas de Tolosa (1212), que constitui o segundo capítulo, como que surge na continuidade harmoniosa do anterior, uma vez que se trata de um outro conflito armado entre cristãos e muçulmanos, mas desta feita tendo como cenário a Península Ibérica e apresentando um desfecho oposto. Las Navas é, mal ou bem, uma das batalhas mais documentadas da história europeia do século XIII, estimando-se que, entre cronistas, analistas e trovadores cristãos medievais, tenha havido mais de 100 autores a referir-se-lhe, mais de metade dos quais exteriores ao espaço peninsular, um evidente reflexo do significado deste combate e da forma como ele repercutiu em toda a Europa cristã.

Não se tratando ainda, como muitos defenderam, de um ponto de viragem determinante na Reconquista, nem por isso Las Navas de Tolosa deixa de constituir um dos mais importantes episódios desse longo processo político-militar que opôs cristãos e muçulmanos nos teatros de operações da Península Ibérica. Para isso contribui a circunstância de esta batalha ter sido travada por dois exércitos de grande dimensão mobilizados, do lado cristão, não apenas em Castela, Aragão e Navarra, mas em muitas outras zonas da Cristandade e, do lado muçulmano, em todos os quatro cantos do Império Almóada, da Andaluzia à Ifríquia. Mas a importância de Las Navas revela-se também pelo facto de ter contado com a participação de três reis cristãos e do próprio califa e por o prélio, tal como toda a campanha, se achar enquadrado — quer de um lado, quer do outro — num profundo ambiente de Guerra Santa (Cruzada e *Jihad*), elemento decisivo para que os seus ecos tivessem chegado a praticamente toda a Europa e Médio Oriente.

A batalha de Courtrai, o terceiro caso estudado, conduz-nos a um cenário bastante diferente: o das cidades ‘industriais’ dos Países Baixos. Esta batalha,

disputada em 1302, insere-se no conflito político-militar que opôs Filipe “o Belo” (um dos mais célebres monarcas da dinastia dos Capetos) a Gui de Dampierre, conde da Flandres, gerado pela ambição da Coroa francesa de aumentar o poder sobre os territórios que integravam o seu reino, entre os quais se encontrava o condado flamengo. Rei determinado e belicoso, Filipe “o Belo” enfrentou, com sucesso, grande oponentes, como o papa Bonifácio VIII, os Templários ou o rei Eduardo II de Inglaterra, pelo que se esperaria um triunfo fácil perante um adversário de menor peso político. Porém, a Flandres era, à época, um território urbanizado, com grande sentido de identidade, economicamente próspero e com uma estrutura militar bem organizada em torno de milícias urbanas altamente especializadas e coesas.

Deste modo, a aparente fragilidade do condado revelar-se-ia uma ilusão que traria grandes dissabores aos franceses. As milícias oriundas de diversas cidades flamengas organizaram-se sob a liderança de três nobres (dois deles elementos da família condal) e, após algumas movimentações, esperaram junto à povoação de Courtrai pela chegada do prestigiado exército francês, repleto de cavaleiros poderosos. Os ecos dessa batalha — que deu origem a diversos relatos (laicos e eclesiásticos, pró-flamengos ou pró-franceses) e a um extraordinário documento iconográfico (a “arca de Oxford”) — chegaram a toda a Europa e, pela sua importância, podemos considerar que o seu desfecho veio inaugurar uma nova fase nas batalhas campais do Ocidente europeu, com o início do predomínio da infantaria apeada.

Finalmente, o caso da batalha de Agincourt (1415) coloca-nos no ambiente do maior conflito político-militar e diplomático que a Europa conheceu na Baixa Idade Média: o enfrentamento entre a França e a Inglaterra, conhecido como a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Curiosamente, as raízes deste conflito remontam à conquista da Inglaterra por Guilherme da Normandia, na sequência da sua vitória na batalha de Hastings, em 1066 (o último caso analisado no livro publicado em 2012). Mas a trama da narrativa é, agora, mais intensa e ainda mais animada, o que decerto contribuiu para William Shakespeare a imortalizar na peça que dedicou a Henrique V, o monarca inglês que, à frente de um “bando de irmãos”, se cobriu de sangue e de glória nessa jornada, faz agora precisamente 600 anos!

A campanha de Agincourt colocou frente a frente os dois reinos mais poderosos da Europa ocidental e também duas formas diferentes de combater. Após um início desfavorável para os ingleses, a operação militar liderada por Henrique V no norte de França iria culminar num terreno entre Amiens e Calais, onde o grande exército da flor-de-lis travou o caminho de um desgastado e faminto exército britânico. Pensar-se-ia que aos apoiantes de Carlos VI de França bastaria esperar pelo momento certo para desferirem o golpe fatal. No entanto, ocorrerá precisamente o inverso, e será o exército francês, contra todas as expectativas, a cair estrondosamente no campo de batalha, daí resultando consequências de médio prazo importantíssimas. O nosso conhecimento desta batalha é sustentado por numerosas fontes insulares e continentais, registos administrativos e até planos de batalha originais, sendo obrigatório destacar o relato do capelão de Henrique V, que acompanhou pessoalmente a campanha e testemunhou de perto o evento.

Não vamos discutir aqui se estas batalhas podem ou não ser consideradas, tecnicamente, como “decisivas” para a história do continente europeu. Provavelmente, nem todas. No entanto, uma coisa é certa: à sua maneira, todas deram um contributo relevante para a fisionomia da Europa nos séculos finais da Idade Média, e todas ajudam a explicar a civilização que hoje temos, as atuais fronteiras políticas, culturais e religiosas, e alguns dos mais complexos problemas do nosso tempo, a começar pelo diálogo entre o Cristianismo e o Islão. Daí a sua surpreendente modernidade, que afinal só confirma que, como já observava o arguto Marco Túlio Cícero poucos anos antes do nascimento de Jesus Cristo, a História constitui “testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida e mensageira do passado”.

Seja-nos permitida uma palavra final de agradecimento à Imprensa da Universidade de Coimbra, na pessoa do seu ilustre Diretor, Prof. Doutor Delfim Leão, da sua infatigável Subdiretora, Dra. Maria João Padez de Castro, e do seu dedicado Diretor de Imagem, António Barros, pelo apoio entusiástico a este projeto (que contou também com a colaboração preciosa do técnico de infografia Carlos Costa). Agradecemos-lhes a sua elevada competência,

mas sobretudo o imenso carinho que há muitos anos nos dispensam e que tanto nos ajuda a manter-nos vivos e ativos, empenhados em continuar a evocar para o grande público de língua portuguesa os grandes momentos da História antiga e medieval do velho continente europeu.

O nosso sentido agradecimento também à Comissão Portuguesa de História Militar, nas pessoas do seu Presidente, Senhor Tenente General Alexandre Sousa Pinto, e do seu Secretário-Geral, Coronel José de Ataíde Banazol, pelo apoio ao nosso trabalho, que tem merecido também a confiança do Centro de História da Sociedade e da Cultura e da sua Coordenadora Científica, Senhora Professora Doutora Irene Vaquinhas, a quem de igual modo expressamos o testemunho da nossa gratidão.

*João Gouveia Monteiro, Miguel Gomes Martins e Paulo Jorge Agostinho
Coimbra, Dia de Reis de 2015.*

A BATALHA DE HATTIN (1187): O DIA EM QUE SALADINO ESMAGOU OS CRUZADOS

O nascimento da ideia de Cruzada

“Que marchem’, diz o papa a concluir, ‘contra os infiéis e terminem com uma vitória a luta que já há muito deveria ter sido iniciada, esses homens que até agora tiveram o hábito criminoso de se entregarem a guerras internas contra os crentes; que se tornem verdadeiros cavaleiros aqueles que durante tanto tempo não foram mais do que saqueadores, que combatam agora como é justo, contra bárbaros, aqueles que outrora viravam as armas contra irmãos do mesmo sangue; que procurem recompensas eternas estas pessoas que durante anos venderam os seus serviços como mercenários por um preço miserável, que trabalhem por uma dupla glória aqueles que outrora enfrentavam tanta fadiga, em detrimento do seu corpo e da sua alma. (...) Que nada atrase, pois, a partida daqueles que se comprometerem nesta expedição; que arrendem as suas terras, reúnam todo o dinheiro necessário às suas despesas e que, mal o inverno acabe para dar lugar à primavera, iniciem a sua jornada, sob a orientação do Senhor” (Foucher de Chartres, pp. 18-19).

Foi com estas palavras, incisivas e desafiadoras, que o papa Urbano II (o francês Otão de Lagery, antigo prior de Cluny) encerrou o Concílio de Clermont-Ferrand, em finais de novembro de 1095. O relato deve-se a Foucher de Chartres, um capelão que participou como escrivão naquela

cimeira católica e que acompanharia depois alguns destacados cavaleiros na Síria-Palestina, vindo a ser feito cónego do Santo Sepulcro, em Jerusalém.

14

Estava dado o tiro de partida para uma das mais extraordinárias e controversas aventuras do Ocidente europeu ao longo de toda a sua história: as oito Cruzadas na Terra Santa, que começariam no ano seguinte e se prolongariam até 1270, se tivermos apenas em conta as expedições mais emblemáticas.

Como se percebe pelo relato de Foucher, o papa propunha um novo ideal de vida à cavalaria medieval: a luta contra os infiéis que haviam tomado conta de terras outrora pertencentes ao Império Bizantino (ou seja, à cristandade oriental) e que ameaçavam já, sobretudo pela mão dos turcos (califado seljúcida de Toghril Beg, recentemente fundado e convertido ao Islão), a capital instalada em Constantinopla, ou seja, a velha Bizâncio e atual Istambul. O novo *miles Christi* (o “soldado de Cristo”) concebido pela Santa Sé deixaria de se esgotar nas mesquinhas querelas internas da nobreza feudal (as ações de rapina dos territórios vizinhos, a violência contra os camponeses, as mulheres, os clérigos e os idosos) e, ao invés, elevar-se-ia à condição de ‘braço armado’ da Igreja, resgatando os Lugares Santos associados à vida de Jesus Cristo através do seu envolvimento caloroso numa espécie de ‘*Jihad* à europeia’.

O movimento das Cruzadas não teria sido possível um século antes, quando a Igreja desfrutava de uma autoridade mais restrita no mundo ocidental, sofrendo ela própria os efeitos da feudalização, do ‘choque castelão’ e da decadência do poder régio em benefício dos senhores locais. Também não teria sido possível dois séculos mais tarde, quando se começou a abater sobre a Europa a sombra da “crise do século XIV”. Assim, podemos dizer que as Cruzadas são filhas do seu tempo (entre finais do séc. XI e finais do séc. XIII), um tempo de profunda reforma da Igreja (a chamada “reforma gregoriana”, dinamizada por Gregório VII a partir de 1075), num ambiente de reordenamento do diálogo entre o poder eclesiástico e o poder temporal, que haveria de conduzir a uma clara supremacia política da Igreja e à “teocracia papal”. Foi, aliás, nesse ambiente que nasceu Portugal, e todos recordamos como foi necessária a caução de Roma, através da

bula *Manifestis Probatum* (de 1179), para que o nosso primeiro monarca, D. Afonso Henriques, visse finalmente reconhecido pelo papa Alexandre III o seu título de *rex*.

Dispondo de uma autoridade renovada, a Igreja, pela voz de Urbano II, podia permitir-se propor à cavalaria medieval um novo e aliciente desafio. Tanto mais que, no final do século XI, o Ocidente europeu, beneficiando de um clima mais quente e mais seco, começava já a sentir os efeitos de um crescimento económico significativo, traduzido no aumento da superfície de terra cultivada e na introdução de melhoramentos tecnológicos nas práticas agrícolas (alfaias de ferro, atrelagem em fila, ferradura de cravo, aproveitamento da energia eólica, rotação de culturas, entre outros), o que permitia a produção de excedentes e ajuda a explicar a reativação do comércio, o renascimento das cidades e um sensível crescimento demográfico.

A resposta ao apelo de Urbano II foi formidável, e não só entre a cavalaria dos principais reinos europeus: aldeias inteiras, influenciadas pela pregação de alguns visionários (como Pedro “o Eremita”) mobilizaram-se para participar nesta aventura e assegurar a sua participação numa espécie de peregrinação em armas que só em meados do séc. XIII tomaria o nome de “cruzada” (até lá, a expedição à Síria-Palestina era conhecida por “passagem” ou “viagem a Jerusalém”). Os incentivos eram grandes: concessão de indulgências, remissão dos pecados, moratórias de dívidas, garantia de um lugarzinho no céu em caso de morte ao serviço desta tão nobre causa... Para além disso, havia a expectativa da aventura, do saque de grandes cidades, da obtenção de riqueza fácil, da visita ao desconhecido (em especial a Constantinopla, uma das maiores cidades cristãs do mundo, e aos míticos Lugares Santos) num ambiente de inevitável relaxamento dos costumes e das regras de comportamento, que faria vista grossa aos excessos cometidos, pelo menos contra os muçulmanos (turcos ou árabes). Pode bem dizer-se que um dos objetivos do papa, ao propor o movimento das Cruzadas, foi justamente o de canalizar para o Médio Oriente a energia destrutiva da cavalaria feudal, permitindo aos territórios do Ocidente europeu respirar um pouco melhor, num ambiente de tréguas e de “paz de Deus” pelo qual a Igreja há muito se vinha batendo.

As duas primeiras Cruzadas na Terra Santa

16

A Primeira Cruzada na Terra Santa foi um sucesso absoluto. É verdade que foi inesperadamente precedida por uma imensa vaga indisciplinada de populares que, liderados por Pedro “o Eremita” e por Gualter “Sem Haver”, foram facilmente chacinados pelos turcos assim que pisaram a Ásia Menor, depois da turba mal armada ter cometido tropelias sem conta durante o seu itinerário terrestre pela Europa central (incluindo alguns massacres de judeus). Mas quando o exército dos cavaleiros cruzados propriamente ditos chegou a Constantinopla, as coisas mudaram de figura. Tratava-se, no fundo, de vários exércitos distintos, que se reuniam para tentar concretizar em conjunto o projeto de Urbano II. Os líderes mais importantes eram Godofredo de Bulhão (duque da Baixa Lorena, no nordeste de França), Raimundo IV de Saint-Gilles (conde de Toulouse, no sul de França), Roberto II (conde da Flandres), Boemundo de Tarento (um príncipe italo-normando, filho do célebre Roberto Guiscard, que anos antes já promovera uma aliança com Bizâncio para combater os Turcos), Hugo de Vermandois (no norte de França, irmão do rei Filipe I), Estêvão, conde de Blois (no centro-norte de França) e o seu cunhado Roberto Courteheuse (duque da Normandia e filho de Guilherme “o Conquistador”, o normando que se tornara senhor da Inglaterra em 1066, após a sua estrondosa vitória na célebre batalha de Hastings). Como se percebe, foi entre a nobreza de França que o apelo de Clermont-Ferrand suscitou um acolhimento mais entusiástico.

Os líderes dos *cruce signati* (estes guerreiros cristãos traziam uma grande cruz assinalada nas suas vestes) foram acolhidos com mil cautelas em Constantinopla pelo imperador Aleixo I Comneno, que solicitara apenas a Urbano II o auxílio de mercenários ocidentais contra os turcos e a quem os Cruzados juraram fidelidade e prometeram entregar as terras bizantinas recentemente perdidas que reconquistassem (na Ásia Menor, até Antioquia), em troca de apoio imperial e de guias durante as operações militares. A primeira grande conquista cruzada teve lugar em Niceia, em junho de 1097, seguindo-se a vitória na batalha de Dorileia, contra os turcos (a 1 de julho do mesmo ano) e, já nos finais de 1097, a tomada de

Edessa por Balduíno de Bolonha (irmão de Godofredo de Bulhão), que se destacara do resto da hoste para agir em socorro do príncipe armênio de Edessa, acabando depois por assumir o poder nesta cidade e por fundar ali, em março de 1098, o primeiro Estado Latino do Oriente: o condado de Edessa. Seguiram-se a difícilíssima conquista de Antioquia (em inícios de 1098, após sete meses e meio de cerco e já com nítida perda de apoio bizantino aos Cruzados), que se tornou o segundo Estado Latino na Terra Santa (sob o comando de Boemundo de Tarento), e, por fim, a cereja no topo do bolo: a conquista de Jerusalém, em 15 de julho de 1099, após um assalto sangrento e que o autor anônimo de umas das principais fontes da Primeira Cruzada, de que foi seguramente testemunha ocular, descreve sem complacência:

“Na sexta-feira de madrugada atacámos a cidade de todos os lados, sem qualquer sucesso, e ficámos todos no estupor e numa angústia terrível. (...) Foi então que um dos nossos cavaleiros, chamado Lieutaud, escalou o muro da cidade. Pouco depois de ele ter subido, todos os defensores da cidade fugiram pelas muralhas e pela cidade. Os nossos seguiram-nos e perseguiram-nos, matando e acutilando em cheio os corpos, até ao templo de Salomão. Aqui, houve uma tal carnificina que os nossos enterravam os pés no sangue até ao tornozelo. (...) Em breve os Francos correram por toda a cidade, pilhando o ouro e a prata, os cavalos e as mulas, as casas cheias de bens de todos os tipos. Depois, felizes e chorando de alegria, os nossos foram adorar o sepulcro do nosso Salvador Jesus, e saldaram a sua dívida principal para com ele”
(*Crónica Anónima da Primeira Cruzada*, pp.149-150).

Assim se constituiu o reino de Jerusalém, de que se tornou titular Godofredo de Bulhão. Pouco tempo depois, em 1102, Raimundo de Saint-Gilles, que se sentira prejudicado na divisão dos espólios territoriais e honoríficos, conseguiria para si próprio o condado de Trípoli, a meio caminho entre o Principado de Antioquia e o Reino de Jesusalém (veja-se o mapa em anexo: os Estados Latinos do Oriente).

A alegria da Santa Sé deve ter sido colossal (ironicamente, Urbano II faleceu duas semanas após a conquista da cidade três vezes santa e parece não ter chegado a tomar conhecimento da notícia) e a boa nova do sucesso da Primeira Cruzada espalhou-se nos meses seguintes por todo o Ocidente. Todavia, conquistar território sempre foi mais fácil do que mantê-lo de forma duradoura, e os Cruzados que ficaram na Terra Santa depressa começaram a sentir imensas dificuldades, perante as sucessivas tentativas de reconquista muçulmanas. Ainda por cima, vários contingentes cruzados de reforço que foram enviados após 1099 para a região (as chamadas *arrière-croisades*) acabaram por ser destruídos no planalto da Anatólia pelos turcos (seljúcidas ou danismêndidas), fazendo nascer entre alguns latinos a suspeita de um entendimento entre os turcos e os bizantinos — que desconfiavam da ganância e da fiabilidade dos seus aliados (que não haviam entregue as terras reconquistadas) e que não compreendiam bem a ideia ocidental de “Cruzada”, pois consideravam que a luta contra o Islão, que praticavam há séculos, era um dever exclusivo dos imperadores de Constantinopla...

Foi justamente neste contexto que se constituíram na Síria-Palestina, entre as décadas de 1110 e 1120, as primeiras Ordens Religiosas Militares: os Templários e os Hospitalários, destinadas a ministrar apoio aos peregrinos católicos e preciosas na defesa da integridade dos territórios cristãos do Médio Oriente. Estas Ordens configuravam uma certa ‘anormalidade’ na organização medieval tradicional, pois reuniam uma vertente nobiliárquica (logo, guerreira e secular) e uma vertente religiosa, e foi preciso o grande empenho de São Bernardo de Claraval, a referência matricial da Ordem de Cister, para que os primeiros cavaleiros do Templo (chamaram-se assim porque estavam instalados no palácio que lhes fora cedido pelo rei de Jerusalém, Balduíno II, localizado nos anexos da mesquita al-Aqsa, sobre a esplanada do templo) fossem enquadrados numa nova organização religiosa, dotada de uma Regra própria e convertida em vanguarda do ideal do *miles Christi*: a Ordem dos Templários.

Ainda assim, em 1144, a presença latina na Terra Santa sofreu um duro golpe, com a tomada de Edessa pelo *atabegue* (o “príncipe pai”) muçulmano Imad al-Din Zengi, líder de Mosul (no norte do atual Iraque) e de Alepo (no

norte da Síria). O papa Eugénio III (um cisterciense próximo de Bernardo de Claraval) decidiu lançar uma Segunda Cruzada, que se viria a desenvolver entre 1147 e 1149 e cujos líderes mais importantes foram Luís VII, rei de França, e Conrado III de Hohenstaufen, imperador do Sacro Império Romano-Germânico (isto é, rei da Alemanha e de uma parte da Itália).

São Bernardo aplicou-se quanto pôde a pregar esta nova cruzada, que teve um eco considerável mas que acabou por constituir um fiasco (o seu único grande sucesso foi bastante periférico: a conquista de Lisboa aos Mouros, em 1147): o menor talento militar dos seus líderes, os desentendimentos crescentes entre os governantes bizantinos e os Cruzados (a marcha das tropas de Conrado III provocou graves incidentes com Constantinopla, cujos arredores foram mesmo saqueados), a avisada preparação dos muçulmanos, as dificuldades de abastecimento e de orientação itinerária (justamente por causa do afastamento entre as cristandades romana e grega), a má relação entre os Cruzados recém-chegados da Europa e os que já viviam há muito na Terra Santa, a conseqüente dificuldade em desenhar um plano de operações eficiente (a cruzada acabou por assediar Damasco, sem proveito), a aridez do deserto sírio e, por fim, a aproximação de um exército de socorro muçulmano comandado pelo novo *atabegue* Nur al-Din (filho de Zengi, assassinado em 1146), tudo isso se conjugou para conduzir a um desfecho sem glória e que lançou pela primeira vez no Ocidente a ideia de que, afinal, a Cruzada talvez não fosse uma obra tão piedosa quanto Otão de Lagery imaginara...

Guerra e Política nos Estados dos Cruzados, nas décadas de 1160 a 1180

Uma dúzia de anos após o triste regresso das tropas da Segunda Cruzada ao Ocidente, faleceu na Terra Santa o rei Balduíno III de Jerusalém. Sucedeu-lhe no mais importante cargo latino na Síria-Palestina o seu próprio irmão, Amalrico I (1163-1174), descendente do conde de Anjou.

Amalrico I, conde de Jafa e de Ascalon, foi um dos mais competentes governantes cristãos na Terra Santa. Foi provavelmente o último a conseguir

desenvolver uma política ofensiva coerente, de alargamento do território latino, e a ele se deve também um significativo reforço da coroa de Jerusalém, quer a nível financeiro, quer a nível legal, político ou mesmo militar.

Quando subiu ao trono, Amalrico era casado com Inês de Courtenay, mas os barões latinos exigiram previamente a anulação do seu matrimónio com esta dama, de reputação alegadamente duvidosa (na versão do historiador coevo Guilherme de Tiro) e de quem tinha já dois filhos: Balduíno (o futuro Balduíno IV, nascido em 1161) e Sibila. Amalrico acedeu, tendo no entanto Inês conservado os seus títulos de condessa, e os filhos do casal preservado o seu estatuto de descendentes legítimos e, portanto, o seu lugar na ordem sucessória. Anos mais tarde (em 1167), Amalrico voltaria a casar, desta feita com Maria Comnena, uma princesa de origem bizantina; deste matrimónio viria a nascer uma menina: Isabel II de Jerusalém.

Amalrico I dedicou uma especial atenção ao Egito, onde realizou pelo menos cinco campanhas militares entre 1163 e 1169, procurando tirar partido do evidente declínio do califado fatimita (xiita). No entanto, foi obrigado a enfrentar a oposição de Nur al-Din, que havia ampliado significativamente os domínios do pai, Zengi, e que ambicionava estabelecer-se de forma duradoura no nordeste africano. Houve, por isso, lugar a diversos confrontos entre as forças de Amalrico (apoiadas pelo imperador bizantino Manuel I Comneno, 1143-1180) e de Nur al-Din, ao serviço de quem se destacava no Egito um experiente comandante militar de origem curda, chamado Shirkuh. Em Al-Babayn (junto ao delta do Nilo), em abril de 1167, Shirkuh e o seu jovem sobrinho Salah al-Din (o célebre Saladino) derrotaram o vizir (governador) do Egito, Shawar, que encabeçava uma coligação de Fatimitas e Cruzados.

Após a vitória, Shirkuh retirou-se para Alexandria, mas Amalrico reagiu e tentou controlar o abastecimento à cidade, jogando com o nível das águas do Nilo no canal de Alexandria. Shirkuh decidiu então dividir as suas forças, regressando ao sul com o grosso do seu exército e deixando Saladino a defender Alexandria. A cidade fundada por Alexandre Magno foi cercada e bombardeada com trabucos (grande máquinas de arremesso de pedras), entre maio e agosto de 1167, pelos cristãos liderados por Amalrico I. Devido à fome e à doença que grassavam na cidade, acabou por se negociar uma

trégua entre as partes: Amalrico I, também ele preocupado com os ataques de diversão entretanto perpetrados por Nur al-Din na Síria, desistiu do Egito e, em contrapartida, os muçulmanos fizeram concessões importantes. Quem mais lucrou com este desfecho foi Saladino, que aproveitou para consolidar a sua posição no Egito, como adiante veremos.

Anos mais tarde, na corte de Jerusalém, o monarca entregou a educação do seu filho Balduíno, a partir dos nove anos de idade (isto é, desde 1170), ao grande letrado e historiador Guilherme de Tiro; quanto à filha, Sibila, foi enviada para o convento de Betânia, a fim de ser educada por uma tia-avó que era abadessa desta casa eclesiástica.

Em maio de 1174, em Damasco, faleceu Nur al-Din. De imediato, Amalrico I tentou tirar partido da situação e atacou a cidade muçulmana de Baniás (na Síria), que resistiu. Mas o monarca cristão adoeceu com gravidade, possivelmente com disenteria, e acabou por falecer também, em Jerusalém, a 11 de julho do mesmo ano... Saíram assim, repentinamente, de cena os dois principais líderes rivais, o que alterou o quadro político no Médio Oriente. Do lado cristão, a situação não se afigurava fácil: a puberdade de Balduíno IV trouxe a terrível confirmação de que o jovem sofria de lepra, e não houve cura ensaiada por médicos cristãos ou muçulmanos que se revelasse eficaz. Face à menoridade de Balduíno IV (que tinha apenas 13 anos, menos dois do que o exigível para governar), o reino de Jerusalém foi colocado sob a regência do senescal Miles de Plancy, um valoroso guerreiro que, no entanto, não parece ter sido dotado de grandes qualidades políticas. Logo em finais de julho de 1174, uma frota normanda-siciliana chefiada pelo rei Guilherme II da Sicília desembarcou em Alexandria e cercou a cidade, mas foi derrotada por Saladino, que beneficiou da apatia do novo governo latino em Jerusalém.

Neste ambiente, é fácil imaginarmos como os grandes barões cruzados, percebendo as limitações do regente e adivinhando um reinado curto para o jovem e enfermo Balduíno IV, depressa afiaram as facas e se procuraram posicionar o melhor possível na política local, com vista ao futuro. Miles de Plancy foi assassinado em Acre, em finais de 1174, e a regência passou para as mãos de Raimundo III, conde de Trípoli, que tinha sido resgatado dois

anos antes (com o apoio dos Hospitalários) das prisões muçulmanas e que era um dos mais talentosos líderes cruzados. Raimundo (que descendia de um dos heróis da Primeira Cruzada: Raimundo de Saint-Gilles) era primo direito de Amalrico I e contou com o apoio de alguns dos maiores barões do reino de Jerusalém, incluindo Reinaldo de Sídon, Onofre de Tóron e, sobretudo, Balião de Ibelin (cuja família dava cartas no sul da Terra Santa e acompanhava a viúva Maria Comnena e a sua filha Isabel na cidade de Nablus, na atual Cisjordânia).

Nomeado bailio (no fundo, regente) pela *Haute Cour* de Jerusalém, Raimundo apressou-se a nomear Guilherme de Tiro como chanceler do reino (1174) e como arcebispo de Tiro (1175). No plano externo, o regente — conhecedor da rutura entretanto surgida entre Saladino (cuja base de poder estava, como vimos, ainda instalada no Egito) e os descendentes diretos de Nur al-Din, que dominavam na Síria — decidiu apoiar estes últimos, a quem os historiadores gostam de chamar “Zênquidas”, evocando o nome do pai de Nur al-Din.

Em 1175, Raimundo, acompanhado por Balduíno IV, executou uma campanha em Homs e forçou Saladino a levantar o cerco a Alepo, frustrando os planos do governante egípcio para dominar rapidamente a Síria, controlar os Zênquidas e, depois, cercar os Estados Latinos do Oriente. Foi nesta ocasião que, como forma de reconhecimento, o emir alepino aceitou libertar uma série de prisioneiros cristãos que ali se encontravam detidos há muitos anos, entre os quais um antigo príncipe de Antioquia (o famoso Reinaldo de Châtillon, por troca de prisioneiros ou através de um resgate pago pelo imperador Manuel I de Bizâncio) e também Joscelino de Edessa (o irmão de Inês de Courtenay, que poderá ter pago um vultuoso resgate pela liberdade do seu parente).

A nível diplomático, Raimundo de Tripoli, conhecedor da grave enfermidade do monarca cristão, procurou prevenir o futuro e tratou de casar Sibila (a irmã de Balduíno IV) com um primo direito do rei Luís VII de França: Guilherme de Montferrat, dito “o Espada Longa”, que era também primo de Frederico I “Barba Ruiva” (imperador romano-germânico), chegou à Terra Santa no princípio do outono de 1175 e, em nome da esposa,

tornou-se conde de Jafa e de Ascalon. A expectativa do regente seria a de que o casal assumisse o trono de Jerusalém à morte, previsivelmente próxima, de Balduíno IV, mas, por mais uma ironia da História, foi Guilherme quem morreu logo no início do verão de 1177, com a esposa ainda grávida do futuro Balduíno V...

Em 1176, Balduíno IV “o Leproso” atingiu a maioridade e assumiu o governo do reino de Jerusalém por direito próprio, tendo o conde de Tripoli cessado funções como baillio. O quadro sucessório (assunto que não deixaria de preocupar o jovem monarca, conhecedor do seu destino) afigurava-se bastante complexo: a mãe, Inês, voltara a casar, desta feita com Reinaldo de Sídon; e a madrasta, Maria Comnena, contrairia também um segundo matrimônio, em 1177, com o poderoso Balião de Ibelin. Quanto à irmã, Sibila, depressa enviuvaria (como vimos), mas tinha já um filho. Por fim, havia ainda Isabel, filha de Amalrico I e de Maria Comnena, que contava com o apoio da família dos Ibelin, a que pertencia o seu padastro. Curiosamente, Balduíno IV pareceu inclinar-se para o partido da mãe, Inês, e do irmão desta, Joscelino de Edessa, a quem entregou o alto cargo de senescal do reino logo em 1176, talvez por pressentir que ele não tinha grandes veleidades de disputar a sucessão.

Os historiadores supõem que, em 1179, Balduíno IV terá alimentado a intenção de casar de novo a sua irmã Sibila (a melhor ‘moeda de troca’ diplomática que possuía), desta feita com o poderoso duque da Borgonha, Hugo III. Mas Raimundo de Tripoli, o ex-regente, com o apoio do príncipe latino de Antioquia, Boemundo III, teria outros planos e avançou para Jerusalém com o intuito de convencer o monarca a casar antes Sibila com Balduíno de Ibelin (o mais velho desta sólida linhagem da Cisjordânia). O rei não gostou da ideia e, em resposta, trataria de casar Sibila com Guido de Lusignan, o irmão mais novo do condestável Amalrico.

Atendendo a que Guido será o líder do exército cristão na batalha de Hattin, convém explicar que ele e Amalrico eram filhos de Hugo VIII de Lusignan (uma casa nobre do Poitou, no centro-oeste da França, região de Poitiers), um bravo que lutara na Terra Santa na década de 1160. Ao que se sabe, Amalrico fora expulso do Poitou pelo seu senhor, Ricardo “Coração

de Leão” (filho do rei de Inglaterra, Henrique II), por ter sido dado como culpado do assassinato do primeiro conde de Salisbúria. Chegara à Palestina por volta de 1174, antes do irmão, e casara com uma filha de Balduíno de Ibelin, chamada Eschive. Amalrico de Lusignan prestara alguns serviços a Inês de Courtenay e, em 1179, o rei Balduíno IV nomeara-o condestável do reino de Jerusalém.

Não devemos pensar que a escolha de Balduíno de casar a irmã com Guido de Lusignan foi apenas uma precipitação, uma forma de contrariar os planos do poderoso conde de Trípoli. Guido, por quem Sibila parece ter-se de facto enamorado, embora sendo um filho cadete, pertencia a uma família distinta e era vassalo do rei de Inglaterra, Henrique II, um primo direito de Sibila e um monarca que se comprometera a apoiar o movimento das Cruzadas na Terra Santa, como forma de expiar um terrível pecado cometido em 1170: o assassinato de Thomas Beckett, arcebispo de Cantuária. Portanto, apesar de gravemente enfermo, o rei conservava-se lúcido e antecipava a possibilidade de um forte apoio internacional à causa dos Estados Latinos.

Com a mesma intenção de congregar apoios sólidos para os reinos cruzados, em 1176 ou 1177, Balduíno IV enviara Reinaldo de Châtillon à corte de Constantinopla: o apoio naval bizantino era essencial para o rei de Jerusalém — que já ousara invadir a região de Damasco e do vale do Beqaa — conseguir concretizar um ataque ao Egito e desferir um rude golpe no poder de Saladino. Em recompensa pela sua missão, Reinaldo (que enviara a princesa Constança de Antioquia durante a penosa dezena e meia de anos em que estivera preso em Alepo) seria mais tarde agraciado com um segundo matrimónio, igualmente invejável: receberia a mão de Estefânia de Milly, a rica viúva de Miles de Plancy e de Onofre III de Tóron, que se tornara herdeira do senhorio da Transjordânia (a região “além do rio Jordão”), incluindo os importantes castelos de Kerak e de Montreal, situados a sudeste do Mar Morto e que controlavam as rotas do comércio entre o Egito e Damasco, devido à sua proximidade da margem norte do Mar Vermelho (vejam-se os mapas em anexo). Pensa-se que a confiança de Balduíno IV em Reinaldo de Châtillon (o mais encarniçado inimigo dos muçulmanos na Terra Santa) era calibrada pela proximidade de Guilherme

de Montferrat, cunhado do monarca, mas também já sabemos que este desapareceu prematuramente de cena, em junho de 1177. Estas circunstâncias tornariam Reinaldo de Châtillon uma personagem decisiva da nossa história.

Em finais de 1177, Saladino passara à ofensiva contra os Estados cruzados e invadira o reino de Jerusalém pelo sul. Balduíno IV, muito em esforço e com poucos efetivos, reagira e tentara travar o adversário na região de Ascalon (ligeiramente a norte de Gaza). Não tendo sucesso, o rei cristão optara por perseguir o líder muçulmano e acabara por derrotá-lo, não sem surpresa, na Batalha de Monte Gisard (Tall al-Safiya, perto de Ramla), a 25 de novembro de 1177, inspirado por uma visão de São Jorge e pela posse da Vera Cruz de Cristo, e graças ao precioso auxílio dos cavaleiros da Ordem do Templo e das forças transjordanas conduzidas por Reinaldo de Châtillon. Logo a seguir, como forma de garantir uma maior unidade na frente interna, Balduíno IV autorizara a sua madrasta, Maria Comnena, a casar com Balião de Ibelin. Depois, tratou de reforçar as fortificações do reino, erguendo, a partir do outono de 1178, o castelo de Chastelet (entregue aos Templários) no chamado Vau de Jacob (também conhecido por Vau das Mágoas, local onde Jacob lutara com o anjo), situado a sul de Tóron e bem junto à fronteira entre cristãos e muçulmanos, num ponto essencial para controlar a via que ligava o porto de Acre à Palestina e ao norte da Síria.

Parecem ter terminado aqui os anos luminosos de Balduíno IV. Na primavera de 1179, o rei ainda atacou a região de Baniás (próximo do Vau de Jacob), mas foi surpreendido, derrotado e quase preso por um parente de Saladino. Perto do início do verão, respondeu a ataques muçulmanos na zona de Sídón, com uma cavalgada em que participaram também Raimundo III de Tripoli e o mestre dos Templários (Odão de Saint Amand), mas os cristãos acabaram por ser apanhados de surpresa em Marj Ayûn, junto ao rio Litani, pela hoste de Saladino, que lhes infligiu numerosas baixas e aprisionou o mestre dos Templários, Balduíno de Ibelin e um dos enteados de Raimundo de Tripoli. Em agosto, Saladino arrasou a fortaleza templária (ainda inacabada) do Vau de Jacob, tendo dizimado a respetiva guarnição. Antes dos finais de outubro de 1179, o rei, tentando recuperar o controlo da situação militar, nomeou como marechal do reino o cavaleiro Gerardo

de Ridefort, um antigo vassalo do conde Raimundo III que entrara em rota de colisão com o seu senhor por causa de um mal sucedido projeto de casamento e de acesso a um bom feudo no condado de Tripoli. Anos mais tarde, Gerardo de Ridefort tornar-se-ia mestre da Ordem do Templo (1185-1189), tendo desempenhado um papel crucial nas batalhas, quase consecutivas, de Fonte de Cresson e de Hattin.

Chegados a 1180, com cristãos e muçulmanos esgotados física e financeiramente por sucessivas campanhas, foi assinada uma trégua por dois anos entre Balduíno IV e Saladino. A paz não interrompeu, contudo, a progressão da doença do infeliz monarca, que em 1180 autorizou os já citados casamentos de Sibila com Guido de Lusignan e de Reinaldo de Châtillon com Estefânia de Milly, e ainda o da sua meia-irmã Isabel com Onofre IV de Tóron. Guido e Reinaldo parecem ter-se entendido bastante bem e arquitetaram algumas investidas contra as posições muçulmanas, sobretudo na Transjordânia, como adiante veremos. Os barões recuperavam a iniciativa, face à saúde cada vez mais frágil do monarca, que em 1182, já com graves debilidades de visão e de locomoção, acabou por nomear Guido de Lusignan como regente de Jerusalém. Porém, a prestação militar do antigo condestável na campanha de Saladino, em 1183, contra a Galileia (a que adiante faremos referência), não convenceu o soberano, que optou por afastá-lo e que terá mesmo tentado anular o seu casamento com Sibila. Em compensação, o sobrinho do rei, o pequeno Balduíno V (filho de Sibila e de Guilherme de Montferrat) foi coroado em novembro de 1183, tendo Raimundo III de Tripoli voltado a ser investido nas funções de regente.

Finalmente, na primavera de 1185, Balduíno IV “o Leproso” faleceu na capital dos Estados cruzados na Terra Santa. Tinha 24 anos e, apesar de todos os seus esforços e iniciativas, deixava o reino de Jerusalém debaixo de uma terrível incerteza. Para agravar a situação, o seu herdeiro, Balduíno V, faleceu logo no ano seguinte (em setembro de 1186), com apenas nove anos de idade... A conjugação destes acontecimentos trágicos (a que poderíamos ainda associar a morte de Inês de Courtenay, pouco antes da do filho, ou o falecimento do desiludido Guilherme de Tiro, talvez no outono de 1185) conduziu ao afastamento do regente Raimundo de Tripoli e à subida ao

trono de Jerusalém por parte de Sibila e do seu marido, Guido de Lusignan. O facto poderá ter ocorrido na sequência de um golpe palaciano perpetrado pelo “grupo da corte”, que exigia uma política anti-muçulmana mais ativa e que, sob a liderança de Joscelino de Edessa, terá ludibriado Raimundo III e iludido o substituto de Guilherme de Tiro, Heráclio de Cesareia. Certo é que a sucessão não foi bem recebida por muitos barões, a começar pelo conde de Trípoli (que se tornou amigo de Saladino!) e, numa fase inicial, pelo príncipe Raimundo III de Antioquia, entre outros. O clima de divisão interna alastrava perigosamente, e isso relevar-se-ia fatal em Hattin, no verão de 1187.

A ascensão de Saladino e a unificação muçulmana

Vejamos agora o que se passou no campo muçulmano durante as décadas de sessenta e de setenta do século XII. Saladino e a sua família serão os nossos guias preferenciais durante esta observação, que beneficiará também da síntese recente de David Nicolle (2011: 4-19) sobre aquela figura maior da história medieval do Islão.

Quando Urbano II pregou a Primeira Cruzada, o Médio Oriente muçulmano achava-se dividido em numerosas parcelas de dimensão e potencial muito variáveis (veja-se em anexo o mapa de John France, 1996: 109). A Ásia Menor estava já quase completamente dominada pelos turcos, repartidos em diversos grupos: a ocidente, o emirado de Esmirna (que incluía a histórica cidade de Éfeso); no planalto da Anatólia, os seljúcidas do “Rhum” (isto é, do antigo território “romano” do Oriente), dominando cidades como Niceia ou Icónio, entre muitas outras; um pouco mais a norte, os danismêndidas (que tutelavam praças como Ancara, a atual capital da Turquia); mais a leste, nas regiões já próximas da moderna fronteira da Turquia com a Geórgia, com a Arménia e com o noroeste do Irão, os menguchekides e os saltukides (estes últimos estabelecidos após a grande vitória obtida sobre os bizantinos na Batalha de Manzikert, em 1071, e centrados em torno da cidade de Erzurum); imediatamente a sul destas três últimas potências, a Arménia

ciliciana em vias de formação (com uma forte comunidade cristã e, por isso, propensa a alianças com os futuros Estados cruzados, dominando cidades como a bíblica Tarso ou Edessa) e uma teia algo complexa de pequeninos territórios controlados por diversos emires seljúcidas, no triângulo desenhado entre Edessa, Mossul e o lago Van (no atual Curdistão). Mais abaixo, o Grande Império Seljúcida, ocupando toda a área-berço da nossa civilização, entre o Tigre e o Eufrates, e englobando Bagdade e grande parte dos atuais Iraque e Arábia Saudita, até ao Mar Árábico. Depois, na costa oriental do Mediterrâneo, onde hoje temos a Síria e o Líbano, achavam-se as terras de dois grandes *atabegues*: Ridwan de Alepo (que controlava esta cidade e Antioquia, entre outras); e Duqaq, senhor de Damasco. Daqui para sul, onde estão hoje as martirizadas terras de Israel e da Palestina, incluindo a cidade de Jerusalém, situavam-se os territórios disputados entre os turcos seljúcidas e o califado dos Fatimitas, que dominava o Egito e uma estreita mas extensa faixa costeira que se estendia de Ascalon a Tripoli (uma zona que se tornaria absolutamente vital para os futuros Estados cruzados). Ligeiramente ao largo, a ilha de Chipre, ainda dominada pelos bizantinos, parecia observar este quadro com progressiva apreensão, como que confirmando um futuro angustiante para o velho Império Romano do Oriente.

Foi este cenário global que, como vimos, a Primeira Cruzada veio alterar profunda e violentamente, a partir dos últimos anos do séc. XI. Meio século depois, consumada a reconquista de Edessa por Imad al-Din Zengi (em 1144), o Médio Oriente islâmico vivia entre o sonho de uma recuperação integral do território perdido para os “Francos” (isto é, os Cruzados) e a constatação diária das enormes clivagens internas no seio da grande comunidade muçulmana. Aos poucos, o avanço dos turcos tinha retirado espaço de respiração aos árabes e aos persas (a não ser no seio das elites religiosas, culturais e comerciais) e reduzira os curdos a uma influência local. Mas, ao mesmo tempo, o centro intelectual do mundo islâmico deslocara-se da região iraniana e do coração do Iraque para a Síria, o Egito e o norte do Iraque. Isso fez com que cidades como Mosul, Alepo, Damasco e até o Cairo (sobretudo após a afirmação de Saladino no Egito) comesçassem a rivalizar com Bagdade, a capital do califado sunita dos Abássidas.

Salah al-Din nasceu em 1138, em Tikrit (170 km a noroeste de Bagdade e, curiosamente, o mesmo local em que veio ao mundo Saddam Hussein). Nesta altura, o imenso Império Seljúcida dava sinais claros de fragmentação interna, o que permitia, como já sugerimos, a afirmação de príncipes *atabegues* em diversas regiões, desde a Jazira (Mesopotâmia) até à Síria, o Líbano, a Jordânia, a Palestina e partes da atual Turquia do sul. Zengi, senhor de Mosul e de Alepo, foi precisamente um desses *atabegues*, e a ele se deve um primeiro esboço de unificação política de territórios-chave do Islão. Ao mesmo tempo, o califado abássida de Bagdade, cujo papel político tinha sido, até aí, meramente residual, readquiria uma importância inesperada.

Quando Zengi foi assassinado (em 1146), o seu Estado foi repartido pelos seis filhos. Um deles, Nur al-Din de Damasco, tornou-se então o novo paladino da resistência muçulmana aos invasores cruzados: recuperou muito território entre o vale do Orontes (um rio que, correndo de sul para norte, percorre mais de 570 km ao longo das atuais terras do Líbano, da Síria e da Turquia, até desaguar no Mediterrâneo) e conseguiu também reduzir o principado que Boemundo de Tarento fundara em Antioquia a uma estreita faixa litoral. Como o condado cristão de Edessa já tinha caído e o pequeno condado de Tripoli se mantinha praticamente inalterado, a grande ameaça, para os muçulmanos, continuava a ser o reino de Jerusalém, tanto mais que, como vimos, Amalrico I mostrava claramente intenção de o alargar para leste e para o Egito, aproveitando o declínio do califado xiita dos Fatimitas.

Saladino teve de considerar demoradamente todas estas coordenadas políticas, militares e religiosas. Ele preocupou-se com a relação entre os xiitas (na altura, claramente maioritários, sobretudo na Síria e no Egito) e os sunitas (a cuja família pertencia) no seio da grande comunidade islâmica (a *umma*). Saladino sabia que qualquer projeto federador não podia ter uma base meramente militar: no Médio Oriente muçulmano, a caução religiosa e legal conferida pelas elites era simplesmente imprescindível. E, como nota David Nicolle, até aos inícios do séc. XIII, os académicos sunitas viam o seu califa como o líder espiritual (o *iman*) da comunidade muçulmana. O grande desafio, para Saladino, resultava do facto de os califas abássidas de Bagdade serem, não apenas os líderes espirituais do Islão

sunita, mas também importantes chefes militares que, a qualquer momento, podiam interferir com os seus planos, tanto mais que, como veremos, Saladino foi durante muito tempo visto como um usurpador do poder dos descendentes de Nur al-Din... Desde logo percebemos como o triunfo de Saladino dependia da sua capacidade de utilizar a luta contra os Cruzados como uma forma de auto-legitimação e como um expediente político para se afirmar como o governante mais poderoso do Médio Oriente muçulmano.

O nome de nascença de Saladino era Yusuf Ibn Ayyub, e provavelmente seria um curdo, pelo menos pelo lado do seu pai (Najm al-Din Ayyub). No Iraque central, onde Saladino veio ao mundo, tanto o pai como o tio (o nosso já conhecido Shirkuh) eram governadores militares em nome do sultão seljúcida Muhammad Ibn Malik Shah. Não se tratava de gente rude, mas de descendentes da aristocracia arménia de Dvin, habituados a servir senhores poderosos (árabes ou turcos) no Iraque ou na Síria, e parte integrante das elites militares. Tikrit era então um importante centro cultural (cristão e muçulmano) e dispunha de uma boa cidadela e de um serviço de comunicações importante. No entanto, não foi aqui que Saladino cresceu e foi educado, uma vez que, logo em 1139, o tio Shirkuh foi acusado de um homicídio e a família teve de fugir para a Síria, onde o pai entrou ao serviço do *atabegue* Zengi, como governador da cidade fronteiriça de Baalbak (no atual Líbano). Quando Zengi foi morto, em 1146, Najm al-Din Ayyub foi suficientemente sensato para se conseguir entender com o governador de Damasco, o que lhe permitiu continuar em funções e receber até uma *iqta* (uma espécie de feudo) e uma boa moradia em Damasco. Quanto a Shirkuh, manteve-se leal aos filhos de Zengi, nomeadamente a Nur al-Din.

Saladino foi, portanto, educado em Damasco, num ambiente urbano requintado e onde se falava o árabe. Estudou sobretudo religião, ética e cultura, mas fez também a sua aprendizagem da arte de governar, de administrar a justiça e de fazer a guerra (aliás, a educação religiosa muçulmana do séc. XII pressupunha isso mesmo, como observa Nicolle). Tanto ele como os seus filhos ter-se-ão exercitado no manejo das armas, na equitação, no pólo e no tiro com arco, muito populares entre os muçulmanos.

Em 1164, já com 26 anos de idade, Saladino acompanhou Shirkuh numa campanha no Egito fatimita, que constituiu o seu tirocínio militar. O principal objetivo desta expedição consistia em prevenir o domínio da região pelos Cruzados, mas a campanha não foi bem-sucedida. Três anos mais tarde, Nur al-Din insistiu no projeto, que como já sabemos conduziria à expressiva vitória obtida em Al-Babayn, na primavera de 1167, sobre uma hoste de Cruzados e de Fatimitas. A seguir, Saladino teve de defender estoicamente o grande porto marítimo de Alexandria dos ataques de Amalrico I, posto o que se assinaram as tréguas que levaram à retirada síria. Em outubro do ano seguinte, em resposta a um novo ataque cristão ao Egito, Nur al-Din enviaria uma terceira expedição, que redundou num grande sucesso: as forças sírias tomaram conta do reino, ainda que, conhecedoras das subtilezas da política e da boa propaganda, o tenham feito em nome do califado dos Fatimitas; neste contexto, Shirkuh tornou-se mesmo o *wazir* (ou seja, o *vizir*, o principal cargo da corte) do califa. No entanto, o tio de Saladino morreria subitamente, logo em março de 1169, o que obrigou os oficiais de Nur al-Din a escolher de urgência um novo líder local: a escolha recaiu em Saladino, que assim, aos 31 anos de idade, se tornou o homem forte do Egito e o braço direito do jovem e doente Al-Adid, o último dos califas fatimitas.

Foi aqui que começou, verdadeiramente, a ascensão de Saladino. Em cerca de um ano, o novo vizir conseguira já reduzir o poder e a influência dos xiitas dentro do Estado e consolidar a sua própria autoridade. Para tanto, foi suficientemente astuto para tirar partido de diversos elementos e práticas características do sistema estatal fatimita, ao mesmo tempo que reformava o exército egípcio, de que era agora o comandante e que se achava muito dividido entre as tropas recrutadas pelos vizires e o núcleo dos regimentos palatinos, que respondia perante o califa. Quando este último faleceu, em meados de setembro de 1171, desprovido de poder político efetivo e até já sem grande autoridade religiosa, Saladino viu rasgar-se-lhe pela frente a possibilidade de tornar o Egito um bastião sunita, tornando-se governador em nome de Nur al-Din da Síria.

A cavalgada de Saladino, porém, não foi inteiramente pacífica. Conhecedor da fidelidade duvidosa dos efetivos do velho exército fatimi-

ta, o novo governador tratou de reter as verbas norte-africanas por que Nur al-Din tanto ansiava para as suas campanhas expansionistas na Síria e aplicou-as em proveito próprio: reforçou as forças militares que o tio Shirkuh trouxera para o Egito e construiu assim um exército que lhe era profundamente devotado e leal, composto maioritariamente por turcos e, subsidiariamente, por curdos. No fundo, como comenta Nicolle, Saladino queria tornar o Egito, sob a sua liderança, uma potência própria, capaz de partir depois à conquista dos Estados Latinos do Oriente! Como seria de esperar, Nur al-Din não apreciou o projeto, o que criou uma situação de grande tensão entre o filho de Zengi e o seu representante no Egito; o caso só não teve consequências trágicas devido à morte repentina de Nur al-Din, em maio de 1174...

Com a sua máquina militar pronta para intervir, Saladino começou então a libertar as rotas tradicionais de peregrinação do Norte de África até aos lugares islâmicos sagrados da Arábia: recuperou Aylah (no local da atual Akaba, na Jordânia, a primeira cidade islâmica fora da Península Arábica), controlou a estrada de Hajj (uma via de peregrinação a Meca) e, dirigindo sobretudo as suas forças contra outros governantes muçulmanos locais, começou a dar corpo à ideia de criar uma frente unida contra os Estados cruzados. Tentou intervir no noroeste africano, de modo a controlar a pirataria e a recrutar pessoal para a frota egípcia (então muito debilitada), mas esbarrou na intransigência da dinastia marroquina dos Almóadas, que não se submeteu aos seus desígnios. Por isso, em África, a autoridade de Saladino nunca passou do Egito, de Barqa (na Cirenaica) e da Líbia oriental. A sul, a situação também o preocupava, sobretudo na Núbia, que dispunha de uma comunidade cristã importante, e no estratégico Iémen, que controlava o acesso ao Mar Vermelho e ao Golfo de Adem (que liga ao Índico) e que era então governado pela dinastia ismaelita xiita dos Sulayhids. Tanto a Núbia como o Iémen se mostravam sempre disponíveis para apoiar qualquer pretensão fatimita ou xiita, o que configurava um perigo permanente para o líder aiúbida. Na fronteira entre o Egito e a Núbia (entrando pelo atual Sudão), um irmão de Saladino, chamado Turan Shah, teve mesmo de fazer uma campanha implacável após uma revolta ocorrida em 1169,

e a situação só parece ter acalmado a partir de 1174, possibilitando aliás um século dourado de derradeiro renascimento cultural da civilização cristã sudanesa nos reinos núbios.

Morto Nur al-Din (que deixou um único filho, Al Malik), dominado o Egito e a sua envolvente e controlado o ataque da frota normanda-siciliana de Guilherme II a Alexandria (em finais de julho de 1174, como acima dissemos), Saladino pôde então concentrar-se no ataque à Síria muçulmana, que justificou em nome da futura *Jihad* contra os Estados Latinos. Sujeitou-se, com isso, a inúmeras críticas e desconfianças (incluindo do califa abássida de Bagdade), pois muitos encaravam-no como um curdo ambicioso que estava simplesmente a trair a confiança dos descendentes do seu antigo senhor, Nur al-Din, a quem devia quase tudo. Nesta ofensiva contra os Zênguidas da Síria, da Jazira e do Norte do Iraque, Saladino parece ter recolhido sobretudo apoio entre o povo comum e os soldados rasos, talvez mais sensíveis à propaganda e decerto mais disponíveis para a construção conjunta de um futuro diferente.

Graças a eles, conseguiu assegurar o controlo de Damasco, em outubro de 1174; no ano seguinte, seria reconhecido como sultão (ou principal governante) da região. Sempre sustentado por uma máquina de propaganda político-religiosa que o apresentava como líder da *Jihad* contra os Cruzados, Saladino tratou de minar a resistência dos últimos governantes zênguidas do norte da Síria, sentindo porém grandes dificuldades para dominar Alepo e outras cidades, quase sempre através de meticulosas campanhas de pequena dimensão. O grande cronista muçulmano coevo, Ibn al-Athir (ed. Richards, pp. 242-243), descreve sem complacência algumas dessas campanhas de assédio (por exemplo, em Manbij, em Azaz ou em Alepo, todas elas em 1176), que incluíram bloqueios, operações de assalto às muralhas, construção de galerias subterrâneas e saques vultuosos. Em 1176, Saladino tomou também a decisão inteligente de casar com a viúva de Nur al-Din, chamada Ismat, estabelecendo assim um laço de parentesco com a família do seu antigo senhor, de modo a amortecer as tensões acumuladas com os Zênguidas.

No entanto, nestes anos de afirmação da sua liderança no mundo muçulmano, entre o Egito e o Norte da Síria, Saladino não enfrentou apenas

rivais da mesma crença: como já sabemos, em novembro de 1177, depois de executar um raide profundo através do reino de Jerusalém para evitar um perigoso assalto conjunto cruzado-bizantino ao Egito após a chegada à Terra Santa de um exército do conde flamengo Filipe da Alsácia (que alegava ter direito à regência de Jerusalém, uma vez que era primo direito do monarca latino), Saladino acabou por ser derrotado com estrondo em Tall al-Safiya (Monte Gisard) pela hoste de Balduino IV, constituída sobretudo por Templários e por forças da Transjordânia conduzidas por Reinaldo de Châtillon. Dois anos mais tarde, o sultão aiúbida vingaria-se dos Francos em Marj Ayûn (no atual Líbano), desforra completada no mesmo ano com a destruição da fortaleza templária do Vau de Jacob, na margem superior do Jordão.

Com os seus recursos financeiros à beira do esgotamento, e com uma seca severa a afetar duramente (e durante cinco anos) grande parte da Síria, em especial a região de Damasco, Saladino apostou numa trégua de dois anos, findos os quais reapareceria mais forte e decidido do que nunca a pôr fim à aventura cruzada na Terra Santa. Para isso contribuiria também a morte, em 1180, do *basileus* (imperador) Manuel I Comneno; os seus sucessores, Aleixo II (1180-83) e Andrónico I (1183-85) não foram capazes de impedir a fragilização do Império Bizantino e um aumento alarmante das tensões entre as cristandades ortodoxa e católica naquela região do mundo: recordem-se os massacres dos Latinos residentes em Constantinopla (em 1182) e dos Gregos moradores em Tessalónica (a segunda cidade do Império, em 1185). Dois grandes aristocratas bizantinos, Isaac e o seu irmão Aleixo Anjo, refugiaram-se mesmo na Síria, em rotura com Andrónico I, e tornaram-se amigos de Saladino! Como Isaac ascendeu à púrpura de *basileus* em 1185, pode bem dizer-se que os ventos da História pareciam soprar a favor de Saladino; de resto, o rumor de uma aliança entre Isaac II e o sultão aiúbida levou mesmo o conde cruzado de Tripoli a aprisionar Aleixo Anjo (o futuro Aleixo III) quando este regressava a Constantinopla. Claro que nada disto é despiciendo para um bom entendimento do grande combate de Hattin, em 1187...

Os recursos militares dos Estados Latinos do Oriente

35

Discute-se muitas vezes quais seriam os recursos dos Cruzados na Terra Santa. Antes de mais, é preciso perceber que, na Síria-Palestina, os “Francos” (nome por que eram conhecidos entre os seus inimigos) encontraram um cenário muito diferente daquele a que estavam habituados, pois o deserto, o calor e a falta de água ajudavam a criar um ambiente muito distinto do europeu. Uma grande parte dos combates era travada em espaços relativamente vazios, como nos Montes Golã, em Aran ou na Galileia, na fronteira entre o reino de Jerusalém e Damasco. Por outro lado, a maior parte dos latinos que se fixou na Terra Santa não tinha, à partida, qualquer experiência de luta contra adversários muçulmanos, fortes em cavalaria ligeira, hábeis no uso do arco a cavalo (em especial os turcos), extremamente móveis e sabedores de mil e um estratagemas (entre os quais a retirada simulada) propícios a frustrar as cargas da cavalaria pesada cristã. Para tornar a situação ainda mais difícil, na hora de combater a relação de forças era quase sempre desfavorável aos latinos: estima-se que, à data da batalha de Hattin, vivessem cerca de 120 000 habitantes de origem ocidental no reino de Jerusalém, que teria nesta data entre 400 000 e 500 000 almas; nos restantes Estados Latinos do Oriente (em Antioquia e no pequenino condado de Tripoli) haveria outros tantos Francos, na melhor das hipóteses (Monteiro, 2010: 260-261).

Muitos historiadores (como R. C. Smail, Ch. Marshall, A. Demurger ou D. Nicolle) tentaram perceber qual seria, exatamente, a capacidade de mobilização militar do rei de Jerusalém na segunda metade do séc. XII. No que diz respeito ao recrutamento de base feudal, as estimativas apontam para cerca de 675 cavaleiros. A fonte mais preciosa (embora algo tardia e incompleta) para a elaboração destes cálculos é o *Livre des Assises de la Haute Cour*, elaborado na década de 1260 pelo jurista João de Ibelin, conde de Ascalon e de Jafa e senhor de Beirute, ele próprio cavaleiro templário desde 1236. Segundo esta fonte, o *servitium debitum* (obrigação de serviço militar) prestado pelos nobres ocidentais ao rei de Jerusalém na década anterior à batalha de Hattin oscilava entre os 100 cavaleiros devidos pelos barões mais importantes e o serviço pessoal de muitos pequenos proprietários de terra que só tinham de

se apresentar a si próprios, devidamente armados e encavalgados. O mesmo devia suceder em Antioquia nos inícios do séc. XII, segundo dá a entender uma outra fonte, que devemos a Walter, o bem informado chanceler do príncipe Rogério: ao todo, um serviço de perto de 700 cavaleiros feudatários. Obviamente, após as perdas de Edessa (1144) e de muitos territórios reconquistados por Nur al-Din nos anos seguintes no principado de Antioquia, a capacidade de recrutamento dos cristãos no norte da Terra Santa diminuiu, tanto mais que, como explicou Peter Edbury (1999: 94), no Oriente latino não havia a tradição de aplicação sistemática de uma taxa para substituição do serviço militar presencial: sempre que um vassalo se queria esquivar a essa obrigação, devia resignar ao seu feudo durante um ano e um dia.

Para além da “hoste feudal” (ou seja, dos cavaleiros de que já falámos, a que se juntavam, em caso de necessidade, os “sargentos” montados e a pé fornecidos pelas comunidades eclesíásticas e urbanas), os governantes cristãos da Terra Santa recorreram com frequência crescente a mercenários, muitas vezes contratados por períodos restritos e com as verbas que os monarcas de França ou de Inglaterra disponibilizavam para apoio aos Estados cruzados; geralmente, estes profissionais eram incorporados nos contingentes das Ordens Militares. Em caso de extrema necessidade, havia ainda a possibilidade de os príncipes cristãos recorrerem ao chamado *arrière-ban*, ou seja, a um recrutamento generalizado de todos os homens livres entre os 15 e os 60 anos de idade em condições de combater, nos termos da velha tradição franca da Alta Idade Média. Também os peregrinos de passagem pela Terra Santa, que muitas vezes eram personagens ilustres da nobreza (como o conde Foulque V de Anjou, o já citado conde da Flandres ou ainda o conde Thierry da Alsácia, para apenas citar três exemplos expressivos) podiam aproveitar a sua presença na Síria-Palestina (mais frequente na quadra da Páscoa) para combater os infiéis, integrados nas suas próprias mesnadas ou pontualmente alistados numa das Ordens Militares.

Estas últimas organizações (Templários e Hospitalários) configuravam um derradeiro e precioso recurso militar dos governantes cruzados. Na década de 1170, devia haver cerca de 300 cavaleiros da Ordem do Templo e outros tantos da Ordem do Hospital no reino de Jerusalém (os Teutónicos só surgi-

riam nos últimos anos do séc. XII e seriam em menor número). Contas feitas, Templários e Hospitalários, em conjunto, representavam quase metade da capacidade militar ‘pesada’ do principal Estado Latino do Oriente, o mesmo devendo suceder em Antioquia e em Tripoli. Mas não se tratava apenas de uma questão de expressão numérica: os contingentes das Ordens eram o núcleo duro dos exércitos latinos da Terra Santa, porque eram os seus únicos corpos militares permanentes, porque eram forças semi-profissionalizadas e com uma clara vocação guerreira, porque a sua presença continuada na Síria-Palestina lhes permitia acumular uma experiência militar indispensável a uma luta travada nas condições que evocámos, e também porque, tendo uma raiz religiosa e monástica, onde a obediência era um princípio sagrado, os seus freires cavaleiros garantiam um nível de disciplina e de respeito pelos chefes muito superior ao normal nos exércitos feudais. Além disso, a grande capacidade económica das Ordens (que dispunham de vastos recursos no Ocidente) permitia-lhes construir e manter fortalezas que se converteram em verdadeiros baluartes da presença latina na Terra Santa, para além de a sua orgânica interna e de os seus recursos humanos lhes possibilitarem repor rapidamente os numerosos efetivos que perdiam em combate.

Por tudo isto, os mestres do Templo e do Hospital, apesar das rivalidades que alimentavam entre si, dispunham de uma influência política e militar tremenda, chegando-se ao ponto de serem autorizados a fazer a paz ou a guerra com os seus vizinhos muçulmanos, um sinal claro de um elevado grau de autonomia relativamente ao próprio rei de Jerusalém. Não por acaso, após a Batalha de Hattin, Saladino ordenou a execução de quase todos os freires cavaleiros aprisionados e exigiu da Ordem do Templo uma garantia quanto ao acordo de rendição negociado em São João de Acre. Já o cronista Ibn al-Furat, ao referir-se à fortaleza templária fronteira de Safed (na margem direita do rio Jordão, a norte de Tiberíades), descreve-a como “uma espinha na garganta da Síria e uma ferida no coração do Islão” (citado por Marshall, 1992: 67)...

Não nos é possível desenvolver o tema, mas o mapa anexo dos castelos cruzados na Terra Santa preparado por H. Kennedy (2001: XVI), o maior estudioso do tema, permite verificar a extensão da rede de fortalezas cristãs

que garantia a sobrevivência dos Estados Latinos do Oriente. A maior parte desses castelos era pertença das Ordens Militares, como acontecia com Crac des Chevaliers (na Galileia), talvez a mais conhecida das fortalezas dos Hospitalários e que inspirou até a construção do lendário castelo de Château-Gaillard, na Normandia, com as suas muralhas concêntricas (isto é, com um pano de muralha envolvido por outro). Muitos historiadores consideram mesmo que a arquitetura militar foi a valência da arte bélica em que as Cruzadas mais diretamente influenciaram a história militar ocidental (Balard, 1998). Curiosamente, Portugal é um bom exemplo disso, pois o enorme salto dado pela castelologia portuguesa na transição do “castelo roqueiro” para o “castelo românico” (já muito mais sofisticado, pois dispunha de torreões adossados, de seteiras, de torre de menagem, etc.) deu-se justamente após a chegada a Portugal, vindo da Terra Santa, do freire cavaleiro Gualdim Pais, que se tornaria mestre da Ordem do Templo entre nós durante quase toda a segunda metade do séc. XII. No Oriente latino, resistir tornou-se cada vez mais indispensável (em especial após Hattin), pelo que as fortalezas desempenharam um papel essencial. O exército cristão era, em grande medida, um ‘exército de guarnição’, o que de resto levantava um problema grave e nunca satisfatoriamente resolvido (a não ser quando chegava uma nova Cruzada papal à Terra Santa): de cada vez que era preciso mobilizar uma hoste para combater no terreno, as guarnições castelares tinham de ser esvaziadas, o que, sobretudo em caso de insucesso no campo de batalha, deixava os castelos latinos à mercê da conquista muçulmana...

Em exércitos relativamente pequenos (dificilmente os cristãos conseguiam reunir mais de 1200 cavaleiros, alguns milhares de “sargentos” e turcopolos¹

¹ Turcopolos: do grego *tourkopoulai*, ou seja, “filho de turco”; trata-se de gente que aparece no exército bizantino ao tempo do imperador Aleixo I Comneno (1081-1118), como turcos convertidos ao cristianismo e conservando os seus modos de combater, mas que esteve depois presente em todos os Estados cruzados; Guilherme de Tiro apelidou-os de *equites levis armaturae* (“cavaleiros levemente armados”), sendo provável que se tratasse sobretudo de arqueiros a cavalo, muito usados em missões de policiamento e de reconhecimento ou em transporte de mensagens. Os turcopolos (indígenas turcos, muitos dos quais eram prisioneiros ou desertores casados com mulheres francas e convertidos à religião cristã) também podiam ser utilizados nas guarnições dos castelos cruzados. Provavelmente, seriam em número limitado, insuficiente para imitar o papel desempenhado pela cavalaria ligeira

e um máximo de 10 000 a 15 000 peões), poder contar com a eficácia dos contingentes das Ordens Militares era, pois, essencial à sobrevivência dos Estados Latinos do Oriente. Devido à sua competência e profissionalismo, os contingentes das Ordens eram muitas vezes colocados na vanguarda ou na retaguarda das colunas de marcha, ou seja, em duas posições particularmente sensíveis. Eles configuravam uma força de elite sempre disponível, de mobilização muitíssimo rápida, com forte sentido de corpo, bem armada, experiente e disposta a tudo. Foi graças aos Templários e aos Hospitalários que, apesar de todas as dificuldades, os Cruzados conseguiram conservar uma postura razoavelmente agressiva (sobretudo durante o primeiro século da presença cristã na Terra Santa) e desenvolver ou aperfeiçoar formas de combate altamente especializadas. Entre estas, destacaremos duas, que reputamos de especialmente importantes.

Por um lado, a capacidade de organizar colunas de marcha muito cerradas e coesas, preparadas para combater a qualquer momento e aptas a resistir longamente ao tiro fustigante dos arqueiros muçulmanos e às provocações da respetiva cavalaria ligeira (é sugestivo lembrar que os historiadores anglo-saxónicos apelidam esta técnica de “fighting-march”). O exemplo clássico é fornecido pela coluna de Ricardo “Coração de Leão”, que, no verão de 1191 (apenas quatro anos volvidos sobre o desastre de Hattin), desceu de Acre para Jafa, sempre bem encostada ao litoral para beneficiar do apoio da frota cristã e para melhor proteger o seu flanco direito. Embora massacrada por Saladino, a coluna prosseguiu a sua caminhada, para espanto dos cronistas muçulmanos, como confessa Baha al-Din Ibn Shaddad, o biógrafo e amigo do sultão aiúbida:

“O exército inimigo já estava em formação com a infantaria rodeando-o como se fosse uma parede, vestindo robustos corseletes de ferro e malha metálica comprida de boa qualidade, de tal modo que as setas

islâmica durante uma batalha. Ainda assim, a circunstância de serem muçulmanos convertidos ao cristianismo atraiu a ira de Saladino, que após a batalha de Hattin mandou executar todos os turcopolos que aprisionou, apelidando-os de renegados ou apóstatas (Monteiro, 2010: 276-277).

acertavam neles quase sem efeito... Eu vi diversos indivíduos entre os Francos com dez setas cravadas nas suas costas avançando desta forma, imperturbáveis” (Baha al-Din, ed. Richards, p. 170).

Por outro lado, a capacidade para executar cargas de cavalaria pesada com um grau de disciplina interna e de coesão ímpares. Tais cargas eram um dos recursos militares mais preciosos dos exércitos feudais do século XII, mas, para serem bem-sucedidas, exigiam um grau de adestramento elevado. Para conseguir “faire la pointe” (isto é, para conduzir a carga) segurando debaixo da axila direita a sua longa e pesada *lance couchée* (a célebre “lança deitada”, surgida no Ocidente europeu em data incerta, mas seguramente antes da Batalha de Hastings de 1066), os cavaleiros precisavam de se agrupar em pequenos esquadrões (os *conrois*, com 10 a 20 homens), tinham de preservar um grande controlo emocional e não podiam estugar demasiado o passo dos cavalos: de modo a chegarem com impacto ao seu objetivo, os esquadrões só na fase terminal da carga (ou seja, nos últimos 50 metros) deviam passar ao galope (20 a 25 km por hora), e também não valia a pena concretizarem o choque enquanto o seu adversário não estivesse relativamente fixo no terreno, o que obrigava a uma boa temporização do momento do ataque; até chegar o sinal, os esquadrões de cavaleiros deviam permanecer protegidos por tropas de infantaria. Mas também depois da carga inicial, que nem sempre era decisiva (pois podia ser absorvida pelas forças adversárias, que sabiam esquivar-se de forma habilidosa), era preciso saber como proceder para conseguir dar lugar às investidas das linhas mais recuadas, para reagrupar em torno do estandarte ou para encontrar soluções em caso de insucesso. Tudo isto era conhecido no Ocidente europeu no séc. XII, mas foi sobretudo na Terra Santa, muito graças à presença das Ordens Militares, que esta técnica da carga da cavalaria pesada atingiu o seu maior florescimento. Aliás, não se conhece nenhuma descrição desta manobra — o mais importante recurso tático dos exércitos cruzados — que seja mais pormenorizada e precisa do que aquela que se encontra na *Regra dos Templários*, que explica com notável detalhe o papel do marechal (o comandante operacional), do sub-marechal, dos cavaleiros, dos peões e até

dos porta-estandartes neste processo (Upton-Ward, 1992: 59-63; Monteiro, 2011: 29-32). Devemos também a Baha al-Din uma bela descrição da carga de cavalaria (iniciada pelos Hospitalários) com que Ricardo “Coração de Leão” devastou o exército de Saladino em Arsuf, em setembro de 1191:

“A situação do inimigo piorou ainda mais e os muçulmanos pensaram que os tinham nas mãos. Finalmente, os primeiros destacamentos da sua infantaria alcançaram as plantações de Arsuf. Então, a sua cavalaria agrupou de forma cerrada e decidiu fazer uma carga, uma vez que receavam pelo seu povo e acreditavam que só uma carga os poderia salvar. Eu vi-os agrupados no meio dos peões. Pegaram nas lanças e deram um grito a uma só voz. A infantaria abriu clareiras para eles e carregaram em unísono. Um dos grupos carregou sobre a nossa ala direita, outro sobre a esquerda, e o terceiro sobre o nosso centro. Sucedeu que eu estava no centro, que se pôs em fuga de forma generalizada. A minha intenção era juntar-me à ala esquerda, pois era a que estava mais próxima de mim. Alcancei-a depois de ela ter sido completamente desbaratada, por isso pensei juntar-me à ala direita, mas então verifiquei que ela tinha batido em retirada de maneira ainda mais calamitosa do que tudo o resto” (Baha al-Din, ed. Richards, p. 175).

Quanto ao armamento utilizado pelos cavaleiros cruzados à data da batalha de Hattin, não diferia muito do que era conhecido no Ocidente na mesma época. Aliás, o fabrico local era escasso, predominando a importação, através sobretudo de mercadores italianos. Uma lista (de fiabilidade duvidosa) apresentada por Radulfus Niger, em 1187, sobre o equipamento com que se deveria manter o reino de Jerusalém, fala em esporas, *chausses* (polainas de ferro), cotas de malha, *cuiries* (peitos de couro), cascos com proteção para a cara, espadas, cavalos, cascos, lanças, armaduras para cavalos, bandeiras e estandartes, para além de armas para a infantaria e de uma grande variedade de máquinas de assalto (Nicolle, 1995: 49-50). Mais segura é a indicação constante da versão francesa da *Regra do Templo*, ligeiramente anterior aos meados do séc. XII: um freire cavaleiro deveria

ter cota de malha e *chausses*, um chapéu de ferro com aba ligeira, uma coifa de malha (possivelmente um gorro reforçado), espaldeira (certamente de malha, ou acolchoada), um *gambeson* acolchoado (gibão para defesa do tronco), uma espada, uma lança, uma maça turca, um escudo, um cutelo de armas, uma daga grande e mais dois pequenos cutelos para uso não militar; quanto ao seu cavalo, deveria possuir um *caparison* (cobertura de tecido) e o cavaleiro deveria também contar com um saco de couro para guardar a sua cota de malha. Já os “sargentos”, deveriam ter uma cota de malha mais pequena e sem ganteletes (luvas), e as suas *chausses* de malha não tinham pés, para poderem caminhar mais confortavelmente (Upton-Ward, 1992: 82, 87-92, 103 e 114; Monteiro, 2011: 31-33). Note-se que os Cruzados sofreram de um déficit crónico de bons cavalos de guerra: se, por um lado, tentavam aproveitar as montadas muçulmanas que capturavam, por outro, os seus inimigos exploravam esta fraqueza dos cristãos, visando deliberadamente os seus cavalos com um tiro de arco e um arremesso de lanças impiedosos. As selas dos cruzados parecem ter sido bastante cuidadas, dispondo de acolchoamentos de feltro e de arçõs com cantos elevados; assentavam em peças de tecido e articulavam com cilhas simples, duplas e com correias resistentes.

No que diz respeito ao equipamento da peonagem, dispomos de menos informação, embora o número de referências que lhes fazem as canções de gesta coevas sugira que os homens de pé teriam (pelo menos alguns) cotas de malha, achas de cabo largo, achas dinamarquesas (com cabeças pesadas, de grandes arestas), maças de armas, *faussards* (foices de um só gume), piques, dardos, fundas não flexíveis, arcos e bestas. Finalmente, no que toca às máquinas de cerco dos cristãos da Terra Santa, baseavam-se, tal como no Ocidente, em engenhos de arremesso de pedras de diverso tipo (*mangonels*, *perières*, *petraria*), com provável predomínio, à data que nos interessa, dos trabucos de tração humana, ou já de contrapeso, estes últimos podendo atingir os 200 kg de peso e sendo capazes de lançar balas de 15 kg a 180 metros de distância, e pelouros de pedra de 47 kg a 100 metros, tudo dentro de um alvo com apenas seis metros quadrados de superfície (Nicolle, 1995: 50-52).

Resta salientar os problemas de comando que frequentemente existiam no seio dos exércitos cruzados. Quando estes eram apoiados por uma grande expedição cristã vinda da Europa, a relação entre os Francos acabados de chegar e os que já se encontravam na Síria-Palestina há muito tempo (ou que descendiam até dos primitivos Cruzados) era quase sempre difícil: os recém-chegados desvalorizavam o conselho de quem conhecia o terreno e o adversário e mostravam-se propensos a precipitações desastrosas; ao mesmo tempo, a autoridade dos príncipes locais, em especial a do rei de Jerusalém, saía enfraquecida, em especial se a expedição europeia incluísse um fidalgo ou até um monarca de primeiro plano. Quando entregues a si próprios, nem por isso a cadeia de comando dos Cruzados funcionava melhor: como já percebemos ao observar a realidade política cristã do terceiro quartel do século XII, havia grandes rivalidades internas, fidelidades e fações assanhadas, que complicavam o processo de decisão. A falta de terra para recompensar os cavaleiros dentro da lógica tradicional da feudalidade também não ajudava, recorrendo-se muito, em especial a partir de 1120, aos chamados “feudos-renda”: concessão de direitos de exploração de portos, de mercados, de portagens, de propriedades comerciais ou ‘industriais’, acarretando como contrapartida a manutenção de um número fixo de cavaleiros (ou de sargentos) bem identificados.

Quanto ao resto, o padrão europeu imperava, como seria de esperar num território em que o modelo ocidental foi praticamente decalcado em quase tudo: na ausência do monarca, o condestável comandava o exército, assessorado pelo marechal (que se ocupava sobretudo dos aspetos práticos e da logística da hoste), enquanto o senescal cuidava das fortificações e do aprovisionamento (podendo comandar também a ‘batalha do rei’, sob a autoridade deste); já o “grande turcopolo” chefiava a tropa com o mesmo nome, sob a tutela do monarca. As Ordens Militares tinham uma orgânica própria (destacando-se, no campo de batalha, o marechal e o sub-marechal) e era corrente os cavaleiros terem sob a sua autoridade cinco ou seis sargentos montados, que constituíam uma espécie de reserva militar. Na ausência de uma frota permanente, as cidades costeiras cristãs dispunham de frotas locais. Quanto à heráldica, encontrava-se mais desenvolvida do que no

Ocidente: segundo Baha al-Din, a haste do reino de Jerusalém transportava um estandarte de cor vermelha sobre fundo branco, com uma cruz no topo, o qual era colocado num carro puxado por mulas, para ficar bem visível.

A organização militar muçulmana

As nossas impressões acerca dos exércitos muçulmanos (árabes ou turcos) estão repletas de lugares-comuns que, aos poucos, os historiadores têm desfeito. David Nicolle, um dos maiores estudiosos das Cruzadas, oferece-nos uma síntese preciosa sobre o assunto no seu estudo sobre a batalha de Hattin (1995: 21-41). Aqui a aproveitaremos, completando-a com as referências que se nos afigurarem pertinentes.

A primeira nota a reter talvez seja a de que os exércitos medievais muçulmanos superavam os seus adversários cristãos em nível de organização. Algumas das suas táticas e tradições militares tinham origem romano-bizantina, ou persa, e a maioria das hostes era composta por soldados profissionais, embora os voluntários religiosos também fossem importantes. O grosso dessas tropas profissionais era de origem turca ou, subsidiariamente, curda (sendo estes últimos pouco estimados pelos emires), e muitos provinham de famílias de tradição militar, onde os jovens aprendiam o ofício da guerra ao lado dos seus parentes (como sucedia no seio da família dos Aiúbidas). Em tempo de paz, estes guerreiros (exceto os mamelucos) podiam dedicar-se a outras atividades, em especial ao comércio, reforçando desse modo a sua condição económica. Na época de Saladino, as posições cimeiras do exército eram ocupadas por homens livres, e não, como sucederá mais tarde, por mamelucos.

As conquistas do *atabegue* Imad al-Din Zengi tiveram o condão de conduzir a uma forte militarização da sociedade muçulmana, com uma clara matriz oriental a servir de modelo. Quando, em nome de Nur al-Din, participou com o seu tio Shirkuh na campanha do Egito, em 1169, Saladino integrava uma força que contava com 6000 turcomanos, 2000 curdos e 500 mamelucos. Depois, enquanto governador do Egito, já vimos

que Saladino aperfeiçoou este corpo militar, enriquecendo-o com tropas que recrutava nos próprios exércitos muçulmanos que ia derrotando (por exemplo, na Síria e na Jazira) e estimulando a lealdade e o orgulho familiar, sentimentos capazes de gerar tropas mais experientes e disciplinadas do que aquelas que era possível encontrar no planalto da Anatólia ou na Pérsia. No entanto, havia também exércitos regionais, que estavam sob a alçada de governadores provinciais e que faziam um recrutamento mais específico: em Alepo, predominavam as tribos turcomanas; em Damasco, as tribos árabes da Síria central; e, em Mosul, os curdos. Na maioria dos casos, o núcleo duro destas forças era assegurado por mamelucos, escravos militares recrutados ainda muito jovens no seio de famílias muçulmanas e não muçulmanas e que dedicavam toda a sua vida à aprendizagem e à prática da guerra, mostrando-se extremamente disciplinados e leais para com quem os tinha comprado, educado e, por fim, libertado (razão pela qual os califas abássidas lhes confiaram, durante séculos, as suas escoltas de elite).

Saladino, para organizar o seu exército, combinou práticas marciais abássidas e fatimitas, comprando escravos pagãos turcos para a guarda do sultão, para arsenais, para guarnições e para o centro da sua própria hoste durante as batalhas. Os turcos (dominantes na Síria) compunham o primeiro grupo étnico, sendo recrutados essencialmente nas tribos turcomanas do Diyarbakr (no sudeste da atual Turquia). O segundo grupo era formado pelos curdos, que eram bons cavaleiros e arqueiros mas que, segundo parece, e ao contrário dos turcos, não combatiam como arqueiros montados; eram recrutados individualmente ou em grupo e eram utilizados em batalha como um bloco único. Já os árabes, que compunham o terceiro grupo étnico, traduzem a ressurreição do nomadismo na Síria do Norte após o ressurgimento bizantino do séc. XI; dispunham de muitos cavalos, mas de poucos arqueiros, preferindo utilizar as lanças ou as espadas. Convém ainda não esquecer as tropas compostas pelos beduínos, que formavam uma cavalaria auxiliar preciosa; Saladino utilizava-a, quer para interromper as linhas de abastecimento inimigas, penetrando a cavalo no território rival (*lisus*), quer como infantaria infiltrada, para perturbar as comunicações adversárias (*oufl*). Havia ainda os voluntários religiosos (*muttawiyah*), que eram exce-

lentes para fustigar os adversários que se atrasavam nas colunas de marcha e noutras operações militares, mas que eram mais difíceis de enquadrar e de controlar, para além de atuarem durante períodos muito curtos. Pelo contrário, as milícias urbanas (*abdath*), eram bastante disciplinadas, sendo recrutadas no proletariado urbano; cabia-lhes sobretudo policiar as cidades e as vilas, mas em situações de emergência também podiam integrar o exército regular; no tempo dos Fatimitas, incluíam judeus, mas na época de Saladino não se sabe. Por fim, as hostes muçulmanas dispunham ainda de uma infantaria especializada e profissional (*rajjalab*), composta por sapadores e engenheiros de cerco de Alepo, por médicos profissionais, por engenheiros do longínquo Khurasan (o “antigo” ou “grande coração”, uma região histórica da Pérsia que englobava partes dos atuais Irão, Afeganistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão), por forças de elite anti-incêndio (os *nafatih*) e por tripulações navais magrebina (os melhores marinheiros muçulmanos, que foram preciosos para o sucesso de Saladino), entre outras.

As forças de Saladino estavam organizadas em unidades militares de extensão variável, que oscilavam entre a *jarida* (a mais pequena de todas, com apenas 70 homens) e a *jama'a* (provavelmente equivalente a três das anteriores); havia também destacamentos com cerca de 20 ginetes (cavalaria ligeira) para operações pontuais (por exemplo, para emboscadas), que se chamavam *sariya*; já as pequenas guardas avançadas, ou grupos de reconhecimento, eram apelidadas de *saqa*. Como oficiais, havia diversas graduações de *amir* (o mais importante era o *isfabsalar*, ou “chefe do exército”), para além do chefe da citada milícia *abdath* (o *ra'is*) e do chefe da polícia (o *shibna*). Os soldados regulares eram pagos em salário (*jamakiyah*) ou em concessões de terra que recordam os feudos europeus e a que os muçulmanos chamavam *iqta*: tratava-se de um sistema de tributos sobre as colheitas, em que o terratenente recebia uma parte das receitas, como garantia da cobrança efetiva dos impostos; porém, ao invés do que sucedia com os feudos europeus, a terra podia ser reavida a qualquer momento; em retribuição da *iqta*, o beneficiário ficava obrigado a manter um certo número de tropas bem equipadas (entre 70 e 250 ginetes, aproximadamente). Para controlar os pagamentos, para registar os nomes e providenciar a colocação

dos soldados e ainda para promover as inspeções periódicas destinadas a comprovar a instrução e o bom equipamento dos homens, havia o *Diwan al Jaysb*, que funcionava como uma espécie de Ministério do Exército. Um registo centralizado tratava de anotar as mudanças de graduação, de estado ou de unidade.

Ao contrário do que sucedia nos exércitos cristãos, em que os combatentes deviam assegurar o seu próprio equipamento, o armamento dos soldados muçulmanos era gratuito (salvo em caso de extravio), sendo fornecido no início da campanha, a partir dos arsenais estatais (os Fatimitas tinham três arsenais, um dos quais com 3000 artesãos, que Saladino herdou). Algumas cidades (como Alepo, Damasco, Mosul ou Cairo) tinham fabrico próprio e *bazares* de armas, embora escasseasse o ferro e o combustível (para trabalhar os metais) nas regiões centrais do mundo muçulmano, que constituíram o berço do poder de Saladino; a fonte de ferro mais próxima situava-se na Anatólia oriental, pelo que o sultão aiúbida dependia muito da importação de lingotes e da exploração de pequenas minas em regiões fronteiriças (como Ajlun ou mesmo Beirute). Deste modo, o comércio de lingotes de ferro ou aço temperado com a Índia (e não só) afigurava-se vital para os muçulmanos, que também nunca desperdiçavam a oportunidade de se apoderarem dos armazéns de armas dos cristãos, nomeadamente quando uma guarnição latina se rendia. Para reforçar o abastecimento, alguns dos tributos a que os cristãos estavam sujeitos tinham de ser pagos em armamento, havendo também lugar à importação de espadas de Bizâncio e até da Europa cristã (apesar da proibição papal). Famoso ficou o presente entregue a Saladino por uma embaixada bizantina, em 1188: incluía 400 cotas de armas, 4000 lanças e 5000 espadas, capturadas a um exército italo-normando!

Já realçámos a importância dos mamelucos, que aliás ficariam intimamente ligados ao fim da presença latina na Terra Santa, graças às conquistas de Baybars (o sultão mameluco do Egito e da Síria entre 1260 e 1277, um dos maiores heróis do Islão medieval) e dos seus sucessores, que capturaram as últimas praças cristãs (a última a cair foi São João de Acre, em 1291). Para além de formarem a escolta de elite dos governantes,

os mamelucos, imbuídos de um forte espírito de corpo, também tratavam das máquinas de cerco, dos arsenais e de outras instalações essenciais (milícia dos *askar*), podendo igualmente compor grandes formações, talvez em jeito de regimento doméstico, a que se chamavam *balqa*. Para além disso, integravam (a par de ginetes livres recrutados pelas vias normais) os regimentos dos *tawashiya*, corpos montados de primeira categoria que atuavam próximo do chefe do exército, servindo durante um certo número de meses por ano, cada homem com o seu próprio cavalo, um pajem e dez animais para transporte de bagagens, e auferindo um salário para aquisição do equipamento.

Os exércitos regionais (*ajnad*) tinham um estatuto inferior e eram compostos sobretudo por cavaleiros, mas poucos deles equipados com arcos. Quanto à infantaria, dispunha de um estatuto menor (no mundo islâmico, tal como na Europa, a posse de um cavalo conferia dignidade social), mas acabava por ser essencial nas operações de cerco; era composta sobretudo por arqueiros e besteiros, mas também incluía lanceiros munidos de escudos. Havia salários para todos os peões profissionais (pelo menos enquanto decorriam as campanhas) e também para os engenheiros de cerco. As fontes apontam também para a possível existência de peões montados (ou cavalgando mulas), especialmente móveis, a que se chamava *janib*.

Um dos aspetos mais impressionantes da organização militar muçulmana do séc. XII é o seu nível de organização logística, que garantia um serviço de apoio muito superior àquele com que os exércitos cruzados podiam contar. Falamos de rapidez de comunicações (o *barid*, ou serviço postal, com pombos mensageiros e correios, e com um sistema de bóias para avisos urgentes), de eficiência na já referida distribuição de armas, de organização do trem de apoio (*thulq*, chefiado por um *amir* experiente) e da inserção nas colunas de marcha de uma constelação de tropas auxiliares que podia incluir, além das forças contra incêndios, ferreiros, mineiros, engenheiros, pedreiros, carpinteiros, agrimensores, serventes, curadores e condutores de animais (mulas, burros, cavalos, camelos), escribas, funcionários religiosos e até médicos e cirurgiões aptos a montar um hospital de campanha razoavelmente sofisticado!

Em caso de sucesso de uma campanha, o despojo era dividido de maneira criteriosa, reservando-se uma quinta parte (tal como sucedia em Portugal, na mesma época) para o governante; a maior parte deste quinhão era vendida aos mercadores do *suq al'askar* (o *bazar* dos soldados), que integrava o trem de apoio e que fornecia também armamento adicional e outros apetrechos militares, quando necessário. Em termos de diferenciação visual dos indivíduos e dos grupos, predominavam as cores próprias do simbolismo islâmico: o verde, o branco, o preto e o vermelho (embora os Aiúbidas se tenham destacado pela sua preferência pelo amarelo, que exibiam nos seus gorros altos: *kalawta*). Os árabes gostavam de enfeitar a cabeça (salvo os beduínos), enquanto os turcos e os Aiúbidas usavam o cabelo comprido; quase todos apresentavam barba e bigode. Os dirigentes vestiam túnicas envolventes, e os soldados de elite exibiam cintos com placas de metal (*biyasa*); quanto aos oficiais, vestiam gorros tesos adornados com pele e com a frente levantada, enquanto os seguidores dos dirigentes usavam faixas ricamente bordadas, munidas de inscrições que simbolizavam a fidelidade. Já havia inscrições nos escudos, mas a moda só se tornou comum um pouco mais tarde; aliás, a heráldica muçulmana ganharia sobretudo impulso a partir da conquista do poder pelos mamelucos, em meados do séc. XIII. Curiosamente, os turcos também recorriam ao uso do estandarte de cauda de cavalo (chamado *tuq*). Nos emblemas e nas cores, parece ter sido grande a influência iraniana.

Do ponto de vista tático, na segunda metade do séc. XII os exércitos muçulmanos da Síria-Palestina continuavam a recorrer às tradicionais razias, mas agora sob novas formas: em vez das mesclas de cavalaria e infantaria, serviam-se de elites mais pequenas de mamelucos, com arqueiros montados apoiados por cavalaria auxiliar e usando as táticas turcas (manobra rápida, dispersão e fustigamento). É irresistível citar aqui uma passagem da crónica (anónima) da Terceira Cruzada (convocada pouco depois da batalha de Hattin) sobre as táticas militares típicas dos turcos:

“Os Turcos estão quase desarmados, sendo portadores apenas de um arco, uma maça eriçada com puas afiadas, uma espada, e também

uma lança de cana com a ponta de ferro e uma daga ligeira. Quando são perseguidos com muita veemência, fogem voando com os seus velocíssimos cavalos, que não os há mais ágeis no mundo, com o seu galope tão rápido como o voo das andorinhas. É costume dos Turcos, quando se dão conta de que os seus perseguidores deixaram de os seguir, então eles próprios deixarem de fugir. Como moscas maçadoras que se afastam rapidamente se as espantas e voltam quando deixas de o fazer, os Turcos fogem enquanto os persegues, mas quando desistes estão preparados [para contra-atacar]. Assim são os Turcos: quando deixas de os perseguir e viras as costas, então eles seguem-te, se tu os persegues eles fogem; deste modo, enquanto o rei [Ricardo I “Coração-de-Leão”] os perseguia com persistência eles fugiam, quando decidia voltar eles ameaçavam-no pelas costas, e assim por vezes não escapavam impunes, mas outras causavam muitos danos aos nossos.” (*The Chronicle of the Third Crusade*, ed. Nicholson, pp. 234-235).

Percebe-se, por esta descrição, que a cavalaria de líderes como Saladino seria muito mais flexível do que a dos Cruzados: os ginetes muçulmanos eram muito destros e velozes, dando geralmente primazia à lança (arremessada com uma ou com as duas mãos, contra os membros ou contra o corpo do adversário); se a lança quebrasse, recorriam à espada. É sobretudo nas fontes turcas que se valoriza o papel dos arqueiros. Uma geração depois de Hattin, os manuais de cavalaria muçulmanos ensinam a iniciar e a prosseguir os ataques, a operar retiradas simuladas e meia-volta, a concretizar fugas e movimentos de renovação do ataque (em jeito de “moscas maçadoras”, como dizia o trecho que acabámos de citar), a controlar os cavalos e a disparar, quer usando o arco e a flecha (com recurso a um protetor de dedo polegar para o disparo a longa distância), quer arremessando dardos ou azagaias (lanças curtas) a partir do dorso do cavalo. Já o treino dos peões merecia muito menos atenção, apesar dos conselhos dados aos arqueiros a pé, que precisavam de desenvolver competências para combater em campo aberto. À tropa apeada, exigia-se sobretudo que estivesse preparada para aguentar as longas marchas, que soubesse reconhecer o adversário e estivesse a postos

para sofrer um ataque iminente, e que tivesse arte e engenho para se pôr a coberto, para detetar a cavalaria adversária e para espantar e dispersar as respetivas montadas.

Quando em progressão em território inimigo, os exércitos muçulmanos gostavam de enviar à frente grupos de assalto ligeiros para semear a confusão e o medo (tarefa em que os beduínos árabes, em especial os nativos, eram excelentes). Sempre que possível, aproveitavam a chuva, a noite, o vento e o nevoeiro e atacavam antes do amanhecer, quando o sono mais apertava as sentinelas (tudo expedientes que, na mesma época, Geraldo “Sem Pavor” utilizava também em Portugal, provavelmente em função da experiência que adquirira muito jovem no campo muçulmano). As batalhas campais deviam ser evitadas, a menos que as condições fossem especialmente favoráveis; neste último caso, Saladino gostava de conservar a sua guarda *jandariyah* perto de si e de colocar os melhores regimentos (*balqa*) na zona central, embora também pudessem atuar como corpos independentes.

Quanto à cavalaria pesada, equipada à maneira latina, também existia e encontrava-se dividida em pequenos esquadrões (*tulb*). Decisivo, como vimos, era o papel dos arqueiros montados, a quem competia desorganizar as formações inimigas, ferindo os cavalos e a infantaria adversários graças aos disparos com o arco composto muçulmano, cujas flechas conseguiam penetrar a maioria das armaduras do séc. XII. Uma das manobras mais habituais em Saladino consistia na tentativa de separar a cavalaria e a infantaria inimigas, de modo a evitar que se apoiassem mutuamente (como notámos com base na *Regra do Templo*, o ecrã protetor da infantaria era essencial à preparação da carga da cavalaria de choque dos Cruzados). Mas os muçulmanos também sabiam tirar partido do terreno: em 1167, Shirkuh atraiu os cristãos a uma carga inviável numa encosta íngreme de areia mole, e Saladino usou um *tal* (um monte artificial de escombros, típico do Médio Oriente) para esconder as suas reservas! O recurso a instrumentos musicais, a bandeiras e até a gritadores *jawush* ou *munadi* assegurava uma boa comunicação entre os diversos segmentos de uma hoste muçulmana.

Nas operações de cerco, para as quais enviavam à frente tropas ligeiras que bloqueavam a praça, as forças turcas, curdas e árabes sabiam

erguer rapidamente paliçadas e trincheiras, construía torres de assalto, escavavam eficazmente galerias subterrâneas, utilizavam aríetes e máquinas de arremesso de pedras comparáveis às dos cristãos, sabiam proteger os seus próprios engenhos dos ataques inimigos e tratavam de abrir brechas nos pontos mais vulneráveis das cortinas amuralhadas, para induzir uma guarnição a render-se. Uma operação de assédio no Médio Oriente podia prolongar-se durante meses, o que por vezes convertia os acampamentos dos sitiadores em verdadeiras cidades provisórias: no cerco de Acre, em 1191, o exército de Saladino dispunha de 7000 tendas, de 140 ferreiros, de mercados abastecidos com todo o tipo de géneros, de perto de 1000 casas de banho improvisadas e de outros requintes, o que contrasta com o padrão grosseiro e insalubre dos acampamentos de cerco habituais entre os cristãos. Vista a questão na perspetiva inversa (isto é, de quem defende) convém frisar que os muçulmanos possuíam uma boa arquitetura militar, com soluções engenhosas (por exemplo, portas em cotovelo, torres albarrãs destacadas do muro, caminhos de ronda cobertos, etc.), como aliás se percebe ao analisarmos a qualificada castelologia almorávida e almóada da Península Ibérica nos sécs. XI, XII e XIII. Nas guarnições muçulmanas, marcavam também presença os pedreiros, os sapadores (para a abertura de contra-minas, por exemplo), os besteiros, os dardeiros, as tropas antifogo e os operários para as máquinas de arremesso. Para enfraquecer os atacantes, contaminavam as fontes dos arredores e procuravam espalhar a doença, recorrendo a cadáveres de animais. Logo que os sitiadores chegavam, e enquanto estes tentavam montar os seus acampamentos, os muçulmanos lançavam ataques venenosos, que depois repetiam durante o assédio, através de surtidas noturnas (para incendiar material de guerra) e até diurnas, com formações muito disciplinadas, dispostas em quadrado.

No que diz respeito à guerra naval, deve reconhecer-se que, no séc. XII, o poderio muçulmano estava em declínio, mas ainda assim superava o bizantino e colocava muitas dificuldades aos Cruzados. Os muçulmanos (nomeadamente os Fatimitas do Egito) dispunham de galés de combate e de grandes vasos mercantes, que transportavam arqueiros, especialistas em abordagens, serventes de máquinas de arremesso e tropas antifogo;

geralmente, os barcos formavam em meia-lua ou de forma compacta, recorrendo a retiradas simuladas e utilizando a costa como refúgio. A galé de combate mais característica, ao tempo de Saladino, chamava-se *shini* e era movida a remos; mas também havia barcos com velas, sendo certo que os muçulmanos construíram navios de três mastros um século antes dos cristãos! Por vezes, os navios eram construídos em secções, no Egito, sendo depois transportados por camelos, através do deserto do Sinai, até ao golfo de Akaba ou outro ponto estratégico.

Nunca é fácil calcular os efetivos de um exército, apenas mobilizável por um período relativamente curto e em circunstâncias que podiam variar muito. David Nicolle recorda que o Egito, no tempo dos califas fatimitas, conseguia reunir cerca de 25 000 homens, e que Saladino, em 1181, organizou uma revista militar (*ard*) que aponta para 14 000 a 16 000 soldados ao seu dispor, dos quais perto de 7000 pertenciam aos regimentos montados dos *tawashiya*, um pouco mais de 1500 eram mamelucos, e a maioria dos restantes provinha das cidades sírias e das respetivas guarnições (p. ex: 1000 de Damasco, outros tantos de Alepo, 1500 de Mosul, etc.).

Estas forças estavam equipadas com armas ofensivas (lanças, espadas, maças, achas, azagaias, arcos compostos, bestas e, ocasionalmente, laços) e com armas defensivas (escudos, peitos laminados, cotas de malha reforçadas com *kazaghands* acolchoados, cascos, entre outras). Não é, portanto, verdadeira a imagem tradicional de um exército islâmico equipado com armaduras ligeiras e sabres leves; as espadas muçulmanas eram, tal como a maioria das cristãs, de guardas retas, embora o sabre curvo já tivesse aparecido na Pérsia no séc. IX ou X e fosse bem conhecido na Ásia Central turca. A principal arma (individual) de arremesso era o arco composto; segundo Nicolle, na época das Cruzadas deu-se uma mudança importantíssima, com a passagem do “arco huno”, angular (que se tendia suavemente, mas que desperdiçava muita energia e tinha grandes orelhas não flexíveis que atrapalhavam o arqueiro montado e o próprio cavalo) para o “arco turco” (mais curto, mais eficaz e mais prático para os atiradores montados, embora fosse muito teso e difícil de utilizar por arqueiros inexperientes). Quando disparavam à distância, os atiradores islâmicos visavam sobretudo as montadas

dos cristãos, muitas vezes desprotegidas, o que tem transmitido uma ideia errada de ineficácia das flechas muçulmanas contra as armaduras dos Cruzados: a malha metálica, se não fosse fortemente acolchoada por dentro com estopa grossa (como deve ter sido o caso dos soldados de Ricardo “Coração de Leão” na sua célebre e já aqui citada marcha de Acre para Jafa) até oferecia pouco resistência às flechas (mesmo às disparadas pelo arco largo que era usado na Europa ocidental); já as armaduras laminadas dos Turcos, consta que protegiam razoavelmente os seus portadores.

Os antecedentes próximos da batalha

Estamos agora em perfeitas condições para começar a descrever as operações militares que conduziram à batalha de Hattin, o mais importante combate da era das Cruzadas após a conquista de Jerusalém, em 1099. Dadas as dificuldades sentidas pelos Estados Latinos a seguir à tomada de Edessa, a que se somaram os problemas políticos internos surgidos durante a governação de Balduíno IV “o Leproso” e logo após a sua morte, a ambição dos governantes cristãos, na segunda metade do séc. XII, passou sobretudo por defender os territórios sob a sua jurisdição. Neste quadro, nos inícios da década de 1180, a nota mais ofensiva foi dada por Reinaldo de Châtillon, por vezes apelidado de “o elefante de Cristo”, um homem que, depois de ter estado encarcerado nas masmorras de Alepo durante 14 anos (de 1161 a 1175), nutria pelo Islão um ódio mortal. Os muçulmanos chamavam-lhe “Arnât” e reconheciam-no como o seu mais assanhado adversário; o cronista Ibn al-Athir, seu contemporâneo, descreve este príncipe cristão, senhor da Transjordânia e dos importantes castelos de Kerak e de Montreal, como “um dos maiores e mais perversos dos Francos, o mais hostil aos muçulmanos e o mais perigoso para eles” (ed. Richards, p. 316).

Reinaldo era um líder de grande visão estratégica e um bom conhecedor da cultura islâmica do Médio Oriente, onde tinha chegado em 1153. Possuía, além disso, um conhecimento bastante preciso das rotas mercantis e de peregrinação islâmicas, tanto mais que controlava a região latina situada

mais a sul. Provavelmente, teria a intenção secreta de tornar o seu senhorio um novo Estado latino, independente de Jerusalém, um pouco à maneira do que sucedia com o principado de Antioquia ou com o condado de Tripoli. No inverno de 1181-82, Reinaldo, que mantinha boas relações com muitas tribos beduínas árabes que possuíam graves divergências religiosas com Saladino e com muitas elites governantes turcas, lançou um ataque repentino a uma grande caravana muçulmana que cruzava o oásis de Tayma (cerca de 400 km a sul de Kerak); parece-nos razoável a interpretação de David Nicolle (2011: 18), segundo a qual o objetivo do senhor da Transjordânia seria distrair a atenção do sultão aiúbida (que atuava então em Alepo, no norte da Síria), obrigando-o a dividir forças e a protelar a desejada unificação das terras muçulmanas que envolviam os Estados cruzados. No ano seguinte, também durante o inverno, Reinaldo organizou uma campanha ainda mais emblemática (embora não tenha participado pessoalmente nela): promoveu um raide no Mar Vermelho, com barcos construídos por cristãos sírios na costa mediterrânica e — um pouco à imitação do que fizera Saladino uma década antes — levados já pré-fabricados para o golfo de Akaba. Desta forma, o “príncipe Arnât”, que tratara de recolher previamente o apoio de mercadores e marinheiros locais, atacava as rotas de peregrinação muçulmanas do Mar Vermelho e ameaçava os lugares santos mais venerados do Islão (como Meca ou Medina), para além de comprometer o comércio entre o Egito e a Índia. Se fosse bem-sucedido, o mundo islâmico ficaria partido em dois e poderiam até abrir-se laços de cooperação entre a Europa mediterrânica e o Oceano Índico, três séculos antes dos Descobrimentos (Nicolle, 2011: 48)! Todavia, o raide fracassou e Saladino, que receava também a possibilidade de Reinaldo estabelecer ligações com os pró-Fatimitas do Alto Egito, do Iémen e da Núbia (onde, como vimos, existia uma forte comunidade cristã, tal como na Etiópia), pôde respirar de alívio.

Nesta altura, já o sultão aiúbida decidira passar diretamente à ofensiva contra o reino latino de Jerusalém: em julho de 1182, invadira este território com uma hoste nunca antes vista e acampara perto do extremo sul do Mar da Galileia (o mar ou lago de Tiberíades, ou de Genesaré). De acordo com o chanceler e historiador Guilherme de Tiro, os batedores francos detetaram

o avanço muçulmano e alertaram os dois grandes castelos cristãos da região: Safed, a norte do lago, uma fortaleza que se encontrava nas mãos dos Templários; e Belvoir, a sul, com guarnição dos Hospitalários. O ataque coincidiu não só com a doença de Balduino IV, mas também com uma enfermidade do conde Raimundo de Tripoli; porém, ainda assim, a improvisada liderança cristã mostrou-se decidida e competente: tendo concentrado as suas forças junto a Saforie, região que dispunha de água em abundância e onde por isso os cristãos faziam com frequência os seus agrupamentos, os latinos marcharam rapidamente para a ponta da cordilheira que comanda o Mar da Galileia e o Vale do Jordão, controlando dessa forma o acesso íngreme às terras altas da Galileia e a estrada para Tiberíades (Ehrlich, 2007: 17-18, veja-se a figura em anexo). Saladino respondeu marchando para sul, de forma a tentar penetrar no coração do reino latino através de Baisan e do Vale de Jezreel. Ainda assim, os Francos não se deixaram surpreender: subiram para a área entre Belvoir e Forbelet, também a sul, ameaçando dessa forma o flanco muçulmano e obrigando Saladino a subir ao árido planalto situado entre os castelos de Safed e de Belvoir. Deste modo, a campanha acabou por não redundar em batalha, ou, segundo Benjamin Kedar (1992: 192), traduziu-se apenas por um recontro inconclusivo, travado perto de Forbelet; os cronistas do sultão alegam que foram o calor e a sede que negaram a vitória ao seu líder. Segundo Michael Ehrlich (2007: 18-10), que estudou em pormenor esta campanha, o sucesso dos Francos ficou a dever-se sobretudo a dois fatores: primeiro, a uma recolha precisa e atempada de informação inteligente, através de batedores e de turcopolos (que funcionavam como mensageiros, transferindo informação de postos distantes para os comandantes francos); segundo, a uma iniciativa ágil, sustentada por um conhecimento perfeito da região. Com isso, os Francos conseguiram anular a eficácia do enorme exército muçulmano e suportaram bem as agruras climatéricas; não improvisaram e parecem ter tido um bom conhecimento do plano de batalha do seu adversário. Em síntese, em julho de 1182, os castelos da área foram alertados e o grosso da hoste cristã avançou decididamente para um ponto alto, na orla da íngreme montanha que domina o Vale do Jordão, dando com isso provas de uma grande

destreza de movimentos e de um cuidadoso planeamento estratégico, apesar da ausência do rei de Jerusalém e do principal senhor local (o conde de Trípoli), ambos gravemente doentes (Ehrlich, 2007: 20).

No ano seguinte, ou seja, já depois do fracassado raide de Reinaldo de Châtillon no Mar Vermelho (no inverno de 1182-83), Saladino voltou a atacar, em finais de setembro. Nessa altura, já Guido de Lusignan tinha sido nomeado regente do reino de Jerusalém e o exército franco encontrava-se todo mobilizado. O sultão aiúbida começou por atacar o principado da Galileia, mas, como a 'estação da guerra' estava prestes a terminar e o inverno não tardaria a cair, Saladino, sem tempo para tirar partido de um eventual sucesso em batalha campal e talvez convencido de que os seus rivais reagiriam como no ano anterior, restringiu os objetivos da campanha: evitou cruzar o rio Jordão no extremo sul do lago de Tiberíades, de modo a evitar um combate de grande escala prematuro, e optou por atravessar o curso de água a norte de Baisan (isto é, bem mais a sul). Deve ter sido uma surpresa para os muçulmanos verificarem que os cristãos não abandonaram a sua base em Saforie, o que criou uma situação inesperada: as tropas do sultão atuaram à vontade na região leste da Galileia, embora Ehrlich (2007: 21) admita que os Francos possam ter bloqueado o acesso ao coração do reino de Jerusalém, em La Fève. Assim, Saladino aproveitou para devastar as áreas cristãs deixadas à sua mercê e até enviou forças para atacar o mosteiro do Monte Tabor e para lançar o pânico em Nazaré. Entre os cristãos, a tática do regente Guido parece ter sido muito criticada, tanto mais que no ano anterior, embora com piores condições à partida (uma liderança doente e um exército por mobilizar), a resposta dos latinos tinha sido muito mais convincente. Finalmente, a 30 de setembro, o muito pressionado Guido deixou Saforie e abalou na direção de Ain Jalud (a norte de Jerusalém), mas já era demasiado tarde e o movimento não teve utilidade. Valeu aos cristãos o facto de Saladino não procurar, nesta ocasião, travar uma batalha campal, nem conquistar o reino adversário ou sequer uma parte dele. É muito interessante a interpretação de Michael Ehrlich (2007: 21), segundo a qual, em 1183, o sultão queria sobretudo perceber melhor o que se poderia esperar do novo governante cristão, Guido de

Lusignan; por isso, atacou pouco antes do inverno e não fez mais do que devastar territórios marginais e instigar algumas escaramuças. No fundo, a reação do regente latino passou por sacrificar essas zonas secundárias para proteger os interesses vitais do reino de Jerusalém, o que pressupunha ter muita paciência e tolerância perante os estragos provocados pelo inimigo; talvez dessa forma Guido tenha salvo o seu exército, mas na altura poucos perceberam isso e o regente acabou por ser demitido por Balduíno IV e substituído por Raimundo de Tripoli.

Recordar as campanhas de Saladino no reino de Jerusalém em 1182 e em 1183 tem uma importância crucial para um bom entendimento da batalha de Hattin, em julho de 1187. Como salienta Ehrlich (2007: 22), aquelas duas campanhas apresentam muitas diferenças: em 1182, o sultão pretendia enfrentar e destruir o exército campal franco, mas este não o permitiu, optando por uma defesa ativa que lhe permitiu escolher o local de um eventual combate e controlar os pontos de abastecimento de água; já em 1183, Saladino não queria mais do que testar a reação de Guido e devastar algumas regiões marginais (o que fez com mais facilidade e sucesso do que o previsto), evitando um confronto em campo aberto. Nesta última campanha, o sultão aiúbida deve ter ficado surpreendido pela nova tática (passiva) dos Francos, que registou para memória futura, ao mesmo tempo que tirou partido do seu relativo êxito para consolidar a sua posição interna como líder da *Jihad*.

Nos anos seguintes, com Jerusalém sob a regência de Raimundo III de Tripoli, os muçulmanos atuaram de forma mais cautelosa, pois Saladino conhecia bem a capacidade militar do novo líder (que já tinha defrontado algumas vezes) e não pretendia deitar tudo a perder. Mas quando, em 1186, na sequência da crise instalada após o decesso de Balduíno IV, Guido de Lusignan se tornou rei de Jerusalém, Saladino viu abrir-se à sua frente uma janela de oportunidade. Tanto mais que, entre os Francos, grassavam as dissidências: segundo Ibn al-Athir, o conde de Tripoli, que tinha as suas ambições a tornar-se monarca de Jerusalém, ficou altamente desagradado com as manobras de Sibila e de Guido e, intimado a prestar conta das somas que tinha gasto durante a regência, passou à secessão aberta e à rebelião:

De acordo com o cronista árabe, Raimundo “entrou em contacto com Saladino, estabeleceu relações com ele, apoiou-se nele e pediu-lhe o seu auxílio para conseguir alcançar junto dos Francos o objetivo a que se propunha. Saladino e os muçulmanos alegraram-se muito com isto e prometeram ajudá-lo a conseguir tudo aquilo que ele pretendia, garantindo-lhe que o entronizariam como único rei de todos os Francos” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 316)!

Como se não bastasse, no inverno de 1186-87, Reinaldo de Châtillon, que na Transjordânia exigia tributos às caravanas que circulavam entre o Egito e a Síria, atacou uma dessas caravanas, capturando os viajantes e a sua escolta. O mais agressivo dos líderes latinos alegava que a trégua que tinha feito com o sultão (na sequência de alguns raides deste pelos seus territórios) tinha sido quebrada pela aliança de Saladino com Raimundo e pelo envio de uma tão grande escolta. No entanto, as crónicas muçulmanas apresentam a operação como (mais) um simples ato de pirataria do “príncipe Arnât”:

“Nesse ano, uma grande caravana, rica em bens e com muitos homens, acompanhada por um grande número de soldados, passou perto dele. O amaldiçoado capturou traiçoeiramente todos os homens e apropriou-se dos seus bens, animais e armas como despojo próprio. Aos prisioneiros, encarcerou-os em masmorras. Saladino protestou veementemente, deplorando a sua ação traiçoeira e ameaçando-o caso ele não devolvesse os cativos e os bens, mas Reinaldo não concordou e persistiu na sua recusa. Então, Saladino jurou que, se alguma vez o capturasse, o mataria” (Ibn al-Athir, ed. Richards, pp. 316-317).

O golpe de Reinaldo de Châtillon forneceu ao sultão o pretexto ideal para recomeçar a guerra. A 13 de março de 1187 (ou seja, quase no início da primavera, que inaugurava a ‘estação da guerra’), Saladino avançou de Damasco até à zona rica em água de Ras al-Ayn, de onde enviou cartas a pedir voluntários para a *Jihad*. Na semana seguinte, Al Adil, governador

do Egito em nome do seu irmão Saladino, avançou do Cairo para leste, na direção de Akaba (a cidade jordana que se tornou imortal no imaginário europeu desde a batalha de 1917, em que participou T. E. Lawrence, o lendário Lawrence da Arábia). Pelo seu lado, no final do mês, Hajib Husam al-Din Lu'lu (um mameluco ou armênio que era um importante funcionário da corte e um notável especialista naval, tendo frustrado os planos de Reinaldo no Mar Vermelho em 1183) conduziu 15 galés pelo rio Nilo, até Alexandria, ao mesmo tempo que, a norte, o sobrinho dileto do sultão, Taqi al-Din (grande chefe militar e homem de profundas convicções religiosas e de grande generosidade) se aproximava de Alepo, de modo a controlar a fronteira muçulmana com o principado de Antioquia. Depois, Saladino avançou com a sua guarda pessoal para o sul de Busra, com o objetivo de ir proteger os peregrinos que regressavam de Meca: corria o mês do Muharram (primeiro mês do calendário islâmico e um dos mais sagrados, em que se comemora a passagem de Moisés pelo Mar Vermelho) e o sultão receava um novo ataque do senhor da Transjordânia. Enquanto isso, um filho de Saladino, Al Afdal, ficava a comandar as tropas em Ras al-Mai (Nicolle, 1995: 56 e ss., veja-se também o mapa em anexo).

A 20 de abril, Taqi al-Din avançou para o forte de Harin (na fronteira de Antioquia), enquanto a guarda de Saladino fazia uma incursão no sul, até à Transjordânia. Uma semana mais tarde, na altura em que Al Adil devia estar a chegar a Akaba, Saladino atacou o castelo de Kerak, pertença de Reinaldo de Châtillon, e devastou a região circundante, sem que o seu maior inimigo se atrevesse a reagir ou fosse socorrido. Como se percebe, o sultão aiúbida e os seus familiares estavam a manobrar em todas as frentes, visando preparar uma ofensiva fulminante contra o coração do reino de Jerusalém, ao mesmo tempo que, como explica Ibn al-Athir...

...Saladino “escrevia para Mosul, para as regiões mesopotâmicas, para Irbil e para outras praças no leste e para o Egito e para toda a Síria, apelando a que todos se alistassem na *Jihad* e ordenando-lhes que fizessem todos os preparativos possíveis” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 318).

O alarme soou no campo cristão e os grandes barões de Jerusalém entenderam que a primeira medida a tomar seria procurar uma reconciliação entre o rei Guido e Raimundo de Tripoli, que se tinha refugiado em Tiberíades, a cidade de sua mulher, a condessa Eschiva. Assim, nos últimos dias de abril, enviaram a Raimundo uma delegação de alto gabarito, que incluía os mestres do Templo (Gerardo de Ridefort) e do Hospital (Rogério des Moulins), o arcebispo de Tiro, Reinaldo de Sídon e Balião de Ibelin. Contudo, sucedeu que, antes de os embaixadores latinos alcançarem Tiberíades, chegou ali (provavelmente no dia 30 de abril) um enviado muçulmano (o próprio Al Afdal ou um emissário seu), com uma mensagem de Saladino em que este pedia ao seu amigo Raimundo que autorizasse uma força de reconhecimento a atravessar, no dia seguinte, as terras do condado de Tripoli; os muçulmanos queriam atingir os domínios régios de Guido, nos arredores de Acre, de maneira a conhecerem melhor a situação no terreno, e prometiam a Raimundo não fazer qualquer dano no senhorio da Galileia. O conde de Tripoli, ignorando a aproximação de uma embaixada cristã, concordou, exigindo no entanto que o corpo expedicionário regressasse no mesmo dia ao seu local de partida.

A 1 de maio, sob o comando de Muzafar al-Din Gokböri (o “lobo azul”, filho do governador de Irbil, um antigo apoiante de Zengi, guerreiro audaz e que tinha passado para o campo de Saladino, o que lhe valeu receber Edessa e Samsat e casar com uma das irmãs do sultão), passou ao largo de Tiberíades e avançou para poente, penetrando abertamente em território cristão. O grupo não seria muito grande, mas incluía diversos emires turcos, esquadrões de Damasco e de Alepo e muitas tropas da Jazira. Foi então que Raimundo, tendo pelo seu lado sabido da aproximação de uma embaixada cristã proveniente de Jerusalém, enviou um aviso aos barões que a integravam (ao que parece, Balião e Reinaldo já não estavam no grupo), para os prevenir do que estava a acontecer. Nessa altura, é provável que a delegação cristã já soubesse da missão muçulmana de reconhecimento, por via dos avisos de Raimundo às suas tropas na Galileia (Nicolle, 1995: 56-57). Em resposta, no dia 30 de abril, o mestre do Templo decidira já reunir as forças templárias da região, tendo mobilizado (talvez através de

uma mensagem enviada por um pombo correio) 80 freires cavaleiros da sua comenda de Caco (Al Qaqun).

62

No dia seguinte (1 de maio), Gerardo de Ridefort conduziu as suas tropas para Nazaré, onde recolheu o apoio dos 40 cavaleiros da guarnição régia que protegiam os acessos à basílica da Anunciação; depois, juntaram-se-lhe alguns seculares e marcharam todos para leste, até Fonte de Cresson (Ayn Juzah, perto da cidade de Ayn Mahil e ligeiramente a nordeste de Nazaré). O objetivo do mestre do Templo consistia em, com perto de 140 cavaleiros (20 dos quais da escolta direta dos dois mestres), umas centenas de peões e um número desconhecido de turcopolos, reagir à provocação muçulmana e enfrentar a hoste comandada pelo emir Gokböri (tradicionalmente, aponta-se para 7000 homens, mas parece-nos prudente a proposta de David Nicolle, quando a reduz a apenas 700 cavaleiros, atendendo a que se tratava de uma simples força de reconhecimento).

Em Fonte de Cresson, no dia 1 de maio de 1187 e apesar do conselho em sentido contrário dado pelo mestre dos Hospitalários, Rogério des Moulins, e por alguns veteranos do Templo (como Jaquelin de Maillé), o mestre Gerardo de Ridefort forçou o combate e saiu-se mal: a cavalaria cristã, pressurosa em carregar sobre os seus inimigos, perdeu o contacto com as forças apeadas e, em clara inferioridade numérica, apesar do aparente sucesso inicial acabou por ser superada e envolvida pela cavalaria adversária e foi quase completamente aniquilada; apenas o mestre do Templo, o senescal Ourson d'Aulnay e um número reduzido de cavaleiros latinos escaparam à morte ou à captura, e as forças do “lobo azul” ainda puderam depois desbaratar a infantaria cristã (isolada e entregue a si própria) e saquear as redondezas, regressando de imediato à sua base, conforme o prometido a Raimundo de Tripoli. O mestre Rogério des Moulins e Jaquelin de Maillé morreram de armas na mão, e neste combate desapareceram também 60 cavaleiros templários conduzidos pelo marechal Roberto Fraïnel. O erro de Gerardo de Ridefort acabou por sair tremendamente caro e teria consequências pesadas no alinhamento das forças em Hattin, dois meses mais tarde (Claverie, 2009: 363; Nicolle, 1995: 57). Como comenta Ibn al-Athir, a alegria espalhou-se de imediato no campo muçulmano:

“Foi um grande triunfo, porque os Templários e os Hospitalários são os tições dos Francos. Foram expedidos comunicados vitoriosos pelas terras, para dar conta destas notícias” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 319).

63

De qualquer modo, no imediato, a derrota cristã em Fonte de Cresson serviu para reconciliar o rei Guido de Lusignan com o conde Raimundo III de Trípoli (que devolveu a Saladino as tropas muçulmanas enviadas para defender Tiberíades e prestou homenagem ao rei latino), tanto mais que, na mesma altura, uma frota do imperador de Bizâncio, Isaac II Anjo, atacara o Chipre, uma ilha que era defendida por um pretendente rival do *basileus* que era aliado do príncipe latino de Antioquia: Isaac foi (uma vez mais) acusado de apoiar Saladino e, com isso, a relação entre os cristãos latinos e gregos voltou a degradar-se, justamente no momento em que Saladino preparava um ataque decisivo!

Da Fonte de Cresson aos Cornos de Hattin: a batalha decisiva

Ao tomar conhecimento do desastre dos cristãos em Fonte de Cresson, Saladino, que reduzira já o poder de Reinaldo de Châtillon na Transjordânia ao controlo dos castelos de Kerak e Montreal, regressou ao norte reforçado por algumas tropas egípcias, enquanto o seu irmão Al Adil voltava para o Cairo. O sultão estava decidido a atacar o reino de Jerusalém logo que possível e ordenou ao seu filho, Al Afdal, a quem se juntou por volta do dia 27 de maio, que inspecionasse a condição das pastagens e dos postos de abastecimento de água na região de Tal Ashtarrah, o ponto de concentração favorito dos muçulmanos. Entretanto, Taqi al-Din, depois de vigiar as movimentações dos Arménios da Cilícia, preparava a assinatura de uma trégua com o principado de Antioquia (o que veio a acontecer em inícios de junho), de modo a poder avançar, também ele, para o local da concentração. Foram também enviadas mensagens pela Síria e pela Jazira (a leste) a requerer a mobilização de mais e mais tropas.

Tudo isto demorou o seu tempo, mas finalmente a concentração muçulmana ficou completa e, por volta do dia 24 de junho, em Tasil, Saladino pôde organizar um alardo (uma revista às tropas). Como explica Ibn al-Athir...

...“todo o resto dos reforços e contingentes tinha chegado e estava já reunido. Formaram todos em parada e o exército foi inspecionado. Somavam 12 000 cavaleiros, detentores de feudos ou assalariados, para além dos voluntários. Saladino dispôs a sua hoste com um centro e duas alas, esquerda e direita, uma guarda avançada e uma retaguarda. Cada homem sabia qual a sua posição e foi-lhe ordenado que a conservasse. O Sultão marchou em ordem de batalha e acampou em Al-Uqhuwana [al-Qahwāna, conhecida pelos Cruzados como Cavan], perto de Tiberíades” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 319).

Segundo Imad al-Din al-Isfahani (o secretário de Saladino que compunha as suas cartas oficiais, sob a supervisão do sultão) e o biógrafo Baha al-Din, Saladino terá acampado perto da aldeia de Sinnabra, no topo sul do lago de Tiberíades, mas já na margem ocidental do Jordão (Kedar, 1992: 193). De acordo com a reconstituição de Michael Ehrlich (2007: 25-26), que nos parece pertinente, no dia 26 de junho, quando ainda estava em Tal Ashtarrah, Saladino soube da concentração dos Francos em Saforie e, logo após as orações do meio-dia de sexta-feira, abandonou de imediato o local. No dia seguinte (sábado, 27), uma pequena força muçulmana terá já cruzado o rio Jordão e acampado perto da sua margem ocidental, criando uma espécie de testa-de-ponte. Tendo em conta a distância entre Tal Ashtarrah e Al-Uqhuwana (cerca de 60 km), o grosso da hoste muçulmana só aqui terá chegado no dia 29 (ou 30); depois, subiram todos, sem serem minimamente incomodados, até às cumeeiras da Galileia, uma vez que o plano de Saladino passava por avançar para as montanhas desta região e posicionar a sua hoste num lugar estratégico, junto de uma boa fonte de água. No dia 29 ou 30, Saladino deve já ter alcançado a zona de Kafr Sabt [Cafarsset], uma ótima posição estratégica, que lhe permitia atacar em qualquer direção. Com um exército excecionalmente grande

(Nicolle, 1995: 59, admite que atingisse os 45 000 homens, dos quais 12 000 a cavalo), o sultão aiúbida acreditava que tinha boas condições para derrotar os latinos numa batalha campal, mas quis garantir que esta se travaria nas melhores condições possíveis, o que implicava impedir que os Francos tomassem a iniciativa e que pudessem responder como em 1182, controlando os pontos altos e os principais abastecimentos de água entre Saforie e Tiberíades.

Do lado cristão, concertadas as pazes entre o rei Guido e o conde Raimundo de Tripoli, foi lançado o *arrière-ban* em finais de maio, com vista a uma mobilização geral de tropas. Graças à avultada verba doada por Henrique II de Inglaterra (fala-se em 30 000 marcos) e entregue pelo mestre do Templo ao monarca de Jerusalém, foram recrutados mercenários, em especial sargentos montados, que ostentavam um estandarte com as armas do rei britânico. Guido reuniu um conselho de barões em Acre, onde foi dada a informação de que, a partir da zona pantanosa de Al-Uqhuwana (entre o lago de Tiberíades e os rios Jordão e Yarmouk), os muçulmanos tinham começado logo a enviar pequenos contingentes armados para poente, saqueando a região compreendida entre Nazaré, Tiberíades e o Monte Tabor (onde profanaram o santuário) e assinalando assim o início da invasão (vejam-se os esquemas em anexo). Por isso, os cristãos decidiram avançar de imediato para Saforie, um local ligeiramente a noroeste de Nazaré, rico em água e que os Cruzados gostavam de eleger como ponto de concentração das suas tropas. Os castelos de Safed e de Belvoir devem ter sido alertados e, em Saforie, ter-se-ão acabado por concentrar, nos finais de junho, segundo David Nicolle (1995: 61), entre 20 000 e 23 000 homens, dos quais 1200 cavaleiros, até 4000 sargentos de cavalaria ligeira e turcopolos, e 15 000 a 18 000 peões de qualidade muito desigual (desde besteiros profissionais a peões deveras inexperientes). A questão estava em saber o que fazer com toda esta tropa!

Na verdade, Saladino, com o grosso da sua hoste instalado em Kafr Sabt, tomara completamente a iniciativa do jogo e tratava de reconhecer cuidadosamente a região de Lubia (apenas 4 km a noroeste de Kafr Sabt, em subida suave), para ganhar o controlo das duas vias principais que ligavam

Saforie a Tiberíades, a praça onde se encontrava a condessa Eschiva (mulher de Raimundo) e que os muçulmanos devem ter bloqueado logo no último dia de junho ou no dia seguinte. Para além disso, batedores muçulmanos avançaram até Saforie, de forma a provocar os cristãos ali concentrados. Como escreveu Imad al-Din (com evidente exagero no que diz respeito ao tamanho da hoste cruzada):

“(...) o número dos cristãos ultrapassava qualquer cálculo; eles eram numerosos como calhaus, pelo menos cinquenta mil ou mais, com todos os seus artifícios! Eles tinham-se reunido em Saforie, onde tinham chegado vindos de perto ou de longe, e não queriam dali sair mais. Todas as manhãs, o Sultão Saladino marchava ao seu encontro, ameaçava-os, fustigava-os. Atacava-os para que eles se decidissem a atacá-lo a ele, a fazer descer as suas espadas das suas colinas e a afastar as suas gargantas das suas fontes, mas eles permaneciam escondidos sem se mostrarem e não se arriscavam nada cá fora” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, p. 156).

Não tendo conseguido atraí-los, o sultão jogou uma cartada genial, nunca antes ensaiada: atacou diretamente Tiberíades com engenharia de cerco, ainda que correndo o risco de ficar exposto entre duas guarnições cristãs (a de Saforie e a de Tiberíades). A defesa desta última praça era muito reduzida, pelo que a conquista foi imediata, tendo a condessa tratado de se refugiar com os filhos, na noite de 2 de julho, na cidadela da vila. Assim se consumava o primeiro sucesso de Saladino nesta campanha: mesmo que não tivesse a possibilidade de enfrentar e vencer os Francos em batalha campal, pelo menos já tinha conquistado uma das suas praças mais emblemáticas, o que constituía um merecido prémio para a ousadia do sultão e um incentivo à prossecução da *Jihad*.

O ataque a Tiberíades obrigou a um novo conselho de guerra cristão em Saforie, na própria noite do dia 2 de julho (uma quinta-feira). As fontes não são concordantes na reconstituição deste encontro, mas a tendência é para seguir Ibn al-Athir, que, ao contrário de Imad al-Din, afirma que

o conde Raimundo se terá oposto à ideia de socorrer a praça, dado que qualquer movimento para leste, por uma estrada com tão poucas fontes e quase sem forragens para os cavalos, seria arriscadíssimo; se ficassem em Saforie, obrigariam Saladino a retirar, ou a atacar os cristãos numa posição desvantajosa. É natural que Guido de Lusignan tenha concordado com esta estratégia: isso era justamente o que ele optara por fazer em 1183, e por alguma razão os Francos não tinham reagido às movimentações muçulmanas durante os dias anteriores (é até possível que a chegada dos latinos a Saforie tenha sido anterior à deslocação de Saladino para Kafr Sabt); além disso, Guido, agora, já era rei (e não regente) de Jerusalém, e nem sequer precisara de fazer uma proposta de reação timorata, pois o conde de Tripoli acabara de fazer recair sobre si esse ónus... Deste modo, o conselho dissolveu-se, não sem que antes o truculento Reinaldo de Châtillon tenha acusado Raimundo de felonía:

“Há muito tempo que tu andas a tentar meter-nos medo com os muçulmanos; sem dúvida que tomaste o partido deles e te inclinas a seu favor, de outro modo não terias falado assim. Quanto ao seu [grande] número, o fogo do inferno precisa de muito combustível!” (Ibn al-Athir, ed. Gabrieli, p. 149)...

Não sabemos o que se passou depois, mas é certo que, durante o resto da noite de 2 para 3 de julho, talvez por pressão do mestre do Templo, Gerardo de Ridefort (que também acusara Raimundo e que terá invocado que o dinheiro de Henrique II não podia ser desperdiçado em vão), o rei Guido de Lusignan mudou de opinião e decidiu avançar, logo no dia seguinte, e socorrer Tiberíades! Ora, isso era justamente o que Saladino desejava, pelo que Imad al-Din conta que...

...“quando a notícia foi confirmada, o Sultão alegrou-se e regozijou-se com o avanço deles. ‘O nosso objetivo concretizou-se, disse ele, o nosso pedido foi totalmente satisfeito, aconteceu-nos aquilo que nós desejávamos’” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, p. 158).

Também Ibn al-Athir explica que “o único propósito dele [Saladino] ao cercar Tiberíades foi levar os Francos a abandonarem a sua posição, de modo a poder combatê-los” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 321).

Podemos, claro está, discutir a sensatez da decisão do rei de Jerusalém. Provavelmente, e tal como em 1183, ele não terá resistido às pressões a que foi sujeito por parte de alguns grandes barões latinos, a começar pelo mestre dos Templários e por Reinaldo de Châtillon. Convém recordar que Guido se encontrava numa posição política ainda muito frágil, pois subira ao trono só no ano anterior e em condições muito polémicas; além disso, a aliança de Raimundo com Saladino lançara sobre o conde de Tripoli o ódio de muitos barões, e uma excessiva colagem de Guido ao antigo regente podia ser comprometedora. Como quer que seja, a verdade é que a decisão era de elevado risco, pois a passividade do exército cristão nos dias anteriores permitira a Saladino controlar as variáveis principais do combate (vias de comunicação, pontos altos, água), pelo que, agora, não seria fácil derrotar os muçulmanos.

A partir de Saforie, a hoste cristã dispunha de poucas alternativas para alcançar Tiberíades (a cerca de 30 km de distância, o equivalente a um dia, ou um dia e meio, de marcha). Uma grande estrada romana ligava então Acre a Tiberíades (veja-se em anexo o mapa de B. Kedar); um pouco a nordeste de Saforie, essa estrada atingia os 10,4 m (!) de largura e a presença de um marco miliário indica nesse ponto uma distância de apenas duas milhas até Saforie, pelo que a estrada principal devia ter uma ramificação para sudoeste, até ao local de concentração dos Francos. Segundo Benjamin Kedar (historiador israelita e talvez o mais famoso estudioso da batalha de Hattin), graças ao estudo arqueológico da rede viária da Baixa Galileia realizado desde a década de 1980 também foram encontrados vestígios de uma antiga estrada ligando, em *bypass*, Saforie ao noroeste, assim como de uma outra via que, através de território montanhoso, subia de Saforie para sudeste, até Mashhad; já na estrada que liga Fonte de Saforie (cerca de 2 km a sudoeste de Saforie) a Mashhad (rota alternativa sugerida por alguns historiadores ilustres, como Joshua Prawer), não se encontraram

ainda vestígios antigos (Kedar, 1992: 195). Como algumas fontes cristãs, em especial os chamados continuadores em francês antigo da *História* de Guilherme de Tiro (Ernoul e Eraclès), afirmam que a hoste latina prendeu e torturou uma velha muçulmana que os amaldiçoou a duas léguas de Nazaré, é possível que a hoste de Guido, depois de se abastecer convenientemente de água (diz-se que, nessa altura, os cavalos se recusaram a beber, o que foi um mau prenúncio) tenha utilizado a estrada (mais difícil) de Fonte de Saforie para Mashhad, que fica justamente duas léguas a nordeste de Nazaré, rumando depois a norte. No entanto, as medidas medievais são muito incertas e, como lembrou R. C. Smail (1995: 204), também não devemos exagerar a importância das estradas para a deslocação de exércitos que, para este tipo de operações de vizinhança e nesta época, não tinham de se fazer acompanhar por veículos de rodas. Sendo assim, também não custa admitir que o rei Guido tenha optado pela estrada (muito mais fácil e apenas ligeiramente mais comprida) que ligava Fonte de Saforie à grande via romana que passava mais a norte, marchando a partir daí para leste, na direção de Tiberíades (Kedar, 1992: 195).

Há historiadores (como Malcolm Lyons e D. E. P. Jackson, 1982: 259-261) que defendem que este avanço cristão para leste seria apenas um teste, uma sondagem: caso os muçulmanos atacassem a partir do seu acampamento principal, situado perto de Kafr Sabt [Cafarsset], os Francos poderiam imobilizá-los contra a cumeeira norte-sul que se situava a leste da aldeia de Turan [Tu 'ran ou Tourran]; já no caso de os homens de Saladino optarem por permanecer em Kafr Sabt, os Latinos poderiam regressar à fonte de Turan, e neutralizariam depois a ameaça do sultão a Tiberíades por meio de ataques repetidos ao principal acampamento muçulmano.

Nunca saberemos ao certo qual era exatamente a intenção de Guido e dos barões que o aconselhavam de perto, ao decidirem-se por esta reação tão tardia e arriscada. Certo é que a coluna cristã, com uma vanguarda sob o comando do conde Raimundo, um centro chefiado pelo próprio rei Guido (com a Vera Cruz de Cristo à guarda dos bispos de Lydda e de Ramla) e uma retaguarda liderada por Balião de Ibelin, alcançou Turan na sexta-feira, dia 3 de julho de 1187, ao princípio da manhã (talvez por volta das 10h,

como sugere Nicolle, 1995: 62). Ao que tudo indica, alguns cristãos (mais provavelmente os que marchavam no flanco esquerdo da coluna) chegaram a beber água na fonte de Ayn Turan (ligeiramente a noroeste), mas o grosso da hoste não teve possibilidade de o fazer e a coluna continuou a avançar para leste, na direção de Tiberíades. Numa carta que escreveu logo no dia 10 de julho ao califa abássida de Bagdade, Saladino aponta esta decisão de Guido como um erro fatal:

“Os falcões da sua infantaria e as águias da sua cavalaria pairaram à volta da água e ele decidiu-se por uma das águas marchando na direção dela e ladeando-a. Mas o diabo seduziu-o, levando-o a fazer o contrário daquilo que tinha em mente, e fê-lo ver como sendo bom para ele aquilo que não era o seu [verdadeiro] desejo e intenção. Então ele abandonou a água e partiu para Tiberíades, tendo decidido, por orgulho e arrogância, tomar a sua vingança” (Carta de Saladino, ed. Melville and Lyons, p. 211).

É importante analisar este ponto de não-retorno da campanha, em que os Cruzados terão deitado, definitivamente, tudo a perder. Como se pode ver no esquema de Benjamin Kedar (cf. a figura em anexo), Ayn Turan não dispunha senão de uma pequena fonte, decerto insuficiente para dessedentar tantos homens e animais. Aliás, as descargas de água das fontes da região foram estudadas por Kedar, que, sem deixar de admitir que a realidade de hoje possa ser diferente daquela que existia nos finais do séc. XII (embora a proporção relativa possa ser semelhante), concluiu que as fontes de Saforie são as mais abundantes da Baixa Galileia: debitam entre 86 000 e 108 000 litros de água por hora, no verão, sendo seguidas pelas fontes de Hattin, com 17 000 a 34 000 litros. Todas as outras fontes da zona apresentam descargas muito menores, tendo a de Ayn Turan sido avaliada em apenas 108 litros por hora, no dia 12 de julho de 1989 (Kedar, 1992: 196-197). Portanto, o erro de Guido não consistiu tanto em desaproveitar as águas, que apenas matariam a sede a uma pequena parcela da hoste cruzada; a questão é outra. Como observou Michael Ehrlich (2007: 30),

se tivessem optado por ficar em Turan (perto da curva de nível 400), os Francos teriam podido enfrentar os seus adversários em muito melhores condições do que em Maskana, situada a apenas 188 m de altitude, em zona claramente abaixo do principal acampamento muçulmano, estabelecido em Kafr Sabt; de resto, talvez permanecendo em Turan os Francos tivessem podido evitar a batalha. Saladino percebeu o erro e mandou de imediato as suas forças ocupar a dita zona de Turan, ficando portanto na posse de mais um ponto elevado e com algum abastecimento de água.

Assim sendo, a hoste cristã prosseguiu a sua marcha, que se tornava cada vez mais lenta e penosa, porque entretanto o calor e o pó aumentavam, a sede e a angústia cresciam, e os muçulmanos iam fazendo, com paciência de ourives, um trabalho cuidadoso de envolvimento da coluna inimiga, que não deixavam de fustigar através de um tiro inclemente contra os cavalos dos latinos. Esse tinha, aliás, sido o objetivo de Saladino desde o início; como escreve Imad al-Din, o sultão tinha recomendado aos emires e aos chefes do seu exército “que se colocassem em face dos Francos e que os apertassem o mais possível” (ed. Gabrieli, p. 156)!

Alguns quilómetros a leste de Turan, a estrada para Tiberíades dividia-se em dois: o ramal principal passava através da posição forte de Saladino, em Kafr Sabt, enquanto um outro ramal, que também conduzia a Tiberíades, corria para norte, fazendo uma curva perto de Maskana, de Lubia [Lubiya ou Lubiya] e dos Cornos de Hattin (Nicolle, 1995: 62). De maneira a evitar a posição principal de Saladino, e como já percebemos, os cristãos avançaram pelo ramal secundário, redobrando os cuidados na marcha, com a cavalaria protegida por caixas de infantaria em cada um dos segmentos da hoste. Mas já pouco conseguiam progredir, de tão cercados que estavam pelos seus adversários, com o centro de Saladino a cobrir todo o flanco leste, os contingentes de Taqi al-Din a ocupar o setor mais a norte e os corpos comandados por Gokböri a fechar sobre o lado poente (veja-se o esquema anexo, de D. Nicolle).

Por volta do final da manhã, a vanguarda de Raimundo terá chegado muito perto de Maskana [Manescalia, Marescalcia, ou Miskinah] e soube que a retaguarda cristã tinha sido obrigada a parar. Nessa altura, como

comenta Nicolle (1995: 62), o exército cruzado devia espalhar-se por uma área planáltica com perto de dois quilómetros de extensão; no seu flanco esquerdo, tinha umas encostas íngremes e arborizadas formando uma pequena colina com a povoação de Nimrin no topo; à direita, surgiam outras tantas colinas arborizadas, coroadas pelas cidades de Sejera e Lubia (que, como vimos, Saladino reconhecera e ocupara desde muito cedo); em frente, avistavam-se, a cerca de 5 km, os Cornos de Hattin (dois pequenos picos vulcânicos, que se acreditava corresponderem ao local onde Jesus Cristo pregou o Sermão da Montanha) e, mais além, o lago de Tiberíades, cujas águas só deviam ser visíveis a partir do flanco direito; devido à sede, talvez o azul deste lençol de água tivesse parecido aos Cruzados relativamente próximo, mas a verdade é que se encontravam ainda a 12 km de distância...

A partir daqui, é difícil termos a certeza do que sucedeu, uma vez que os testemunhos, mesmo os presenciais, são contraditórios. No entanto, duas coisas parecem certas. Primeiro, a hoste cristã estava já numa situação terrível: desde Turan, não conseguira avançar mais de quatro quilómetros para leste, e começava a cavar-se um fosso perigoso entre os seus três segmentos principais (a vanguarda de Raimundo, o centro do rei Guido e a retaguarda de Balião de Ibelin); os Cruzados encontravam-se numa depressão do terreno e estavam rodeados de muçulmanos por todos os lados, sofrendo bastante com o tiro dos arqueiros de Saladino, que visavam especialmente as montadas; além disso, a sede já era muita e a esperança de salvação começava a dissipar-se. Em segundo lugar, parece seguro que, algures durante a tarde de dia 3 de julho, a hoste cruzada avaliou a situação e tomou a decisão de acampar em Maskana, escassos 300 metros a norte da grande via romana que liga Acre a Tiberíades.

As fontes cristãs — teoricamente mais úteis neste particular — dividem-se na explicitação desta última medida: o autor anónimo do *Libellus de Expugnatione Terrae Sanctae* (testemunha ocular dos acontecimentos) afirma que Raimundo incitou o rei a acelerar, para a hoste conseguir alcançar a água; o rei começou por concordar, mas depois mudou de opinião devido à pressão turca sobre a retaguarda, acabando por ordenar que acampassem no local, uma decisão que o conde de Tripoli considerou um erro trágico,

uma vez que uma investida vigorosa em direção ao lago de Tiberíades poderia ter salvo o exército, ao passo que acampar no árido planalto tornaria a derrota inevitável. Já um dos continuadores da *História* de Guilherme de Tiro (Eraclès) sugere que Raimundo, julgando impossível alcançar Tiberíades ainda naquele dia, sugeriu a Guido que virasse à esquerda, descesse até Hattin e às suas fontes e continuasse no dia seguinte para Tiberíades; porém, a manobra desorganizou a hoste e os muçulmanos conseguiram chegar primeiro às fontes de Hattin; outro continuador de Guilherme de Tiro afirma que foi Raimundo quem sugeriu a Guido que acampasse no planalto (Kedar, 1992: 198).

É difícil saber onde está a verdade, e é bem natural que o insucesso da campanha tenha reacendido as velhas rivalidades entre o rei de Jerusalém e o conde de Tripoli, potenciando reconstruções *a posteriori* do acontecimento repletas de incriminações mútuas. Parece, no entanto, seguro admitir que, na noite de sexta-feira, dia 3 de julho, os cristãos acamparam muito perto de Maskana (que Joshua Prawer identificou como sendo a Mashkena talmúdica e que deveria ser um lugarejo do mesmo tamanho de Turan, mas muito mais pequeno do que Lubia, tendo no séc. XVI apenas 47 famílias: Kedar, 1992: 198). Sublinhamos, ao mesmo tempo, que nesse final de dia pode ter também começado a ganhar forma a ideia, que Eraclès atribui ao conde Raimundo, de uma mudança de rota na direção de Hattin, que estava a apenas cinco quilómetros de distância (ou seja, a menos de metade do lago de Tiberíades), dispunha de abundante abastecimento de água e tinha uma proteção natural envolvente não despicienda (os chamados “Cornos de Hattin”): como a investigação arqueológica de Zvi Gal, entre 1976 e 1981, revelou, estes dois picos estão rodeados por uma muralha da Idade do Ferro, tendo o corno sul (um pouco mais alto do que o outro) também uma muralha da Idade do Bronze Tardio, de que ainda restam alguns vestígios impressionantes (Kedar, 1992: 205-206).

Maskana não tinha água natural por perto (e Ibn al-Athir refere que os muçulmanos tinham destruído todas as cisternas da zona: ed. Richards, p. 321), o que ajudou a tornar a noite de 3 para 4 de julho no acampamento cristão um verdadeiro pesadelo. É provável que Saladino e/ou Taqi al-Din tenham então avançado os seus acampamentos para as proximidades de

Lubia (apenas 2 km a sudeste de Maskana), o que criou um cenário extraordinariamente dramático: durante aquela noite de sexta-feira para sábado, de tão perto que estavam, os adversários ouviam-se uns aos outros e os piquetes de segurança rivais quase podiam comunicar entre si! Do lado muçulmano, muito mais confiante, rufavam tambores e ecoavam cânticos e rezas (Ibn al-Athir diz que lançavam grandes gritos de “Deus é grande” e “Não há outro Deus senão Alá”: ed. Richards, p. 149), tanto mais que era a Noite de Khidr, uma celebração religiosa muçulmana (Nicolle, 2011: 27). Saladino, sempre atento, mandou vir de Kafr Sabt o resto da sua hoste, incluindo a infantaria, e foram distribuídos pelos diversos setores do exército 400 camelos carregados de setas, enquanto outros 70 ficavam guardados como reserva; os muçulmanos dispunham ainda de uma caravana de camelos que trazia água potável em peles de cabra, esvaziando-se depois o precioso líquido em vasilhas de barro colocadas no chão (Nicolle, 2011: 27). Enquanto isso, outros muçulmanos reuniam gravetos e madeira nos montes em volta e empilhavam-nos em locais estratégicos (ou seja, na direção do vento que conduzia ao acampamento cristão, próximo da previsível futura linha de marcha adversária), prontos para arderem na manhã seguinte!

Como se adivinha, a batalha estava decidida antes mesmo do raiar da aurora de sábado, dia 4 de julho; só um milagre poderia salvar a hoste cruzada. Graças à experiência acumulada nas campanhas de 1182 e 1183, Saladino aproveitara sagazmente a hesitante liderança de Guido de Lusignan e a sua tendência natural para demorar a reagir, e tratara de ocupar as posições que mais lhe convinham, garantindo o controlo das zonas elevadas e dos pontos de abastecimento de água. Ao atacar Tiberíades, convencera um adversário relutante a sair da sua toca, e agora preparava-se para o esmagar, depois de o ter fustigado em jeito de aperitivo, retardando a sua marcha e alongando perigosamente a sua coluna. Como sintetiza Imad al-Din:

“O Sultão dispôs em frente deles os seus batalhões e não pensava senão no combate; avançou contra eles com o seu exército, controlando o ritmo para a carga e interditando-lhes os poços de água, o que os reduziu a uma necessidade extrema: a golpes de sabre, impediu-os de

descer rumo à água e partiu-os em dois, mantendo-os sempre afastados. Ora, o dia estava quentíssimo e eles ardiam também de cólera, pois com esta canícula ardente eles tinham consumido todas as suas provisões de água e não podiam resistir à sede. A noite separou os dois exércitos e a cavalaria cortou as estradas de ambos os lados. O Islão passou a noite diante dos incrédulos, o monoteísmo em face dos trinitários: a via justa vigiava o erro, a fé opunha-se ao associacionismo, enquanto se preparavam os diversos círculos do inferno e se alegravam os do paraíso” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, pp. 158-159).

Neste ponto, parece-nos razoável admitir que Saladino tenha igualmente ordenado aos seus homens — nomeadamente aos do flanco direito, comandado por Taqi al-Din — que controlassem também a via secundária para Hattin (onde os cristãos acreditavam encontrar-se o local da sepultura do profeta bíblico Jetro, sogro de Moisés) e o acesso às suas abundantes fontes. À distância a que os cristãos se encontravam destas, seria incompreensível que o sultão aiúbida, que tão bem conduzira a campanha, tivesse descuido uma medida tão elementar. Aliás, uma das versões cristãs em francês antigo (devida a Eraclès) afirma que os muçulmanos conseguiram chegar primeiro às fontes de Hattin, testemunho que é parcialmente corroborado por um relato da batalha descoberto por Jean Richard em meados do séc. XX (Vat. Reg. Lat. 598, cf. Kedar, 1992: 198).

Quando amanheceu, no dia 4 de julho, os Cruzados retomaram a sua marcha para leste, provavelmente continuando a utilizar a grande estrada romana. Todas as fontes muçulmanas (nomeadamente Ibn al-Athir, Imad al-Din e Al Muqaddasi², os dois últimos testemunhas presenciais da batalha),

² Abd Allah b. Ahmad al-Muqaddasi, autor muito pouco conhecido, escreveu o seu relato da batalha de Hattin em Ascalon, em agosto de 1187. O seu pai fora um pregador que vivera sob o domínio dos Francos em Djamma 'il (uma aldeia a sudoeste de Nablus), tendo fugido em 1156 para Damasco e, com isso, iniciando o êxodo dos seus parentes e discípulos para esta cidade. Al-Muqaddasi nasceu em 1146 e estudou em Damasco e em Bagdade, tendo tomado parte nas expedições de Saladino contra os Francos, incluindo na de 1187. Segundo Benjamin Kedar (1992: 192), o seu relato destaca-se pela sobriedade e detalhe factual, o que o torna um dos testemunhos oculares mais importantes da batalha.

fontes essas que são muito mais majestosas e detalhadas do que as cristãs na reconstituição de toda a campanha, indicam que a coluna de marcha cristã se encaminhava para o lago de Tiberíades. Apesar de este objetivo estar mais afastado do que Hattin e as suas preciosas fontes, para chegar a estas últimas o conjunto da hoste cruzada teria de superar os muçulmanos que guardavam os acessos, subir depois a encosta (a cavalo e sem o apoio da infantaria, que não iria aguentar o passo) e, por fim, dominar os arqueiros inimigos, que já deviam estar a guardar a água. Por outro lado, como observa Benjamin Kedar, a arrancada em direção ao lago também tinha as suas vantagens, pois deixava mais indefinido para os muçulmanos qual o objetivo exato da marcha dos Francos, uma vez que a frente líquida era muito larga e poderia ser alcançada em diversos pontos; e também não se fechava completamente aos cristãos a oportunidade de atacarem em força o corpo principal dos muçulmanos (Kedar, 1992: 203; Herde, 1966: 30-33).

Saladino não teve pressa de consumir a chacina. Mandou os voluntários *muttawiyah* acender os fogos e, com isso, acrescentou ao sofrimento dos cristãos uma tortura suplementar: a provocada pelo fumo, que tornava o ambiente irrespirável, irritava os olhos e aumentava exponencialmente a sensação de sede (mas claro que os destacamentos muçulmanos que se encontravam no lado nascente também devem ter sido, ao menos parcialmente, afetados). Possivelmente, os fogos terão sido acendidos em diversos momentos, de forma faseada e conforme o andamento dos cristãos. Estes lá marchavam como podiam, organizados nas suas caixas protetoras, com a infantaria por fora e a cavalaria por dentro, tentando preservar-se o mais possível do tiro inclemente (e, em grande parte do percurso, de cima para baixo) dos arqueiros muçulmanos. Como sugere Michael Ehrlich (2007: 31), parece provável que os ataques de Saladino, em clara superioridade numérica, tenham incidido sobretudo em dois pontos: entre a vanguarda e o corpo principal; e entre o corpo principal e a retaguarda. Se assim foi de facto, terá sido a unidade central da hoste cristã, liderada pelo rei Guido (acompanhado pelos Hospitalários e, possivelmente, pelos Templários, que fechariam este segmento da coluna), a pagar as despesas da aventura. De certa forma, os muçulmanos ter-se-ão centrado num objetivo principal, atacando mais insistentemente a 'cabeça da

serpente inimiga' e continuando a separá-la das restantes forças cruzadas. Para resistir à pressão e conseguir continuar a marcha, os esquadrões das Ordens Militares tiveram de executar algumas cargas a cavalo, em especial a partir da retaguarda do corpo central da coluna cristã, cargas essas que parecem ter sido relativamente bem-sucedidas mas que terão implicado também muitas baixas. Segundo conta Ibn al-Athir...

...“a batalha inflamou-se e tornou-se feroz, com uma tenaz resistência de ambos os lados: os arqueiros muçulmanos lançaram uma nuvem de flechas, como se fossem grandes enxames de gafanhotos, e mataram neste combate muitos dos cavalos dos Francos. Estes juntaram-se à sua infantaria e pressionaram, continuando a combater, na direção de Tiberíades, na esperança de alcançarem a água” (Ibn al-Athir, ed. Gabrieli, p. 149).

Imad al-Din, num estilo sempre mais floreado, confirma no essencial este relato, ao explicar que a tropa dos Francos...

...“apertada de todos os lados, procurava por onde se escapar; mas, a cada tentativa, eram crivados de flechas e torturados pelo calor do combate. Contudo, eles não se davam por vencidos e carregaram, não tendo outra forma de apaziguar a sede de que sofriam do que ‘a água’ das lâminas que empunhavam nas suas mãos. (...) Eles foram reduzidos à impotência, desalojados, pressionados e perseguidos; a cada uma das suas cargas, eles eram repelidos e massacrados; em cada um dos seus movimentos ofensivos, eles eram capturados e aprisionados” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, p. 159).

Este cenário ajuda a iluminar um dos episódios mais controversos da batalha: a fuga de Raimundo III de Trípoli. O conde, à cabeça da vanguarda da coluna cristã, provavelmente já sem ilusões quanto ao desfecho da campanha e (como vimos) possivelmente até adepto de uma outra estratégia, arrancou para norte, concretizando uma carga bem-sucedida na direção de Hattin. Ao que parece, a carga foi suficientemente violenta para que os

homens de Taqi al-Din tivessem optado por não se lhe opor tenazmente, permitindo ao conde ir embora e, com isso, deixando o núcleo duro da hoste cristã ainda mais entregue à sua sorte. Pelo menos é isso que parece poder deduzir-se dos relatos muçulmanos:

“O conde, avaliando a situação, compreendeu que não poderiam resistir aos muçulmanos e, com o acordo dos seus, carregou sobre os que lhe faziam frente, isto é, sobre Taqi al-Din Umar, sobrinho de Saladino, que comandava os muçulmanos deste setor; constatando a carga desesperada dos Francos, Taqi compreendeu que seria vão opor-se-lhe e ordenou que se lhes abrisse uma passagem” (Ibn al-Athir, ed. Gabrieli, p. 150).

“Quando o conde se apercebeu da derrota, deixou transparecer a sua dor, perdeu a sua energia e procurou um meio de se pôr em fuga, antes mesmo que o grosso das tropas se dispersasse, que a brasa pegasse fogo, que a guerra se inflamasse e que o incêndio se espalhasse; ele procurou, pois, escapulir-se com a sua gente e lançou-se sem olhar para trás na travessia de um barranco; ele fugiu como um relâmpago, (...) seguido por um pequeno número” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, p. 160).

“Quando o Conde, Deus o amaldiçoe, viu que a Fortuna se virava rapidamente contra ele, virou as costas dizendo: ‘não tenho nada que ver contigo. Eu vejo aquilo que tu não vês’” (citação do *Corão*, 8.50). (Carta de Saladino, ed. Melville and Lyons, p. 211).

Curiosamente, uma fonte tardia e quase desconhecida da Cilícia arménia — uma formação política de maioria cristã que se afirmou a partir do terceiro quartel do séc. XI no território a norte do principado de Antioquia que outrora pertencera a Bizâncio, tendo resistido estoicamente até à conquista mameluca de 1375 — alude também a este momento crucial da batalha de Hattin. Referimo-nos à crónica atribuída ao Condestável Sembat (falecido em 1276 e irmão do rei Het ‘um I), que descreve o comportamento do conde Raimundo nos seguintes termos:

“No mesmo ano, Saladino marchou contra o rei de Jerusalém; o rei, os Francos do litoral, o conde de Tripoli e os Freires com as vestes marcadas com uma cruz [Templários, sobretudo, mas também Hospitalários] foram acampar juntos, à vista de Saladino. O exército dos Francos estabeleceu-se numa colina e os infiéis sofriam com a falta de água; então, o conde de Tripoli, esse renegado, mandou dizer o seguinte a Saladino: ‘O que é que tu te comprometes a oferecer-me se eu fizer levantar o acampamento dos cristãos e se eu os levar a estabelecerem-se num local sem água, de maneira a que tu e as tuas tropas possam instalar o vosso arraial à borda de água?’. E Saladino prometeu-lhe inúmeros tesouros, confirmando-lhe tudo isso através de um documento escrito. A seguir, o conde infiel tratou de dar ao seu rei e aos chefes [cristãos] os seguintes conselhos: ‘Não é bom para nós — disse ele — permanecer aqui; venham, partamos deste local e estabeleçamos o nosso acampamento sobre aquela colina, apoiando a retaguarda nas nossas fortificações’. Deste modo, fê-los a todos acreditar nas suas palavras tortuosas e, logo que os cristãos deixaram esse local, o sultão instalou o seu acampamento à beira da água, ao passo que os cristãos não puderam beber mais nenhuma água e acharam-se num grande sofrimento e numa grande incerteza, sem verem saída para a sua situação; então, no seu desespero, entregaram-se à morte e marcharam para o combate; e assim que as suas linhas se dispuseram em ordem de batalha, o infiel conde de Tripoli, afastando-se, desertou com os seus homens do exército cristão, provocando desse modo a derrota dos cristãos; estes, resignados a morrer, travaram batalha e, tendo-se o combate prolongado, acabaram por ser derrotados, pois tanto os homens como os animais, no limite das suas energias, estavam esgotados pela sede; fazia um calor intenso e um vento incendiário, e os pagãos, redobrando os golpes, massacraram toda a gente” (Crónica do Condestável Sembat, ed. G. Dédéyan, pp. 59-60).

As outras fontes cristãs são menos inclementes com Raimundo, em especial as versões em francês antigo, afirmando que o conde atacou por ordem de Guido e que os sarracenos abriram alas para o deixar passar.

Já o *Libellus de Expugnatione*, afirma que os homens de Raimundo decidiram escapar depois de se terem visto separados do corpo principal do exército cristão, que era a unidade do rei (Kedar, 1992: 205). David Nicolle (2011: 30) considera que a intenção de Raimundo não foi a de trair a causa cristã, mas sim a de romper o cerco e garantir o acesso à fonte de Hattin, e admite que Taqi al-Din e a sua ágil cavalaria não contrariaram o movimento e deixaram os cavaleiros cristãos internar-se na garganta que conduzia à aldeia de Hattin porque sabiam que o conde não teria hipótese de voltar para trás, por um lado devido à configuração do terreno, por outro porque os muçulmanos tratariam de fechar a passagem logo a seguir. O certo é que Raimundo continuou pelo Vale do Hamman abaixo, em direção ao lago de Tiberíades, tendo depois evitado a armadilha de se reunir à esposa na cidadela que ainda resistia e optado por seguir para norte, rumo à cidade costeira de Tiro; o conde faleceria poucos meses depois, em Tripoli (diz-se que de pleuresia, o que recorda o fumo inalado em Hattin), destroçado, só e de consciência atormentada, ou pelo menos com a reputação arruinada, como percebemos pela memória (algo fantasiosa, é certo) que, passado um século, o condestável Sambat guardava dele.

Qualquer que seja a verdade que se esconde por detrás do movimento de Raimundo de Tripoli (velho opositor de Guido de Lusignan e, possivelmente, crítico de toda a campanha cristã de 1187), a retirada do campo de batalha do mais talentoso dos chefes militares cruzados afundou ainda mais a moral dos Francos. Compreende-se por isso que, nesta fase da batalha, muitos elementos das forças de infantaria cristãs, em puro desespero de causa, tenham iniciado um movimento de debandada para leste, na direção dos Cornos de Hattin, onde poderiam, pelo menos, encontrar algum refúgio num ponto alto e guarnecido pelas velhas muralhas que há pouco descrevemos. É natural que estes corpos de infantaria — mais provavelmente os do flanco direito da unidade central dos Cruzados, muito mais expostos — não acreditassem já na possibilidade de alcançar o lago de Tiberíades (e agora também já nem sequer as fontes de Hattin) e que, torturados pela sede, pelo fumo, pelo calor e pela poeira, exaustos pelo esforço e completamente desanimados, tenham respondido ao instinto

e procurado no pico vulcânico situado mais a norte a sua derradeira tábua de salvação. Talvez alguns, naquele ambiente de confusão e de colapso generalizados, sonhassem ainda com a possibilidade de seguirem o mesmo trajeto de Raimundo, mas terão encontrado a vereda salvadora já novamente bloqueada pelos homens de Taqi al-Din.

As fontes não nos ajudam muito nesta reconstituição, mas parece provável que a peonagem em fuga tenha tirado partido de uma brecha que se terá aberto de forma natural, no momento da ‘carga em fuga’ de Raimundo de Tripoli, entre a posição de Taqi a-Din (mais a norte) e a de Saladino (mais ao centro); provavelmente, com isto muitos Francos até terão conseguido atravessar a principal bacia hidrográfica em algum ponto (reveja-se o esquema de Kedar em anexo) e colocar-se numa posição de relativa dominância (o corno norte era, ainda assim, menos elevado do que o outro), o que contudo não alteraria a sorte da batalha (Ehrlich, 2007: 30; Kedar, 1992: 202, n. 44; Nicolle, 2011: 30).

Depois disto, enquanto Balião de Ibelin (um velho aliado de Raimundo contra Guido de Lusignan...) tratava também de ser pôr a salvo pelo flanco sul, levando consigo uma boa parte da retaguarda cristã, o rei, acompanhado pelos dois bispos que brandiam a Vera Cruz, procurava exortar a sua peonagem a descer do corno norte para se juntar às forças de cavalaria remanescentes, em torno de algumas tendas instaladas, em jeito de posição defensiva, na encosta poente dos Cornos de Hattin. O apelo não resultou e não terão sido erguidas mais de três barracas, uma mui frágil barreira contra os ataques da cavalaria muçulmana. Com os cavalos cristãos, sem proteção de infantaria, a serem sucessivamente abatidos pelas flechas inimigas, Guido não teve outro remédio senão conduzir o que restava da sua hoste para os Cornos de Hattin. Os cavalos devem ter-se posicionado na parte plana do topo do corno sul, onde foi erguida a tenda real, de um vermelho garrido e visível de muito longe (cf. Carta de Saladino ao califa abássida: Melville and Lyons, 1992: 211-212). Obviamente, os muçulmanos, com o adversário finalmente reduzido a um microcosmos e confinado a um terreno bem delimitado (ainda que com dificuldades de acesso, sobretudo dos lados norte e leste), envolveram de imediato a posição cristã e trataram de começar a atacá-la.

Há um consenso generalizado no que diz respeito a esta fase final da batalha. Os Cruzados, provavelmente encabeçados pelos freires cavaleiros do Templo e do Hospital que se mantinham em combate, organizaram algumas cargas desesperadas a cavalo pela colina abaixo, provavelmente no sentido leste-oeste e tirando partido da grande cratera existente entre os dois cornos, visando alcançar a posição onde se encontrava o próprio Saladino, o que poderia inverter de forma espetacular a sorte da jornada. Porém, não foram bem-sucedidos e a tropa muçulmana pôde ripostar: a infantaria atacou pelos lados mais íngremes e, no corno norte, a infantaria cristã foi mesmo assaltada por trás, o que permitiu a conquista desta posição a meio da tarde. A seguir, Saladino ordenou ao sobrinho que carregasse sobre os cristãos que ainda resistiam no corno sul, íngreme mas não inacessível; segundo Nicolle (2011: 30-31), que observou demoradamente o local, talvez Taqi al-Din tenha levado os seus homens pelo declive ocidental, mais suave, que conduzia a uma espécie de lombo situado entre os dois picos vulcânicos; a cavalaria muçulmana lançou-se duas vezes pela encosta acima e, a determinada altura, a preciosa Vera Cruz foi capturada, devastando (como nota Imad al-Din) o que restava da moral dos cristãos. Guido continuou a resistir com um grupo restrito de bravos, a maior parte deles já a pé, mas, a certa altura, a tenda vermelha foi derrubada e, como Saladino imaginara, a resistência soçobrou de vez, com muitos Francos a serem capturados no chão, exaustos pelo esforço do combate. Vale a pena recuperar o essencial do relato de Ibn al-Athir sobre o final da batalha (v. imagem anexa):

“Então os sobreviventes Francos subiram a uma colina do lado de Hattin, onde tentaram erguer as suas tendas e defender-se, mas, sendo vigorosamente atacados de todos os outros lados, foram travados nos seus propósitos e não conseguiram montar senão uma única tenda, a do rei. Os muçulmanos apoderaram-se da grande cruz chamada ‘A Verdadeira Cruz’, que, segundo dizem, contém um pedaço da madeira que, segundo eles, foi utilizada para crucificar o Messias. Esta captura constituiu um golpe muito duro, pois veio confirmar-lhes a morte e o desastre. Cavaleiros e peões caíram em grande número, mortos ou aprisionados, e o Rei só

ficou na colina com uns cento e cinquenta cavaleiros, os mais valentes e os mais famosos. Disseram-me que al-Malik al-Afdal, filho de Saladino, tinha contado o seguinte [segue-se a história em que Al Afdal comemora antes do tempo a vitória, sendo duramente repreendido pelo pai, que, ao seu lado, o avisa de que apenas haverá razões para celebrar quando a tenda real cair; quando isso sucedeu, o sultão prostrou-se por terra e agradeceu a Deus, chorando de alegria]. A tenda [prosegue o cronista muçulmano] caíra deste modo: os Francos tinham sofrido terrivelmente de sede no decurso destas cargas com que tinham esperado encontrar uma saída para o cerco, mas em vão. Então, eles tinham descido dos cavalos e tinham-se sentado no chão. Os muçulmanos, trepando a encosta, deitaram a tenda abaixo e capturaram-nos até ao último homem. Entre eles, estava o Rei, o seu irmão [Godofredo de Lusignan] e o príncipe Arnât, senhor de Kerak e o maior inimigo franco dos Muçulmanos. Capturaram também o senhor de Biblos, o filho de Honfroi, o chefe dos Templários, que era um dos mais altos dignitários entre os Francos, e uma tropa de Templários e de Hospitalários. O número de mortos e de prisioneiros entre eles foi de tal ordem que (...) desde a época do seu primeiro assalto contra o litoral da Síria [em 1098] os Francos nunca tinham sofrido uma tal derrota” (Ibn al-Athir, ed. Gabrieli, pp. 150-151).

Al-Muqaddasi afirma que o monarca de Jerusalém foi capturado por um curdo chamado Dirbas, enquanto Reinaldo de Châtillon foi preso por um servidor do emir Ibrahim al-Mihrani (Kedar, 1992: 206). Saladino mandou chamar à sua tenda o rei Guido e também Reinaldo de Châtillon; foi servida água gelada ao monarca, que morria de sede, mas, quando este quis passar a taça ao príncipe cristão da Transjordânia, o sultão impediu-o, uma vez que havia entre os muçulmanos a tradição de não executar um prisioneiro a quem já tivesse sido dado de beber... Com os seus dois prisioneiros mais relevantes transidos de medo, Saladino repreendeu vivamente Reinaldo, a quem acusou de traição, recordando-lhe os seus crimes contra os peregrinos e lembrando-lhe que fizera voto de o matar, caso se apoderasse dele. Dito isto, o sultão “levantou-se e cortou-lhe

a cabeça pela sua própria mão” (Ibn al-Athir, ed. Gabrieli, p. 152). O rei, no entanto, foi poupado à mesma sorte cruel, o mesmo sucedendo com Gerardo de Ridefort: ambos foram usados por Saladino para este conseguir a libertação de algumas praças.

No dia seguinte, a cidadela de Tiberíades rendeu-se, com a condessa Eschiva a receber um salvo-conduto para si, para os seus filhos e para os seus companheiros, posto o que abandonou a praça com os respetivos bens. Saladino regressou ao campo de batalha e ordenou a transferência para Damasco dos prisioneiros mais importantes; a lista incluía também o marquês Guilherme de Montferrat, Honfroi de Toron, o mestre dos Hospitalários, o bispo de Lydda e muitos outros barões, no fundo todos os grandes senhores do reino de Jerusalém exceto o conde Raimundo de Tripoli, Balião de Ibelin e Joscelino de Courtenay. Quanto aos Hospitalários e aos Templários, foi-lhes dado a escolher entre converterem-se ao Islão ou serem executados. Quase todos se recusaram a mudar de religião, pelo que o sultão ofereceu 50 dinares a quem tivesse um freire cavaleiro em seu poder e, na manhã do dia 6 de julho, ordenou a respetiva decapitação. Seriam mais de duzentos e Imad al-Din explica que o sultão estava acompanhado de uma multidão de doutores, de sufis, de devotos e de ascetas, todos eles empenhados em ajudar a “purificar a terra destas duas raças impuras” (ed. Gabrieli, p. 165). Já Ibn al-Athir, acrescenta que Saladino mandou executar os membros das Ordens Militares “e não os outros porque eles eram os mais ferozes combatentes de todos os Francos” (ed. Richards, p. 324). No entanto, também os turcopolos parecem ter sido executados no campo de batalha, por serem considerados renegados ou apóstatas (Nicolle, 1995: 77).

Quanto aos cristãos mortos no combate, Ibn al-Athir conta que, cerca de dois anos mais tarde, passou pelo local da batalha e...

...“vi o terreno coberto pelos seus ossos, avistáveis ao longe, alguns deles empilhados, outros espalhados, isto já para não falar daqueles que as torrentes tinham arrastado ou que as bestas selvagens dessas moitas e tocas tinham levado consigo” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 324).

Como sintetiza, de forma macabra, o próprio Saladino, na carta que escreveu logo no dia 10 de julho ao califa sunita de Bagdade:

“foi um dia de graças, em que o lobo e o abutre se acompanharam, ao mesmo tempo que a morte e a captura se sucediam em turnos. Os infiéis foram agrilhoados uns aos outros, montando em correntes em vez de vigorosos cavalos” (Carta de Saladino, ed. Melville and Lyons, p. 212).

Nesta carta, o sultão fala em mais de 40 000 mortos cristãos, uma cifra inaceitável, se tivermos em conta o efetivo inicial da hoste cruzada e a circunstância de, como admite Nicolle (1995:77), cerca de 3000 cristãos (nomeadamente os da vanguarda do conde de Tripoli e os da retaguarda de Balião de Ibelin) terem conseguido fugir para cidades fortificadas vizinhas. Além disso, alguns cavaleiros e chefes foram resgatados com dinheiro, enquanto muitos peões foram reduzidos à escravatura. Quanto aos mortos muçulmanos, em número indeterminado mas decerto muito inferior, não se sabe bem onde foram sepultados, provavelmente em algum santuário muçulmano das imediações dos Cornos de Hattin. Neste local (mais concretamente no corno sul, onde a tenda vermelha resistira até ao final da refrega), Saladino mandaria erguer um monumento comemorativo, conhecido como “Cúpula da Vitória” (o nome foi identificado pelo geógrafo muçulmano Al Dimashqi, falecido em 1327) e a que uma das versões em francês antigo chama uma “mahomerie” no topo da montanha onde o rei Guido fora capturado (Kedar, 1992: 207).

Tal como David Nicolle e Michael Ehrlich concluem, Saladino venceu a batalha de Hattin porque obrigou os seus adversários a combater *onde ele queria, quando ele queria e como ele queria*. A experiência das campanhas anteriores (em especial as de 1182 e 1183), o juízo acertado que fez sobre a personalidade do novo rei de Jerusalém, a disponibilidade para arriscar e um perfeito conhecimento do terreno revelaram-se essenciais para a vitória do sultão aiúbida, agora o líder incontestadíssimo da *Jihad*. As condições climáticas, as dificuldades no seio da liderança dos Francos e a superioridade numérica muçulmana também foram importantes, mas acabaram por ser fatores suplementares de sucesso.

Há muitos aspetos que desconhecemos ainda sobre a batalha, e provavelmente nunca saberemos toda a verdade. Porém, uma coisa é certa: Saladino mostrou-se um comandante militar muito superior a Guido de Lusignan, superando-o no plano tático e, sobretudo, no plano estratégico: desde muito cedo, a sorte dos Cruzados ficou traçada, em especial a partir do momento em que a hoste latina abandonou a pequena fonte de Turan...

E depois da batalha?

Nas semanas que se seguiram ao seu tremendo sucesso nos Cornos de Hattin, Saladino fez os possíveis por cavalgar a onda triunfal e reduzir os Estados Latinos do Oriente a cinzas. Não o conseguiu completamente, mas ficou perto disso. Começou por tomar São João de Acre (cuja rendição foi negociada logo a 8 de julho), aproveitando para libertar Aleixo Anjo, o irmão do imperador bizantino, e, com isso, cimentar as suas boas relações com Constantinopla. Depois, com a ajuda dos seus familiares (em especial do irmão Al Adil, que em meados de agosto trouxe o seu exército do Egito para o sul da Palestina) fez cair uma série de praças detidas pelos Cruzados. Para o efeito, tirou também partido da revolta dos camponeses nativos e dos judeus, rebelião essa que confinara os senhores latinos aos seus castelos, assim como da acumulação progressiva de um imenso despojo de guerra; mais de 20 000 muçulmanos foram libertados e cerca de 100 000 (!) latinos foram presos (Nicolle, 1995: 80-81).

As guarnições cristãs, extremamente debilitadas pela sangria sofrida na Batalha de Hattin, pouca resistência podiam oferecer. Só Tiro suportou o assédio de Taqi al-Din, graças a Reinaldo de Sídón, que agrupou muitos refugiados e travou a conquista, e, sobretudo, devido ao aparecimento imprevisto de Conrado de Montferrat, recém-chegado de Constantinopla e que assumiu o comando da resistência. Tiro, situada na costa, numa posição estratégica magnífica, tornou-se então o pólo da resistência cruzada e a base de uma eventual reconquista dos Estados Latinos. As perspectivas

eram, porém, muito sombrias, pois à entrada da última semana de agosto de 1187, quando Al Adil juntou as suas forças às do irmão, o reino de Jerusalém estava reduzido a muito pouco: no sul, a Gaza e a alguns outros castelos isolados; mais a norte, a Ascalon, Tiro, Safed e, talvez, Beaufort; a leste, aos castelos quase esquecidos da Transjordânia, outrora dominados por Reinaldo de Châtillon. Consciente de que Ascalon constituía a chave do controlo da Palestina, a frota egípcia de Husam al-Din Lu'lu atacou a praça em finais de agosto; a 5 de setembro, a guarnição rendeu-se, nas mesmas condições de Acre: escolta até ao Egito, seguindo-se a repatriação para a Europa (Nicolle, 1995: 82).

Saladino tinha pressa, não só porque precisava de aproveitar o ímpeto galvanizador da vitória obtida em Hattin, mas também porque sabia que depressa teria de desmobilizar o seu exército, de maneira a não se perderem por completo as colheitas estivais. Assim, conquistou o sul da Palestina e, a 20 de setembro, atacou Jerusalém, defendida por Balião de Ibelin (que Saladino libertara de um juramento recente e que Ridley Scott tornou o herói do seu filme “Reino dos Céus”) e pelo patriarca Heráclio; foi um cerco duro (com tiros de trabuco e de outros engenhos, fogo greguês, minas, surtidas desesperadas da guarnição e muitas baixas de ambos os lados), mas a cidade (onde se encontrariam perto de 60 00 pessoas, entre refugiados e habitantes latinos, sírio-jacobitas e cristãos ortodoxos!) acabou por negociar uma rendição pacífica, no dia 2 de outubro de 1187. A esposa do rei Guido, Sibila, e a viúva de Reinaldo de Châtillon, Estefânia, estavam entre os derrotados, mas foram poupadas por Saladino (que assim fez, uma vez mais, jus à sua fama de *gentleman*). A repercussão da conquista da cidade-símbolo das três religiões abraâmicas foi, claro está, enorme, e Imad al-Din dedica-lhe palavras emocionadas:

“[a feliz notícia] foi de uma doçura tão entusiasmante que ultrapassava a doçura do açúcar e do mel. As províncias do Islão engalanaram-se com os seus ornamentos festivos para a tomada de Jerusalém, cujos méritos foram precisados e ilustrados, e a todo o homem foi explicitado o dever de ir visitar a cidade” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, p. 187).

Entretanto, a leste do Jordão, os castelos de Kerak e de Montreal ainda resistiram longamente, mas acabaram por cair também, em 1188 e 1189, respetivamente (Nicolle, 1995: 86). Saladino pressentia que estava quase a alcançar o seu objetivo final, mas Tiro continuava a não ceder e havia que desencravar esta outra espinha da garganta do Islão. A partir de meados de novembro, o próprio sultão tentou um novo assalto em força à cidade costeira que já tantos dissabores causara a Alexandre Magno, mas a chegada do inverno e um ataque de surpresa feito durante a madrugada por uma frota cristã à esquadra muçulmana semi-adormecida que reforçava o assédio goraram os seus planos e levaram Saladino, no dia 1 de janeiro de 1188, a desmobilizar o exército (com exceção dos seus regimentos pessoais) e a retirar para Acre, ligeiramente a sul.

Na primavera de 1188, Saladino mobilizou de novo a sua hoste e investiu na conquista do litoral, correndo embora o risco de ficar separado, pelas montanhas, das suas principais bases de apoio, que se localizavam nas cidades do interior (tanto mais que no norte da Síria abundavam as estradas norte-sul, mas havia muito poucas vias no sentido leste-oeste: Hackett, 1937: *passim*). O sultão tomou diversas praças (como Shayun, Bourzay ou Baghras, uma célebre fortaleza templária), recorrendo a importantes meios de cerco, que incluíram tropas especiais vindas de Alepo. Em inícios de maio de 1189, já ele reconquistara todo o reino de Jerusalém (excepto Tiro e o castelo vizinho de Beaufort) e todo o principado de Antioquia (salvo a cidade com o mesmo nome e o castelo de Al-Qusair). Porém, o condado de Tripoli permanecia quase intacto, e foi portanto aí que Saladino concentrou a sua atenção, não sem antes ter explorado com sucesso uma oportunidade para retomar Beaufort a Reinaldo de Sídon.

Tudo parecia correr sobre rodas, mas foi então que, repentinamente, o rei Guido de Lusignan (libertado por Saladino no verão de 1188, contra a promessa de não voltar a combater os muçulmanos) entrou de novo em cena, acompanhado por Gerardo de Ridefort e por um punhado de companheiros: com uma pequena força militar que trouxe de Tiro, cercou a guarnição muçulmana em São João de Acre; Saladino foi obrigado a responder e, pelo seu lado, sitiou as forças de Guido nesta cidade!

Esta evolução deve ter espicaçado os cristãos ocidentais, que tinham ficado em estado de choque com a notícia da queda de Jerusalém. O novo papa, Gregório VIII (o anterior, Urbano III, antigo arcebispo de Milão, morrera a 20 de outubro, diz-se que de desgosto) apelara a uma nova Cruzada na Síria-Palestina, mas falecera também, quase octogenário, a uma semana do Natal de 1187... Coubera então a Clemente III empunhar a tocha, e não se pode dizer que a resposta ao seu apelo tenha pecado por defeito: os três maiores líderes seculares do Ocidente (Filipe Augusto, rei de França, Ricardo “Coração de Leão”, rei de Inglaterra, e Frederico I “Barba-Ruiva”, imperador da Alemanha) disseram ‘presente!’ e avançaram para a Terra Santa.

Frederico, desastradamente, acabou por se afogar, em 10 de junho de 1190, nas águas de um lago em Salé, na região da Cilícia (a impropriamente chamada “pequena Arménia”), enquanto Filipe e Ricardo alcançaram a Terra Santa na primavera de 1191, não sem antes o monarca inglês ter conquistado a estratégica ilha de Chipre aos Bizantinos de Isaac II Anjo (que aliás enviara uma embaixada de felicitações a Saladino, assim como uma valiosa oferta de equipamento militar, a que já aludimos); a conquista da ilha cipriota, em 6 de maio, garantiu aos Cruzados uma base de operações e uma fonte de reabastecimento muito úteis.

Na Terra Santa, Filipe e Ricardo empenharam-se a fundo na conquista de Acre, uma campanha verdadeiramente épica e que, dadas as circunstâncias que evocámos (Saladino a cercar os cristãos que, pelo seu lado, sitiavam a guarnição muçulmana da praça) se prolongou até 12 de julho de 1191, terminando com a vitória dos Cruzados, depois de imensas baixas de ambos os lados (entre as quais Gerardo de Ridefort, o antigo mestre do Templo). Assim, Tiro deixou de ser um enclave e os cristãos começaram, timidamente, a sonhar com a reconstituição dos Estados Latinos do Oriente.

Nessa altura, porém, Filipe Augusto decidiu regressar a França (alegando doença, mas pensando decerto na possibilidade de recuperar a Normandia ao monarca inglês...), pelo que Saladino e Ricardo ficaram sozinhos, frente a frente, no terreno. Foi um duelo de titãs, que ainda hoje inspira os historiadores militares e os romancistas. Numa primeira fase, Ricardo preocupou-se em sanar as divergências entre os Francos da Síria-Palestina, reconheceu

Henrique de Champagne como rei (sem terra) de Jerusalém e recompensou Guido de Lusignan, entregando-lhe a ilha de Chipre. A 7 de setembro de 1191, a caminho de Jafa, o rei inglês, muito graças ao apoio dos cavaleiros das Ordens Militares, venceu Saladino nas plantações de Arsuf, durante uma 'marcha-batalha' a que já fizemos referência.

Porém, os êxitos de Ricardo revelaram-se sempre limitados; conseguiu retomar para os cristãos quase todo o litoral, mas foi obrigado a renunciar ao seu objetivo principal: a reconquista de Jerusalém. A 2 de setembro de 1192, esgotados física, psicológica e financeiramente, Ricardo e Saladino (que parece nunca se terem encontrado pessoalmente) assinaram a Paz de Jafa, que previa uma trégua por três anos. Uma solução compreensível, tendo em conta a reduzida capacidade de manobra dos Francos estabelecidos no Médio Oriente, mas ainda assim um acordo que, por ter sido firmado com os infiéis e logo na pessoa do líder supremo da *Jihad*, não deixou de causar algum estupor e indignação no Ocidente (Monteiro, 2006: 176-177).

A 9 de outubro, Ricardo iniciou a sua atribulada viagem de regresso à Europa (seria feito prisioneiro pelo caminho) e, menos de um mês depois, Saladino regressou a Damasco. O sultão aiúbida não disporia de muito mais tempo para saborear os seus sucessos, pois faleceu na grande cidade síria, onde fora educado, em inícios de março de 1193. Contava 55 anos de idade e depressa se tornou uma lenda, tanto no mundo muçulmano como no mundo ocidental. A sua capacidade para ultrapassar o tradicional divisionismo interno muçulmano e a utilização da Guerra Santa como fonte de legitimação da sua autoridade foram os principais segredos do seu triunfo, ainda que Saladino tenha feito muitos inimigos de fé islâmica, que nunca lhe perdoaram a sua ambição e a guerra contra os herdeiros de Nur al-Din.

A obra unificadora do vencedor de Hattin desmoronou-se parcialmente após a sua morte, e isso alimentou novas veleidades por parte do mundo ocidental, que organizaria ainda mais quatro Cruzadas na Terra Santa (entre 1203 e 1270), incluindo a escandalosa Cruzada que, em 1204, assaltou Constantinopla, a maior cidade cristã do mundo, cavando um fosso definitivo entre as cristandades romana e grega e arruinando o que ainda restava do prestígio do programa de Urbano II. Apesar de alguns sucessos pontuais

interessantes, nunca mais os ‘Francos’ conseguiram reconstituir os Estados Latinos do Oriente nascidos entre 1098 e 1102. Em grande medida, este fracasso ficou a dever-se ao suceso outrora alcançado pelo sultão aiúbida, que o seu biógrafo e amigo Baha al-Din recorda em palavras que se tornaram célebres e com as quais encerramos esta nossa aventura, de que Saladino foi indiscutivelmente o grande herói:

“Para esta guerra [santa], Saladino era superiormente assíduo e zeloso, e se alguém jurasse que uma vez partido para a Guerra Santa ele não gastava um dracma ou um dinar que não fosse para ela ou para as esmolas, ele diria a verdade e formularia um juízo justo. A Guerra Santa e a paixão que ele lhe dedicava tinham uma forte influência sobre o seu coração e sobre o seu corpo; ele não falava de outro tema, ele não sonhava senão com os preparativos dessa guerra, ele não se ocupava senão daqueles que nela combatiam, ele só tinha simpatia por aqueles que falavam dela ou que exortavam à participação nela. Por amor da Guerra Santa nos caminhos de Deus, ele deixou a sua família e os seus filhos, a sua pátria, a sua casa e o seu país” (Baha al-Din, ed. Gabrieli, p. 128).

Fontes mais importantes

Abd Allah b. Ahmad al-Muqaddasi, in *Recueil des Historiens des Croisades*, Historiens Orientaux, 4:286-287 (cf. Abu Shama, *Kitab al-rawdatayn*).

Baha al-Din Ibn Shaddad, *The Rare and Excellent History of Saladin*, trad. D. S. Richards, Aldershot, Ashgate, 2002.

Chronique Anonyme de la Première Croisade. Trad. francesa, de Aude Matignon. Paris, Arléa, 1998.

Chroniques arabes des croisades, textes recueillis et présentés par Francesco Gabrieli, traduits de l’italien par Vivian Pâques. Sindbad, Actes Sud, 1996.

C. P. Melville and M. C. Lyons, “Saladin’s Hatin Letter”, in B. Z. Kedar, *The Horns of Hattin*, Londres, Variorum, 1992 (pp. 208-212).

- Foucher de Chartres, *A 1.ª Cruzada. Um relato de quem lá esteve*. Trad. port., Lisboa, Inquérito, 2001.
- Guillaume de Tyr, *Historia rerum in partibus transmarinis gestarum*, in *Recueil des Historiens des Croisades*, Historiens Occidentaux, t. I, vols. 1 e 2, 1844, trad. francesa, conhecida como « Estoire d'Eracles ». Existe também uma tradução inglesa (de E. A. Babcock e A. C. Krey): *A History of Deeds Done Beyond the Sea*, Columbia University Press, 1943.
- La Chronique Attribuée au Connétable Sambat*, Introduction, Traduction et Notes par Gérard Dédéyan. Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1980.
- Libellus de Expugnatione Terrae Sanctae*, ed. J. Stevenson, Rolls Series 66. Londres, 1875.
- The Chronicle of Ibn al-Athir for the Crusading Period, Part 2, The Years 541-589/1146-1193. The Age of Nur al-Din and Saladin*. Translated by D. S. Richards. Ashgate, Crusade Texts in Translation, 2007.
- The Chronicle of the Third Crusade. A translation of The Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi*, by Helen J. Nicholson. Ashgate, Crusade Texts in Translation, 1997.
- The Rule of the Templars. The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar*, translated and introduced by J. M. Upton-Ward; with an Appendix by Matthew Bennett. Woodbridge, The Boydell Press, 1992.

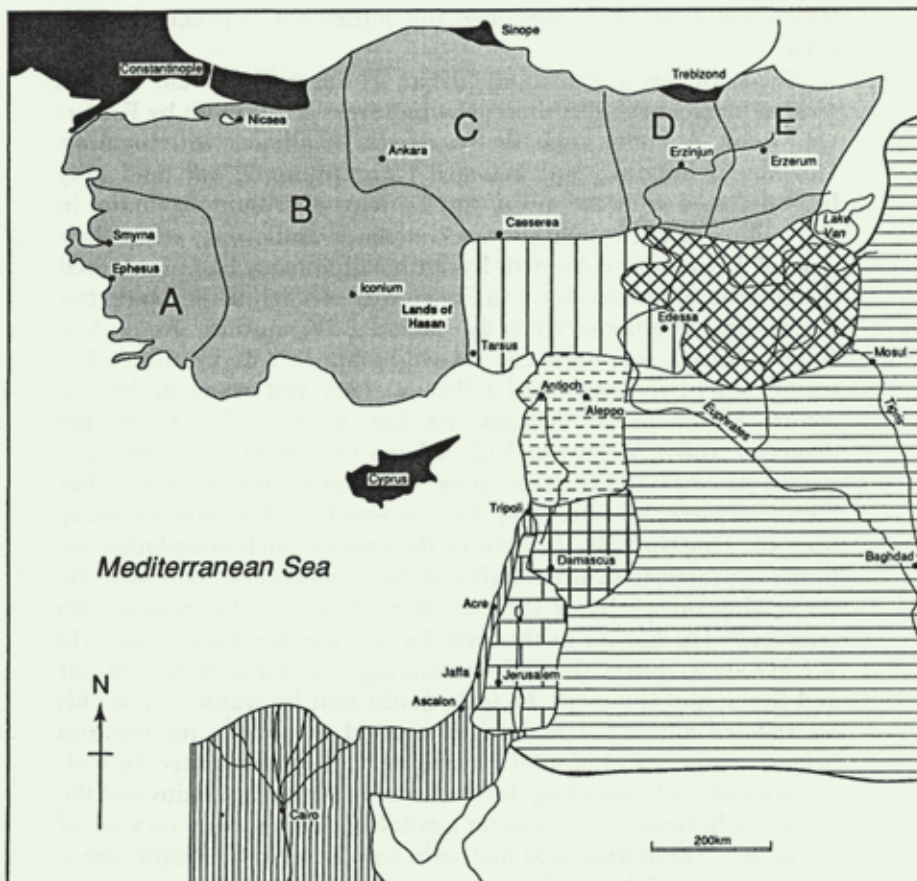
Leituras principais










- Benjamin Kedar, "The Battle of Hattin revisited", in B. Z. Kedar (ed.), *The Horns of Hattin*. Londres, Variorum, 1992 (pp. 190-207).
- David Nicolle, *Hattin 1187. La Mayor Victoria de Saladino*. Trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (ed. orig.: Osprey, 1993).
- David Nicolle, *Saladin. Leadership, Strategy, Conflict*. Osprey Publishing, 2011 (illustrated by Peter Dennis).
- Michael Ehrlich, "The Battle of Hattin: A Chronicle of a Defeat Foretold?", in *Journal of Medieval Military History*, ed. by C. Rogers, K. DeVries and J. France, vol. V, The Boydell Press, 2007 (pp. 16-32).
- Peter Herde, "Die Kämpfe bei der Hörner von Hittin und der Untergang des Kreuzrittherheeres (3. und 4. Juli 1187)", in *Römische Quartalschrift für christliche Altertumskunde und Kirchengeschichte*, n.º 61, 1966 (pp. 1-50).

Leituras complementares

- AAVV, *As Cruzadas (1096-1270)*. Trad. port., Editorial Pergaminho, 2001.
- Alain Demurger, *A Grande Aventura dos Templários. Da origem ao fim*. Trad. port., Lisboa, Esfera dos Livros, 2006.
- Christopher Marshall, *Warfare in the Latin East, 1192-1291*. Cambridge University Press, 1992.
- Claude Gauvard, *As Cruzadas*. Trad. port., Porto, Asa, 1994.
- Hugh Kennedy, *Crusader Castles*. Cambridge University Press, 2001 (ed. orig: 1994).
- João Gouveia Monteiro, *Lições de História da Idade Média, sécs. XI-XV*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2006.
- João Gouveia Monteiro, "As Ordens Militares e os modelos táticos de combate de um e do outro lado do Mediterrâneo", in J. G. Monteiro, *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaios de História Militar Antiga e Medieval*. Lousã, Salamandra, 2010 (pp. 255-301).
- João Gouveia Monteiro, "A Regra do Templo ou o Esplendor da Arte Militar Medieval", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 11, Coimbra, 2011 (pp. 9-38).
- John D. Hackett, *Saladin's Campaign of 1188 in Northern Syria*. MS.B Litt. thesis, University of Oxford, 1937.
- John France, *Victory in the East. A Military History of the First Crusade*. Cambridge University Press, 1996.
- Jonathan Riley-Smith, *Atlas des Croisades*. Paris, Éditions Autrement, 1996.
- Joshua Prawer, "La bataille de Hattîn", in *Israel Exploration Journal*, n.º 14, 1964.
- Malcolm C. Lyons and D. E. P. Jackson, *Saladin: The Politics of the Holy War*. Cambridge, 1982.
- Matthew Bennett, *Castles and Crusaders*, Londres, Cassel Military, 2004.
- Michel Balard, *Les Croisades*. Paris, ME Editions, 1988.
- P. W. Edbury, "The Battle of Hattin (4 July 1187) and its aftermath", in *The Conquest of Jerusalem and the Third Crusade: Sources in Translation*. Aldershot, 1998 (pp.158-163).
- Peter Edbury, "Warfare in the Latin East", in Maurice Keen (ed.), *Medieval Warfare. A History*, Oxford University Press, 1999 (pp 89-112).
- Pierre-Vincent Claverie, «Fontaine du Cresson, bataille de La», in *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, dir. de Nicole Bériou et Philippe Josserand, Librairie Arthème Fayard, 2009 (p. 363).
- R. C. Smail, *Crusading Warfare, 1097-1193*. Second edition with a new Bibliographical introduction by Ch. Marshall. Cambridge University Press, 1995.

Amigos e Inimigos no Médio Oriente, 1095



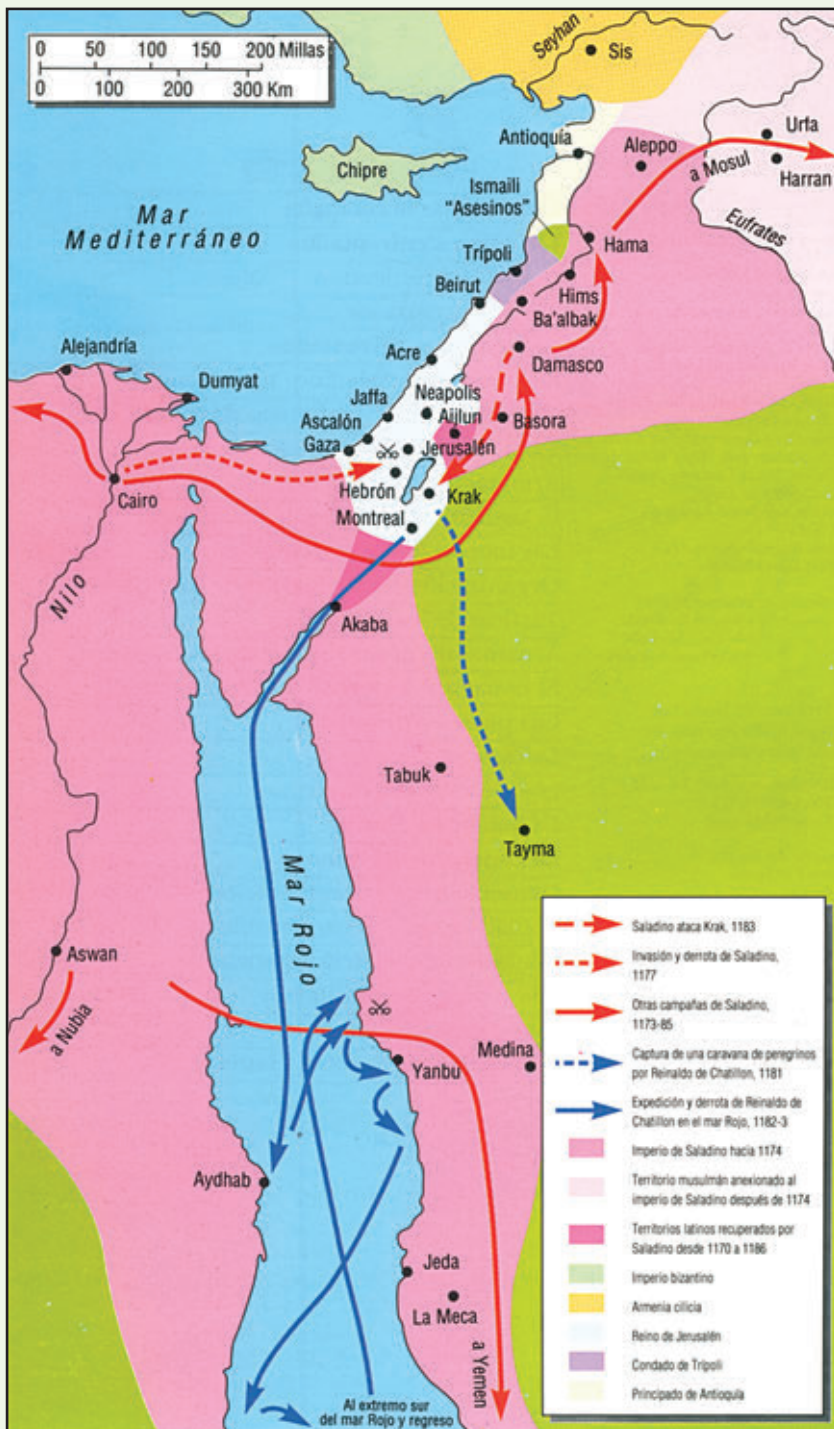
- | | | | |
|---|--|---|---------------------------------------|
|  | Byzantine Lands |  | Held by restless Emirs of the Seljuks |
|  | Fatimid Caliphate |  | Turks of Asia Minor |
|  | Great Seljuk Empire | A | Emirate of Smyrna |
|  | Land disputed between Fatimids and Seljuks | B | Seljuks of Rhūm |
|  | Armenians | C | Danishmends |
|  | Lands of Ridwan of Aleppo | D | Menguchekids |
|  | Lands of Duqaq of Damascus | E | Saltukids |

OS ESTADOS LATINOS DO ORIENTE (1140)



Os Estados Latinos em 1187

in David Nicolle, "Hattin, 1187. La Mayor Victoria de Saladino", trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (p. 6); ed. orig. Osprey, 1993

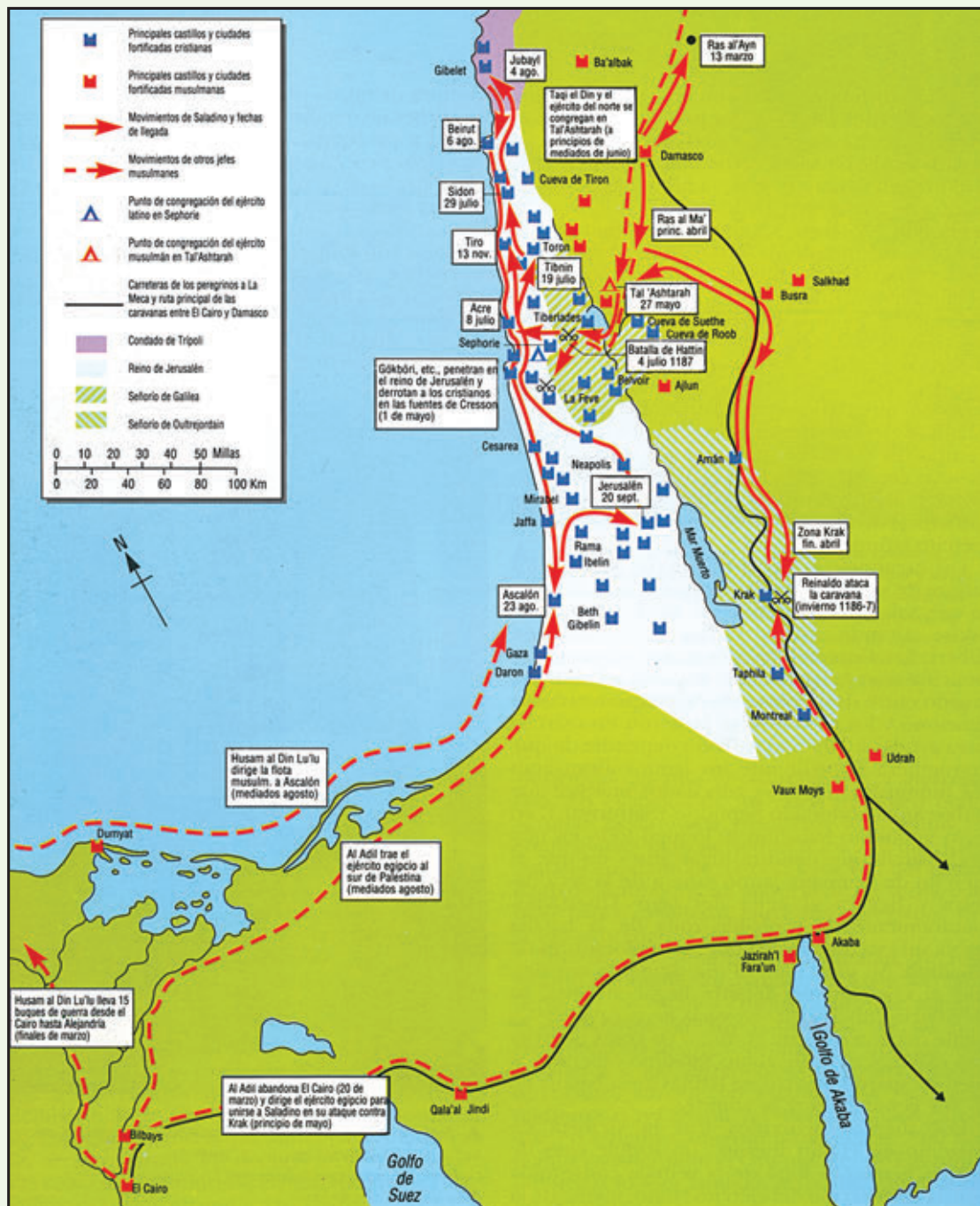


Os Castelos dos Cruzados na Terra Santa

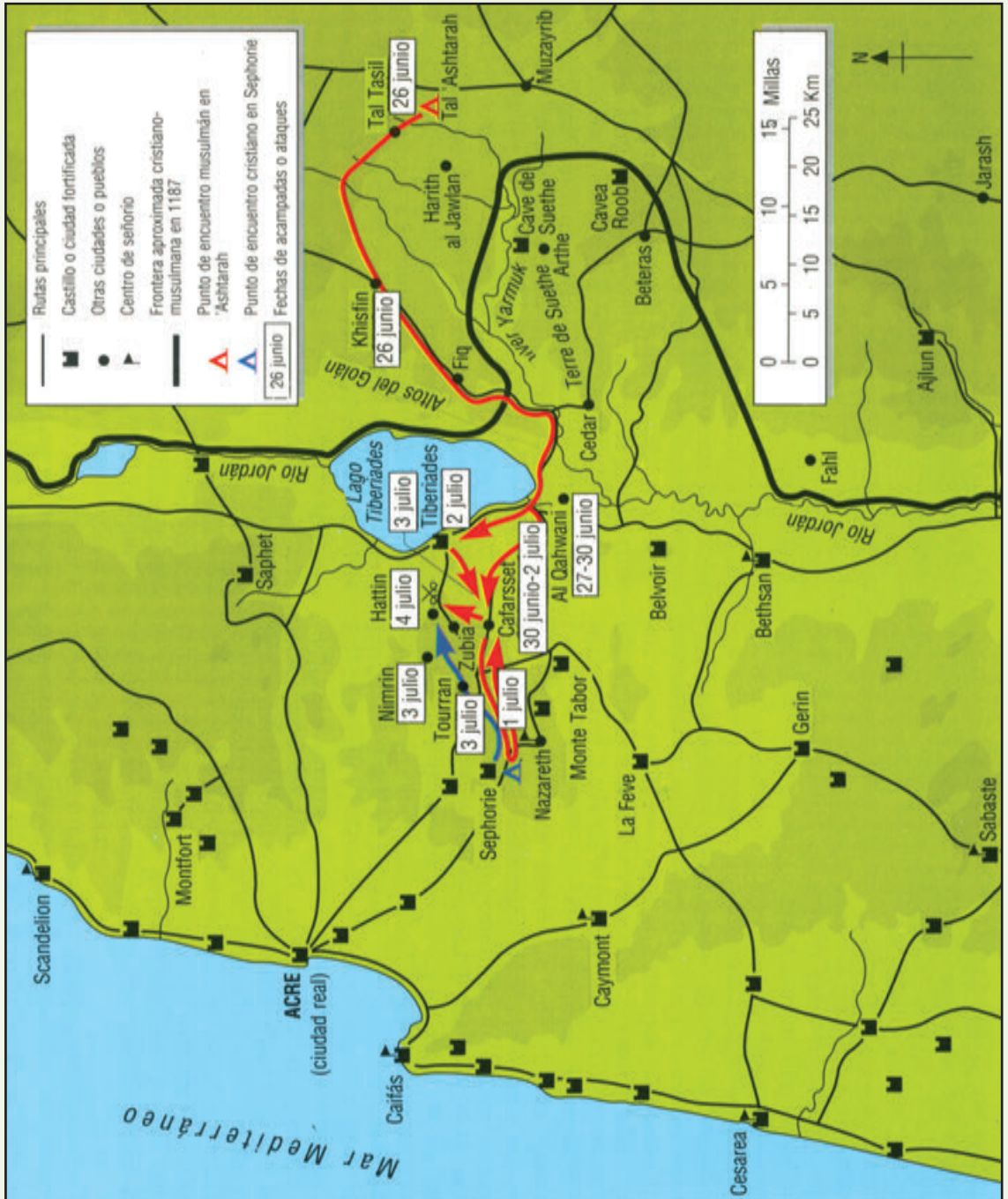


As Campanhas de 1187

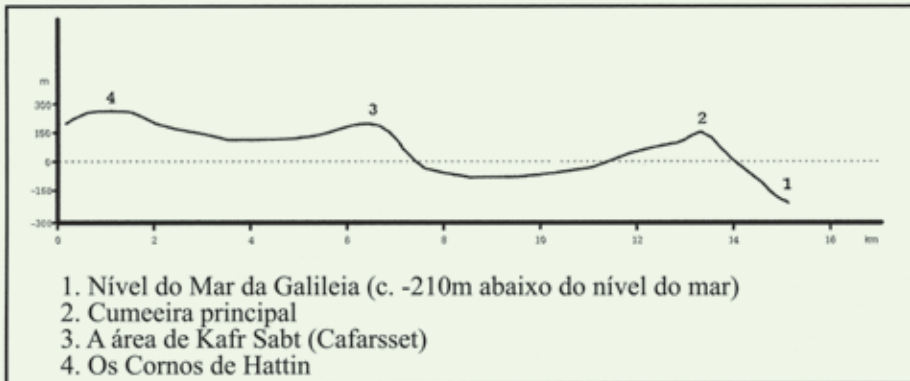
in David Nicolle, "Hattin, 1187. La Mayor Victoria de Saladino", trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (p. 54); ed. orig. Osprey, 1993



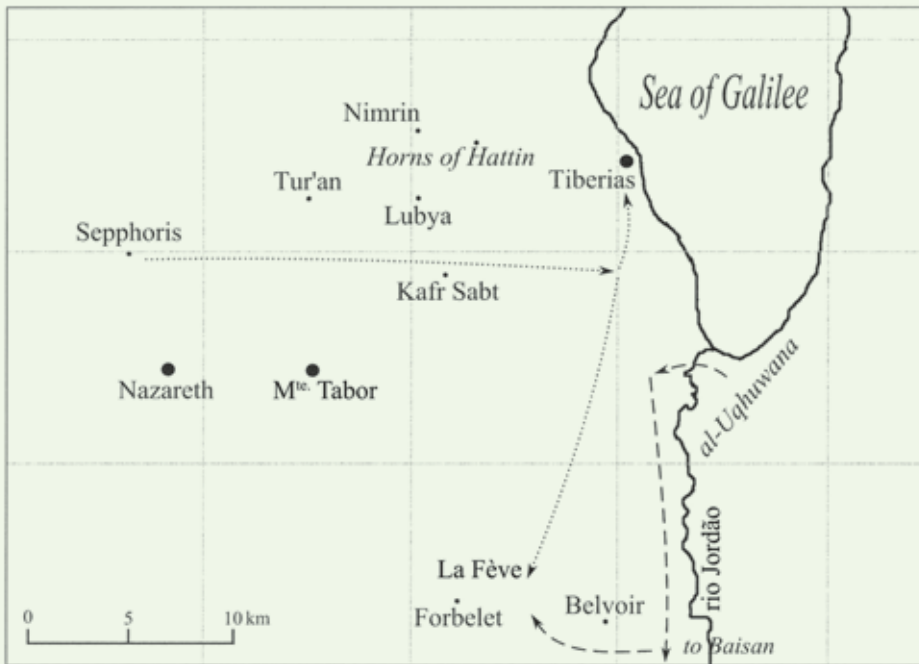
A Marcha rumbo a Hattin



Corte esquemático este-oeste, entre o lago de Tiberíades (Mar da Galileia) e os Cornos de Hattin

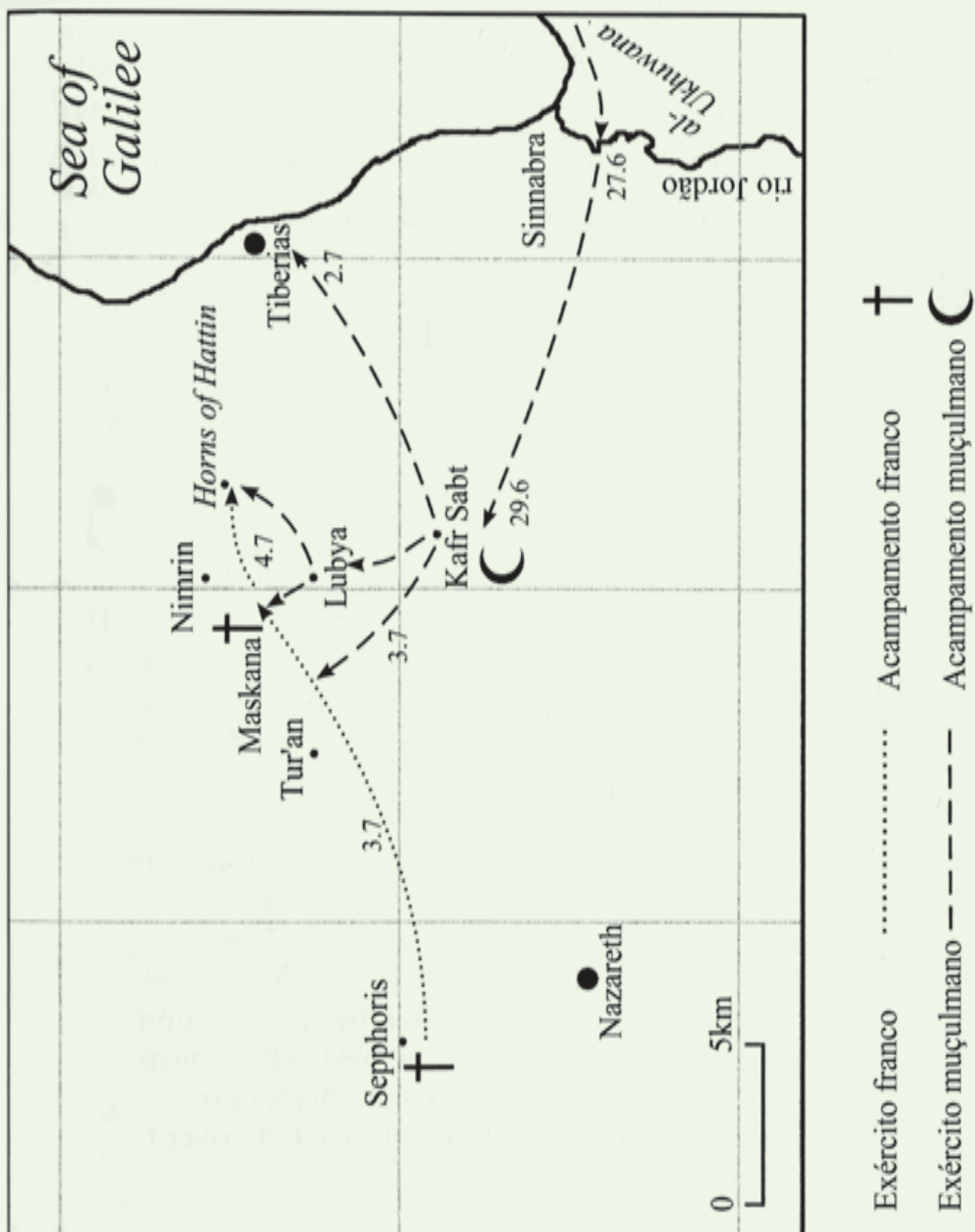


A Campanha de julho de 1182



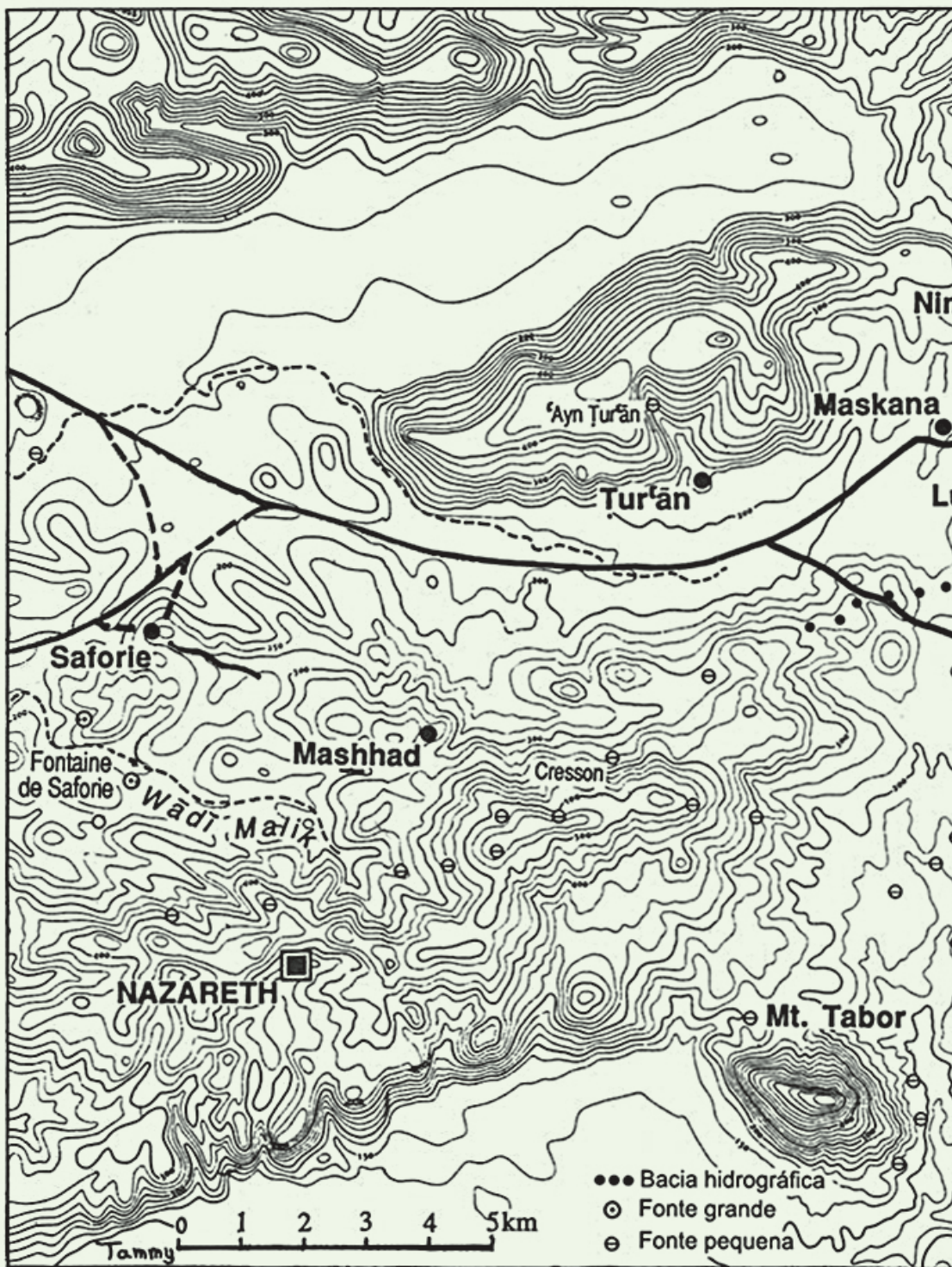
adaptado de Michael Ehrlich, "The Battle of Hattin: A Chronicle of a Defeat Foretold?", in *Journal of Medieval Military History*, ed. by C. Rogers, K. DeVries and J. France, Vol. V, The Boydell Press, 2007 (p.18)

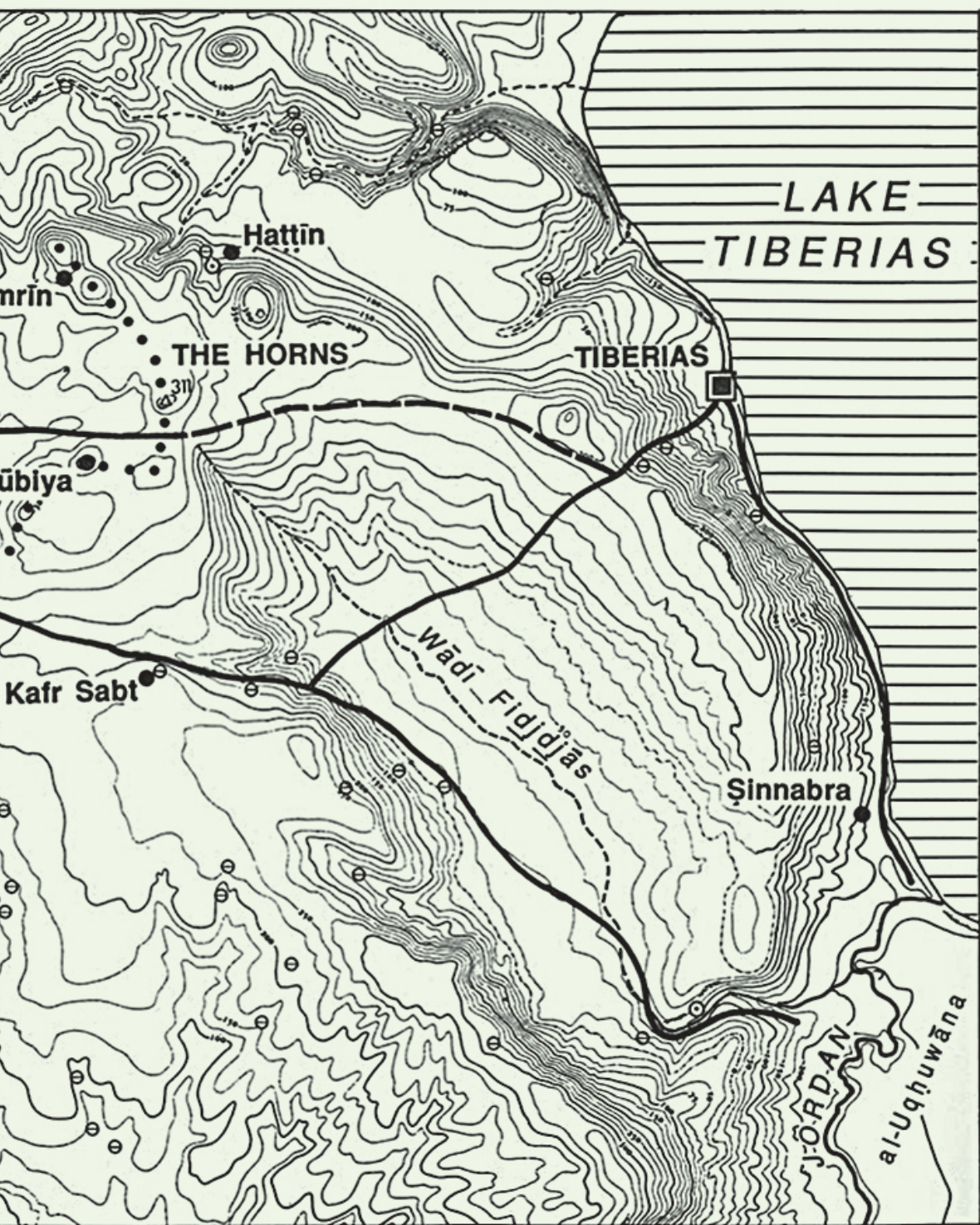
A Batalha de Hattin (1187)



adaptado de Michael Ehrlich, "The Battle of Hattin: A Chronicle of a Defeat Foretold?", in *Journal of Medieval Military History*, ed. by C. Rogers, K. DeVries and J. France, Vol. V, The Boydell Press, 2007 (p.19)

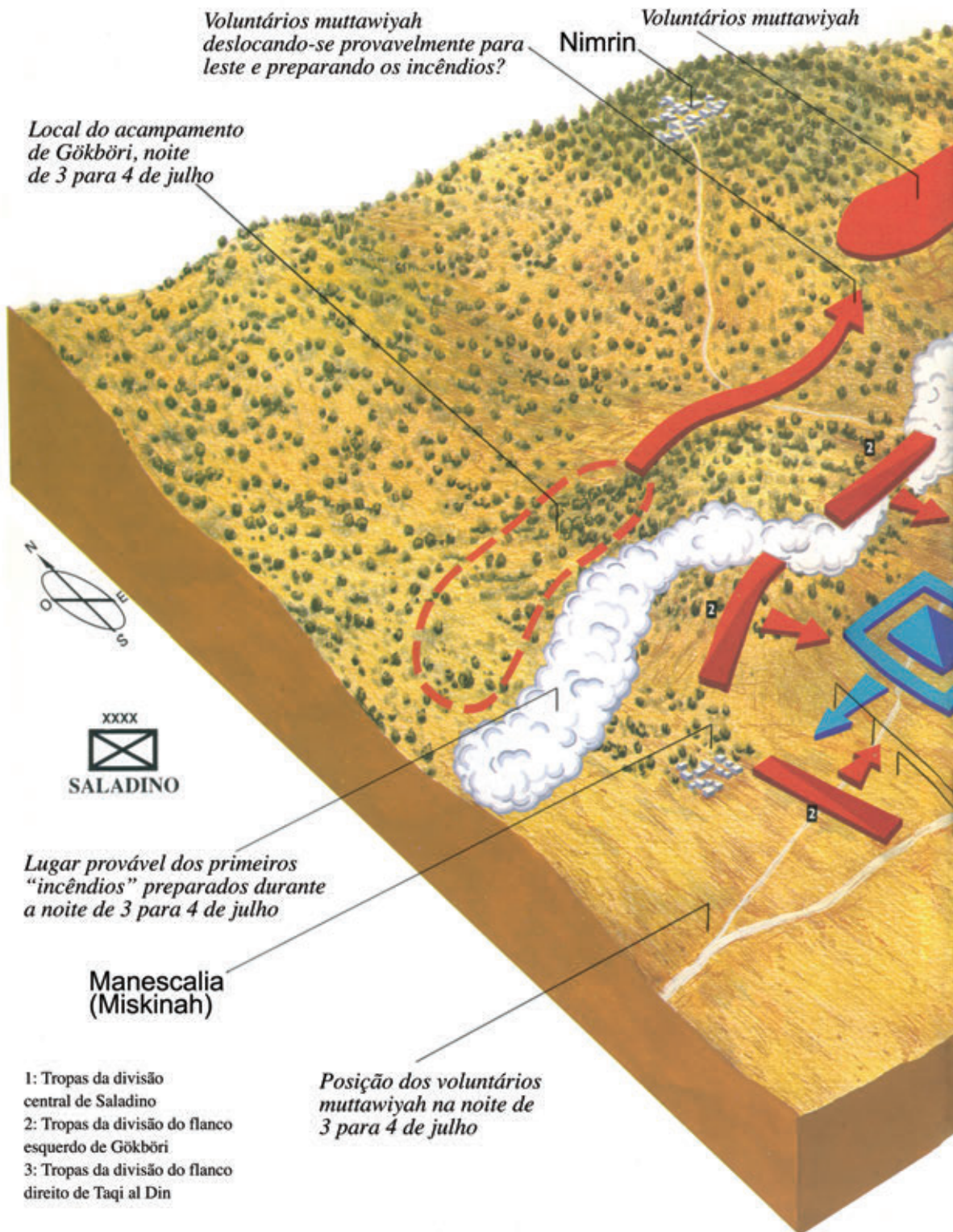
Mapa da região da batalha de Hattin (1187)



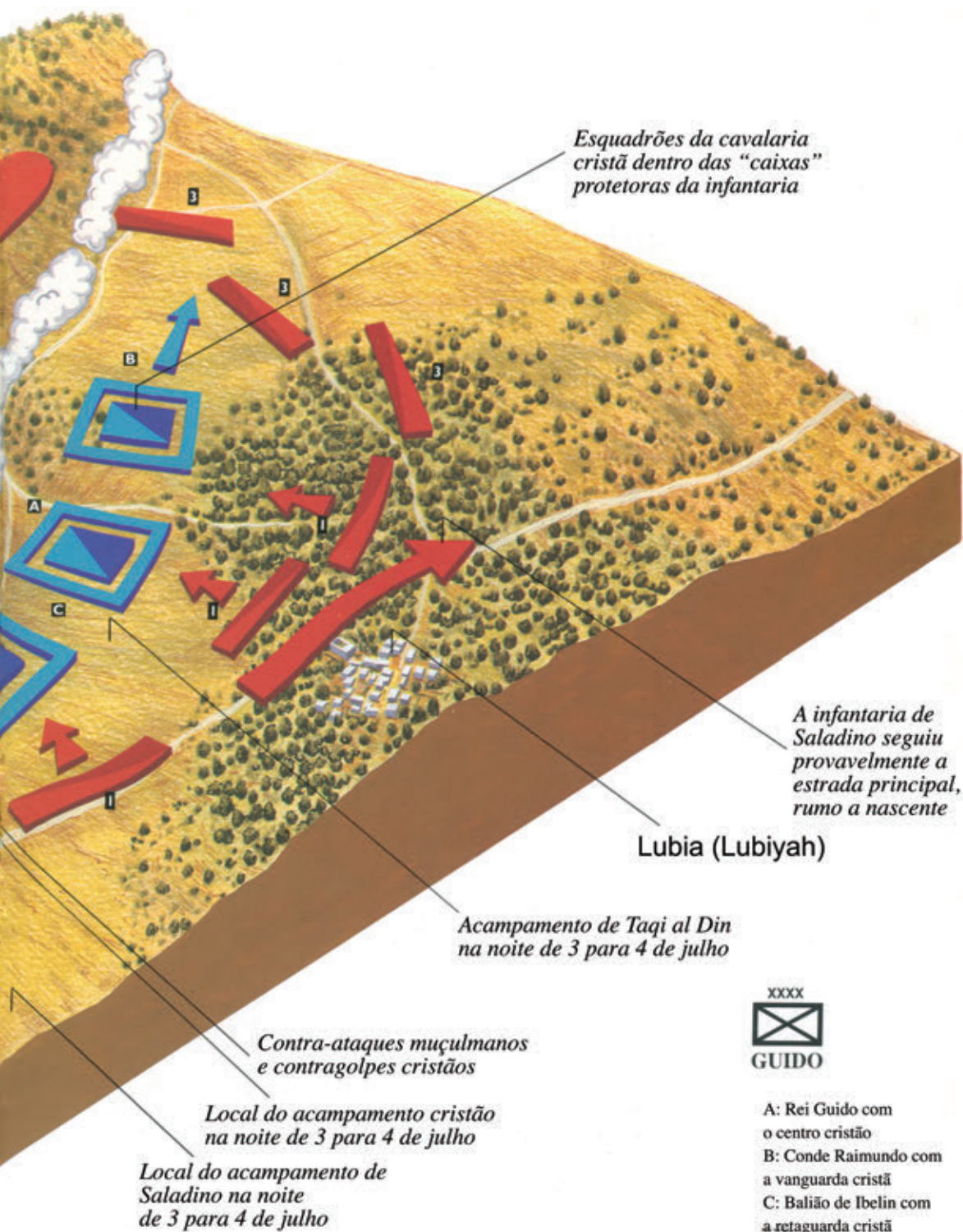


A BATALHA DE HATTIN

Noite e madrugada de 4 de julho de 1187

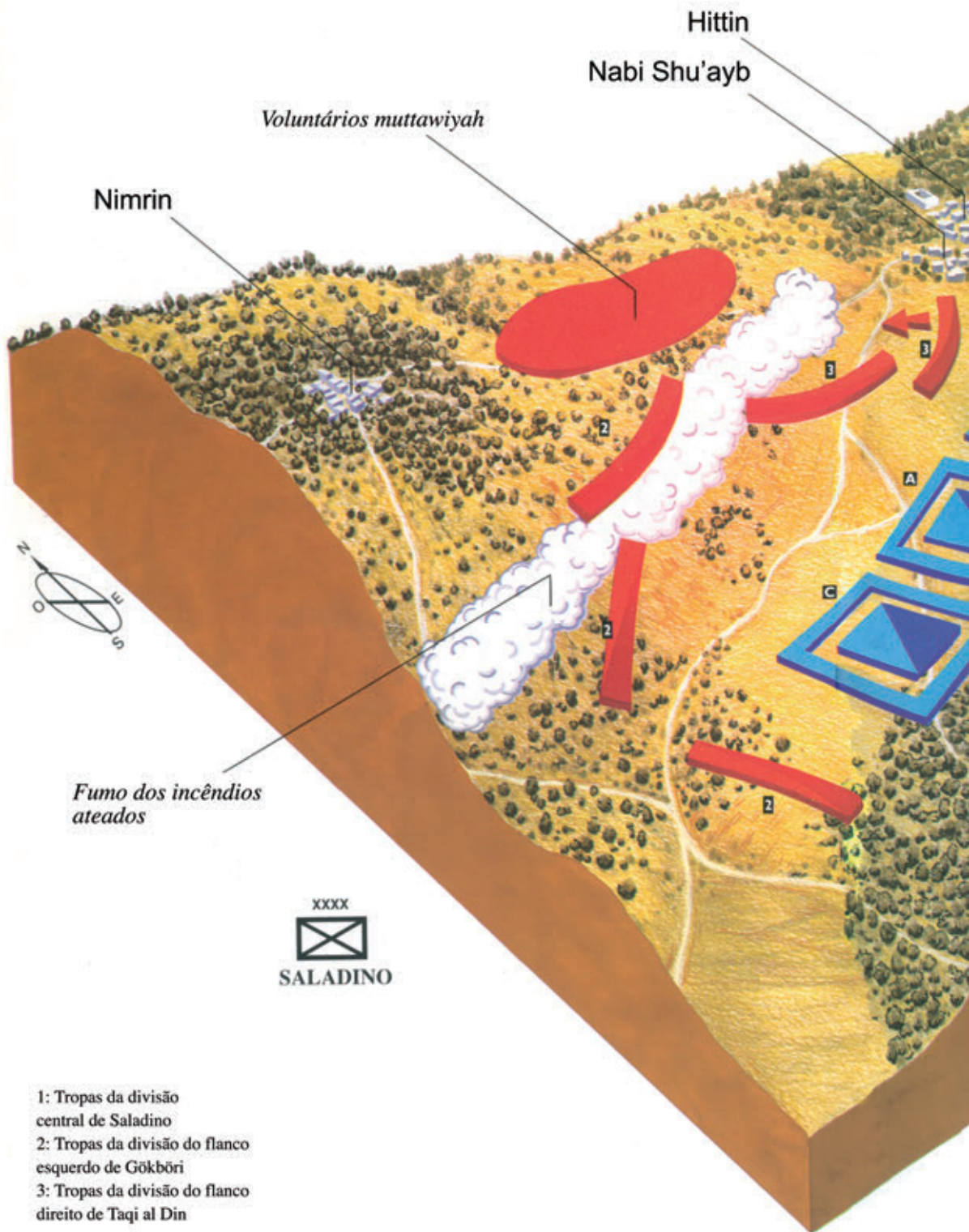


David Nicolle, "Hattin, 1187. La Mayor Victoria de Saladino", trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (p. 66-67); ed. orig. Osprey, 1993



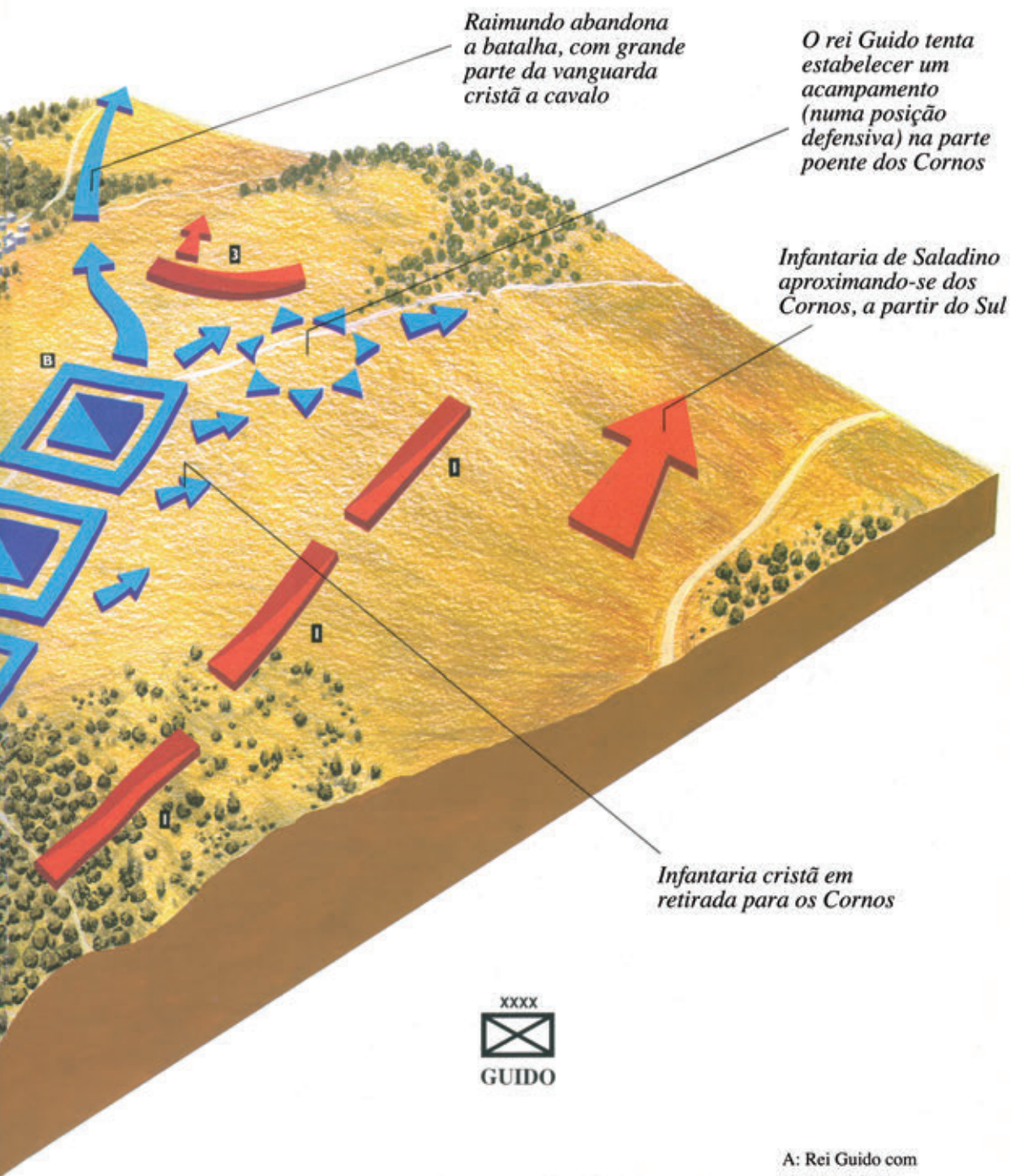
A BATALHA DE HATTIN

Última hora da manhã ao meio-dia de 4 de julho de 1187



- 1: Tropas da divisão central de Saladino
- 2: Tropas da divisão do flanco esquerdo de Gökböri
- 3: Tropas da divisão do flanco direito de Taqi al Din

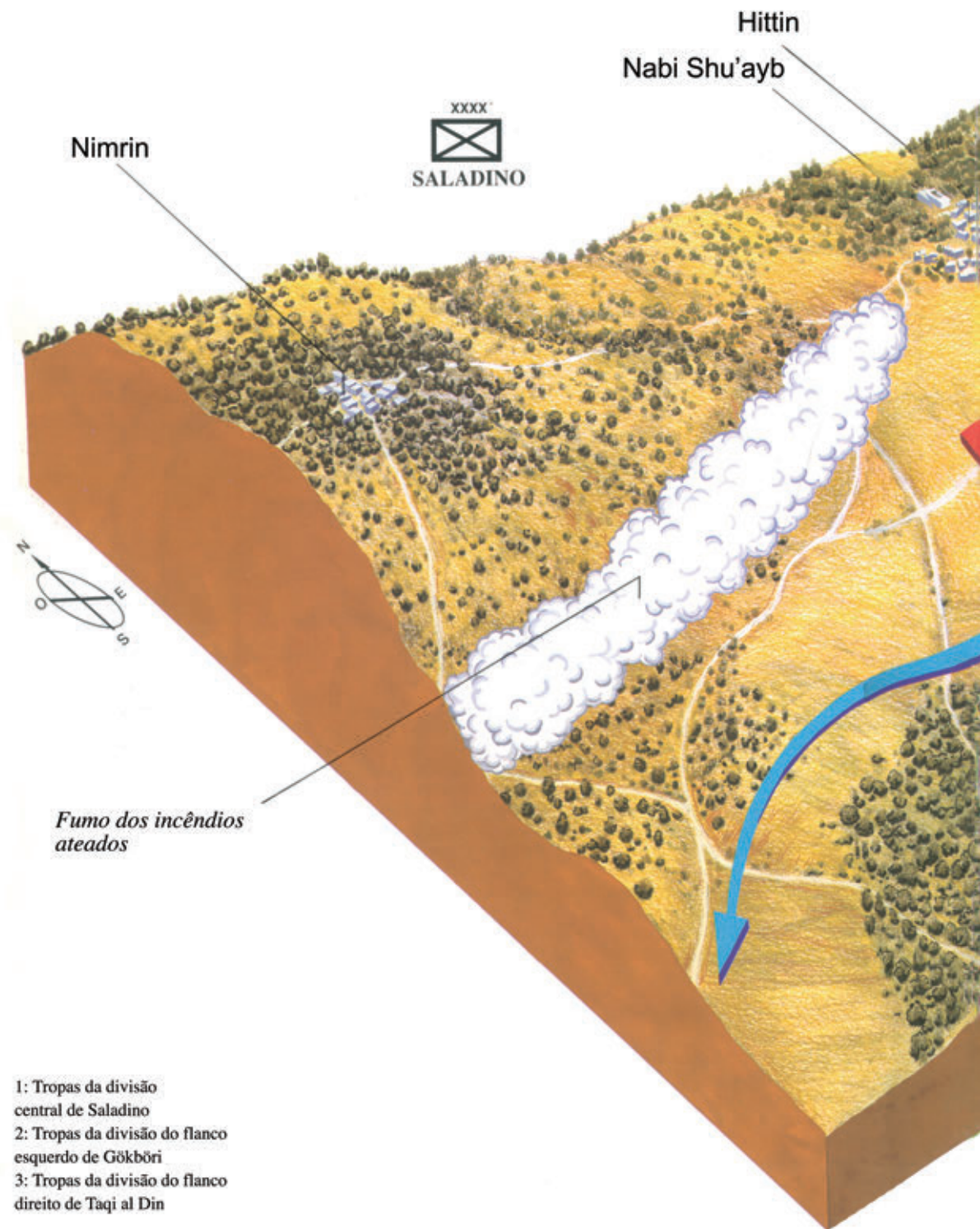
David Nicolle, "Hattin, 1187. La Mayor Victoria de Saladino", trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (p. 70-71); ed. orig. Osprey, 1993



A: Rei Guido com o centro cristão
B: Conde Raimundo com a vanguarda cristã
C: Balião de Ibelin com a retaguarda cristã

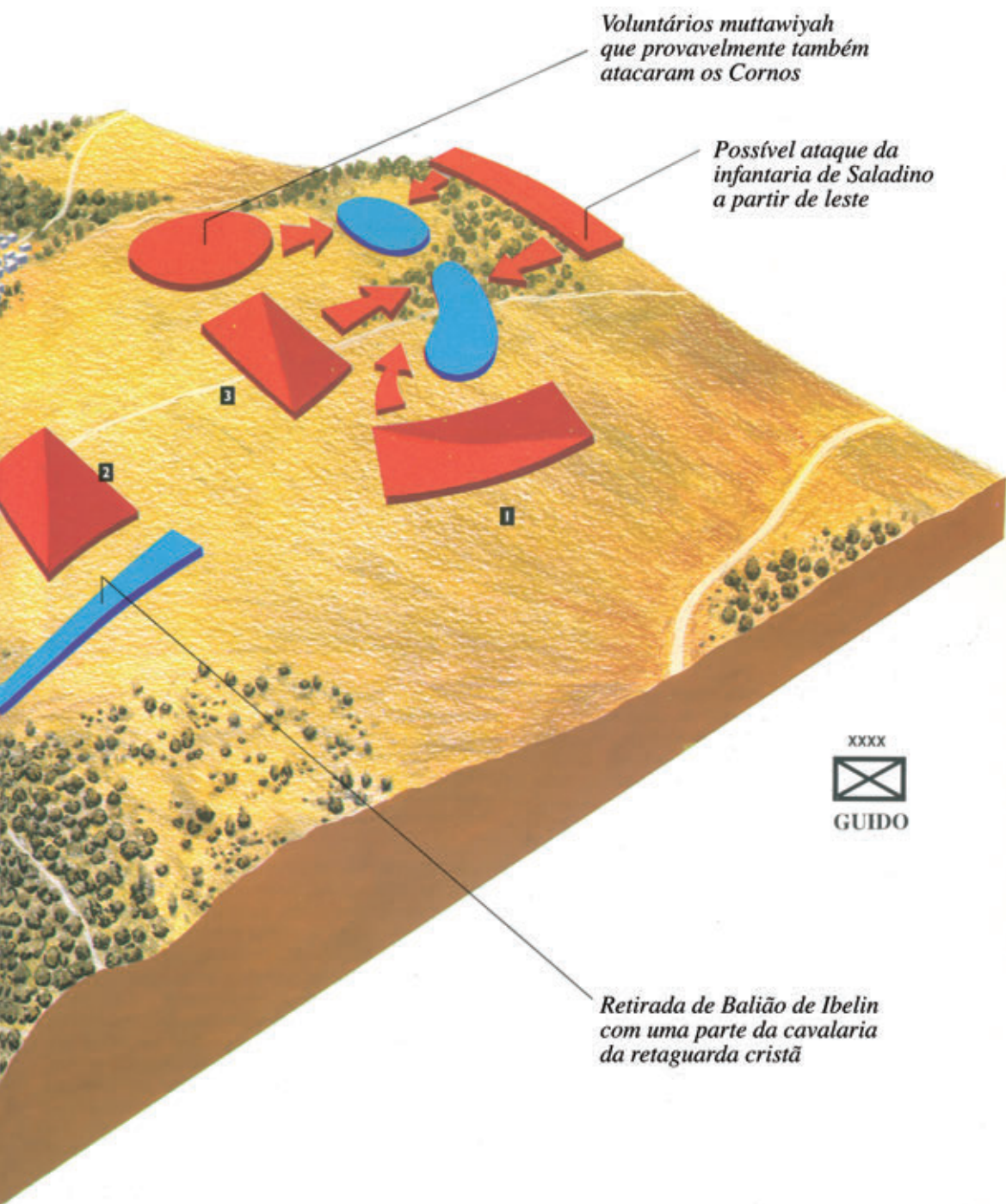
A BATALHA DE HATTIN

Tarde de 4 de julho de 1187



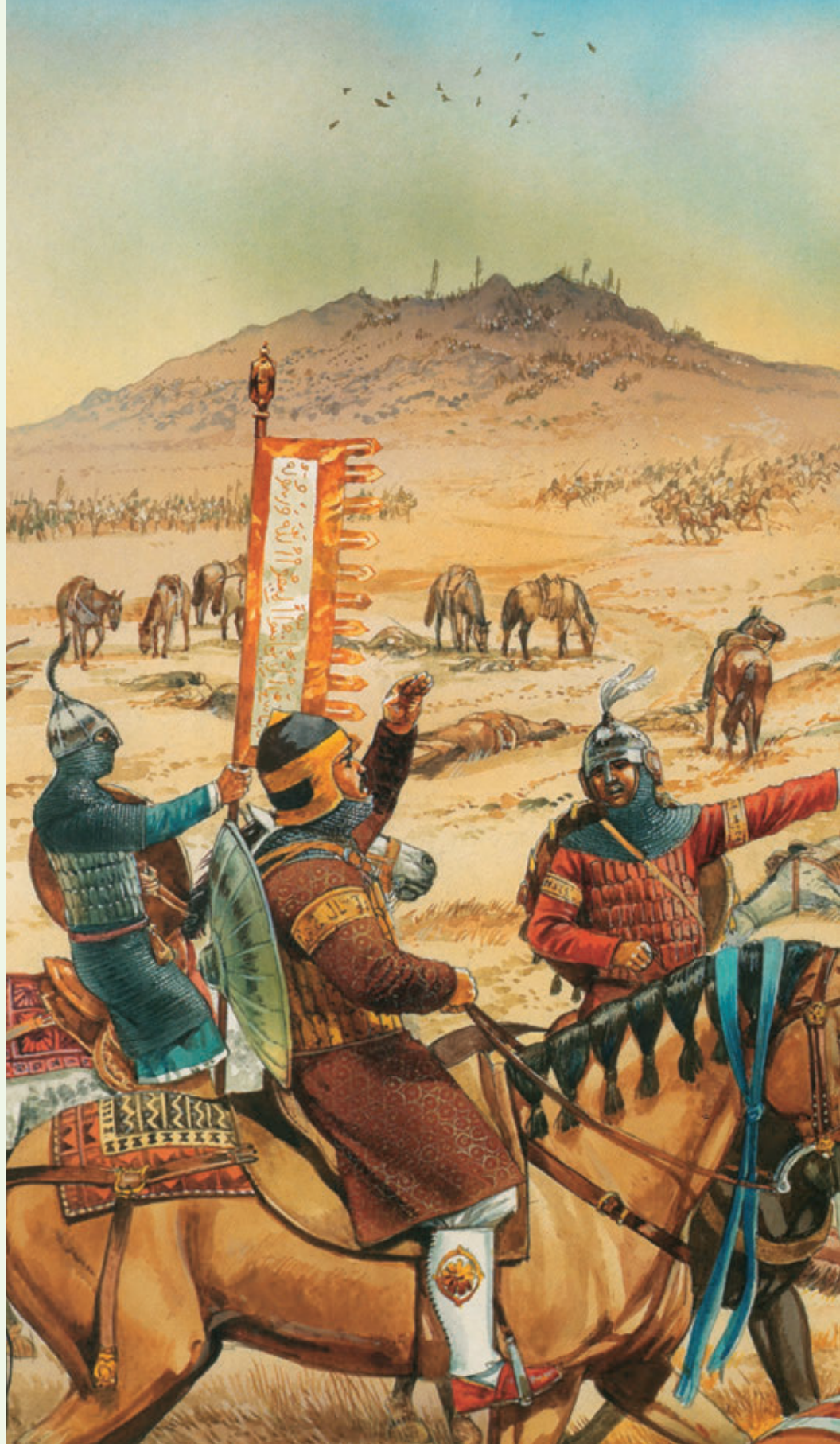
- 1: Tropas da divisão central de Saladino
- 2: Tropas da divisão do flanco esquerdo de Gökböri
- 3: Tropas da divisão do flanco direito de Taqi al Din

David Nicolle, "Hattin, 1187. La Mayor Victoria de Saladino", trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (p. 74-75) ed. orig. Osprey, 1993



O assalto final nos Cornos de Hattin

David Nicolle, "Saladin", Osprey, 2011 (p. 33).





(Página deixada propositadamente em branco)

LAS NAVAS DE TOLOSA (1212): A BATALHA DOS QUATRO REIS

Um breve olhar sobre os avanços e recuos da Reconquista cristã

Iniciada no ano de 711 pelas forças comandadas por Tarik ibn Ziyad — um destacado oficial do governador de África e do Magrebe, Musa ibn Nusayar — e continuada através de diversas campanhas lideradas pelo próprio governador e pelo seu filho, Abd al Aziz, a conquista muçulmana da Península Ibérica foi dada por concluída em 716, com a submissão de praticamente todo o antigo reino visigodo. Os territórios recém-conquistados foram então colocados sob a autoridade de um governador, ou *wali*, designado primeiro pelos califas Omíadas de Damasco e, depois, em inícios da década de 750, pelos Abássidas sedeados em Bagdade. Contudo, em 756, sob a liderança de Abderramão I, o al-Andalus — designação dada às regiões peninsulares dominadas pelos muçulmanos — tornou-se um emirato (mais tarde califado) independente com o centro político na cidade de Córdova, facto que contribuiu fortemente para o seu desenvolvimento e prosperidade ao longo dos séculos IX e X.

O que restou dos exércitos visigodos, derrotados em diversas campanhas — designadamente na que teve como momento alto a Batalha de Guadalete (711), onde morreu o rei Rodrigo —, tinha conseguido refugiar-se, tal como muitos outros homens e mulheres, a norte, na zona montanhosa da antiga Cantábria, onde foi fundado, talvez ainda durante a década de 720, o pequeno reino das Astúrias, assim designado até à transferência

da capital de Oviedo para Leão, em inícios do século X. Timidamente, a resistência cristã começa então a assumir uma postura mais ofensiva e a ameaçar os territórios dominados pelo Islão, avançando também contra algumas regiões que até então se encontravam em poder de caudilhos de fronteira ou sem o controlo de qualquer autoridade político-militar. São avanços lentos mas que, não obstante, ajudam a consolidar cada vez mais a posição do — agora, assim designado — reino de Leão.

O desmembramento do Califado de Córdova, pulverizado logo a partir dos primeiros anos do século XI em pequenos reinos independentes, as *taifas*, veio alterar substancialmente o equilíbrio político-militar até aí existente na Península Ibérica entre cristãos e muçulmanos. É precisamente este contexto de fragmentação e conseqüente enfraquecimento do al-Andalus que irá permitir às forças de Afonso VI de Leão (1065-1109) avançar de forma fulgurante até à linha do Tejo, levando a cabo, em 1085, a conquista da cidade de Toledo, antiga capital do reino visigodo da Hispânia. Pela primeira vez desde 711, a balança pendia claramente para o lado dos exércitos oriundos do Norte. Foi, no entanto, uma supremacia de muito curta duração.

Conscientes da situação frágil em que se encontravam, alguns dos reinos *taifas* decidem pedir ajuda militar à dinastia magrebina dos Almorávidas, cujos contingentes, desembarcados em Algeciras em junho de 1086 e coligados, entre outros, com os exércitos sevillhanos de al-Mutamid, a que se somou o apoio de forças provenientes das cidades de Málaga e de Badajoz, infligem uma pesada derrota à hoste leonesa na Batalha de Zalaca (ou Sagrajas), ferida no dia 23 de outubro desse mesmo ano, nas imediações de Badajoz.

Só que os Almorávidas tinham planos bem mais ambiciosos. E assim, nos anos seguintes, através de diversas campanhas — algumas das quais com a presença do próprio emir Yusuf ibn Tashufin —, os exércitos norte-africanos conseguem submeter a maior parte dos reinos *taifas*, assenhorando-se dessa forma de quase todo o al-Andalus.

Face à imparável maré invasora, os finais do século XI e os anos iniciais da centúria seguinte são marcados por um abrandamento do processo reconquistador, que só volta a dar passos decisivos a partir de meados

da década de 1140 (conquistas de Santarém, Lisboa, Calatrava e Almeria, por exemplo), em boa medida graças ao enfraquecimento do poder almorávida e ao novo período de taifas que lhe sucedeu.

Mas não são apenas os reinos cristãos (sobretudo Leão, Aragão e Portugal) que se aproveitam deste novo momento de turbulência interna no al-Andalus. Com efeito, do lado de lá do Estreito de Gibraltar, perfilava-se uma outra ameaça constituída pelos Almóadas, uma confederação de tribos berberes imbuídas de um forte zelo religioso, que entre 1130 e 1147 consegue dominar todo o Magrebe, afastar de vez a dinastia dos Almorávidas e, sob a liderança do seu primeiro califa, Abd al-Mumin, iniciar o processo de expansão para a Península Ibérica.

Fundada por Ibn Tumart, o ideólogo do movimento, e liderada após a sua morte, em 1130, por Abd al-Mumin — que se afirmava descendente de Maomé —, a confederação de tribos dos Almóadas consegue em apenas oito anos (1130-1138) dominar toda a região norte-africana do Atlas. O seu avanço é imparável e, nos sete anos seguintes, submetem praticamente todo o Magrebe, pondo fim ao poder almorávida, cujo emir, Abu Muhammad Tashufin, seria morto no cerco a Oran, em março de 1145.

Controlando unicamente a capital, Marraqueche, a dinastia cessante teria ainda outros dois soberanos — o filho e o irmão do emir —, embora todos soubessem que era apenas uma questão de tempo até que a cidade capitulasse. Com efeito, após a sua conquista, em março de 1147, a dinastia dos Almorávidas era definitivamente substituída pela dos Almóadas, a partir daí os novos senhores do Norte de África.

A desmilitarização e desorganização político-militar do al-Andalus, primeiro em resultado da necessidade de transferência de tropas almorávidas para o Norte de África e, depois, em consequência da morte do emir Abu Muhammad Tashufin, permitira, como vimos já, o surgimento e afirmação de diversos pequenos reinos independentes, as chamadas segundas *taifas*.

O primeiro sinal dessa nova fragmentação surge ainda no verão de 1144, quando as forças de Ibn-Qasi, um místico com pretensões a Messias e líder do movimento *muridine*, conquistam o castelo de Mértola proclamando a independência face aos Almorávidas. Juntam-se-lhe, pouco depois, Évora

e Silves, que reconhecem também a autoridade do líder da revolta, e, pouco tempo depois, por conquista, as cidades de Beja, Huelva e Niebla. O alvo seguinte foi Sevilha, cujo cerco terminou em novembro desse ano, com os atacantes rechaçados pelo governador almorávida Ibn Ghanya.

O falhanço do ataque à capital andaluza seria apenas o primeiro de uma série de revezes sofridos pelos revoltosos. De facto, em 1145, perdem as praças-fortes de Mértola e de Beja, deixando também de contar com o apoio militar de Évora, o que talvez tenha contribuído para o falhanço do cerco à cidade de Córdova. Toda esta sucessão de acontecimentos adversos levou Ibn-Qasi a fugir para Silves e a lançar um pedido de ajuda militar aos Almóadas, que por essa altura se preparavam para avançar sobre Marraqueche. Primeiro, através de uma carta, e, depois, pessoalmente, durante o início do outono de 1145, o líder da revolta acabará finalmente por ver o seu apelo aceite por Abd al-Mumin. Perante uma proposta que, para todos os efeitos, lhe abria as portas do al-Andalus, o califa aceita fornecer-lhe um exército — cuja dimensão e constituição se desconhece —, mas impondo-lhe como contrapartida a condição de colaborar com essas forças na conquista de Sevilha, o prémio exigido por Abd al-Mumin.

Sob o comando do general Barraz al-Massufi, os primeiros contingentes almóadas desembarcam na Península durante a primavera de 1146, recebendo desde logo o apoio do almirante da frota estacionada em Cádiz, o mesmo que, um ano antes — já em rota de colisão com os Almorávidas —, tinha proporcionado a Ibn-Qasi a viagem ao Norte de África. Apoderam-se de Tarifa e, seguidamente, de Algeciras, o que lhes garantia uma testa-de-ponte para o desembarque de novos contingentes e, ao mesmo tempo, uma base de operações para a ocupação militar subsequente das praças-fortes de Jerez, Niebla, Silves, Beja e Mértola, mas também de Santarém, que, mesmo não tendo sido tomada pela força, terá reconhecido a autoridade dos Almóadas, ou mesmo — ainda em 1145 — a de Ibn Qasi. O alvo seguinte, como havia sido exigido pelo califa, foi a cidade de Sevilha, conquistada em janeiro de 1147, depois de um apertado bloqueio terrestre e naval. Em pouco mais de um ano e sem o envolvimento de um grande número de forças — recorde-se que o grosso das tropas norte-africanas se concentrava no cerco

a Marraqueche, que cairia apenas em março desse ano —, os Almóadas e os seus aliados dominavam já, à exceção de Lisboa, todo o *Gharb*. Sem grande oposição, a ofensiva, como ironiza Bernard Reilly, parecia mais uma parada do que uma campanha militar propriamente dita (Reilly, 1996: 260).

A chegada e implantação dos novos senhores do al-Andalus não provocou, no imediato, um desequilíbrio de forças assinalável, por um lado porque os Almóadas depararam com importantes focos de resistência entre as comunidades muçulmanas peninsulares e, por outro, porque os exércitos dos reinos cristãos não deixaram nunca de exercer, embora com resultados práticos nem sempre expressivos, uma intensa pressão sobre a fronteira meridional. Porém, esta pressão não obedeceu nunca a uma estratégia concertada entre as coroas castelhana, leonesa — separadas em duas entidades autónomas na sequência da morte do imperador Afonso VII —, aragonesa, navarra e portuguesa, mas sim aos objetivos próprios de cada um desses reinos, que, não raras vezes, encontraram nos muçulmanos os aliados ideais para combater as pretensões territoriais e as tentativas hegemónicas dos seus vizinhos cristãos. Recorde-se, por exemplo, a aliança firmada entre Fernando II de Leão e os Almóadas, em 1169, contra Afonso Henriques e Geraldo, “O Sem-Pavor”; ou as tréguas de 1190, firmadas entre leoneses, castelhanos e muçulmanos, que permitiram ao califa lançar uma devastadora campanha contra o território português.

Ainda assim, a espaços, os reinos cristãos formaram também alianças entre si, com vista a uma oposição mais efetiva ao inimigo muçulmano. Assim foi, por exemplo, em 1183, com Castela e Leão a assinarem um tratado de paz com vista a uma conjugação de esforços contra os Almóadas; ou em 1184, quando portugueses e leoneses se uniram para fazer frente ao exército do califa Abu Yaqub Yusuf I, *al-Sahid*, que cercava Santarém; ou no verão de 1195, quando os reinos de Leão, Navarra, Portugal e Castela se aliaram para fazer frente a uma grande ofensiva conduzida pelos muçulmanos em retaliação pela construção, por Afonso VIII, do castelo de Alarcos, na fronteira sul castelhana.

De facto, no início de junho, o califa Abu Yusuf — que sucedera a seu pai, morto às portas de Santarém em agosto de 1184 — desembarca em

Tarifa e entra em Sevilha ao comando de um poderoso exército. Era por demais evidente que nos seus planos estava a realização de uma campanha tão devastadora quanto a que, cinco anos antes, tinha reconquistado aos portugueses — à exceção do enclave de Évora — todos os territórios situados a sul do rio Tejo. Foi justamente da capital andaluza que o califa partiu com a sua hoste em direção ao norte, atingindo o Campo de Calatrava no dia 4 de julho. Consciente dos riscos a que o seu reino estava exposto, Afonso VIII de Castela convoca a hoste para a cidade de Toledo e, imediatamente após solicitar o apoio militar leonês e português, avança para sul, decidido a travar a ameaça inimiga. Porém, sem aguardar pela chegada das hostes dos seus aliados, que se encontravam ainda em marcha, embora já com a participação de algumas forças portuguesas, o monarca castelhano decide enfrentar o adversário em batalha campal.

O prélio teve lugar no dia 18 de julho, junto do castelo de Alarcos, precipitado pela chegada dos Almóadas ao campo de batalha antes da altura prevista por Afonso VIII, que entretanto tinha posicionado as suas forças junto daquela fortaleza. Disposto a resolver rapidamente a questão e sem esperar pelos prometidos efetivos leoneses, o excessivamente confiante monarca castelhano abandona a posição onde se encontra e lança — talvez de forma pouco coesa e desorganizada — uma primeira carga de cavalaria contra a formação inimiga. Apesar de recebido pelas habituais e bem-sucedidas manobras de fuga simulada e chuvas de projéteis, o avanço dos cavaleiros cristãos atinge violentamente o corpo central do dispositivo tático inimigo. Contudo, as linhas muçulmanas são rapidamente recompostas graças ao apoio das forças da vanguarda e da sua ala direita. Ato contínuo, os contingentes da ala esquerda almóada realizam uma manobra de envolvimento pelo flanco e atacam o acampamento cristão posicionado na colina de Alarcos, caindo de seguida sobre a retaguarda do exército inimigo. A bem sucedida manobra da cavalaria andaluza é completada pelo avanço da retaguarda almóada, comandada pessoalmente pelo califa e cuja intervenção virá a constituir o golpe de misericórdia na hoste castelhana, cuja resistência era, assim, definitivamente aniquilada.

Ao ver o desastre que se desenrolava à frente dos seus olhos, Afonso VIII ainda tentou, como um mártir, morrer em combate, mas foi “bruscamente resgatado” do campo de batalha e posto a salvo por alguns dos seus homens, que o levaram em segurança para Toledo.

Desbaratado o exército castelhano, Abu Yusuf — que assim ganhava o cognome que o haveria de celebrar: *al-Mansur*, ou seja “O Vitorioso” — avança de imediato contra o castelo de Alarcos, cercando-o e arrasando-o após obter a sua capitulação. Nos dias seguintes, os Almóadas ocupam ainda as fortalezas de Torre de Guadalerza, Malagón, Benavente e Caracuel, ações com as quais encerram a fulgurante campanha de 1195.

As ofensivas muçulmanas dos anos subsequentes souberam tirar grande partido desta vitória, conquistando um conjunto significativo de praças-fortes até então controladas pelos castelhanos. Estes, profundamente fragilizados pela derrota e aossados também pelos vizinhos leoneses e navarros — que não hesitaram em aproveitar a sua debilidade para se apossar de importantes extensões territoriais —, tiveram que se remeter a uma postura eminentemente defensiva durante mais de uma década. Mas o desfecho da Batalha de Alarcos não se refletiu apenas em Castela, levando também a que as restantes monarquias cristãs abrandassem o seu processo reconquistador, ora em resultado das alianças firmadas depois de 1195 com os norte-africanos, ora por se sentirem incapazes de lhes fazerem frente. De facto, seria preciso esperar até ao ano de 1210 para se assistir novamente a uma grande e bem-sucedida ofensiva contra o sul muçulmano. Era o primeiro sinal de que algo estava prestes a mudar.

Contudo, a mais expressiva vitória militar sobre os exércitos almóadas teria lugar apenas em 1212, quando uma hoste encabeçada por Afonso VIII (e constituída por largos milhares de efetivos oriundos de todos os reinos cristãos peninsulares e reforçada ainda por um grande número de combatentes ultramontanos) infligiu uma pesada derrota ao exército do califa Abu Abd Allah Muhammad, *al-Nasir*, o filho e sucessor de Abu Yusuf, *al-Mansur*. O desfecho da batalha, ocorrida no dia 16 de julho no campo de Las Navas de Tolosa, teve um impacto tal que os seus ecos rapidamente ultrapassaram as fronteiras peninsulares, chegando a quase todos os cantos

da cristandade e dando origem a um grande número de relatos e de notícias acerca do sucesso então obtido pela coligação liderada pelo rei de Castela.

120

As fontes

Ao contrário do que sucede com a maior parte das batalhas da Idade Média, Las Navas de Tolosa encontra-se bastante bem documentada. Num estudo recente, Martín Alvira (2012: 27) contabilizou, entre cronistas, analistas e trovadores cristãos medievais, cerca de 117 autores, mais de metade dos quais oriundos de fora do espaço peninsular (França, Ilhas britânicas, Alemanha, Itália e mesmo das regiões do Mediterrâneo oriental), reflexo da importância dada a esse acontecimento em toda a Europa cristã.

Claro está que uma boa parte dessas fontes foi produzida muitos anos depois da batalha, o que obriga, desde logo, a alguma cautela na sua utilização. Para além disso, muitas outras não passam de referências breves ou mesmo telegráficas e que, como tal, pouco ou nada adiantam à compreensão da forma como decorreu o combate. Existe, porém, um conjunto substancial de depoimentos que, ou por os seus autores terem sido intervenientes e testemunhas presenciais dos factos, ou mesmo porque deles tiveram conhecimento através de alguns dos que neles participaram, se revelam da maior importância para a compreensão e reconstituição, tanto dos acontecimentos ocorridos no dia 16 de julho, quanto de toda a campanha de 1212. De entre estes, os mais importantes e credíveis são os testemunhos diretos da batalha, ou seja, os relatos dos que nela estiveram presentes, e dos quais se destacam:

- 1- A carta de Afonso VIII ao papa Inocêncio III, informando-o da vitória obtida sobre as forças do califa e redigida poucas semanas depois, o que a torna uma fonte preciosa.
- 2- O *De Rebus Hispaniae*, uma crónica da autoria de Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo e um dos grandes impulsionadores da campanha de Las Navas, na qual também participou, motivos

mais que suficientes para que o seu depoimento seja considerado como um dos mais importantes. Dos 29 capítulos que o autor dedica ao governo de Afonso VIII, doze referem-se à campanha de 1212, o que faz desta obra um dos testemunhos mais detalhados dos acontecimentos.

- 3- A carta de Arnau Amalric, arcebispo de Narbonne, abade geral da Ordem de Cister e um dos líderes dos contingentes de cruzados ultramontanos, datada de 11 de agosto de 1212 e dirigida ao capítulo geral da Ordem de Cister, onde relata a campanha desse ano, na qual o prelado esteve presente. Foi precisamente este o texto que — difundido através das inúmeras abadias cistercienses disseminadas por toda a Europa — mais fez pela divulgação dos ecos de Las Navas fora do espaço peninsular.
- 4- A carta do califa al-Nasir, lavrada escassos dias após a batalha, autêntico relato “oficial” almóada dos acontecimentos e onde, com um intuito claramente propagandístico, se procura escamotear a real dimensão da derrota. Se bem que silenciosa a respeito da forma como decorreu o prélio, não deixa de fornecer um útil conjunto de informações sobre a fase inicial da campanha.

Ainda que indiretas, dispomos também de um importante conjunto de fontes redigidas pouco tempo depois da batalha e por autores, de um modo geral, bem informados. De entre estas, merecem particular destaque:

- 1-A Carta de Berenguela, rainha de Leão e filha de Afonso VIII, dirigida à sua irmã Branca de Castela, mulher de Luís, o herdeiro da Coroa de França, dando-lhe conta da vitória cristã, da qual teve conhecimento através de missivas enviadas por seu pai.
- 2-A Carta de Branca de Castela para Branca, condessa de Champagne e irmã do rei de Navarra, Sancho VII, em que, sem grandes interpolações ou alterações, praticamente se transcreve o relato de Berenguela de Leão.

- 3- A *Chronica Regum Castellae* (conhecida como *Cronica Latina de los Reyes de Castilla*), de Juan de Soria, figura que desempenhou as dignidades de abade de Santander e de Valladolid, de bispo de Osma, de Leão e de Burgos, para além de ser uma figura próxima de Afonso VIII de Castela e, mais tarde, de Fernando III, rei de Castela e Leão, de quem foi chanceler. Apesar de não ter participado na batalha, foi contemporâneo de todos esses acontecimentos, sobre os quais terá certamente recolhido informações junto de alguns dos intervenientes. Dos 22 capítulos dedicados ao reinado de Afonso VIII, mais de metade centram-se na campanha de 1212, tendo sido escritos, tudo o indica, pouco mais de 10 anos depois.
- 4- O *Chronicon Mundi*, de Lucas de Tuy, bispo da cidade galega de Tuy, que terá redigido a sua obra sob o patrocínio de Berenguela de Leão, entre 1230 e 1238. Dos doze capítulos dedicados ao reinado de Afonso VIII, quatro referem-se à batalha de Las Navas de Tolosa, apresentada, porém, sob uma perspetiva muito pessoal e claramente pró-leonesa dos factos, isto é, nem sempre favorável ao monarca castelhano, motivo pelo qual estudiosos como Huici Miranda não lhe concederam grande crédito. Ainda assim, o recurso a um interessante conjunto de informações coevas faz deste texto uma importante fonte para o estudo da batalha.

Para além destas — sem dúvida as mais importantes e, teoricamente, mais fidedignas —, existem ainda muitas outras fontes, algumas delas bastante posteriores, mas que, por vezes com um interessante grau de desenvolvimento, relatam o curso da batalha. É o caso da *Estoria de España* (c.1270/c.1289), habitualmente designada como *Primera Cronica General de España*, cuja redacção foi promovida por Afonso X, “o Sábio”; e também o da chamada *Crónica de Veinte Reyes*; apesar de seguirem ambas muito de perto o relato do arcebispo de Toledo, introduzem diversos dados novos, alguns deles bastante úteis para uma melhor compreensão dos factos.

Ainda que, na sua maioria, pouco ou nada adiantem sobre o modo como decorreu, algumas fontes narrativas muçulmanas revelam-se igualmente

importantes para o estudo da batalha de Las Navas. É o caso, por exemplo, do *Kitab al-anis al-mutib bi-Rawd al qirtás fi ajbar muluk al-Magrib*, de Ibn Abi Zar, que, apesar de escrito na década de 1320 — ou seja, mais de cem anos depois dos factos —, nem por isso deixa de ser bastante útil, ainda que a sua credibilidade tenha sido posta em causa, injustamente, reconheça-se, por alguns dos estudiosos da batalha.

Será, pois, alicerçado neste conjunto diversificado de fontes — se bem que com um maior peso daquelas que foram compostas pelos vencedores nos anos imediatamente posteriores à batalha, em especial por aqueles que nela participaram — que retomaremos uma viagem que nos conduzirá até ao campo de Las Navas de Tolosa e aos acontecimentos aí ocorridos no dia 16 de julho de 1212.

Da Paz à Guerra

A derrota averbada em 1195, em Alarcos, bem como as devastadoras campanhas almóadas do ano seguinte, obrigaram os castelhanos a firmarem uma trégua com o inimigo. O acordo, assinado em agosto de 1197, seria posteriormente renovado em 1199 e em 1203, devendo vigorar até finais de 1210.

Mas as ameaças à fronteira castelhana não provinham apenas dos Almóadas, como se viu pelas reclamações territoriais e pelas incursões leonesas e navarras conduzidas imediatamente após a batalha de Alarcos. Assim, para evitar que a fragilidade provocada por aquela derrota continuasse a ser aproveitada pelos seus vizinhos cristãos para obterem ganhos territoriais à sua custa, em finais de 1197, Castela terá assinado uma outra trégua, desta feita com o reino de Leão — ao que parece, sob os auspícios de um legado papal —, com a duração de dez anos e que viria a ser renovada em 1209. Seguiram-se, em 1207, as tréguas com Navarra — assinadas em Guadalajara e que encerraram um longo período de guerra —, bem como a renovação da aliança com Aragão, acordada em Calatayud em 1198 e que abriu caminho para os acordos firmados onze anos depois entre aragoneses e navarros (García Fitz, 2008: 135-137). Ou seja, em 1209, tinha

finalmente sido alcançada uma paz duradoura entre as diversas monarquias cristãs peninsulares.

124

Estes anos de relativa tranquilidade permitiram a Castela recuperar das derrotas anteriores, reorganizar a sua máquina de guerra e começar, aos poucos, a preparar-se para o final das tréguas com os Almóadas. Estes, pelo seu lado, beneficiaram também com este período de paz, porquanto ficaram com o caminho livre para a resolução de alguns problemas internos, designadamente para procederem à submissão dos últimos redutos almorávidas, por um lado com a conquista das ilhas Baleares, em 1203 e, por outro, com a ocupação da Ifríquia, no Norte de África, em 1205-1206. No auge do poder político-militar do império, o califa al-Nasir — que sucedera a Abu Yusuf *al-Mansur* em 1199 — podia agora voltar a dirigir a sua atenção para os teatros de operações da Península Ibérica.

Mas não eram apenas castelhanos e almóadas que, por essa altura, se preparavam para o final das tréguas. Com efeito, também o rei de Aragão, Pedro II, planeava retomar a ofensiva logo que possível. Porém, esse era um projeto que, para ser bem-sucedido, necessitava de contar com o apoio armado castelhano, algo que só podia ser conseguido caso Afonso VIII não renovasse os acordos de paz com os Almóadas. Por isso mesmo, logo em inícios de 1210 — ou seja, a escassos meses do final dessas tréguas —, o aragonês solicitou a Inocêncio III que pressionasse o monarca castelhano nesse sentido. Contudo, o papa limitou-se a remeter uma missiva ao arcebispo de Toledo, instando-o, bem como aos seus sufragâneos, para que exercessem a influência possível junto do rei de Castela para que este concedesse o seu apoio às ações militares aragonesas ou, pelo menos, para que autorizasse todos os castelhanos que assim o desejassem fazer a incorporar-se nas hostes de Pedro II.

Afonso VIII estava longe de pretender renovar as tréguas com os Almóadas, mas, ao contrário do seu homólogo aragonês, preferiu manter os planos em segredo, ganhando assim algum tempo para — sem que com isso suscitasse uma reação inimiga — poder implementar as medidas necessárias para retomar a ofensiva e, acima de tudo, para enfrentar uma mais que certa investida inimiga em larga escala. A sua primeira prioridade

foi o reforço da fronteira, expressa no repovoamento, já em 1210, da praça-forte de Moya, na região de Cuenca.

Aquilo que, aparentemente, não passava de uma ação que visava a defesa de uma zona de fronteira foi, no entanto, imediatamente interpretada pelo califa al-Nasir como um ato hostil e, conseqüentemente, como uma autêntica declaração de guerra que levou ao rompimento automático das tréguas. À primeira vista, o rei castelhano parecia ter cometido um enorme erro. Porém, como sugere o cronista Lucas de Tuy (2003: 87), era precisamente esse o objetivo de Afonso VIII que, assim, acabava deliberadamente por fornecer um motivo para a quebra unilateral das tréguas por parte dos Almóadas, o que lhe dava a margem de manobra necessária para poder livremente retomar as hostilidades. E de facto, os ataques castelhanos à região a norte de Jaén e de Córdova parecem confirmar ser justamente esse o seu intuito.

Por seu lado, os aragoneses, que nos anos anteriores tinham igualmente reforçado algumas das suas posições mais avançadas, tomam também a iniciativa e intensificam a pressão na fronteira sul atacando a região de Valencia, onde conquistam diversos castelos — Ademuz, Castielfabib, El Cuervo e Serrella —, um conjunto de operações que foram, muito provavelmente, programadas de forma a coincidirem com as ofensivas castelhanas, hipótese que parece sugerir que os dois reinos estavam a prosseguir já, e com sucesso, uma política articulada.

No entanto, por muito bem-sucedidas que tivessem sido essas campanhas, para inverter realmente os pratos da balança a favor dos reinos cristãos era fundamental pensar numa ação de maior envergadura, o que só seria possível caso contassem com a participação de Leão, de Navarra e de Portugal. Importava, pelo menos, assegurar que esses reinos nada fariam para dificultar as ações armadas castelhanas e aragonesas, já que era mais do que certa uma reação musculada do califa, à qual era imperioso resistir e responder de um modo firme. Foi justamente com esse objetivo que o herdeiro do trono castelhano, o infante D. Fernando, solicitou ao papa o envio à península de um legado apostólico com a missão de convencer Afonso IX, Sancho VII e Afonso II a participarem num projeto comum que unisse os esforços dos cinco reinos contra os Almóadas. Perante a recusa

do papa, poucos meses depois, em finais de 1210 ou já em inícios de 1211, foi o próprio Afonso VIII a fazer o mesmo pedido a Inocêncio III. Todavia, mais uma vez, o papa recusou fazê-lo. Não é fácil descortinar os motivos que levaram a essa tomada de posição por parte da Santa Sé, embora tanto Huici Miranda quanto Martín Alvira sugeriram que na sua raiz estaria, não só a falta de vontade em compactuar com o mau relacionamento existente entre os diversos reinos cristãos peninsulares, mas também a circunstância de o papado se encontrar já envolvido em diversas outras frentes: na Cruzada contra os Albigenses, nos conflitos entre Capetos e Plantagenetas, e nos problemas que o opunham ao Imperador Romano-Germânico (Huici Miranda, 2000: 229; e Alvira Cabrer, 2012: 90-91).

Importa, no entanto, sublinhar que, apesar de não atender a esses pedidos da monarquia castelhana, nem por isso o papa deixou, em diversas ocasiões, de conceder algum apoio a Afonso VIII. Assim foi quando advertiu os reinos de Navarra e de Leão para que não violassem as tréguas firmadas com Castela, respetivamente em 1207 e em 1209, ou quando, na sequência da quebra das tréguas, em 1210, estendeu as indulgências habitualmente concedidas aos Cruzados a todos quantos participassem na luta contra os Almóadas, um apoio tímido, como o que entretanto havia concedido a Aragão, para onde o pontífice se limitou a enviar ajuda financeira destinada a algumas das campanhas conduzidas por Pedro II.

Claro que o silêncio da Santa Sé aos apelos do infante D. Fernando e de Afonso VIII não inibiu as forças cristãs de prosseguirem as suas incursões contra território inimigo, como a que, sob o comando do rei de Castela e do seu herdeiro, alcançou Levante e Játiva na primavera de 1211, ou a que, pela mesma altura, foi liderada por Afonso Teles de Menezes e por Rodrigo Rodriguez, os quais, com o apoio das milícias concelhias de Toledo, reconquistaram a fortaleza de Torre de Guadalerza, perdida na sequência da batalha de Alarcos.

Perante a crescente agressividade castelhana e aragonesa, em inícios de 1211, o califa, que se encontrava na capital do império, Marraqueche, resolve lançar um amplo e vigoroso apelo à *Jihad*, conseguindo com isso a mobilização de um numeroso exército que, embora assolado por diver-

sos problemas — designadamente ao nível do abastecimento —, cruza o estreito de Gibraltar durante a segunda quinzena maio, avançando então para Sevilha, onde instala o seu quartel-general. Ainda que inicialmente o alvo fosse o território de Aragão — o cronista Ibn-Idari sugere mesmo que a reação do califa foi desencadeada em resposta à ameaça aragonesa, e não propriamente como retaliação pelas campanhas castelhanas —, al-Nasir muda de planos e opta por atacar as regiões mais próximas da sua base de operações, decidindo-se por uma das principais praças-fortes da fronteira castelhana, uma decisão de última-hora que parece confirmar as dificuldades logísticas sentidas logo desde o início da mobilização do exército em Marrocos.

O alvo escolhido foi, pois, o castelo de Salvatierra. Situado no extremo sul da região de La Mancha e já próximo do sopé da Sierra Morena, era controlado desde 1198 pela Ordem Militar de Calatrava, que aí tinha instalado — depois da perda de Calatrava la Vieja, na sequência da batalha de Alarcos — o seu principal convento, circunstância que o convertia numa das mais relevantes praças-fortes da linha avançada castelhana e na base de operações ideal para o lançamento de incursões contra o território inimigo. Não admira, pois, que os Almóadas o vissem, segundo Martin Alvira Cabrer (2012: 70-72), como uma autêntica “espinha cristã cravada em território islâmico”. Além disso, importa não esquecer que as Ordens Militares não estavam sujeitas aos acordos de paz firmados pelas monarquias peninsulares, o que, mesmo em período de tréguas, fazia dessa fortaleza uma ameaça permanente.

Na perspetiva do califa, a conquista de Salvatierra era, pois, um objetivo prioritário que permitiria não apenas um alívio na pressão exercida pelo adversário, mas também um rude golpe nas aspirações expansionistas castelhanas. Mas a conquista daquela fortaleza significava igualmente a anulação do único obstáculo entre Sevilha e o vale do Tejo, cujos caminhos ficariam abertos para os Almóadas, que facilmente poderiam então atingir a capital castelhana de Toledo. Além do mais, ao avançar sobre Salvatierra, talvez al-Nasir conseguisse levar Afonso VIII a reagir intempestivamente e, quem sabe, a cair no erro de reunir a sua hoste e avançar até essa praça,

o que, a acontecer, daria certamente azo a uma batalha campal na qual o califa ambicionava poder repetir o êxito de seu pai em Alarcos.

128

Mas os castelhanos devem, de alguma forma, ter percebido as intenções do adversário, pois ainda antes de o exército almóada se lançar sobre a fortaleza, tomaram a decisão de reforçar a sua guarnição e de a abastecer com grandes quantidades de mantimentos e de armas. Porém, optaram por deixá-la entregue à sua própria sorte, afastando desde logo a possibilidade da mobilização de um exército de socorro, uma ideia que, segundo o testemunho do arcebispo de Toledo, parece que chegou a ser proposta pelo rei que, no entanto, acabou por a pôr de parte reconhecendo que não era possível reunir, em tempo útil, uma força suficientemente numerosa para evitar a queda da fortaleza e, simultaneamente, fazer frente à hoste de al-Nasir (Livro VII, cap. XXXV, p. 305).

O cerco a Salvatierra foi iniciado em julho de 1211, com a destruição da povoação sobranceira ao castelo. Perante a avassaladora superioridade numérica do inimigo e sem grandes meios para retaliar, os defensores limitaram-se a responder com uma ou outra surtida, protagonizadas por forças de cavalaria mas que pouco efeito tiveram no ânimo do inimigo. Com os mantimentos e a água a esgotar-se, sem qualquer perspetiva de receberem ajuda do exterior e com a pressão a intensificar-se nas semanas seguintes, a moral dos sitiados esgotou-se quando os engenhos neurobalísticos dos sitiadores conseguiram, ao fim de cinquenta e um dias de cerco, abrir uma brecha nas muralhas. Sem outra opção, os sitiados acabaram por se render e entregaram a praça-forte ao califa, que, ao abrigo da pretesia acordada, autorizou os sobreviventes a partirem para o norte em segurança.

Em júbilo pela importante vitória alcançada, o exército almóada retornou então a Sevilha, dando assim por concluída a campanha desse ano.

A notícia, rapidamente difundida, da perda de Salvatierra teve um enorme impacto, não só na Península mas em todo o Ocidente, alertando para os perigos da ameaça muçulmana e para a eventualidade de uma ofensiva em larga escala que poderia facilmente atingir a capital castelhana e, em última análise, anular todo o processo reconquistador iniciado séculos antes. Mas a queda de Salvatierra trouxe rapidamente ao de cima um outro

sentimento, o de vingança. Como afirma Francisco García Fitz (2008:143), estava encontrado “o catalisador emocional necessário para que se precipitasse a reação cristã”. Não havia já quaisquer dúvidas de que Castela se preparava para responder em força à ofensiva almóada.

Com efeito, logo após tomar conhecimento da perda de Salvatierra e ciente dos riscos que essa situação poderia comportar, o rei de Castela, através do bispo de Segovia, lança um apelo desesperado à Santa Sé para que fosse pregada uma Cruzada contra os Almóadas. Só que, desta vez, o pedido teve o eco desejado expressando-se no envio, durante as primeiras semanas de 1212, de instruções para todos os arcebispos de França, da Provença e respetivos sufragâneos, no sentido de anunciarem nas suas arquidioceses e dioceses a concessão de indulgências e a remissão de todos os pecados a quantos participassem na grande expedição que o rei de Castela começara a organizar. Pouco depois, novas missivas papais eram dirigidas aos arcebispos de Toledo e de Compostela, instando-os para que pressionassem os reis de Leão, de Aragão, de Navarra e de Portugal, por um lado, no sentido de ajudarem militarmente o seu congénere castelhano e, por outro, para que evitassem — sob pena de excomunhão — aliar-se aos Almóadas ou, pelo menos, para que nada fizessem que prejudicasse a ofensiva que então se preparava. O pontífice tinha a perfeita noção do sério risco de leoneses e navarros aproveitarem o facto de Afonso VIII se encontrar em campanha na fronteira sul para se lançarem contra o território de Castela. No entanto, por muito presente que fosse esse perigo, a maior ameaça era, sem dúvida, o enorme poder do exército almóada, pelo que o papa não deixou também de aconselhar o rei castelhano a, caso o califa propusesse um acordo de tréguas, aceitá-lo de imediato, já que não seria possível suportar um novo desastre como o que ocorrera anos antes em Alarcos (Alvira Cabrer, 2012: 88).

Mas por muito importante que fosse o apoio prestado pela Santa Sé, tanto no plano diplomático como financeiro, mas também ao nível da mobilização de forças de além-Pirenéus — que desde cedo e em força corresponderam ao apelo papal —, Afonso VIII sabia que as hipóteses de sucesso face aos Almóadas seriam bem maiores se pudesse contar com o apoio armado dos seus vizinhos cristãos peninsulares.

Quanto a Pedro II de Aragão, o castelhano estaria certamente tranquilo, pois tanto a aliança que vigorava entre ambos havia já vários anos quanto os recentes acordos firmados em Cuenca, em novembro de 1211, asseguravam a sua colaboração, embora se soubesse que os problemas financeiros da Coroa aragonesa poderiam vir a constituir um entrave a uma participação militar com grande expressão. Foi, todavia, um problema que acabou por ser rapidamente resolvido, por um lado graças à ajuda financeira castelhana e, por outro, através de um empréstimo concedido por Sancho VII de Navarra que, dessa forma, parecia dar sinais de aproximação aos planos castelhanos.

Mas a posição navarra, ao contrário do que aquele empréstimo poderia indiciar, estava longe de ser a mais clara. De facto, a atitude inicial de Sancho VII, *O Forte*, foi a de alhear-se do projeto e, sem se comprometer, esperar para ver, em boa medida devido aos recentes conflitos com Castela, mas também por saber que uma derrota de Afonso VIII poderia beneficiá-lo com importantes ganhos territoriais. Além disso, um eventual apoio a esses planos poderia colocá-lo em rota de colisão com al-Nasir, com quem mantinha um acordo de paz, tal como o próprio califa fez questão de sublinhar na carta redigida depois da batalha (p. 334). Por tudo isso, não é de admirar que só alguns meses depois, em finais de junho, o posicionamento de Sancho de Navarra se tenha clarificado.

Igualmente complexa de gerir era a posição leonesa. Com efeito, o envolvimento direto de Afonso IX na guerra civil que eclodira em Portugal em finais de 1211 entre o rei Afonso II e as suas irmãs Teresa e Sancha, no âmbito da qual o rei leonês interveio em apoio destas últimas — em particular da sua ex-mulher Teresa, com quem fora casado entre 1191 e 1194 —, poderiam impedi-lo de acudir ao pedido de auxílio armado lançado por Afonso VIII. No entanto, Afonso IX até mostrou uma certa disponibilidade para integrar o projeto do seu velho rival, se bem que com a condição de lhe serem devolvidas algumas das fortalezas ocupadas por Castela, uma pretensão que não foi atendida — e a que não foi sequer dada qualquer resposta (García Fitz 2008: 147-148) —, o que, como seria de esperar, afastou de vez as hipóteses de os leoneses virem a integrar a expedição. Porém, este era um cenário que obrigava a cautelas redobradas com a retaguarda,

pois havia o sério risco de os leoneses se aproveitarem da ausência de Afonso VIII para atacarem o território castelhano, como o próprio papa não deixou sublinhar em carta enviada a Afonso IX, exortando-o a que nada fizesse nesse sentido.

Teoricamente mais fácil seria conseguir o apoio do rei português, Afonso II, casado desde 1208 com Urraca, filha de Afonso VIII. No entanto, desde cedo que se percebeu que os problemas de saúde do monarca (talvez lepra), mas acima de tudo a guerra civil que desde finais de 1211 assolava o reino, obstaculizavam não só a que o rei português pudesse juntar-se à expedição como o impediam sobretudo de enviar alguns contingentes em apoio do sogro.

Ainda assim, isso não invalidou que, se bem que a título individual, muitos leoneses, bem como um grande número de portugueses (segundo Rodrigo Jiménez de Rada, cap. III, 309), seguissem o apelo do papa e se juntassem às forças que, a partir dos últimos dias de maio de 1212, começavam a afluir a Toledo, o local estipulado para a reunião dos contingentes envolvidos na campanha que, em boa medida pelo seu caráter internacional, assumia cada vez mais os contornos de uma autêntica Cruzada, conforme o objetivo de Afonso VIII (Alvira Cabrer, 2012: 84 e 92-96). De facto, como sublinhou Francisco García Fitz, toda a campanha de Las Navas se encontra rodeada dos “gestos, palavras, rituais, invocações, símbolos, imagens, interpretações, perceções” característicos de um ambiente de Cruzada, em boa medida propiciado pelo próprio Inocêncio III, que, na missiva de abril desse ano dirigida aos arcebispos de Toledo e de Santiago de Compostela, afirmava que o que estava em jogo era não apenas o destino dos reinos cristãos peninsulares, mas o da própria Cristandade (García Fitz, 2008: 438-440).

À procura de uma batalha

Se bem que a sequência dos acontecimentos pudesse de alguma forma apontar nesse sentido, o objetivo estratégico de Afonso VIII não era

reconquistar Salvatierra, ou sequer recuperar as fortalezas perdidas para os Almóadas em 1195 e 1196, na sequência do desastre de Alarcos; do mesmo modo, não pretendia persistir numa guerra de desgaste como a que caracterizava a maior parte das operações militares da Idade Média, muito particularmente na Península Ibérica; e também não era seu propósito lançar um ataque em diversas frentes — para forçar o adversário a dividir as suas forças — com o intuito de empurrar novamente a fronteira para sul. Em boa verdade, esses poderiam vir a constituir objetivos a médio e a longo prazo, mas no imediato a ideia do monarca castelhano era outra, bem diversa e consideravelmente mais ambiciosa. De facto, o plano de Afonso VIII consistia em infligir uma derrota tão expressiva e pesada quanto possível aos Almóadas, a ponto de reduzir substancialmente a sua capacidade militar, algo que, como todos sabiam, só poderia ser alcançado de uma forma: através de uma batalha campal. Tratava-se, no entanto, de uma solução que comportava enormes riscos — porquanto o resultado de uma batalha era sempre impossível de prever —, que exigia a mobilização de inúmeros recursos humanos e logísticos e que necessitava de contar com um inimigo disposto a aceitar o desafio, o que nem sempre acontecia. Por tudo isso, a batalha era quase sempre a última das opções dos comandantes militares, circunstância que fazia dela um fenómeno raro e episódico no contexto da guerra nos últimos séculos da Idade Média. Porém, o plano do monarca castelhano consistia precisamente em fazer o que ninguém esperava que ele fizesse, ou seja, procurar forçar os Almóadas a um combate em campo aberto. Certamente que esta decisão terá deixado muitos espantados, em parte porque o desfecho de Alarcos — que ninguém queria que se repetisse — estava ainda bem vivo na memória dos castelhanos, mas também porque, como sublinha García Fitz (2008: 87), nunca antes uma expedição militar tinha sido preparada com o único intuito de destruir o adversário em batalha campal!

Esta resolução parece ter sido tomada imediatamente após a queda de Salvatierra, quando o rei, reunido em Toledo com algumas das principais personalidades do reino, declarou pretender reunir os meios necessários para derrotar os Almóadas num enfrentamento em campo aberto.

Com efeito, a ordem de mobilização emitida no dia 29 de setembro de 1211 — ou seja, apenas dois meses após a perda daquela fortaleza — refere já, de forma explícita, ser esse o objetivo da Cruzada (Alvira Cabrer, 2012: 82-83). Claro que, para isso, era necessário, em primeiro lugar, que o adversário estivesse disposto a fazê-lo; porém, os acontecimentos pareciam estar a correr a favor de Afonso VIII.

Apesar de se tratar de uma questão ainda envolta em inúmeras interrogações e incertezas, é possível que al-Nasir tenha respondido às ações de Afonso VIII com uma carta — o chamado “Desafio do Miramolim” — enviada aos monarcas cristãos e na qual os desafiava para uma batalha. Todavia, como o próprio califa fazia questão de sublinhar, essa missiva não constituía qualquer forma de reação à ordem de mobilização e aos objetivos inimigos, mas sim uma resposta às campanhas levadas a cabo por Afonso VIII na sequência da quebra das tréguas, em 1210, descartando dessa forma a possibilidade de estar a agir a reboque das decisões estratégicas do adversário.

Só que, em lugar de a manter secreta, o monarca castelhano deixou que tanto a carta quanto o seu conteúdo fossem dados de imediato a conhecer, pelo menos junto de boa parte dos líderes e combatentes cristãos, de modo a motivá-los ainda mais para a campanha que se avizinhava. Mas mesmo que — como defendem muitos dos estudiosos da batalha — não tenha existido qualquer repto por parte de al-Nasir, só o rumor da existência da missiva, propositadamente difundido pelo rei, terá sido suficiente para galvanizar ainda mais os Cruzados que começavam a afluir ao local combinado para a concentração dos exércitos cristãos (Alvira Cabrer, 2008: 111-119).

Com a reunião de todas as forças apazada para os finais de maio ou inícios de junho, a chegada dos combatentes a Toledo tem início a partir da Oitava de Pentecostes, dia 20 de maio. Os primeiros Cruzados a fazê-lo são os efetivos aragoneses liderados pessoalmente por Pedro II, seguidos pelos ultramontanos, que fazem a sua entrada na capital castelhana no dia 3 de junho, totalizando mais de 50 000 homens, de acordo com o depoimento do arcebispo de Narbonne, que comandava essas forças (p. 330).

Entretanto, muitos outros contingentes — mesnadas nobres, Ordens Militares, milícias concelhias — foram também chegando à capital castelhana, que cada vez mais se assemelhava a um acampamento militar. A presença de um número crescente de guerreiros obrigou mesmo Afonso VIII a alojá-los no exterior da cidade, não só pela necessidade de encontrar um espaço amplo para se instalarem, mas acima de tudo para evitar a repetição de desacatos, tumultos e atos violentos — como os que visaram a população judaica de Toledo — provocados por uma tão grande acumulação de gentes imbuídas de uma enorme vontade de combater, mas entre as quais se havia instalado um clima de tédio suscitado pela inatividade e pela demora no início da campanha (Carta de Arnau Amalric, p. 329). A todos os que necessitavam, o rei forneceu alojamento, armas, roupas, montadas, alimentos e remunerações, o que exigiu aos cofres e aos armazéns régios um enorme esforço, que tanto o próprio monarca quanto os cronistas não deixaram de referir nos relatos que elaboraram depois acerca da campanha de 1212.

Por fim, na quarta-feira, dia 20 de junho, tem lugar a partida das forças cristãs, com a coluna de marcha dividida em três grandes unidades táticas: a vanguarda, cujo comando foi entregue ao veterano Diego Lopez de Haro e que integrava as forças ultramontanas; o corpo central da hoste, composto pelos efetivos aragoneses liderados por Pedro II, e a retaguarda constituída pelos contingentes castelhanos capitaneados por Afonso VIII (Rodrigo Jiménez de Rada, Livro VIII, cap. V, p. 312).

Porém, não eram apenas os Cruzados que se movimentavam em direção ao inimigo. De facto, por essa mesma altura, ou seja, nos primeiros dias de junho, também o exército almóada deixava Sevilha, estabelecendo a sua base de operações a leste, em Jaén, a partir de onde seria mais fácil acorrer e travar uma incursão lançada a partir de Toledo contra território andaluz, mas cujo trajeto e destino eram ainda desconhecidos (Huici Miranda, 2000: 249).

Apesar do que a carta de desafio sugeria, os verdadeiros planos de al-Nasir não passavam pela realização de uma batalha campal. Pelo contrário, todos os movimentos do exército califal — substancialmente reforçado ao longo da primavera de 1212 — revelam que o seu principal objetivo seria

precisamente o de evitar o combate em campo aberto, mas sem que o adversário se apercebesse disso. Dessa forma, este seria obrigado a avançar cada vez mais em território hostil na perseguição daquele objetivo, afastando-se das suas principais bases de aprovisionamento e de apoio. Forçando-o a essa desgastante marcha, o califa esperava conseguir debilitar física e moralmente os combatentes cristãos, sujeitando-os aos problemas inerentes ao abastecimento de um exército de tão grandes dimensões como o que então tinha sido reunido, mas também a um trajeto desgastante e violento, feito sob o calor escaldante do verão andaluz (García Fitz, 2008: 92-93).

Os primeiros confrontos

Ao fim de quatro dias de marcha em direção a sul e sem qualquer contacto com o inimigo, a vanguarda da hoste dos Cruzados chega junto das muralhas de Malágón, uma vila e castelo situados a cerca de 90 km de Toledo. Mesmo sem o apoio do corpo central e da retaguarda da hoste, que se encontravam ainda em trânsito, os efetivos que compunham aquela unidade tática, integrada essencialmente por Cruzados ultramontanos, conquistam-na facilmente ao fim de poucas horas de combate (Carta de Afonso VIII, pp. 567-568). Os comandantes muçulmanos ainda tentaram, através de um acordo de rendição, salvaguardar as vidas dos que aí se encontravam, mas, perante a recusa dos atacantes em aceitá-lo, a fortaleza foi mesmo conquistada pela força e a esmagadora maioria dos sitiados acabou chacinada pelos Cruzados que, como afirma Arnau Amalric, pouparam apenas “uns poucos” (p. 330).

Porém, o ambiente festivo resultante da primeira vitória e do primeiro sangue mouro derramado rapidamente se esfumou, pois no dia 26, segunda-feira, com a hoste novamente reunida, começaram a vir ao de cima os problemas — característicos dos exércitos de grandes dimensões — relacionados com a escassez de mantimentos, um problema que, ainda assim, Afonso VIII conseguiu solucionar antes de partirem de Malagón, procedendo a uma nova distribuição de víveres pelos Cruzados.

A expedição ainda estava no início e a falta de géneros começava já a fazer-se sentir e a provocar as primeiras querelas, desencadeadas, sobretudo, pelos Cruzados ultramontanos.

No dia 27, o exército retoma a marcha em direção ao Guadiana, com o objetivo de avançar sobre o castelo de Calatrava que, desde 1158 e até ser conquistado pelos Almóadas, em 1195, tinha alojado a sede da Ordem de Calatrava. Contudo, a travessia do rio revelou-se bem mais difícil do que seria esperado, pois o inimigo tinha espalhado os temíveis “abrolhos” — cardos de metal com quatro pontas destinados a ferir os pés dos homens e os cascos dos cavalos — nos vaus do rio, esperando com isso dificultar-lhes a travessia e, assim, atrasar ou mesmo impedir que se aproximassem daquela fortaleza. No entanto, a armadilha foi detetada a tempo, o que, ainda assim, obrigou os batedores a procurarem uma passagem alternativa, que ao fim de algumas horas acabou por ser encontrada, possibilitando, ainda nesse dia, a travessia do Guadiana em total segurança.

Mas Calatrava estava longe de constituir um alvo fácil, devido às resistentes estruturas defensivas da fortaleza, na sua maior parte erguidas ainda antes de 1195. O exército cristão corria o risco de se envolver numa operação de cerco para a qual não estava devidamente preparado, já que não dispunha dos meios necessários, nomeadamente de engenhos, para o fazer. Além disso, a arrastar-se por mais tempo do que o desejado, um ataque à praça-forte poderia colocar em xeque todo o calendário da campanha e os objetivos estratégicos de Afonso VIII, pelo que a possibilidade de um ataque acabou por ser logo posta de parte. Ainda assim, depois de dois dias de observação e de estudo do inimigo, os comandantes acharam por bem arriscar, pelo menos, um assalto em massa. A intensa pressão exercida simultaneamente por milhares de homens em diversos sectores das muralhas era tal que obrigou o comandante da guarnição muçulmana a propor uma rendição negociada, solução que Afonso VIII aceitou, sob o compromisso de poupar as vidas dos defensores. Cumprido o acordo, o castelo foi entregue ao rei castelhano, que, por sua vez, o fez retornar à posse dos freires da Ordem de Calatrava.

E tal como tinha sucedido dias antes em Malagón, também esta vitória trouxe ao de cima novos problemas, designadamente os que eram levantados pelos Cruzados ultramontanos, que, desapontados com a escassez do botim, desgastados pela doença, pela fome e pelo clima estival do sul de Castela, mas também profundamente desiludidos pela forma, segundo eles, demasiado branda como tinha sido negociada a capitulação de Calatrava, acabam por abandonar a hoste. Apontando como motivos a falta de vontade de Afonso VIII em procurar um enfrentamento campal com o inimigo — o que teria defraudado as suas expectativas —, os rumores a respeito de um alegado plano para desviar a Cruzada contra o reino de Leão, mas também o final do período de serviço de 40 dias a que se tinham comprometido, os ultramontanos iniciam, em massa, o regresso aos seus locais de origem. Como sublinhou García Fitz (2008: 94), a estratégia almóada de obrigar os cristãos a prolongar a sua presença em território hostil, com todos os problemas que daí advinham, nomeadamente ao nível da moral e do abastecimento, parecia estar a dar resultado. Embora a perda de cerca de um terço dos combatentes tenha, naturalmente, fragilizado o exército cristão e causado alguma inquietação e medo entre os que ficaram — ao ponto de se registarem novas deserções nos dias subsequentes —, a partida dos ultramontanos acabou por se revelar benéfica, porquanto permitiu solucionar os problemas de abastecimento com que a hoste se debatia, já que, com menos bocas para alimentar, era agora possível restabelecer algum equilíbrio no que concerne à distribuição dos mantimentos disponíveis.

Al-Nasir, que através de espiões e de outros informadores acompanhava de perto as movimentações dos inimigos e estava a par das dificuldades com que estes se defrontavam, logo que soube da debandada dos contingentes ultramontanos partiu de Jaén em direção à região a sul da Sierra Morena, para onde sabia que o que restava da hoste cristã acabaria por se dirigir.

Como se previa, no dia 4 de julho, o exército liderado por Afonso VIII afasta-se de Calatrava. Nessa praça-forte ficaria, no entanto, o rei Pedro II — acompanhado por alguns contingentes —, a aguardar pela chegada de mais algumas forças aragonesas, mas também pelo exército navarro liderado

por Sancho VII. Este último, após muita indecisão, decidira juntar-se também à Cruzada, depois de ter sido convencido a integrá-la pelo arcebispo de Narbonne, aquando da passagem dos Cruzados ultramontanos pela corte de “o Forte”, a caminho de Toledo, em finais de maio.

Enquanto isso, os restantes corpos da hoste retomam a marcha e avançam contra as pequenas fortalezas de Alarcos, Piedrabuena, Benavente e Caracuel, conquistando a primeira e obtendo a rendição das restantes. No dia 7 de julho, já com todas as forças novamente reunidas e reforçadas pelos combatentes provenientes de Navarra, o exército inicia então a aproximação final à praça-forte de Salvatierra, cuja reconquista constituiria uma excelente motivação para o que restava da campanha. Mas Afonso VIII decidiu não correr riscos, pois sabia bem que uma operação de cerco, ou mesmo um assalto massivo menos bem-sucedido, poderiam atrasar ou até pôr em causa os objetivos da expedição. No entanto, numa manobra intimidatória e de clara demonstração de força conduzida propositadamente à vista da guarnição muçulmana da fortaleza, o monarca realiza um imponente alardo destinado a avaliar com rigor a dimensão e o estado das tropas. Juan de Soria afirma, sem adiantar quaisquer cifras, que “nunca tantas e tais armas de ferro se haviam visto em terras hispânicas” (p. 30), enquanto que a *Crónica de Veinte Reyes* — que também nada refere a respeito do número de combatentes então contabilizado, fazendo apenas eco da grande dimensão do exército ali reunido — acentua sobretudo a circunstância de a inesperada partida dos ultramontanos em nada ter debilitado a moral ou o poderio da hoste dos Cruzados (cap. XXIX, p. 283).

A marcha, retomada no dia 10 de julho, conduziu em primeiro lugar a vanguarda da hoste até Las Fresnedas, já no sopé da Sierra Morena. Foi no acampamento aí instalado que Diego Lopez de Haro — comandante dessa unidade — deu instruções ao seu filho, Lope Diaz, e aos seus sobrinhos, Sancho Fernandez e Martín Muñoz, para, ao comando de um forte destacamento, ocuparem o Porto do Muradal, na vertente norte da serra, e evitar que o inimigo se antecipasse e bloqueasse a passagem da hoste. Defendido o local, o destacamento avança então contra a pequena fortaleza de Ferral, em cujas imediações é surpreendido por batedores

muçulmanos, que conseguem rechaçar. A porta de entrada na Sierra Morena estava assegurada.

No dia 12, ao entardecer, o grosso do exército chega finalmente ao sopé da serra, reunindo-se apenas no dia seguinte às forças que controlavam o desfiladeiro do Muradal, tornado ainda mais seguro depois de a guarnição do castelo de Ferral se ter posto em fuga. Apesar dos êxitos dos últimos dias, designadamente o controlo dos acessos à serra, a hoste tinha ainda pela frente a difícil missão de percorrer os tortuosos caminhos que a levariam até ao Passo de Losa, ou seja, para sul dessa cadeia montanhosa. No entanto, rapidamente se percebeu que esse objetivo estava perto de redundar num fracasso. Com efeito, como puderam constatar os batedores cristãos, os Almóadas tinham instalado as suas forças precisamente nesse local, bloqueando-lhes por completo a saída do desfiladeiro.

Perante esta contrariedade, teve então lugar uma importante reunião do conselho de guerra dos Cruzados. Importava urgentemente decidir o que fazer: retroceder pelo mesmo trajeto que tinham acabado de percorrer e contornar a serra, ou arriscar a descida em direção ao Passo de Losa e enfrentar o inimigo? Enquanto a primeira opção obrigava a um desvio que demoraria vários dias, ou mesmo semanas, a recuperar, a segunda colocava os Cruzados numa clara posição de desvantagem e à mercê da hoste do califa, porquanto seriam obrigados a combater com uma frente de ataque pouco extensa, devido à estreiteza do terreno por onde teriam que passar. Como o próprio Afonso VIII afirmou mais tarde, na carta dirigida ao papa, tratava-se de uma passagem tão estreita que, se os muçulmanos assim o quisessem, bastaria colocarem aí 1000 homens, que nem assim os cristãos conseguiriam passar (p. 569).

Enquanto decorria a reunião do conselho de guerra de Afonso VIII — que cada vez mais se inclinava, apesar de tudo, para a hipótese de arriscar uma progressão pelo Passo de Losa —, apresentou-se no acampamento cristão um homem — que a maior parte das fontes regista tratar-se de um pastor —, conhecedor dos caminhos da serra e que assegurou saber da existência de um trajeto alternativo (veja-se uma revisão recentíssima da figura deste pastor em Rafael Peinado Santaella, 2015). Para efetuar o reconhecimento

desse percurso foram escolhidos os experientes Diego Lopez de Haro e Garcia Romeu, os quais, ao comando de um forte destacamento destinado a prevenir qualquer armadilha, puderam confirmar a veracidade do testemunho do pastor e verificar com os próprios olhos que esse caminho, para além de permitir a passagem do exército em total segurança, desembocava numa zona ampla — mais tarde designada como Mesa del Rey — alguns quilómetros a oeste do Passo de Losa e, conseqüentemente, afastada das forças almóadas. Aí, o exército cristão, para além de poder instalar o seu acampamento, poderia ainda, sem quaisquer constrangimentos ditados pelo terreno, organizar livremente o seu dispositivo tático e defrontar o inimigo.

Depois de enviarem ao rei informações detalhadas sobre as condições proporcionadas por essa nova rota, o contingente liderado por Diego Lopez e Garcia Romeu ocupa uma posição no início do trajeto revelado pelo pastor, mas é de imediato alvo de ataques por parte de destacamentos inimigos. A muito custo, conseguem defendê-la e manter-se na sua posse até à chegada, já na manhã de sábado, dia 14, do grosso da coluna de marcha cristã.

O califa, quando soube que o inimigo abandonava o cume da serra, pensou tratar-se de uma retirada. O seu plano para desgastar o exército cruzado e obrigá-lo a retroceder parecia estar a resultar na perfeição e sem que para isso tivesse sido necessário travar uma batalha campal. Porém, para seu grande espanto, a hoste inimiga começava a surgir através de um outro desfiladeiro e a instalar-se na Mesa del Rey. Perante esta súbita reviravolta no rumo dos acontecimentos, os Almóadas abandonam de imediato a posição elevada que ocupam em Santa Elena e, preparados para o combate, deslocam-se para o Cerro de los Olivares, um local mais próximo da zona onde os Cruzados se começavam a instalar (García Fitz, 2008: 494-496). Porém, em virtude do enorme cansaço provocado por quase um mês de marcha, os cristãos preferiram adiar a contenda, resistindo a todas as provocações, ataques e escaramuças protagonizados pela cavalaria ligeira e pelos arqueiros muçulmanos.

No domingo, dia 15, al-Nasir volta a formar o seu exército em frente da Mesa del Rey, demonstrando que estava, uma vez mais, disposto e preparado para enfrentar o inimigo. No entanto, tal como na véspera,

os cristãos evitam a batalha, ainda que constantemente pressionados pelos ataques conduzidos por diversos destacamentos de escaramuçadores almóadas.

Mas era impossível continuar a adiar mais o momento de defrontar o exército califal, pelo que, assim que raiou a alvorada de segunda-feira, dia 16 de julho de 1212, já todos sabiam que a batalha seria inevitavelmente travada nas horas seguintes. E sabiam também que, no final do dia, uma das hostes teria sido vergada sob o peso da derrota, embora ninguém pudesse ainda adivinhar a qual das duas estaria reservado esse destino cruel. Ambos os contendores dispunham de bons motivos para acreditar que poderiam ser eles a vencer o prélio; e sem dúvida que um dos principais argumentos com que contavam para alcançar a vitória era a composição e dimensão das respetivas hostes.

Os exércitos em presença

Como era comum nos grandes exércitos da Idade Média, também a hoste cristã presente em Las Navas de Tolosa se caracterizava por uma enorme heterogeneidade, não só ao nível da procedência geográfica dos seus efetivos (castelhanos, aragoneses, navarros, ultramontanos e ainda alguns leoneses e portugueses), mas também da sua estrutura interna e dos vários núcleos que a formavam, cada um deles com uma composição e uma dimensão muito próprias.

Em primeiro lugar, destacavam-se os séquitos dos reis, isto é, as forças que compunham as guardas pessoais de Afonso VIII de Castela, Pedro II de Aragão e Sancho VII de Navarra. Cada uma dessas unidades era integrada por contingentes de cavalaria e de infantaria, num total que rondava os 150 a 200 combatentes, que atuavam não apenas como uma guarda palaciana de proteção do monarca mas, acima de tudo, como uma autêntica “força de intervenção rápida” facilmente mobilizável, bem armada e dotada de um elevado grau de prontidão (García Fitz, 2008: 184-186), motivo pelo qual terão certamente sido das primeiras forças a serem convocadas para a campanha de 1212.

Mas eram as mesnadas senhoriais (ou seja, os contingentes dos grandes magnates laicos e eclesiásticos) que, somadas, constituíam o sector numericamente mais expressivo do exército cruzado e, como tal, a sua 'coluna vertebral'. Só a nobreza castelhana terá contribuído, segundo a *Crónica de Veinte Reyes*, com perto de 2300 lanças de cavalaria, números que talvez não estejam demasiado desfasados da realidade (cap. XXVIII, p. 281). Trata-se, todavia, de uma cifra compreensivelmente superior às das suas congéneres aragonesa e navarra que, segundo as estimativas de Francisco García Fitz (2008: 210), não deverão ter ultrapassado, respetivamente, os 800 e os 200 cavaleiros. Cada uma dessas mesnadas era liderada por um fidalgo e formada por um núcleo central de lanças de cavalaria pesada — onde se integravam também os seus vassallos —, a que se somavam ainda forças de cavalaria ligeira e de infantaria, boa parte das quais provenientes dos senhorios do líder da mesnada ou dos seus vassallos.

Tal como a nobreza, também as Ordens Militares acorreram em massa ao apelo de Afonso VIII. Com efeito, em Las Navas estiveram presentes as Ordens de Calatrava, de Santiago, do Templo e do Hospital, integradas não só por freires cavaleiros, mas também por sergentes (combatentes de cavalaria equipados de forma mais ligeira) e por milícias concelhias procedentes das povoações jurisdicionalmente sujeitas a estas instituições, para além de outros combatentes voluntários e, em alguns casos, remunerados. Ainda que as fontes não permitam conhecer a dimensão desses contingentes, tudo aponta para que tenha sido um contributo de grande importância, porquanto eram lideradas pelas autoridades máximas dessas Ordens, ou seja, pelos respetivos mestres e prior (García Fitz, 2008: 186-200).

Igualmente importante — sobretudo pela quantidade de efetivos que assegurou — foi a participação das milícias concelhias, sobretudo das castelhanas, já que não há notícia da presença de forças dos concelhos aragoneses e navarros na batalha. Eram integradas, como habitualmente, por combatentes montados, sobretudo por ginetes (García Fitz, 2008: 211-218), num total que, de acordo com a *Crónica de Veinte Reyes*, terá rondado os 11 700 cavaleiros (cap. XXVII, p. 281), números decerto muito inflacionados

e que não devem sequer ter chegado aos 5000 homens, entre cavalaria e infantaria, um contributo ainda assim bastante expressivo.

Para além dos séquitos de Afonso VIII, Pedro II e Sancho VII, das mesnadas nobres castelhanas, aragonesas e navarras, das Ordens Militares do Templo, Hospital, Calatrava e Santiago e das milícias concelhias castelhanas, a hoste reunida em 1212 contava igualmente com um grande número de voluntários de origem geográfica e social muito diversa e que responderam em massa à Cruzada convocada por Inocêncio III. De entre esses guerreiros, destacavam-se os ultramontanos, provenientes, sobretudo, do reino de França, mas também da Península Itálica, num total que terá oscilado entre os 50 000 homens estimados por um dos seus principais líderes, o arcebispo Arnau Amalric (p. 330), e os 62 000 aventados na carta de Afonso VIII (p. 567). Contudo, como já vimos, só uma pequena parte desses efetivos escolheu permanecer com a hoste até ao final da campanha, pelo que, dessas largas dezenas de milhares de combatentes, aqueles que de facto participaram na batalha de Las Navas devem oscilado entre os 130 cavaleiros aventados por Jiménez de Rada (Livro VIII, cap. VI, p. 315) e as 150 lanças referidas por Afonso VIII na missiva dirigida ao papa (p. 568); a estes se somava decerto um grupo bastante elevado, embora desconhecido, de forças de infantaria. Aos voluntários ultramontanos acrescentava-se ainda um contingente, provavelmente substancial, de leoneses e também de portugueses — muitos cavaleiros e uma “multidão” de infantes, nas palavras do arcebispo de Toledo (Livro VIII, cap. II, p. 309) — que, apesar de os seus reinos não terem oficialmente participado na Cruzada, nem por isso deixaram de se juntar aos efetivos reunidos na cidade de Toledo a partir dos finais de maio de 1212.

Com cifras parciais, quase sempre exageradas e pouco fiáveis, como as que são veiculadas pelas fontes disponíveis, torna-se praticamente impossível reconstituir com rigor a dimensão da hoste cristã presente em Las Navas. Ainda assim, apesar dessas dificuldades, foram vários os estudiosos que adiantaram algumas hipóteses. Um dos primeiros autores contemporâneos a pronunciar-se a esse respeito foi o francês Ferdinand Lot, que, em 1946, sugeriu uma estimativa na ordem dos 2000 cavaleiros e 6000 a 7000 peões,

ou seja, um total que mal chegaria aos 10 000 combatentes (Lot, 1946: 289-290). Uma década depois, Ambrosio Huici Miranda (1956/2000: 271) propunha — embora com algumas reticências — cifras bastante mais generosas a respeito da dimensão do exército cristão que, segundo ele, totalizaria entre 60 000 e 80 000 homens. Apesar de se tratar de números que o próprio autor considerou que devem ser encarados com bastante cautela, acabaram por ser aceites por boa parte dos estudiosos da batalha, nomeadamente por Francisco García Fitz, que em 2001, numa primeira abordagem do tema, os considerou como bastante verosímeis (2001: 364).

Contudo, nem todos adotaram os cálculos de Huici Miranda. Em 1984, Ruiz Doménech (1984: 586) aproximava-se de Ferdinand Lot com uma cifra na ordem dos 10 000 guerreiros, enquanto Hernández Cardona, em 2002, sugeria uma estimativa bastante mais generosa, na ordem dos 25 000 a 30 000 homens (2002: 63), próxima da de Kelly DeVries, que em 2007 aventou a hipótese de o exército liderado por Afonso VIII rondar os 27 000 efetivos, entre cavaleiros e peões (DeVries, 2007: 150). Anos depois, James F. Powers (2010, p. 490) estimaria a dimensão do exército cruzado nuns fantasiosos 100 000 combatentes.

As propostas mais consistentes — e que, como tal, seguiremos — surgiram através de Carlos Vara Thorbeck, que em 1999, na sequência de um rigoroso estudo sobre as características do local (a Mesa del Rey) onde a hoste cristã instalou o seu acampamento depois de atravessar a Sierra Morena, concluiu que a hoste dos cruzados não poderia ter uma dimensão superior a 4000 cavaleiros e 8000 peões (Thorbeck, 1999: 347-354). Trata-se de uma estimativa confirmada, um ano depois, por Martín Alvira Cabrer (2000: 192), que sugeriu um total entre os 10 000 e os 14 000 homens, opção que reiterou num estudo mais recente (Alvira, 2012: 330). Estas cifras foram aceites, entre outros, por Francisco García Fitz, no estudo monográfico que dedicou a Las Navas (2005/2008: 481, 488-489).

E se a hoste cristã era, a vários níveis, caracterizada por uma enorme heterogeneidade, o exército mobilizado por al-Nasir em 1212 era-o ainda mais. Com efeito, apresentava um núcleo central constituído pelos chamados “Almóadas de primeira hora”, isto é, pelos contingentes da confederação de

tribos berberes do Magrebe que, desde cedo, reconheceram a autoridade de Ibn-Tumart (o fundador, em 1120, do movimento almóada). Este núcleo integrava tropas montadas (nomeadamente algumas lanças de cavalaria pesada) e peões, talvez em número bastante expressivo e de entre os quais se destacavam os arqueiros apeados (García Fitz, 2008: 302-312 e 335) que, segundo o *Rawd al-Qirtas* (p. 468), totalizavam 10 000 homens, um número claramente inflacionado.

A estas forças acrescentavam-se as que eram fornecidas pelas tribos berberes que só mais tardiamente haviam reconhecido a autoridade almóada, mas também as que foram incorporadas no império — nomeadamente por conquista — e que talvez constituíssem até um contributo numericamente superior ao dos “Almóadas de primeira hora”, dos quais pouco se diferenciavam, exceto pelo facto de não incluírem, ao que parece, forças de cavalaria pesada (García Fitz, 2008: 312-317).

Igualmente importante, não só pelo seu papel tático como pelo número de combatentes envolvidos — que pode ter atingido entre 20% a 50% do total dos efetivos do exército califal reunido em 1212 —, foi o contributo das tribos árabes provenientes das regiões mais orientais do Norte de África. Tratava-se, sobretudo, de contingentes de nómadas cuja principal atividade tinha sido, desde sempre, a guerra e o roubo, e cuja integração teve como objetivo conferir uma maior agressividade aos exércitos califais e, ao mesmo tempo, retirar dessas zonas recém-conquistadas um dos principais agentes da resistência ao poder almóada. Ainda que pudessem incluir outro tipo de combatentes, estes “Almóadas tardios” — como são também designados —, contribuía para a hoste sobretudo com efetivos de cavalaria ligeira.

Tal como os árabes, também os turcos (ou curdos) começaram a integrar os exércitos almóadas a partir do momento em que o império se expandiu para o leste do Norte de África, designadamente quando, depois de 1187, alcançou a Ifríquia, onde estavam instalados. Tratava-se, essencialmente, de forças de cavalaria ligeira, designadamente arqueiros a cavalo — munidos do célebre arco curvo —, que desde cedo se afirmaram como um dos principais corpos de elite das hostes almóadas (García Fitz, 2008: 320-334).

Resultado da presença e expansão do império na Península Ibérica, o exército califal foi também passando a integrar um número cada vez maior de forças andaluzas, sobretudo de lanças de cavalaria pesada — que em pouco se diferenciavam, aliás, das que formavam as hostes cristãs —, o que lhes conferia um papel de enorme importância tática. Mais difícil é perceber qual o peso das forças de infantaria peninsulares, mas parece seguro que fariam também parte destes contingentes (García Fitz, 2008: 336-346).

Particularmente significativa e amplamente sublinhada pelas fontes narrativas cristãs parece também ter sido a presença de escravos negros, nomeadamente os que integravam a chamada Guarda Negra, ou seja, a guarda pessoal de al-Nasir, cuja principal missão era, justamente, a de defender o califa, se necessário fosse com o sacrifício da própria vida. Ainda que as informações de que dispomos não sejam claras a esse respeito, tudo indica que se tratava de um número consideravelmente elevado de efetivos, porém muito longe dos 30 000 sugeridos pelo cronista Ibn Abi Zar (p. 468).

Por fim, o exército de al-Nasir integrava também um número expressivo de voluntários que, oriundos sobretudo do Magrebe, tinham seguido o chamamento do califa para a *Jihad* e que o *Rawd al-Qirtas* eleva para uns exagerados 160 000 homens (p. 464). Se bem que longe dessas cifras, é admissível, no entanto, que se tratasse de um elevado número de efetivos, constituído apenas — ao que parece — por combatentes de infantaria.

Perante os dados disponíveis, torna-se impossível determinar com exatidão a dimensão do exército almóada, por um lado porque as informações veiculadas pelas fontes são muito fragmentárias e, por outro, porque as cifras totais que apenas algumas apresentam são, todas elas, demasiado exageradas e dignas de muito pouco crédito. O arcebispo de Toledo, por exemplo, afiança que as forças comandadas por al-Nasir totalizavam 80 000 cavaleiros e um número incontável de peões, num total estimado em mais de 200 000 homens (Livro VIII, cap. IX, pp. 321-323). Mais fantasiosas ainda conseguem ser as estimativas propostas por Afonso VIII, que aponta para uns 185 000 cavaleiros e um número não contabilizado de tropas de infantaria (p. 571). No entanto, é Ibn Abi Zar, do lado muçulmano,

que mais eleva esse cômputo, ao sugerir que a hoste califal totalizaria 500 000 homens (p. 468), mesmo assim apenas metade do milhão de guerreiros que, ainda na primeira metade da centúria de Duzentos, era aventado pelo cronista Alberico, monge do mosteiro cisterciense de *Trois Fontaines* (cit. por García Fitz, 2008: 483-484).

Apesar do exagero generalizado das fontes, os vários autores que se debruçaram sobre o tema são unânimes quanto ao facto de a hoste almóada apresentar uma dimensão largamente superior à dos Cruzados. Huici Miranda (2000: 271), por exemplo, sugeriu — moderando substancialmente as estimativas elaboradas pelos autores seus contemporâneos — que teria, no máximo, entre 100 000 e 150 000 combatentes. Bastante inferior é a proposta de Kelly DeVries (2007: 150), que num pequeno estudo dedicado à Batalha de Las Navas sugeriu que o exército mobilizado por al-Nasir teria uma dimensão que rondaria os 52 000 homens, um número muito próximo dos 50 000 propostos, anos antes, por Hernández Cardona (2002: 63), mas ainda assim muito aquém dos mais de 100 000 aventados em 2010 por James F. Powers (2010, p. 490).

Mais recentemente, os estudiosos têm optado por uma posição mais conciliadora e moderada, considerando que, se bem que largamente superior, o exército almóada não teria mais do que o dobro do número de combatentes do adversário, ou seja, rondaria os 22 000 a 30 000 combatentes, entre peões e cavaleiros (García Fitz, 2008: 490-491; e Alvira Cabrer, 2012: 332).

O terreno e os dispositivos táticos

Com a instalação definitiva dos acampamentos dos Cruzados e dos Almóadas, os contendores tinham pela sua frente o terreno onde, finalmente, iriam travar a grande batalha.

Este local, que — depois de durante muitos séculos se pensar que se situava junto ao castelo de Las Navas de Tolosa — só em 1916 foi identificado com rigor por Ambrosio Huici Miranda, localizava-se cerca de 12 ou 13 km a norte daquela fortaleza, ou seja, no sopé da face meridional

da Sierra Morena. Era delimitado pela Mesa del Rey (a norte) e pelo Cerro de los Olivares (a sul), numa extensão de 3,5 km; e estava definido a nascente pelo Ribeiro del Rey e, a poente, pelo Ribeiro de la Campana, entre os quais se contava uma distância de aproximadamente 3 km. Tratava-se de uma zona pouco arborizada, ampla, relativamente desafogada e, de um modo geral, plana, embora marcada a sul pelas ondulações que caracterizavam o relevo da zona mais próxima do Cerro de los Olivares (Huici Miranda, 2000: 282-289).

Foi, pois, aí, no local atualmente designado como Llano de las Américas, que, pela alvorada do dia 16 de julho de 2012, os dois exércitos começaram a instalar as suas forças e a organizar os seus dispositivos táticos.

Tal como a respeito de muitos outros aspetos da batalha, não são muitas as informações de que dispomos acerca da forma como cristãos e muçulmanos se distribuíram inicialmente pelo campo de batalha. Existem, no entanto, algumas indicações que permitem, se bem que sem grandes certezas, reconstituir os dispositivos táticos usados por um e pelo outro exército.

Quanto às forças cristãs, que foram as primeiras a posicionar-se no terreno, formaram três grandes blocos, ou colunas, com os castelhanos ao centro e com os flancos — como se de duas alas se tratasse — ocupados, à esquerda, pelos aragoneses e, à direita, pelos navarros. Por sua vez, cada uma destas três *azes* — como são designadas nas fontes coevas — encontrava-se subdividida em três unidades táticas, dispostas paralelamente e em profundidade, ou seja, organizadas em vanguarda, corpo central e retaguarda.

Mas vejamos mais detalhadamente — tanto quanto as fontes assim o permitirem — cada um desses três grandes blocos, começando a nossa observação pelo flanco esquerdo do exército cruzado, ou seja, pelas forças comandadas por Pedro II de Aragão.

A unidade mais adiantada de todas — a vanguarda — era liderada pelo experiente Garcia Romeu e integrava, sobretudo, forças de cavalaria pesada, mas também um número expressivo de peões. Um pouco mais atrás — as fontes não nos dizem a que distância, mas seguramente a algumas dezenas de metros — encontrava-se o corpo central, dividido por

sua vez em duas unidades dispostas lado a lado e lideradas, da esquerda para a direita, por Aznar Pardo e Jimeno Coronel. A comandar a terceira e última linha, a retaguarda, encontrava-se o rei Pedro II, com o seu alferes Ponço d'Erill, que empunhava o estandarte régio, acompanhados pelos efetivos mobilizados pelos bispos de Barcelona, de Berenguel e de Tarazona e por algumas das figuras de maior relevo da nobreza de Aragão, como o conde de Urgel, e os condes D. Sancho, Nuno Sanches e Pedro Aires. Para engrossar a retaguarda aragonesa foram ainda destacados alguns dos contingentes de cavalaria e de infantaria fornecidos pelas milícias concehlias castelhanas, provavelmente os três *conrois* que a rainha D. Berenguela afirma terem sido disponibilizados por seu pai, Afonso VIII (carta à irmã Branca, p. 573).

Imediatamente à direita dos aragoneses encontrava-se o bloco constituído pelas forças castelhanas — o mais numeroso dos três —, cuja vanguarda era comandada pelo veterano Diego Lopez de Haro, senhor de Biscaia, acompanhado pelo seu alferes Pedro Aires, pelo filho Lope Diaz e pelo sobrinho Sancho Fernandez (filho de Urraca e do rei Fernando II de Leão), com os respetivos vassallos e as suas mesnadas. Nesta unidade incluíam-se ainda os contingentes de voluntários leoneses e portugueses, entre peões e cavaleiros, e boa parte — senão mesmo a totalidade — dos Cruzados ultramontanos que tinham optado por permanecer na campanha, junto dos quais se encontraria o arcebispo de Narbonne, Arnau Amalric (Carta de Branca, p. 338). Com estas forças alinhavam também alguns contingentes de cavaleiros e de peões fornecidos, entre outras, pelas milícias concelhias de Madrid (*Crónica de Veinte Reyes*, cap. XXXII, p. 284). A carta de Branca de Castela sublinha precisamente esta enorme heterogeneidade da vanguarda castelhana, registando que se tratava de combatentes “recrutados aqui e ali”, num total que rondava as 300 (p. 338) a 500 lanças de cavalaria pesada (*Crónica de Veinte Reyes*, cap. XXXII, p. 284), cifras que nos parecem bastante verosímeis. Mais atrás, também a linha central castelhana — a mais numerosa das três e que integrava forças montadas e apeadas — estava dividida em duas subunidades: a da esquerda era liderada por Gonzalo Nunez de Lara e enquadrava, para além de diversas mesnadas senhoriais,

os contingentes das Ordens Militares do Templo, de Calatrava, do Hospital e de Santiago, dirigidos, respetivamente, pelo português Gomes Ramires, por Rodrigo (ou Rui) Dias, por Gutierre Hermenegildo e por Pedro Aires; enquanto a da direita era formada pelas mesnadas de Rui Dias de los Cameros — que a comandava —, do seu irmão Álvaro Dias e de Juan Gonzalez, com os seus vassallos. As fontes sugerem também a inclusão, nas fileiras destas duas unidades do centro castelhano, de diversas milícias concelhias (Rodrigo Jiménez de Rada, Livro VIII, cap. IX, p. 320), nomeadamente as de Cuenca, Huete e Alarcón, na da esquerda; e as de Soria, Almança, Atienza, San Esteban de Gormas e Ayllón, na da direita (*Crónica de Veinte Reyes*, cap. XXXII, p. 284). Por fim, capitaneada por Afonso VIII — acompanhado pelo alferes-mor Álvaro Nunez de Lara, que conduzia o pendão régio —, encontrava-se a retaguarda. Esta unidade era composta pelas mesnadas dos principais prelados e nobres castelhanos, entre os quais o arcebispo de Toledo e os bispos de Palencia, de Sigüenza, de Osma, de Ávila, de Plasencia, de Burgos e de Calahorra (Alvira Cabrer, 2012: 235) — que a infanta Branca de Castela (p. 338) afirma, talvez erradamente, estarem nas linhas do centro castelhano —, e pelas mesnadas dos nobres Gonzalo Ruiz Girón, Rodrigo Perez de Villalobos, Suero Tellez e Fernán Garcia, entre outros. Para além destas forças, a retaguarda castelhana encontrava-se também engrossada pela presença de vários contingentes concelhios (Rodrigo Jiménez de Rada, Livro VIII, cap. IX, p. 320), tais como os de Toledo, Valladolid e Medina del Campo, que decerto contribuíram com um número significativo de cavaleiros e de peões (*Crónica de Veinte Reyes*, cap. XXXII, p. 284).

Por fim, à direita dos castelhanos, dispunham-se os navarros, designadamente os contingentes de D. Almoravid, de Pedro Martins de Leet e de Pedro Garcia de Premmis. Todavia, por contarem com forças numericamente mais reduzidas do que as dos seus aliados — recordemos que à chegada a Salvatierra foram contabilizadas apenas 200 lanças —, foram substancialmente reforçados por alguns efetivos castelhanos de cavalaria e infantaria, designadamente pelos que foram mobilizados pelos concelhos de Segóvia, Ávila e Medina, tratando-se, muito provavelmente, dos outros três *conrois* mencionados por D. Berenguela, rainha de Leão, como tendo

sido disponibilizados por Afonso VIII (p. 573). Estas forças encontravam-se distribuídas de forma em tudo semelhante à dos blocos castelhano e aragonês, ou seja, com uma vanguarda e um corpo central — sobre o qual as fontes nada adiantam, mas que parece não ter sido dividido em duas subunidades —, a que se acrescentava uma retaguarda, que sabemos apenas ter sido comandada pelo rei Sancho VII e onde se encontraria também o alferes Gomez Garcés de Agoncillo (*Crónica de Veinte Reyes*, cap. XXXII, p. 284).

Quanto ao dispositivo tático do exército almóada, obedeceu a um modelo bastante diferente daquele que havia sido adotado pelos Cruzados, mas acerca do qual as fontes muçulmanas são praticamente silenciosas e, por vezes, algo confusas. São, portanto, os relatos dos cristãos — ainda que igualmente parcos em informações e nem por isso menos confusos —, os que mais úteis se revelam para a reconstituição da forma como as forças de al-Nasir se distribuíram no campo de batalha.

As unidades mais recuadas do exército estavam instaladas no topo de uma colina, talvez no Cerro de los Olivares, no célebre “curral” ou “palanque do Miramolim”, como é quase sempre referido nas fontes cristãs. Tratava-se de uma solução tática de natureza defensiva, que consistia numa zona delimitada e protegida por um palanque, ou trincheira, improvisada com bagagens, caixas e cestos de munições, carros, pedras e estacas de madeira, no centro da qual sobressaía a tenda de couro vermelho do califa (Ibn-Abi-Zar, pp. 464-465), um dos principais símbolos da sua soberania e autoridade. Era aí que se encontrava al-Nasir, o seu séquito, os seus familiares e alguns altos dignitários almóadas, o que convertia essa zona num autêntico posto de comando, a partir de onde era possível observar o campo de batalha em toda a sua extensão e, assim, acompanhar e dirigir de forma mais eficaz os movimentos das tropas no terreno. Para além disso, o palanque servia também, como sublinha Martín Alvira (2012: 250), para garantir proteção à retaguarda do exército e, ao mesmo tempo, como ponto de referência, de concentração e de refúgio para os ginetes de cavalaria ligeira que, nas suas manobras rápidas, necessitavam constantemente de um local para reagrupar. Por tudo isso, a defesa do “curral” — tanto no seu exterior, quanto no interior

— estava atribuída a diversas unidades de elite, nomeadamente à célebre “Guarda Negra”, encarregada da guarda pessoal de al-Nasir e constituída, sobretudo, por arqueiros, besteiros e fundibulários, mas também por um grande número de lanceiros que, com o conto das suas armas bem fincado no solo e com as lâminas apontadas para o exterior, garantiam a inexpugnabilidade do palanque. E para garantir que por nada abandonariam o seu posto, todos os combatentes apeados tinham as pernas atadas uns aos outros, o que os obrigava não só a permanecer no local, como a lutar até à morte pela sua defesa! Para além disso, tudo indica que no interior desse perímetro defensivo se encontrava também um número significativo de combatentes de cavalaria, como se infere do depoimento do arcebispo de Toledo e do texto da *Crónica de Veinte Reyes* (Rodrigo Jiménez de Rada, Livro VIII, cap. IX, p. 321; e *Crónica de Veinte Reyes*, cap. XXXIII, p. 285).

Encosta abaixo, imediatamente à frente do curral foi posicionada uma boa parte das forças de cavalaria pesada, almóada e andaluza (Alvira Cabrer, 2012: 252-253), protegidas nos flancos por forças de infantaria armadas de lanças e azagaias — que assim constituíam a retaguarda do dispositivo tático do exército muçulmano. Era também neste setor, onde sobressaía um elevado número de estandartes e bandeiras, que se encontravam dezenas de tocadores de tambor — mencionados tanto pelas fontes muçulmanas quanto pelas cristãs — que, através de sinais previamente estabelecidos, enviavam instruções e ordens para a frente de batalha, e cujo ruído ensurdecedor — que visava também aterrorizar o inimigo — tanto impressionou o arcebispo de Narbonne (p. 331).

Ainda que as fontes se mostrem bastante confusas a este respeito — já que só o relato do arcebispo de Toledo o menciona, e de forma muito vaga —, parece certo que, alguns metros à frente da retaguarda, se encontraria o corpo central da hoste de al-Nasir, o “pivot” de todo este dispositivo tático, como lhe chama García Fitz (2008: 50). Formada por um grande número de efetivos almóadas, árabes e andaluzes, era a maior das unidades do exército muçulmano, cabendo-lhe, por isso, a missão de absorver o impacto da carga inimiga. Tratava-se de uma formação que integrava, talvez combinadas numa disposição em quadrado, como era

habitual nos exércitos do período almóada, forças de cavalaria pesada ao centro, protegidas no exterior por combatentes de infantaria, isto é, por lanceiros, adargueiros, lançadores de dardos, arqueiros e besteiros, encarregados de manter o inimigo à distância. Contudo, as fontes não permitem perceber ao certo quantos homens os integravam, nem sequer quantos seriam esses quadrados.

Seguiam-se, já no sopé da colina do Cerro de los Olivares, os voluntários da *Jihad*, ou seja, os combatentes, sobretudo de infantaria, que por sua livre e espontânea vontade haviam acorrido ao chamamento do califa para a Guerra Santa e que constituíam, assim, a vanguarda do exército muçulmano. Seria certamente um contingente muito numeroso, mas seguramente não tanto quanto os exagerados 160 000 homens contabilizados por Ibn Abi Zar (p. 465). Pela sua localização, caber-lhes-ia a difícil missão de criar um primeiro obstáculo à progressão da carga inimiga, de modo a que esta pudesse ser mais facilmente travada e absorvida pelo corpo central da hoste.

No prolongamento de cada uma das extremidades da linha da frente, talvez até ligeiramente recuadas, encontrar-se-iam duas alas: uma no flanco esquerdo e outra no flanco direito, como parecem sugerir os testemunhos de Jiménez de Rada e de Arnau Amalric (Rodrigo Jiménez de Rada, Livro VIII, cap. IX, pp. 320-321; e Carta de Arnau Amalric, p. 331). Eram compostas por contingentes de cavalaria ligeira, na sua maioria árabes, mas também por arqueiros a cavalo, turcos e curdos — apoiados por alguns combatentes de infantaria, sobretudo besteiros e arqueiros — a quem estaria atribuída, por exemplo, a função de flanquear ou de atacar, caso fosse possível, a retaguarda das forças inimigas. Porém, ao que nos é dado perceber, nos momentos que antecederam a batalha uma boa parte destes efetivos foi enviada — com alguns atiradores de infantaria — para uma posição situada imediatamente à frente da vanguarda, a partir de onde deveriam fustigar as linhas avançadas do dispositivo tático cristão.

E assim, com ambos os exércitos dispostos no terreno, restava saber qual dos comandantes iria tomar a iniciativa de atacar, um passo que podia ser decisivo e que, como todos o sabiam, poderia ditar o curso e o desfecho da grande batalha de 16 de julho de 1212.

A batalha

154

As primeiras movimentações tiveram início, talvez, perto das oito horas da manhã, com as ações ofensivas levadas a cabo pela cavalaria ligeira almóada, bem como pelos arqueiros montados turcos e curdos que integravam a hoste califal (Alvira Cabrer, 2012: 275). O arcebispo de Toledo dá-nos uma preciosa descrição destas manobras: “dedicados a desconcertantes cavalgadas, não mantêm a formação com o objetivo de desbaratar os contrários com as suas descobertas e de abrir caminho aos seus, que marcham em formação, uma vez desordenadas as linhas do opositor” (Livro VIII, cap. IX, p. 321). Esta é, aliás, uma imagem reiterada por outra testemunha presencial, o arcebispo de Narbonne, Arnau Amalric, que não deixou de sublinhar, até com algum espanto, que estes combatentes “lutam correndo sem ordem fora das fileiras” (p. 331). Trata-se do célebre *torna-fuy*, isto é, de manobras de “ataque e retirada” — ou de fuga simulada — protagonizadas pelos ginetes muçulmanos e que, em conjugação com os arqueiros montados, tinham por objetivo causar baixas e abrir brechas nas linhas inimigas, deixando-as fragilizadas, desorganizadas e, assim, à mercê de um ataque frontal. Estas eram ações que serviam também para provocar o adversário, levando-o a lançar a carga de forma precipitada e sem as condições essenciais para o sucesso. Contudo, ao contrário do que tinha sucedido em Alarcos, em 1195 — quando a cavalaria de Afonso VIII se lançou prematuramente na perseguição (Monteiro, 2011: 24) — desta feita os cavaleiros cristãos, provavelmente melhor controlados pela sua estrutura de comando, não se deixaram cair na armadilha, aguardando pacientemente pelo momento indicado para a investida (García Fitz, 2008: 531).

Com efeito, já perto das 9 horas da manhã (Alvira Cabrer, 2012: 275), as ações de desgaste protagonizadas pelos ginetes muçulmanos abrandaram ou terão mesmo cessado. A cavalaria cristã tinha por fim um alvo estável à sua frente, contra o qual podia arremeter. A ofensiva coube às vanguardas castelhana e aragonesa, comandadas, respetivamente, por Diego Lopez de Haro e Garcia Romeu, e, muito provavelmente, embora as fontes não o refiram, também às linhas da frente do contingente navarro (García Fitz,

2008: 526). O terreno que tinham que percorrer apresentava-se, no entanto, irregular, pedregoso e — como sublinha Afonso VIII na carta enviada ao papa Inocêncio III (p. 370) —, marcado pela presença de algum arvoredo, ou seja, longe de ser o ambiente ideal para o lançamento de uma carga frontal. Mesmo assim, a progressão da cavalaria, seguida de perto pela peonagem, fez-se de forma ordenada e coesa, primeiro a passo e depois num trote rápido ou a galope, na direção dos ginetes muçulmanos, que rapidamente recuam — sem que se perceba se a retirada constituiu uma ação premeditada, à maneira de *torna-fuy*, ou se, pelo contrário, se tratou de uma fuga real, como parecem sugerir algumas fontes — uns para junto do corpo central da hoste califal, outros para as alas (Carta de Arnau Amalric, p. 331).

Afastado esse primeiro obstáculo, a carga prossegue ao encontro da vanguarda inimiga, integrada pelos voluntários da *Jihad* e posicionada por detrás de um pequeno vale, uma zona do campo de batalha que certamente foi escolhida pelo comando almóada para conferir alguma proteção a esses efetivos e, ao mesmo tempo, para tentar quebrar o ímpeto e a organização da carga adversária.

Ainda assim, o choque entre as duas formações deve ter dado imediatamente vantagem aos atacantes, que — a fazer fé no testemunho das fontes — desbarataram sem dificuldade de maior as forças inimigas. Embora alguns combatentes tenham conseguido retirar e integrar-se nas unidades do corpo central e da retaguarda da hoste califal (Carta de Arnau Amalric, p. 331), a maioria terá sido atropelada e esmagada pela cavalaria cristã logo nos momentos iniciais do choque. O cronista Ibn Abi Zar não deixa de manifestar alguma surpresa pela forma como esses mártires “desapareceram” entre as fileiras dos cristãos (p. 465), uma afirmação que parece confirmar a escassa resistência que ofereceram. De facto, a grande motivação religiosa destes voluntários não chegava, como sublinhou García Fitz (2008: 355), para substituir ou sequer para compensar a sua reduzida preparação para a batalha. Ultrapassado mais este obstáculo, a carga prossegue em direção ao corpo central da hoste de al-Nasir, posicionado algumas dezenas de metros à sua frente, a meio da colina do Cerro de los Olivares.

A partir dessa fase da batalha, a progressão das forças cristãs fez-se de forma mais lenta do que seria desejável, pois os atacantes, provavelmente já algo desorganizados em resultado do choque com os voluntários da *Jibad*, tiveram ainda que percorrer um terreno irregular e inclinado, colina acima, o que fez com que perdessem — alguns terão mesmo parado (*Primera Crónica General*, cap. 1019, p. 701) —, mais algum do seu ímpeto e organização. Consequentemente, o efeito produzido sobre as compactas formações em quadrado do centro da hoste almóada terá ficado muito aquém do desejado, já que o adversário não só absorveu com sucesso a carga, como começou de imediato a ripostar e a contra-atacar.

Ainda assim, é possível que algumas das forças da vanguarda castelhana, nomeadamente as que seguiam mais próximas de Diego Lopez de Haro, tenham conseguido romper aquela autêntica muralha humana. Terá sido, no entanto, um grupo relativamente reduzido de combatentes a fazê-lo, ficando de imediato isolados e perigosamente entalados, no meio de uma densa nuvem de poeira, entre as últimas linhas das unidades do centro e as primeiras da retaguarda almóada (*Crónica de Veinte Reyes*, cap. XXXIII, p. 285). No entanto, decerto que a muito custo, terão conseguido — através da brecha que tinham acabado de abrir — fazer meia-volta e retroceder para junto dos camaradas de armas que lutavam na *mêlée*.

Face aos escassos resultados obtidos pela primeira carga, o comando das forças cristãs decide de imediato lançar uma segunda investida, desta feita conduzida pelas unidades centrais castelhana — liderada, muito provavelmente, por Gonzalo Nuñez de Lara — e aragonesa. Contudo, tal como sucedera com a primeira, também esta carga parece ter-se desagregado, mais uma vez em resultado das asperezas do terreno e, por outro, em consequência do contacto com os destroços das unidades de voluntários da *Jibad*, o que levou a que em alguns sectores o choque com as linhas do centro almóada tenha sido, novamente, mais débil do que seria esperado (Alvira Cabrer, 2012: 276). Nesta fase da luta, em que o corpo-a-corpo tinha já substituído a organização tática inicial, as baixas cristãs começam a avolumar-se, nomeadamente entre os que se encontravam mais desprotegidos, isto é, entre as forças de infantaria, como nos dá conta

o testemunho de Branca de Castela, que assinala a morte de 40 peões logo nos momentos que se seguiram ao contacto com o adversário (Carta a Branca de Champagne, p. 338).

Talvez tenha sido essa a altura em que as unidades do corpo central da hoste navarra — as quais, ao que parece, e sem que as fontes adiantem o motivo, não tinham acompanhado a segunda carga das forças castelhanas e aragonesas — avançaram contra o seu opositor direto, isto é, contra a ala esquerda inimiga, juntando-se, assim, aos seus companheiros da vanguarda envolvidos na luta desde os momentos iniciais da batalha. A manobra terá sido conduzida com algum sucesso, tendo mesmo forçado o inimigo a recuar. Enquanto isso, no outro extremo do campo de batalha, os contingentes aragoneses continuavam a pressionar a ala direita adversária, porém, sem grandes resultados práticos, tal como acontecia na zona central com os castelhanos. Nesta fase do prélio, era ainda impossível descortinar para que lado iria pender a sorte das armas, como se percebe pelos testemunhos do arcebispo Rodrigo Jiménez de Rada (Livro VIII, cap. X, p. 321) e, sobretudo, de Juan de Soria, que sintetiza de forma eloquente o que então se passava no campo de batalha: “insistem os cristãos, resistem os mouros” (p. 33).

Foi então que, ao som de inúmeros tambores, teve lugar um violento e bem-sucedido contra-ataque do centro almóada que, provavelmente reforçado por alguns dos contingentes da retaguarda, obrigou as forças cristãs a recuar, comprimindo ainda mais os guerreiros que tinham executado a primeira carga contra a segunda linha do exército cristão, a qual, como vimos, estava também já envolvida nos combates. Como um baralho de cartas, a frente de batalha começa a desmoronar-se e a desconjuntar-se em diversos sectores, tal era a pressão exercida pela hoste califal. As dificuldades avolumam-se a um ponto tal que Diego Lopez de Haro, que nessa altura já só tinha consigo 40 dos cavaleiros que o tinham acompanhado na arremetida inicial, dirigiu um apelo desesperado ao rei para que este lançasse as últimas forças na batalha (*Crónica de Veinte Reyes*, cap. XXXIII, p. 285). Nesse momento, Afonso VIII terá pensado em fazer entrar em ação os efetivos de que ainda dispunha, ou seja, os contingentes das retaguardas castelhana, aragonesa e navarra, e em liderar pessoalmente

uma derradeira carga, na qual estaria disposto a morrer. Contudo, foi travado *in extremis* pelo arcebispo de Toledo e, sobretudo, por Fernán García, que lhe terá aconselhado prudência e sugerido, em alternativa, que enviasse apenas algumas forças para reforçar as zonas onde a pressão almóada era mais acentuada e/ou onde os combatentes cristãos começavam a fraquejar.

Parece ter sido a intervenção desses contingentes retirados da retaguarda castelhana — possivelmente comandados pelo próprio rei, como regista a carta de Berenguela à sua irmã Branca (p. 373), ou por Gonçalo Ruiz Girón e seus irmãos, como sugere o testemunho de Rodrigo Jiménez de Rada (Livro VIII, cap. X, p. 322) — que conseguiu, por um lado, reagrupar algumas das forças que se encontravam já em debandada, convencidas de que a batalha estava perdida, e, por outro, recompor e consolidar as já muito fragilizadas linhas da frente de batalha, evitando assim o seu colapso. Ainda que as fontes não o refiram, é provável que esta manobra ofensiva tenha também envolvido alguns destacamentos provenientes da retaguarda aragonesa, que assim vieram reforçar os efetivos envolvidos na luta contra a ala direita inimiga, onde, como referimos, as dificuldades eram também inúmeras (Alvira Cabrer, 2012: 279-280).

Contudo, o rumo dos acontecimentos — muito provavelmente em resultado de um segundo contra-ataque almóada (Alvira Cabrer, 2012: 278) — parece ter obrigado a uma nova intervenção da retaguarda castelhana, de onde foram destacados mais alguns contingentes para recompor a frente de batalha. Porém, as fontes voltam a não ser suficientemente esclarecedoras a respeito desta manobra que, segundo o depoimento de D. Berenguela (p. 373), terá sido conduzida novamente sob o comando pessoal do rei.

Mas mesmo com estas medidas de contenção, a pressão almóada, sobretudo depois de o grosso das forças da sua retaguarda se envolver também nos combates, nunca abrandou, tendo-se mesmo intensificado. Entre os cristãos, sobretudo entre os que combatiam nas primeiras linhas, as baixas avolumavam-se e as formações começavam novamente a desfazer-se. Ato contínuo, um número considerável de cavaleiros e peões, muitos dos quais feridos, abandona a luta e começa a fugir, arrastando atrás de si, como ilustra a *Crónica de Veinte Reyes*, os seus estandartes e pendões (cap. XXXIII, p. 285). O arcebispo Rodrigo Jiménez de Rada sublinha a

circunstância de entre estes fugitivos não se encontrarem quaisquer nobres, dando a entender que teriam sido as milícias concelhias a iniciar a debandada (Livro VIII, cap. X, p. 321), uma perspetiva partilhada pelo arcebispo de Narbonne, que atribui aos “serranos” a responsabilidade da fuga (p. 332).

A debandada desses homens terá levado a que muitos outros pensassem que a batalha estava irremediavelmente perdida e acabassem por seguir o exemplo dos seus companheiros de armas, conforme sintetiza Arnau Amalric, ao afirmar que “quase todo o exército (...) parecia fugir” (p. 331). Por outro lado, a visão do inimigo em debandada terá motivado ainda mais os Almóadas que, percebendo que a vitória poderia estar próxima, intensificaram a pressão e o vigor dos golpes desferidos pelas suas armas. Até mesmo as experimentadas lanças de cavalaria das Ordens Militares — que inicialmente integravam, como vimos, o corpo central da hoste castelhana — começam também a sentir grandes dificuldades para suportar a pressão adversária. De facto, tanto a morte dos mestres do Templo e de Santiago, na sequência dos ferimentos sofridos na batalha, quanto as lesões sofridas pelo mestre de Calatrava parecem confirmar a dureza dos combates neste sector da *mêlée*.

E não era apenas no centro que os problemas se avolumavam, já que nas alas a situação não era melhor. É mesmo possível que os muçulmanos se tivessem apercebido do enfraquecimento dos flancos inimigos e explorado a possibilidade de os pressionar ainda mais e, assim, levar a cabo uma manobra de envolvimento da hoste cristã, ou até um ataque à retaguarda (Alvira Cabrer, 2012: 277). Ou seja, em qualquer dos setores do campo de batalha, os Cruzados começavam a soçobrar, não só pelo poderio da imparável investida inimiga como pela fadiga resultante de mais de duas horas de intensos combates.

Foi então, já perto do meio-dia (Carta de Berenguela, p. 373), que Afonso VIII ordenou o avanço definitivo das retaguardas castelhana, aragonesa e navarra, um movimento que Branca de Castela (p. 338) refere ter sido conduzido em simultâneo — “um só ataque” — por essas três unidades táticas, como aliás dá também a entender o arcebispo de Narbonne (p. 332). Era o tudo-por-tudo do exército cruzado!

A maior parte das fontes interpreta esta decisão, por um lado, como um ato de desespero do rei castelhano perante a rotura da frente de batalha

e, por outro, como uma decisão que, face à insistência de Afonso VIII, era impossível — segundo Juan de Soria e o arcebispo de Toledo — continuar a adiar por mais tempo, sobretudo a partir do momento em que se tornou mais do que evidente que os cristãos estavam à beira de um desaire em tudo semelhante ao de Alarcos. Parece-nos, contudo, que, ao contrário do que é sugerido pelos depoimentos daqueles cronistas, o lançamento desta derradeira carga resultou não de um impulso desesperado do rei castelhano, mas sim de uma leitura muito atenta e lúcida da evolução dos acontecimentos.

Com efeito, é muito provável que o comando da hoste dos Cruzados — não necessariamente Afonso VIII, mas os combatentes e líderes mais experientes que o acompanhavam — tenha deliberadamente aguentado a frente de batalha até ao último momento, recorrendo para isso apenas ao contributo das forças da vanguarda e do corpo central do exército, reforçadas pontualmente por alguns destacamentos provenientes das unidades mais recuadas. Claro que isso provocou um enorme desgaste físico e emocional naqueles efetivos, porquanto foram obrigados a resistir praticamente sem o apoio da retaguarda. Mas essa era a única forma que os cristãos tinham de obrigar al-Nasir a enviar praticamente todos os seus homens para a frente de batalha e, simultaneamente, manterem intacta uma importante e numerosa reserva tática que pudesse ser lançada para a ação apenas no momento em que era humanamente impossível continuar a suportar por mais tempo a pressão dos Almóadas.

A ofensiva das três retaguardas — marcada pelo avanço de inúmeros estandartes e pendões, designadamente os de Afonso VIII, de Pedro II e de Sancho VII — foi absolutamente esmagadora, em boa medida porque o inimigo, que decerto não contaria já com esta cartada, foi apanhado completamente desprevenido. A hoste muçulmana estaria de tal forma convencida da vitória que em alguns sectores tinha já desfeito as suas formações para se lançar na perseguição dos inimigos em fuga. Foi, pois, sem grande oposição que a “carga dos estandartes”, como lhe chama Martín Alvira (2012: 285), conseguiu entrar pelas linhas adversárias adentro, provocando desde logo a debandada de muitos muçulmanos. O vigor do choque foi tal que alguns dos contingentes de cavalaria pesada envolvidos na manobra conseguiram

mesmo rasgar por completo essas linhas, atingindo, na sequência desse movimento ofensivo, as imediações do “palanque do Miramolim”.

Ao aperceber-se da aproximação da cavalaria cristã, do colapso das unidades do centro, bem como de algumas outras da retaguarda, mas, acima de tudo, de que o seu posto de comando estava prestes a ser atacado, o califa e o respetivo séquito põem-se em fuga. As fontes discordam quanto a esta súbita retirada de al-Nasir, que segundo algumas narrativas terá sido escoltado por um forte contingente da sua guarda pessoal, mas que de acordo com a maior parte dos relatos produzidos pelos vencedores — talvez preocupados em sublinhar o carácter desonroso e precipitado da debandada — terá contado apenas com o apoio de um pequeno grupo de cavaleiros. Quaisquer que tenham sido as forças que o acompanharam, não restam dúvidas de que a notícia da sua fuga terá contribuído ainda mais para espalhar o pânico e a confusão no seio dos combatentes almóadas, que assim percebiam que a batalha estava irremediavelmente perdida. Nada mais lhes restava a não ser porem-se também a salvo o quanto antes.

A perseguição aos fugitivos, muitos dos quais retiravam na direção do palanque do califa, onde decerto esperavam encontrar alguma proteção, levou os castelhanos, seguidos por aragoneses e navarros, até às imediações desse último reduto adversário, onde a luta se reacendeu. No entanto, as forças comandadas por Afonso VIII — provavelmente as primeiras a chegar junto do “curral” — foram incapazes de ultrapassar de imediato a muralha humana constituída pelas unidades de elite da Guarda Negra, que, sem forma de escapar — recorde-se que estes guerreiros estavam atados uns aos outros para prevenirem uma eventual fuga —, terão oferecido feroz resistência aos combatentes inimigos. Sobre esta fase da batalha, a que as fontes mais próximas dos acontecimentos, curiosamente, não dão qualquer destaque, os relatos divergem, por vezes assumindo tonalidades algo fantasiosas, como no caso da *Crónica de Veinte Reyes* (cap. XXXIII, p. 286), onde se realça o papel desempenhado pelo alferes castelhano Álvaro Nuñez de Lara — um dos primeiros a chegar ao local —, que terá saltado com o seu cavalo sobre os inimigos e sobre as defesas do palanque, dando assim início à conquista do último reduto inimigo. Mais verosímil, apesar de bastante

mais tardio, é o relato de Ibn Abi Zar (p. 466), segundo o qual a muralha humana constituída pela guarda pessoal do califa e pelas inúmeras estacas e lanças cravadas no solo só foi quebrada porque os cristãos forçaram de tal forma os seus cavalos — designadamente os que envergavam lorigas de malha de ferro — contra esses combatentes que acabaram mesmo por romper aquele perímetro defensivo. Impossibilitados de fugir, os membros da guarda pessoal do califa acabaram chacinados nesse mesmo local onde, pouco depois das forças de Afonso VIII, chegavam também os contingentes liderados pelos reis de Aragão e de Navarra. Com a conquista do “palanque”, confirmava-se o que tinha já sido anunciado pela fuga de al-Nasir: a batalha estava decidida a favor dos Cruzados.

Sem ter uma noção exata da dimensão do desastre que acabara de ocorrer, o califa percorreu rapidamente os cerca de 40 km que separavam o campo de batalha da praça-forte de Baeza. Ao aperceber-se da sua chegada e do desfecho da batalha, os habitantes ter-lhe-ão perguntado, de acordo com o relato de Rodrigo Jiménez de Rada (Livro VIII, cap. X, p. 322), o que podiam fazer, ao que o desnorteado, confuso e profundamente abatido *al-Nasir* terá respondido apenas: “Não posso velar nem por mim, nem por vós; ficai com Deus”. Após uma rápida troca de montada, terá imediatamente partido em direção à cidade de Jaén, onde também não se demorou, dirigindo-se logo para Sevilha.

À debandada dos sobreviventes — fatigados, feridos, desorientados e, nas palavras de Juan de Soria, “como ovelhas sem pastor” (p. 33) —, seguiu-se uma autêntica “caça ao homem”, que terá envolvido um grande número de combatentes cruzados, entre os quais o próprio Afonso VIII, bem como os monarcas aragonês e navarro. A perseguição e a chacina de todos os que por eles eram alcançados ter-se-á arrastado por várias horas, ou seja, por muitos quilómetros; mais de uma centena, segundo os *Annales* da abadia de Saint Pierre de Jumièges — fonte que regista também a notícia do massacre de várias mulheres encontradas pelo caminho (cit. por Alvira Cabrer, 2012: 291-292) —, ou, numa estimativa mais modesta e realista, até Vilches, povoação situada a 25 km de distância (*Crónica de Veinte Reyes*,

cap. XXXV, p. 286), o que se compagina tanto com o relato de Afonso VIII, quanto com a missiva de Berenguela de Leão enviada a sua irmã Branca de Castela (Carta de Afonso VIII, p. 571; e Carta de Berenguela, p. 573).

Segundo o arcebispo Arnau Amalric (p. 332), nas horas que se seguiram à batalha foram mortos tantos mouros quantos os que haviam perecido em combate, uma informação que vem, de certa forma, ao encontro do que é afirmado pelo *Rwad al-Qirtas* (p. 467) — a única fonte que alude a esse facto —, segundo o qual os líderes cruzados terão dado instruções aos seus homens para que não fizessem quaisquer prisioneiros durante a perseguição, provavelmente devido aos problemas logísticos que isso iria acarretar, sobretudo ao nível da distribuição de mantimentos.

Se bem que algumas forças só tivessem regressado na manhã seguinte, esta autêntica caçada teve o seu epílogo ao anoitecer, como refere a *Cronica Latina de los Reyes de Castilla*, quando os combatentes cristãos se sentiram saciados com a efusão de sangue dos mouros, ou mais provavelmente quando, devido à escuridão noturna, se tornou demasiado arriscado continuar a perseguição (Juan de Soria, p. 33). Tinham decorrido aproximadamente 12 horas desde o início da batalha...

O rescaldo da batalha e o final da campanha

Com os três reis e a maior parte dos combatentes de novo reunidos, tiveram então lugar as inevitáveis missas e celebrações litúrgicas em ação de graças pelo triunfo conseguido horas antes, entre as quais um solene *Te Deum* oficiado pelos bispos de Palencia, Sigüenza, Osma, Plasencia e Ávila, entre muitos outros religiosos.

Instalados agora no acampamento inimigo — para onde transferiram tudo o que, horas antes, havia sido deixado no arraial da Mesa del Rey —, os Cruzados permaneceram durante o dia seguinte (17 de julho) junto do campo de batalha, um ato carregado de simbolismo e que tinha, como era da praxe, o propósito de sublinhar e confirmar a vitória. Porém, a presença nesse local serviu igualmente objetivos muito práticos, tais como o de

permitir uma melhor divisão e distribuição do espólio deixado no terreno pelo inimigo, uma tarefa complexa e de enorme responsabilidade, de que foi encarregado Diego Lopez de Haro, um dos heróis da jornada. Aí foram encontradas incontáveis riquezas: ouro, prata, roupas de luxo, arreios de seda e outros ornamentos valiosíssimos, para além de inúmeros animais, entre os quais muitos dromedários e um elevado número de cavalos. A ocupação do acampamento inimigo possibilitou também aos vencedores apropriarem-se de grandes quantidades de mantimentos abandonados pelos Almóadas, fundamentais para suprir os graves problemas de abastecimento sentidos nas semanas anteriores.

Mas a permanência dos vencedores nas proximidades do campo de batalha servia ainda um outro propósito, o de identificar, recolher e — em alguns casos — sepultar os cadáveres dos cristãos tombados em combate (Alvira Cabrer, 2012: 297-298 e 302). Terá sido então, enquanto tinha lugar essa macabra contabilidade, que foi possível perceber um pouco melhor a dimensão da vitória.

As cifras veiculadas a esse respeito pelas fontes são, como é habitual, muito exageradas — quer do lado dos vencedores, quer do lado dos vencidos —, procurando com isso, ora ampliar a dimensão do triunfo, ora escamotear o peso da derrota, pelo que os números que difundem têm sido sistematicamente postos em causa pelos estudiosos da batalha.

Com as fontes muçulmanas a remeter-se, compreensivelmente, ao silêncio sobre o número total de baixas, são os testemunhos dos cristãos os únicos que se debruçam sobre o tema, avançando com estimativas que oscilam entre os 200 000 mortos do lado dos derrotados propostos por Jiménez de Rada e os 60 000 referidos na carta de Arnau Amalric (Rodrigo Jiménez de Rada, Livro VIII, cap. X. p. 323; e Carta de Arnau Amalric, p. 332), passando pelos 100 000 adiantados por Afonso VIII (p. 571) e pelos 85 000 (15 000 dos quais mulheres) aventados por Berenguela (p. 573).

Quanto às baixas sofridas pelos cristãos, os relatos produzidos do lado dos vencedores conseguem ser ainda mais exagerados, mas por defeito. As cartas de Afonso VIII e de suas filhas avançam com um total de mortos cristãos que varia, por um lado, entre os 300 combatentes de “escalão inferior”

e os 200 propostos, respetivamente, por Branca de Castela (p. 338) e por Berenguela (p. 573) e, por outro, entre os escassos 20 ou 30 referidos na carta enviada pelo rei castelhano ao papa Inocêncio III (p. 571) e os 25 tombados em combate a que alude o arcebispo de Toledo (Livro VIII, cap. X. p. 323). Pelo meio, os cálculos variam, entre as 50 baixas apresentadas pelo arcebispo de Narbonne (p. 332) e as 150 registadas pela *Crónica de Veinte Reyes* (cap. XXXV, p. 286), ainda assim todas elas cifras muito aquém daquele que deve ter sido o número real de combatentes que, do lado dos Cruzados, sucumbiu no campo de batalha.

Perante estas estimativas — todas elas pouco fiáveis — é praticamente impossível avaliar o número de homens mortos em combate durante a batalha e nas horas que se seguiram, motivo pelo qual a maior parte dos estudos que se debruçam sobre Las Navas não apresenta cálculos relativos às baixas verificadas de um lado ou do outro. Parece, no entanto, evidente que o exército almóada terá sofrido um número muito mais avultado de perdas do que o dos Cruzados. Os motivos podem encontrar-se, por um lado, na perseguição que se seguiu à batalha, onde muitos terão perecido, mas também no facto de, como notou Martin Alvira (2012, pp. 336-338), os efetivos cristãos se encontrarem — em particular os seus cavaleiros —, muito melhor protegidos do que os Almóadas, envergando eficazes defesas de malha de ferro que os cobriam praticamente da cabeça até aos pés, o que terá limitado o número de mortos e de feridos.

Ainda assim, adotando uma *ratio* sugerida por Philippe Contamine e por Philip Morgan para as baixas sofridas pelos exércitos derrotados em enfrentamentos campais durante a Idade Média, é muito provável que os muçulmanos tenham perdido entre 20 e 50% dos seus efetivos (Contamine, 1996: 257-258; e Morgan, 1987: 154), ou seja, um número que — em função dos 20 000 a 30 000 combatentes que integravam o exército de al-Nasir — pode perfeitamente ter correspondido a uma perda de 4500 a 15 000 homens.

Mas qualquer que tenha sido o número de baixas — tanto de um lado, quanto do outro —, poucos seriam os que, entre os Cruzados, duvidavam do enorme sucesso alcançado no campo de Las Navas de Tolosa. Tratava-se, no entanto, de um êxito que, na perspetiva de Afonso VIII, havia que

continuar a explorar, de forma a tirar o máximo partido do desnorte que o desfecho da batalha tinha produzido no seio do poder político e militar almóada. E assim, no dia 18, logo pela manhã — apressado também pelo cheiro nauseabundo dos cadáveres deixados insepultos no campo de batalha (Huici Miranda, 2000: 273) —, o exército cruzado levanta o acampamento e avança para sul, em direção às margens do rio Guadiel, a partir de onde envia diversos destacamentos para procederem à ocupação dos castelos vizinhos de Vilches, Baños, Ferral e Tolosa, assegurando dessa forma o controlo das principais rotas de travessia da serra.

No dia 20, de novo com o exército todo reunido, o alvo foi a povoação de Baeza, que a hoste cristã encontrou praticamente deserta em virtude de os seus habitantes e da guarnição, ao saberem da aproximação das forças inimigas, se terem refugiado em Úbeda — para onde fugiram também muitos dos sobreviventes de Las Navas; e isto porque Úbeda era uma cidade cujas estruturas de defesa ofereciam melhores garantias de poderem resistir a um cerco. A exceção era um grupo de velhos e de doentes que, por não poderem viajar, se haviam refugiado na mesquita de Baeza, mas onde acabaram queimados vivos, tudo o indica, de forma deliberada e por ação dos Cruzados.

Ainda que um número substancial de combatentes, entre os quais Afonso VIII, Pedro II e Sancho VII, tenha permanecido em Baeza, o grosso da hoste cristã avançou de imediato em direção a Úbeda, dando início às operações de cerco. No dia seguinte (sábado, 21 de julho), já com o exército novamente reagrupado, os Cruzados intensificam o assédio à praça-forte. Apesar de os sitiados terem oferecido forte resistência, ao fim de dois dias os sitiadores conseguiram, através de uma mina, derrubar uma das torres da muralha e tomar a cidade na sequência de um assalto massivo. Muitos muçulmanos ainda conseguiram refugiar-se no alcácer, mas acabaram por depor as armas ao cabo de algumas horas, depois de encetadas as conversações com os representantes de Afonso VIII com vista a uma rendição negociada.

Mas o acordo alcançado entre ambas as partes, que previa a partida pacífica dos Cruzados, abdicando de pilhar a cidade e abstendo-se de atos violentos contra a população, em troca da entrega de uma exorbitante quantia em dinheiro e riquezas, acabou por ser rejeitado pelo próprio rei que,

subitamente e sem que nada o fizesse prever, mudou de opinião quanto ao destino a dar à cidade e seus habitantes. Os motivos para esta atitude não são fáceis de identificar, pois as fontes divergem a esse respeito. Assim, enquanto alguns relatos sugerem terem sido os arcebispos de Narbonne e de Toledo que obrigaram o rei a mudar de ideias, por acharem um tal acordo inaceitável, por ser demasiado brando, outras apontam o recuo de Afonso VIII como tendo sido resultante da pressão exercida por alguns setores da nobreza que, devido ao acordo alcançado, se viam privados da possibilidade de obtenção de um avultado botim; ao passo que outras ainda justificam aquela mudança de posição com o resultado dos desentendimentos entre os monarcas castelhano e aragonês a respeito do domínio da cidade e do respetivo saque (Alvira Cabrer, 2012: 355-358; e García Fitz, 2008: 177). Por isso mesmo, terá sido elaborado um novo acordo, mais penalizador para os muçulmanos e que os obrigava a abandonar a cidade e a entregá-la aos Cruzados, bem como uma avultada soma de dinheiro, como contrapartida pelo facto de verem as suas vidas poupadas (Carta de Arnau Amalric, p. 333).

Fosse como fosse — quem sabe até se por as gentes de Úbeda não terem sido capazes de reunir as somas estipuladas —, também este acordo foi posto de lado e a cidade acabou mesmo por ser pilhada, os seus muros foram destruídos e muitos dos seus habitantes foram chacinados ou feitos prisioneiros. Ao relatar ao papa a tomada de Úbeda, Afonso VIII fala em 60 000 mortos (pp. 571-572), ao passo que os depoimentos de Juan de Soria (p. 35) e do cronista muçulmano Ibn Abi Zar (p. 467) dão um maior destaque aos 100 000 homens, mulheres e crianças reduzidos ao cativeiro, embora todas aquelas cifras possam estar inflacionadas.

Empolgado pelos sucessos dos últimos dias, o monarca castelhano pretendia prosseguir a campanha e estendê-la pelo menos durante mais algumas semanas, para assim continuar a explorar os efeitos das vitórias obtidas em Las Navas e em Úbeda. No entanto, não era essa a vontade nem dos seus aliados aragoneses e navarros, nem sequer da maior parte dos combatentes castelhanos que, pressionados pela fadiga, pelo calor abrasador, pela fome — que não poupava sequer os animais — e, acima de tudo, pelos problemas de saúde que assolavam a hoste, preferiam regressar a casa o quanto antes.

Como resume Francisco García Fitz, “aquele exército tinha permanecido no campo durante mais de um mês, tinha percorrido uns trezentos quilómetros durante cinco semanas sob o inclemente sol de verão de La Mancha e da Andaluzia, tinha participado na anexação e assalto de várias fortalezas e tinha sido submetido ao enorme *stress* de uma batalha campal de dimensões extraordinárias, tendo-o feito com meios logísticos pobres, bebendo pouca água e presumivelmente insalubre, alimentando-se de forma deficiente e vivendo em situações de extrema falta de higiene. Necessariamente, ao fim de pouco mais de um mês, os corpos tinham chegado ao extremo da sua resistência” (2008: 262-263). Estava na altura de pôr um ponto final a todas essas provações.

A campanha de 1212 terminava, assim, com a conquista de Úbeda, de onde as forças cristãs marchariam para Calatrava, onde se encontraram com o duque da Áustria, que havia chegado atrasado para a batalha e de onde as forças aragonesas, encabeçadas por Pedro II, partiram de regresso a casa. Daí, o exército cruzado, ainda com a presença dos contingentes navarros e, talvez, também dos ultramontanos, regressaria a Toledo, onde foi recebido triunfalmente pela população da cidade — a *Crónica de Veinte Reyes* (cap. XXXVI, p. 287) afirma que até mesmo os judeus e os mouros da cidade se juntaram às celebrações; a entrada ficou marcada por um ambiente festivo, onde não faltaram a música e as celebrações litúrgicas, que tiveram como ponto alto a procissão que percorreu as principais artérias da cidade e que culminou na Igreja de Santa Maria.

Depois da batalha

Desde cedo, a batalha de Las Navas de Tolosa foi interpretada como um acontecimento, a todos os títulos, excepcional, em larga medida devido às avultadas baixas sofridas pelo exército derrotado, mas também por se tratar da primeira vitória alcançada em batalha campal sobre os Almóadas. Não é, pois, de admirar que alguns autores coevos tenham interpretado o episódio de 16 de julho de 1212 como algo de verdadeiramente transcendente e de carácter decisivo, ou seja, como algo que vinha assinalar

o final do domínio almóada na Península Ibérica e, em última análise, o fim do próprio Império (García Fitz, 2008: 538-539; García Fitz, 2011: 51 e ss; e Alvira Cabrer, 2012: 471-509). Esse era, aliás, um ponto de vista partilhado tanto por cristãos (por exemplo, Rodrigo Jiménez de Rada) como por muçulmanos (sobretudo Ibn-Abi-Zar), não só nos anos que se seguiram à batalha como ainda mais de um século depois (Rodrigo Jiménez de Rada, Livro VIII, cap. X; e Ibn-Abi-Zar, p. 537).

Consequentemente, a historiografia europeia — e em particular a espanhola — acabou por seguir de perto esta abordagem, apresentando a batalha como o final de um ciclo e um momento de inflexão na relação de forças existentes na Península Ibérica, ou seja, como uma batalha que veio acelerar o fim da presença muçulmana na Península (García Fitz, 2008: 539-541; e Alvira Cabrer, 2012: 468-469), perspectiva partilhada ainda hoje pela esmagadora maioria dos historiadores — nomeadamente medievalistas —, ensaístas e divulgadores (García Fitz, 2011: 52 e 54-56).

Porém, como tem vindo a ser demonstrado desde meados do século XX pelos estudos de Ambrosio Huici Miranda — a contra corrente do que, até aí era comum afirmar-se —, Las Navas não foi, de modo algum, uma batalha decisiva, nem sequer o momento em que se desvaneceram as últimas esperanças que o Islão tinha de consolidar a sua presença na Península Ibérica, e muito menos o início de uma nova fase da Reconquista. Com efeito, segundo aquele autor, mesmo que o desfecho da batalha tivesse sido outro, dificilmente o avanço dos reinos cristãos para sul seria travado, tal como seria impossível evitar a desagregação e o fim do império almóada, já que isso foi o resultado, não da derrota averbada em Las Navas, mas sim de questões relacionadas, por um lado, com a sua grande extensão territorial e com a instabilidade do próprio movimento político-religioso fundado por Ibn-Tumart e, por outro, com o surgimento, no Norte de África, de um poder concorrential: o dos Benimerines (pp. 277-278).

Mais recentemente, Francisco García Fitz retomaria algumas destas questões, desenvolvendo-as em diversos dos seus estudos e analisando-as à luz do conceito de “batalha decisiva”, concluindo também que Las Navas não foi, de forma alguma, uma batalha com essas características.

Em primeiro lugar, porque nem o poder político-militar almóada foi afetado pelo seu resultado nos anos que se seguiram, nem o ritmo de conquistas levadas a cabo pelos reinos cristãos foi alterado; e, em segundo lugar, porque o prélio “não foi determinante na resolução final do conflito entre cristãos e muçulmanos na Península” (2008: 541-542; e 2011: *passim*).

De facto, ao contrário do que seria expectável, nos anos que se seguiram a Las Navas não se assistiu a um recrudescimento da atividade militar por parte das monarquias cristãs peninsulares. Na realidade, ainda em 1212, os Almóadas lançam — por iniciativa dos governadores de Jaén e de Córdova-Granada — uma vigorosa ofensiva contra os castelos que guardavam as rotas de travessia da Sierra Morena e recuperam ainda as praças-fortes de Las Cuevas de Garandén e de Alcalá del Júcar, sinal de que poderia estar iminente uma grande campanha contra o território castelhano. E apesar de Afonso VIII conseguir, pouco depois, reconquistar aquelas duas praças-fortes e tomar ainda diversos castelos na região de La Mancha, a ameaça almóada estava longe de se encontrar anulada, como bem demonstraram os ataques, em 1213, contra as imediações de Toledo e as derrotas infligidas às milícias concelhias de Talavera durante uma incursão dirigida contra o alfoz de Sevilha.

No entanto, quer castelhanos, quer Almóadas, debatiam-se com sérios problemas internos — os primeiros com profundas dissensões no seio da nobreza e com um ciclo de maus anos agrícolas, os segundos com a morte de al-Nasir e a sucessão de seu filho, Abu Yaqub Yusuf II, *al Mustansir*, ainda menor de idade —, motivos que levaram à assinatura de tréguas em inícios de 1214, renovadas em 1221 e que vigoraram até 1224. Encerrava-se, dessa forma, um período de dois anos profundamente marcado, quer de um lado, quer do outro, pelos efeitos da campanha e da batalha de Las Navas. Trata-se do final de um ciclo assinalado também pela morte de alguns dos seus protagonistas. Primeiro, al-Nasir e Pedro II de Aragão, ambos em 1213; depois, Afonso VIII, em outubro de 1214. O momento de viragem que tantos fazem remontar a 1212 surgiria apenas com o final das tréguas, em 1224, precisamente no ano da morte do califa al Mustansir e da implementação, por Fernando III, de uma estratégia assumidamente ofensiva contra o império almóada.

Mesmo sem se afirmar como um momento decisivo, nem por isso Las Navas deixa de ser uma das mais importantes batalhas da História da Idade Média peninsular. De facto, é o momento alto de uma campanha desencadeada, logo desde o seu início, com um objetivo singular: o de enfrentar e derrotar o inimigo em batalha campal; além disso, conseguiu reunir três reis e um califa, bem como contingentes de várias proveniências, possibilitando — o que era igualmente raro — a mobilização de um número invulgarmente elevado de efetivos, tanto de um lado quanto do outro. Mas a importância de Las Navas expressa-se ainda a outros níveis. Como notava, em meados do século XX, Ambrosio Huici Miranda, o triunfo cristão na campanha de 1212 permitiu avançar a fronteira — praticamente imutável desde a conquista de Toledo, em 1085 — desde o vale do Tejo, fixando-a a sul da Sierra Morena, em plena Andaluzia (2000: 277-278). Além disso, conforme lembraram García Fitz e Martín Alvira, foi a campanha de 1212 que veio assegurar a posse, em mãos castelhanas, de algumas das principais fortalezas situadas entre Toledo e a Sierra Morena, convertidas agora em bases operacionais para campanhas futuras, nomeadamente para o avanço definitivo, já no reinado de Fernando III (1217-1252), em direção ao coração da Andaluzia, isto é, a caminho de Sevilha (García Fitz, 2008: 544-545; e Alvira Cabrer, 2012: 476-478).

Fontes mais importantes

- 172 — “Carta de Afonso VIII ao papa, participando o resultado da batalha”, publicada por Julio González, *El Reino de Castilla en la Época de Alfonso VIII*, Madrid, 1960, Vol. II, doc. 897, pp. 566-572.
- Rodrigo Jiménez de Rada, *Opera Omnia. Pars I: Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gotbica*, ed. de Juan Fernández Valverde, Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis, LXXII, Turnhout, 1987.
- “Carta de Arnau Amalric ao capítulo da Ordem de Cister”, publicada e traduzida por Maria Dolores Rosado Llamas y Manuel Gabriel López Payer, *Las Navas de Tolosa. Historia y Mito*, Jaén, 2001, pp. 329-333.
- “Carta do califa *al-Nasir* sobre a batalha de Las Navas”, publicada por Maria Dolores Rosado Llamas y Manuel Gabriel López Payer, *Las Navas de Tolosa. Historia y Mito*, Jaén, 2001, pp. 333-335.
- “Carta de D. Berenguela a sua irmã Branca, dando conta do desfecho da batalha”, publicada por Julio González, *El Reino de Castilla en la Época de Alfonso VIII*, Madrid, 1960, Vol. II, doc. 898, pp. 572-574.
- “Carta de Branca de Castela a Branca de Champagne, dando conta do desfecho da batalha”, publicada e traduzida por Maria Dolores Rosado Llamas y Manuel Gabriel López Payer, *Las Navas de Tolosa. Historia y Mito*, Jaén, 2001, pp. 337-338.
- Juan de Soria, *Cronica Latina de los Reyes de Castilla*, ed. de Luis Charlo Brea, Cádiz, 1984.
- Lucas de Tuy, *Chronicon Mundi*, ed. de E. Falque, Turnhout, Brepols, 2003.
- Primera Crónica General de España*, ed. de Ramón Menéndez Pidal, Madrid, Editorial Gredos, 1977, Tomo II.
- Crónica de Veinte Reyes*, ed. de César Hernández Alonso, Burgos, 1991.
- Ibn-Abi-Zar, *Rawd al-Qirtas*, trad. de Ambrosio Huici Miranda, Valencia, 1964, vol. II (2ª edição).

Leituras Principais

- Ambrosio Huici Miranda — *Las Grandes Batallas de la Reconquista Durante las Invasiones Africanas*, Edição Facsimilada da edição de 1956, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2000.
- Francisco García Fitz - *Las Navas de Tolosa*, Barcelona, Ariel, 2008 (ed. orig.: 2005).
- Martín Alvira Cabrer — *Las Navas de Tolosa. 1212. Idea, Liturgia y Memoria de la Batalla*, Madrid, Sílex, 2012.

173

Leituras complementares

- Bernard Reilly, *Cristãos e Muçulmanos. A Luta pela Península Ibérica*, Lisboa, Teorema, 1996.
- Carlos Vara Thorbeck, *El Lunes de Las Navas*, Jaén, s.n., 1999.
- F. Xavier Hernández Cardona, *Història Militar de Catalunya. Aproximació Didàctica, Vol. II: Tiempos de Conquesta*, Barcelona, 2002.
- Ferdinand Lot, *L'Art Militaire et les Armées au Moyen Age en Europe et dans le Proche Orient*, Tomo 2, Paris, 1946.
- Francisco García Fitz, “Las Navas de Tolosa, un punto de inflexión en las dinámicas históricas peninsulares?”, in *1212-1214: El Trienio que Hizo la Europa — XXXVII Semana de Estudios Medievales — Estella*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 2011, pp. 47-84.
- Francisco García Fitz, “El año de la batalla de Las Navas de Tolosa”, in *1212, un Año, un Reinado, un Tiempo de Despegue — XXIII Semana de Estudios Medievales*, Coord. de Esther López Ojeda, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2013, pp. 171-200.
- Inês Lourinho, *1147. Uma Conjuntura Vista a Partir das Fontes Muçulmanas*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação de Mestrado, policopiada), 2010.
- J. E. Ruiz Doménech, “El significado historic de la Batalla de Las Navas de Tolosa y sus consecuencias”, in *La España de los Cinco Reinos (1085-1369)*, *Historia General de España y América*, Vol. IV, coord. de Miguel Ángel Ladero Quesada, 1984, pp. 585-589.
- James F. Powers, “Las Navas de Tolosa”, in *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, Vol. 2, ed. de Clifford J. Rogers, Oxford, Oxford University Press, 2010, pp. 489-491.

- João Gouveia Monteiro, “A Arte Militar na Europa dos Séculos XI-XIII — Um *Vade Mecum*”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 32, Coimbra, 2011, pp. 7-49.
- Kelly DeVries, “Las Navas, 1212”, *Battles of the Crusades, 1097-1444 — From Dorylaeum to Varna*, London, Amber Books, 2007, pp. 148-157.
- María Jesús Viguera Molíns, *Los Reinos de Taifas y Las Invasiones Magrebíes*, Madrid, Mapfre, 1992.
- Martín Alvira Cabrer, *Guerra e Ideología en la España Medieval: Cultura y Actitudes Históricas ante el Giro de Principios del Siglo XIII. Batallas de Las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)*, Madrid, Universidad Complutense, 2000 (Dissertação de Doutoramento, policopiada).
- Philip Morgan, *War and Society in Medieval Cheshire*, Manchester, Chetham Society, 1987.
- Philippe Contamine, *War in the Middle Ages*, Oxford (UK) / Cambridge (US), Blackwell, 1996.
- Rafael Peinado Santaella, “El Pastor de las Navas o trampa ideologica de una imagen de Cruzada”, in *La Literatura no ha existido siempre. Para Juan Carlos Rodríguez*, Granada, 2015, pp. 439-453.

Etapas da Reconquista

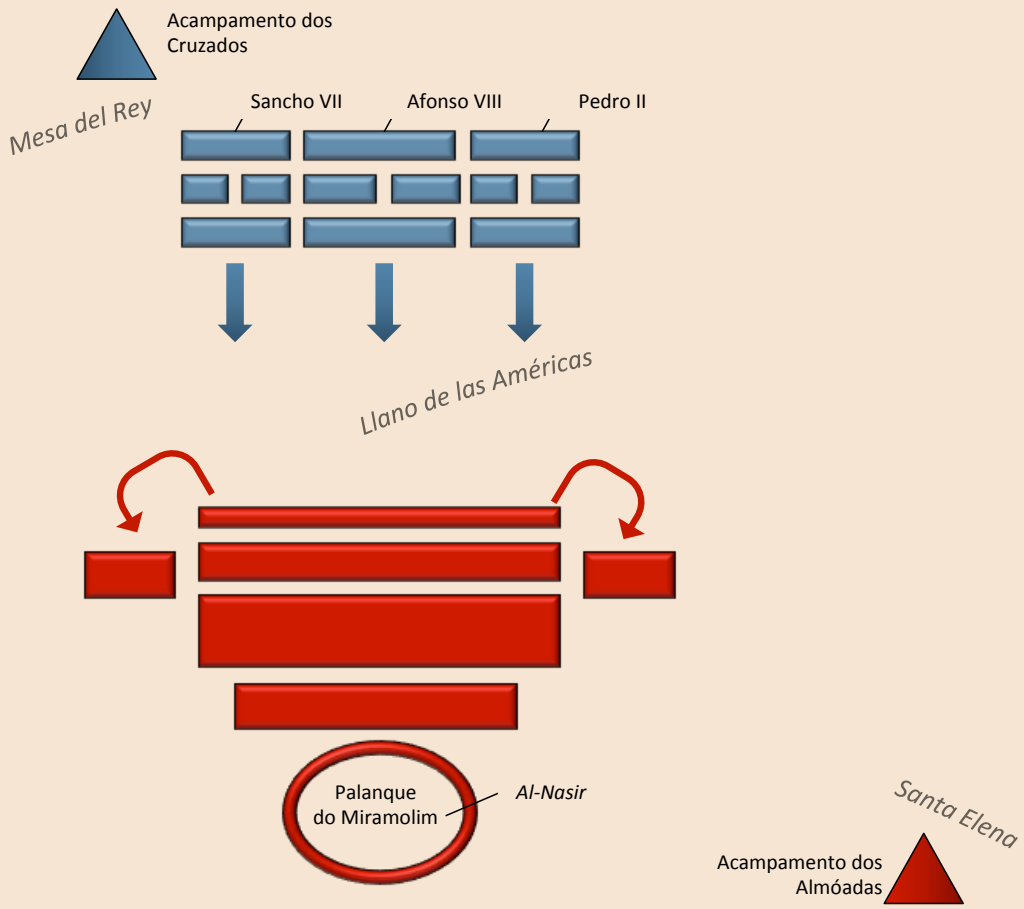
J. Mestre Campi/ Flocel Sabaté: *Atlas de la Reconquista*, Ed. Peninsula, Barcelona, 1998 (p. 55).



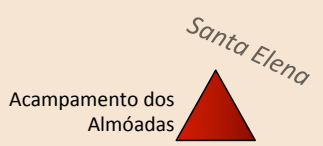
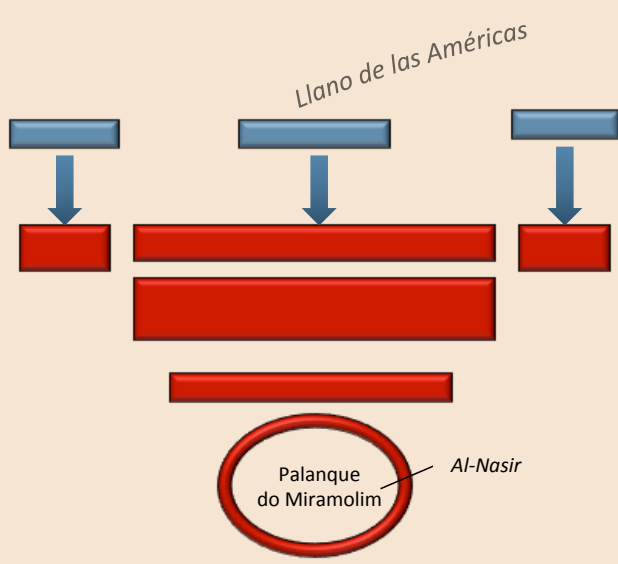
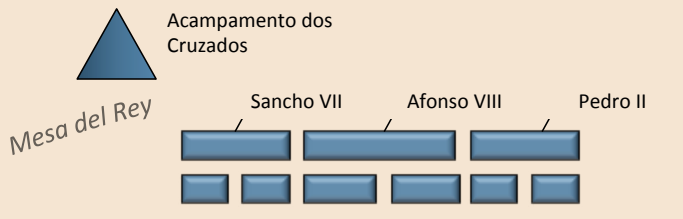
Las Navas de Tolosa, 1212 | Itinerários dos exércitos



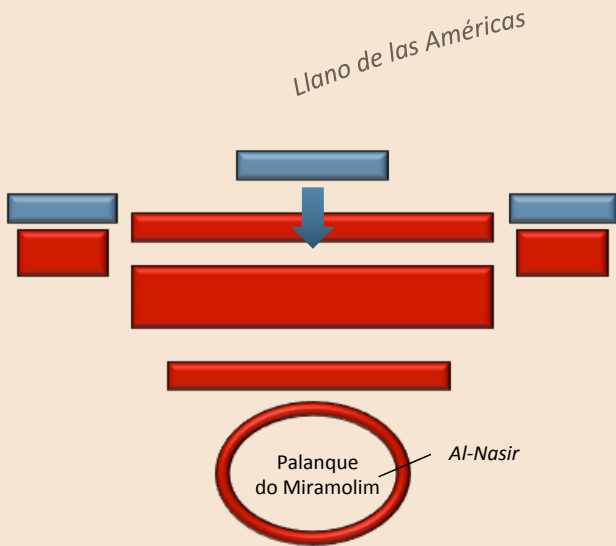
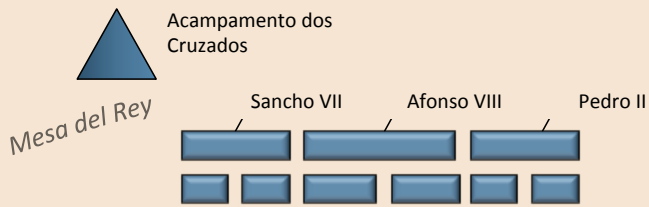
Momentos da Batalha | 1



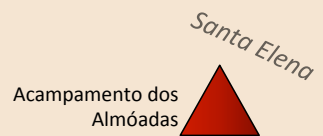
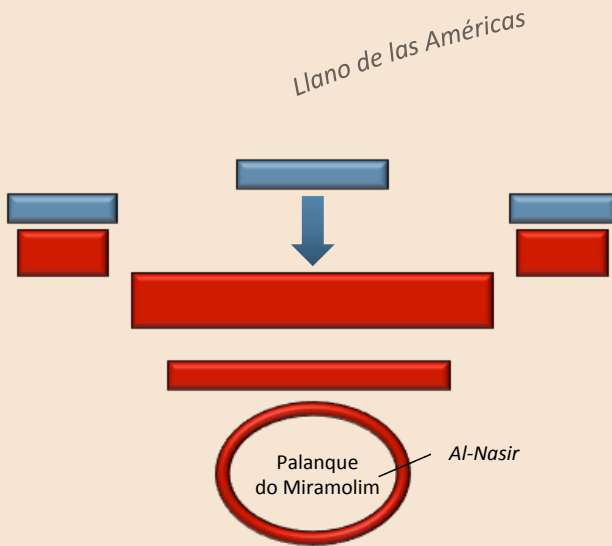
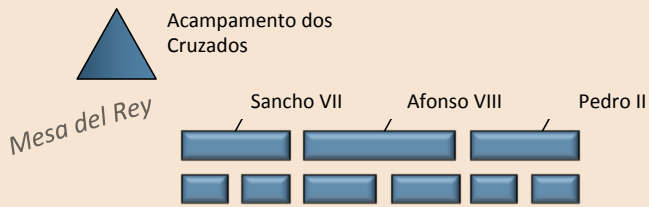
Momentos da Batalha | 2



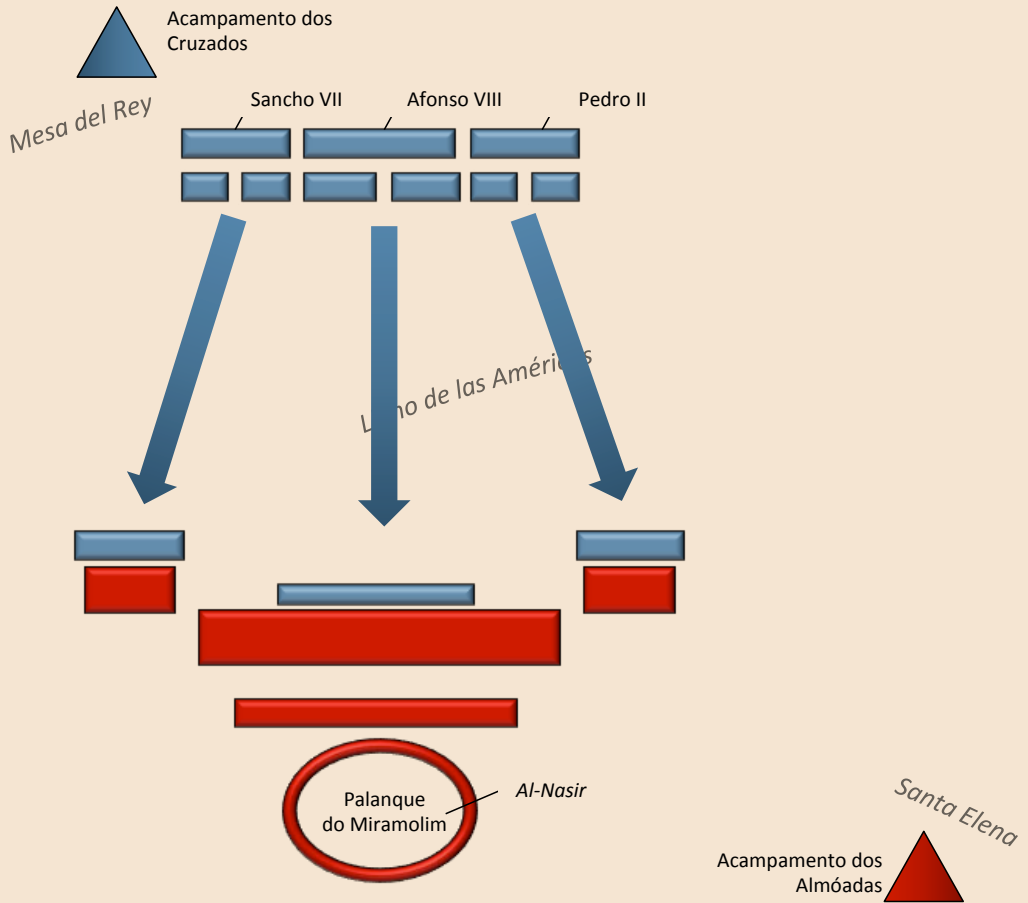
Momentos da Batalha | 3



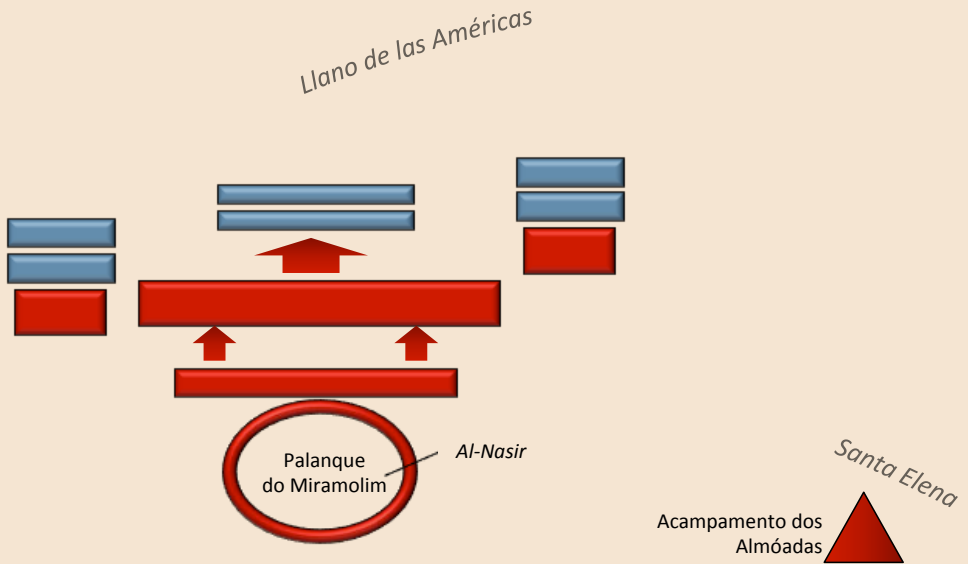
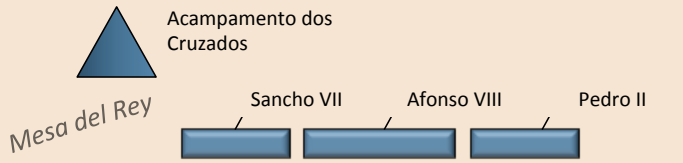
Momentos da Batalha | 4



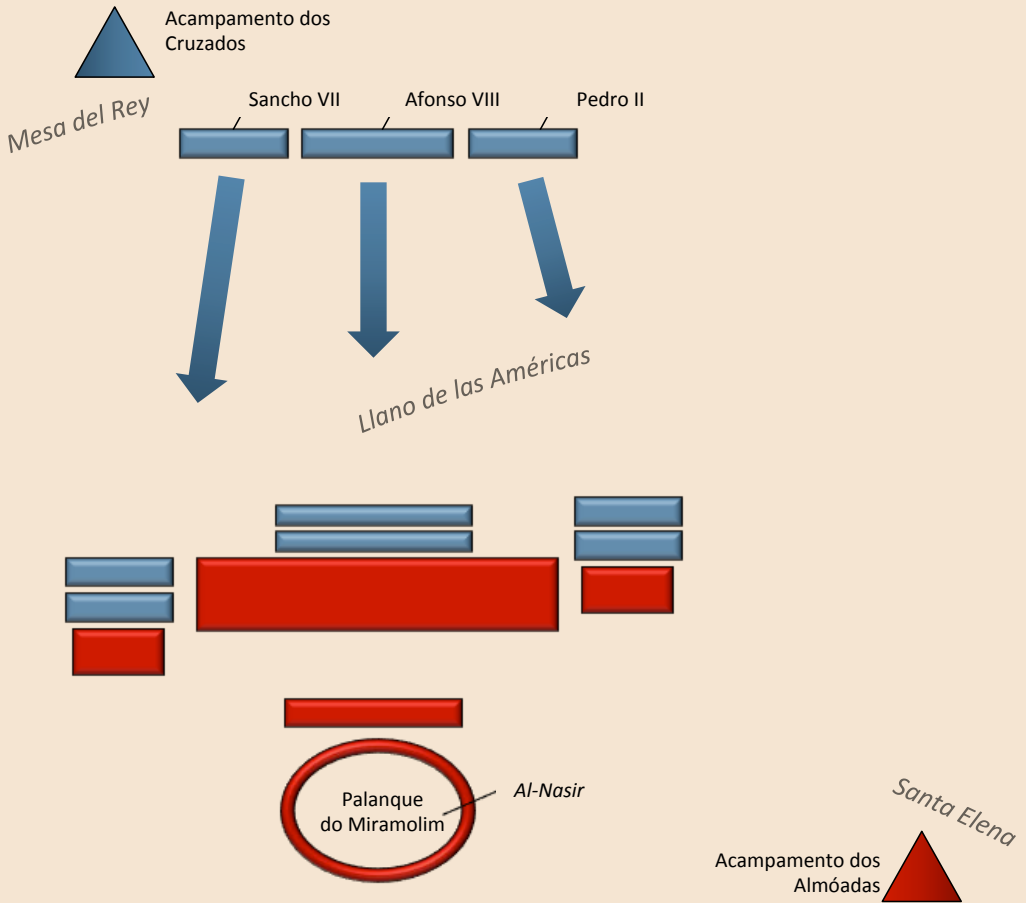
Momentos da Batalha | 5



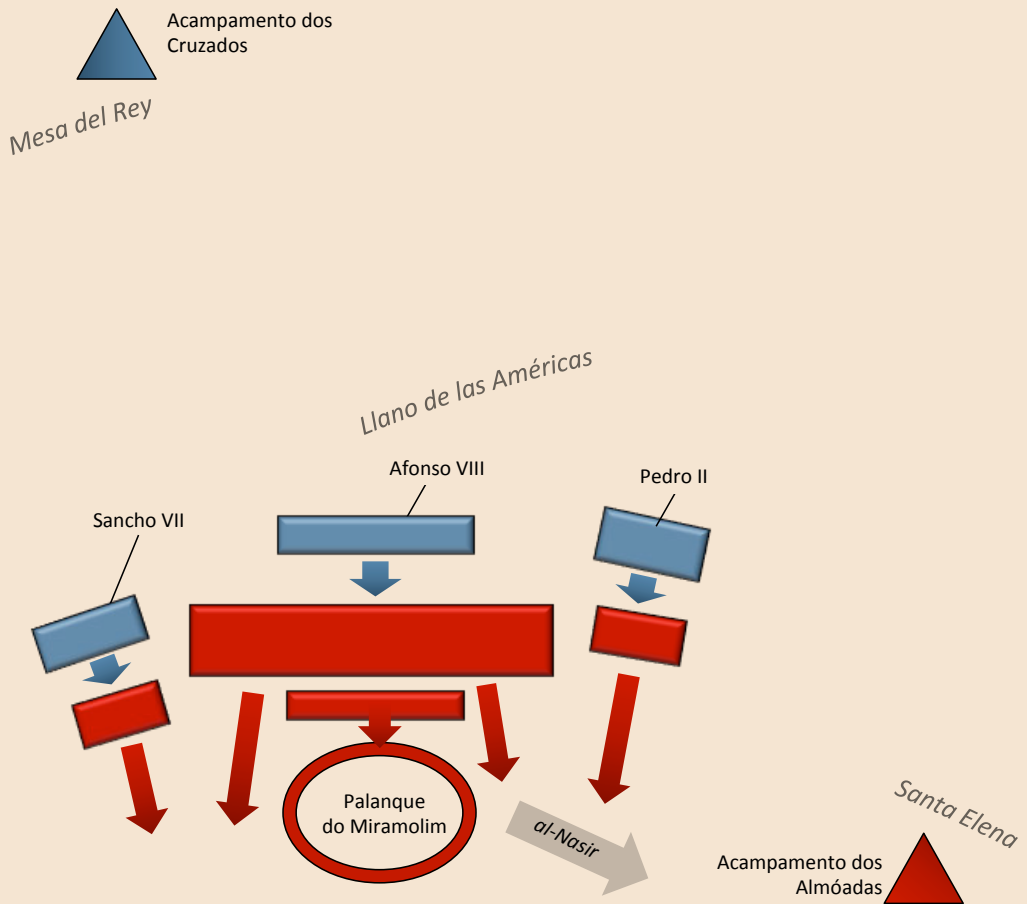
Momentos da Batalha | 6



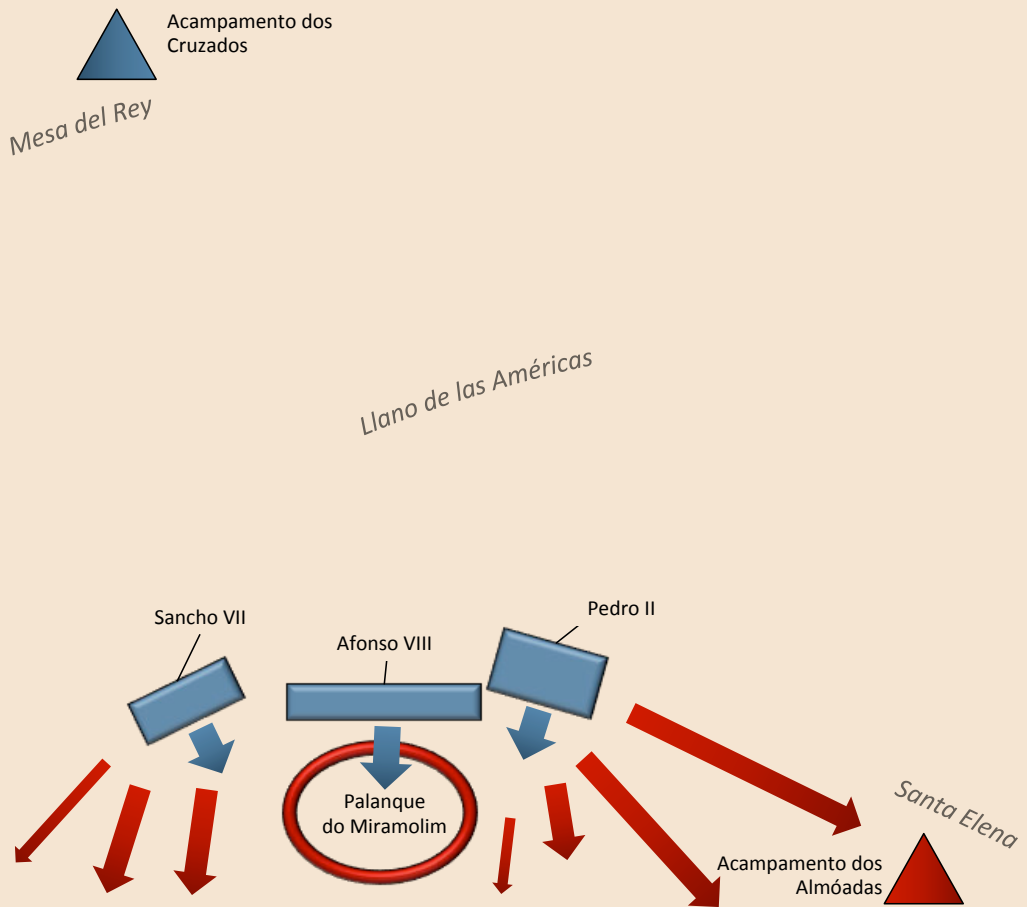
Momentos da Batalha | 7



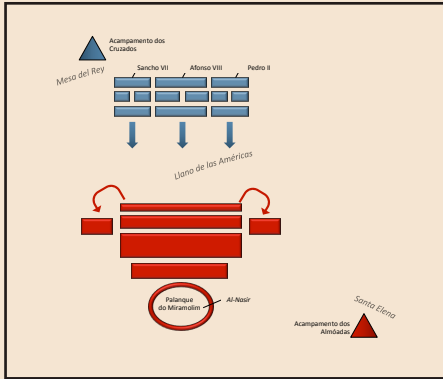
Momentos da Batalha | 8



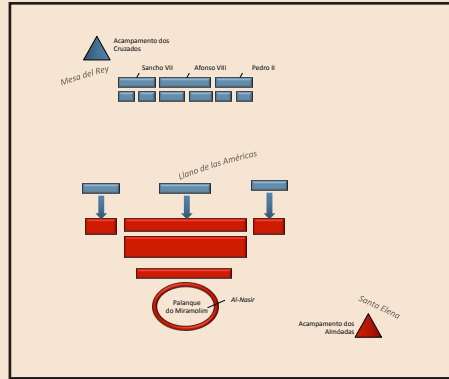
Momentos da Batalha | 9



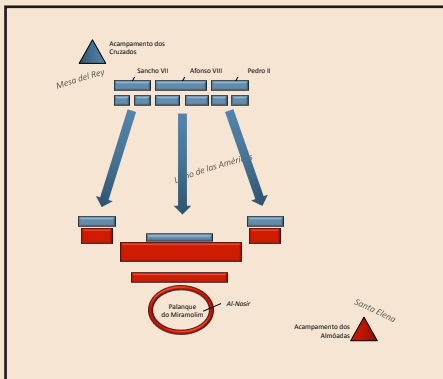
Resumo dos momentos da batalha



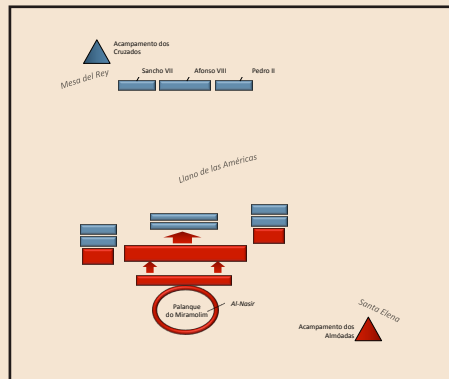
1



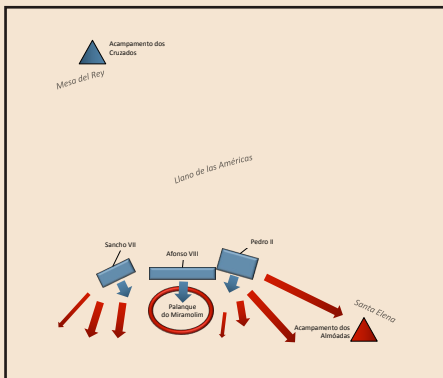
2



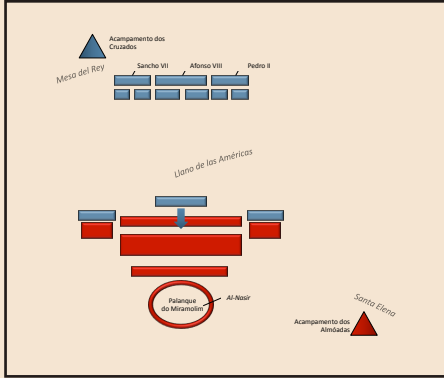
5



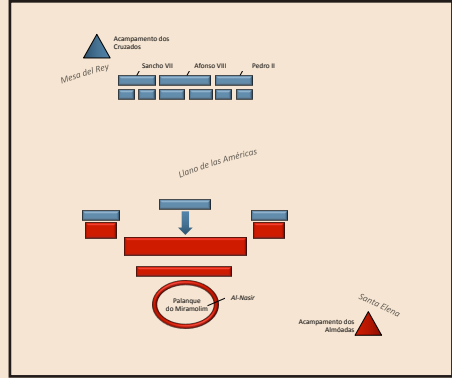
6



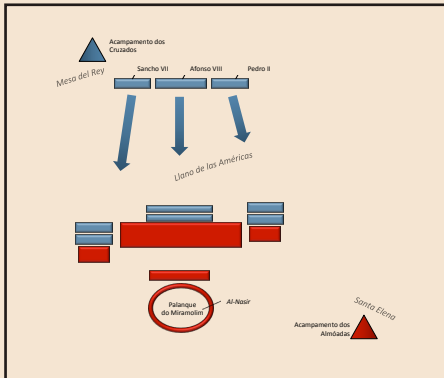
9



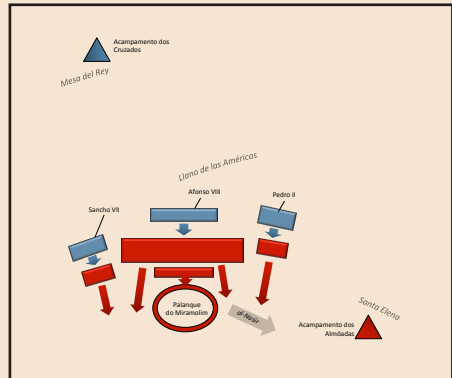
3



4



7



8

(Página deixada propositadamente em branco)

A BATALHA DE COURTRAI (1302): APANHADOS “COMO LEBRES NUMA ARMADILHA”

Na manhã do dia 11 de julho do ano de 1302, nos campos que cercavam a povoação flamenga de Courtrai, um cenário grandioso poderia ser observado. Frente a frente, encontravam-se dois exércitos muito distintos entre si, ainda que equivalentes em número, prontos para travar uma batalha que parecia estar decidida à partida, pois um desses exércitos integrava a fina flor da cavalaria francesa. A comandá-lo, um experimentado cavaleiro, Roberto, conde de Artois, próximo do rei Filipe “o Belo” e escolhido pessoalmente pelo monarca para liderar a sua hoste na Flandres. Do outro lado, uma força militar de peões, artesãos, burgueses e gente comum de algumas cidades flamengas, auxiliados por um número reduzido de nobres e cavaleiros, sob o comando de Gui de Namur, Guilherme de Jülich [Willem van Jülich, Juliers para os franceses] e João de Renesse [Jan van Renesse].

Em três horas, porém, a batalha estava perdida para o exército francês. Um resultado desastroso: muitos dos grandes cavaleiros de França tombaram nesse dia e as suas esporas de ouro, recolhidas como espólio pelos vencedores, foram colocadas em exposição na igreja de Courtrai, em jeito de comemoração e agradecimento pelo auxílio divino. A notícia da derrota francesa chocou a Europa, a ponto de numerosos relatos (mais de três dezenas, por sinal) terem sido redigidos fazendo referência a tão surpreendente acontecimento. Desses relatos, encontramos sobretudo versões francesas e versões flamengas, mas também algumas versões estrangeiras, com olhares e explicações muito diferentes (e por vezes contraditórios) para o sucedido

em Courtrai. A análise das várias versões foi feita, com brilhantismo, por J. F. Verbruggen (1952/2002), naquele que é, até hoje, o melhor e mais completo estudo da *batalha das esporas douradas*, como é conhecida.

As fontes

Verbruggen considera como mais fidedigno o relato de Lodewijk van Velthem, um clérigo de Brabante que redigiu, cerca do ano de 1313, mais de mil e duzentos versos sobre a batalha de Courtrai, versos esses que integraram uma grandiosa obra de oito volumes que narram os feitos de oito imperadores do Império Romano Germânico, cobrindo o período de 1248 a 1316. Lodewijk fez um verdadeiro trabalho de pesquisa, tendo obtido informações através de testemunhas diretas da batalha e através da leitura de fontes flamengas e francesas, que analisou com olhar crítico. Homem viajado (sabe-se que visitou Paris, por exemplo) e membro da corte do duque de Brabante, Lodewijk teve certamente oportunidade de conhecer algumas das figuras mais proeminentes da época — em 1297, acompanhou a Gante o duque Jan II, quando este se encontrou com Eduardo I de Inglaterra e Gui de Dampierre, conde da Flandres e um dos grandes protagonistas dos acontecimentos que conduziram à batalha de Courtrai.

Para além de Lodewijk, outros cronistas, alguns cujo nome hoje desconhecemos, deixaram relatos úteis para o conhecimento dos episódios de Courtrai. Destacaremos aqueles que parecem mais fidedignos e, portanto, mais úteis para o conhecimento dos factos.

Versões flamengas

- a) Os *Annales Gandenses* foram em grande parte redigidos em 1308 (os acontecimentos de 1309-10 foram provavelmente escritos cerca de 1311), por um monge franciscano de Gante, cujo nome não chegou até nós. Esta crónica é uma importante fonte para o conhecimento

das peripécias ocorridas na Flandres no final do século XIII e na primeira década do século XIV, sendo provavelmente o menos parcial de todos os relatos que se debruçam sobre este período. O seu autor, um frade menor, teve seguramente contato direto com as camadas da população comum, os mesmos que preenchiam as fileiras das milícias urbanas. Revela-se um conhecedor do armamento de ambos os lados da contenda (considerando os flamengos mais bem equipados e mais preparados para o combate do que os peões franceses). Para esse conhecimento, contribuiu também o facto de ter testemunhado diretamente vários dos eventos que relatou e de ter obtido informações de testemunhas oculares de outros acontecimentos. Sabe-se, por exemplo, que tinha um relacionamento próximo com o cavaleiro Geraard de Moor, que integrou a representação flamenga nas negociações de 1304. Sabe-se ainda que, embora fosse um eclesiástico, participou pessoalmente na defesa do condado, tendo aí adquirido conhecimentos sobre as estratégias e táticas utilizadas na época. A simpatia deste franciscano de Gante estava, naturalmente, reservada para o lado flamengo, mas principalmente para as milícias urbanas, não hesitando em criticar algumas das condutas das principais figuras da casa condal.

- b) *Chronicon comitum Flandriae*. A primeira parte desta crónica foi redigida em 1329 por Bernardo de Ipres, um monge da abadia de Clairmarais, próxima de St. Omer. A versão dos acontecimentos narrada por Bernardo de Ipres é muito favorável aos flamengos: omite a existência de obstáculos naturais ou artificiais existentes no solo e retrata os vencedores como estando em inferioridade numérica e com equipamento mais fraco do que o da cavalaria francesa que lhes fez frente. A descrição da batalha, embora feita quase três décadas depois da sua ocorrência, permite confirmar dados das crónicas anteriormente referidas e oferece um retrato interessante do entusiasmo que envolveu os flamengos após o inesperado triunfo de 11 de julho de 1302.

a) A *Chronique Artésienne* (“Crónica do Condado de Artois”). Parte deste condado chegou à posse da Coroa francesa como dote do casamento de Isabel de Hainaut (sobrinha do conde da Flandres, Filipe I) com Filipe II de França, em 1180. Desse casamento nasceu Luís VIII de França e será no seu reinado que o condado passará para as mãos de seu filho, Roberto I de Artois. O seu sucessor, Roberto II de Artois, terá grande protagonismo nos acontecimentos que conduziram à batalha e será um dos cavaleiros tombados em Courtrai. Por esse motivo, e pela proximidade geográfica entre o Artois e a Flandres, o recontro de 11 de julho de 1302 é fruto de especial atenção por parte do cronista que redigiu a *Chronique Artésienne*. O seu nome não chegou até nós, mas sabemos tratar-se de um burguês de Arras que redigiu o texto apenas dois anos após a batalha, em 1304. Estamos perante um texto naturalmente parcial, dada a proximidade temporal com a terrível derrota francesa. Porém, o autor teve acesso a documentação das chancelarias francesas, que usou para tentar defender os direitos de Filipe IV sobre o condado de Flandres e justificar o apoio dado por nobres flamengos ao rei de França no conflito contra o conde Gui de Dampierre. Rico em detalhes e pormenores sobre os acontecimentos anteriores e posteriores à batalha, é (curiosamente) muito breve na descrição da própria batalha e contém dados pouco credíveis sobre o recontro.

b) Guilherme Guiart, *La Branche des royaus lignages* (“O ramo das linhagens reais”), escrito entre 1304 e 1307. Guiart, um burguês de Orleães, foi um veterano de guerra, um besteiro que participou nos combates entre franceses e flamengos que ocorreram na fronteira da Flandres, no ano de 1304. Ao comando da hoste comunal de Orleães, foi ferido num recontro em La Haignerie. Devido aos seus ferimentos, retirou-se para Arras em agosto de 1304, onde terá começado a narrar a história do confronto entre a França e a Flandres, do qual podia

dar um testemunho ocular e conhecedor. De facto, a sua experiência militar torna o seu relato uma excelente fonte para o conhecimento pormenorizado das táticas e do armamento da época. Descreve, por exemplo, quer as táticas e armamento dos franceses, quer as dos seus inimigos, com destaque para o *goedendag*, uma arma específica dos flamengos de que falaremos mais adiante. Como súbdito da Coroa francesa, ainda a lambar as feridas provocadas pela derrota em Courtrai, Guiart não redige, evidentemente, um relato imparcial dos acontecimentos.

- c) Geoffroy de Paris, *Chronique rimée* (“Crónica em verso”), escrita entre 1313 e 1317. Geoffroy [Godofredo], um burguês de Paris, aborda na sua crónica o período entre o início do século XIV e o ano de 1317, sendo bastante detalhado no seu relato do período final, mas menos exato na descrição dos acontecimentos do virar do século. Enganado por algum desconhecimento da língua flamenga ou por uma má tradução a partir de uma versão latina dos acontecimentos, denominou Pedro de Coninc, um popular de Bruges que liderou a revolta urbana de 1300, como “rei”. Tal como Guiart, o relato de Geoffroy foi parcial, bem como preconceituoso: parcial ao exagerar os feitos da infantaria francesa; preconceituoso no seu olhar crítico a propósito da cavalaria francesa, considerando a sua derrota como “vontade de Deus” perante a imprudência da sua atitude.
- d) *Chronicon*, escrito entre 1346-48, por Gilles le Muisit, abade de S. Martinho de Tournai, precisamente a cidade que o viu nascer, no ano de 1272. Além desta crónica e de anais, esta interessante figura, que estudou em Paris e foi abade em Bruges antes de se instalar definitivamente em Tournai, escreveu também poesia. Foi um autor tardio, escrevendo os seus textos a partir de meados da década de quarenta do século XIV, já com mais de setenta anos de idade. A velhice trouxe-lhe ainda a cruz da cegueira, pelo que se supõe que pelo menos uma parte dos seus textos mais tardios tenha sido

ditada. Homem culto e viajado (além de Paris, visitara também Roma), estava bem informado sobre os acontecimentos mais próximos da batalha de Courtrai, tendo mesmo sido testemunha ocular da chegada a Tournai de guerreiros franceses em fuga. A sua narrativa procura ser imparcial, embora o abade fosse partidário do rei de França — é preciso lembrar que a sua abadia tinha sofrido ataques por parte dos flamengos e que a aparente indiferença flamenga face às ameaças de excomunhão de que eram vítimas seguramente o chocava.

- e) Uma continuação do *Chronicon* foi redigida por Guilherme de Nagis, um monge beneditino de Saint Denis, em Paris. Este relato procura dar uma visão imparcial dos acontecimentos, recusando a explicação mais popular e favorável aos franceses, que atribuía a derrota à falta de honra dos flamengos e ao papel das covas que estes supostamente escavaram nas vésperas da batalha. Antes, atribui a responsabilidade da derrota à imprudência e à soberba da cavalaria francesa, que na sua opinião atuou com excesso de confiança, e à bravura das hostes flamengas.

Versões estrangeiras

- a) Ottokar von Stiermarken [Ottokar da Estíria, um Estado austríaco] escreveu (segundo Kelly DeVries provavelmente c. 1309 ou, segundo Verbruggen, entre 1316-18) uma secção da crónica *Oesterreichische Reimchronik* [“Crónica Austríaca em Verso”] que relata a batalha de Courtrai. Ottokar foi um cavaleiro que esteve ao serviço de Ottokar do Liechtenstein. Não tendo estado presente na batalha, o cronista afirma ter obtido as suas informações a partir de uma testemunha ocular, como forma de validar a sua versão dos acontecimentos. Por esse motivo, o seu relato é muito pouco fidedigno e vago, contendo mesmo vários erros factuais (por exemplo, referindo a presença

do irmão do rei Filipe IV no campo de batalha). Este autor refere que, durante a noite que antecedeu a batalha, os flamengos terão escavado valas no campo de batalha, que seguidamente ocultaram.

197

- b) Jean de Winterthur, monge do mosteiro de Villingen, em Baden, (morreu c. 1348), foi o autor de um *Chronicon* que contém um outro relato da batalha de Courtrai, também ele vago e pouco credível. Invocando o testemunho de alguém presente na batalha, o cronista refere também o abrir de valas na noite anterior ao combate por parte dos flamengos e o uso, por parte da cavalaria flamenga, não de cavalos, mas de éguas, que iriam atrair os cavalos franceses na direção das valas! Tanto esta crónica como a anterior procuram justificar a derrota francesa com a armadilha (pouco cavaleiresca) das valas escavadas pelos flamengos.
- c) *Chronicon*, escrito por Willem Procurator, abade do mosteiro beneditino de Egmond, na Holanda, c. 1332. Este relato tardio contém informações importantes sobre as principais figuras que comandaram as hostes flamengas, destacando o papel do cavaleiro que liderou a reserva, João de Renesse. O abade de Egmond, embora estrangeiro, é tendencialmente partidário da versão francesa dos acontecimentos, provavelmente devido à grande rivalidade (que assumiu, muitas vezes, contornos de grande violência) entre a Holanda e a Flandres.
- d) Giovanni Villani, *Historie Florentine* (“História de Florença”), escrita entre 1300 e 1348 (Kelly DeVries aponta como data mais provável o início da década de 1340). Obra de grande fôlego, esta crónica pretendia ser uma história universal centrada na cidade de Florença. Como muitos outros europeus, Villani foi vítima da peste negra, tendo a sua obra sido interrompida com a sua doença e morte. Apesar de estrangeiro, redigiu a mais detalhada das versões pró-francesas da batalha de Courtrai. Enquanto banqueiro de Filipe IV, Villani visitou a Flandres em 1306 e terá tido a oportunidade de conhecer

os locais das batalhas e de falar com testemunhas bem informadas, embora tenha repetido erros factuais ao seguir a versão francesa dos acontecimentos (por exemplo, em relação à posição das hostes flamengas, que coloca na margem esquerda do Lys; ou na referência a Pedro de Coninc como “Piero le Roy”). Altamente preconceituoso, Villani teve pelo menos o mérito de não simpatizar, nem com o rei Filipe IV (que desprezava pela sua política de desvalorização monetária, prejudicial para os interesses dos bancos italianos) ou com o comandante Roberto Artois (suspeito de ter queimado uma bula papal), nem com os artesãos flamengos (que classificava como gente conduzida por paixões vulgares e que pensava somente em comer e beber). Em suma, a sua crónica pouco acrescenta em relação às crónicas anteriores, mas não deixa de conter, como já foi referido, um relato bastante detalhado dos acontecimentos ligados à batalha de Courtrai.

Resta referir uma última fonte, não escrita, mas iconográfica, de grande valor para o estudo de alguns aspetos da batalha de Courtrai, pela sua singularidade (tão singular que chegou a ser comparada à Tapeçaria de Bayeux). Referimo-nos a uma arca em madeira, de 103 cm de largura, 73 cm de altura e 51 cm de profundidade, conhecida como “arca de Oxford” (pelo facto de ter sido descoberta numa quinta dos arredores de Oxford, no início do século XX) ou “arca de Courtrai”. Feita em madeira de carvalho proveniente do sul da Suécia, a arca que hoje existe terá sido construída no início do século XVII, a partir dos painéis frontal e dorsal de uma arca anterior, possivelmente contemporânea da batalha, ou seja, do início do século XIV. Desconhece-se o seu autor, mas terá sido um artesão flamengo, provavelmente de Bruges, tendo em conta o papel decisivo que as milícias desta cidade têm na batalha.

O valor da arca de Oxford reside precisamente no painel central, de 70-71 cm de altura (originalmente teria 95 cm) e 98-99 cm de comprimento (a dimensão original rondaria os 160-170 cm), no qual se encontram esculpidas cenas ligadas à batalha de Courtrai e a episódios que a antecederam,

de onde é possível retirar dados importantes sobre o armamento utilizado e também sobre a heráldica. Como se pode observar numa gravura que ilustra este texto, o painel esculpido é composto por duas pranchas: a superior mede entre 32 cm (à esquerda) e 34,5 cm (à direita) de altura e 98 cm de largura; a inferior mede 38 cm (à esquerda) e 36,5 cm (à direita) de altura e 99 cm de largura. O painel superior encontra-se, por sua vez, dividido em 2 frisos de 17-17,5 cm de altura. O mesmo sucede com o painel inferior, embora apenas parcialmente, no seu lado direito, uma vez que no lado esquerdo uma só cena ocupa toda a altura da prancha.

Painel superior

- Friso superior: este friso apresenta uma única cena, dividida, no centro, pelo espaço reservado para a fechadura da arca. No lado esquerdo, uma série de cavaleiros avançam. Pelos brasões nos escudos e nas ombreiras, é possível identificar alguns desses cavaleiros: à frente, Gui de Namur, filho de Gui de Dampierre e, atrás de si, Guilherme de Jülich, sobrinho de Namur. Um terceiro cavaleiro foi identificado como sendo Henrique de Lontzen, marechal de Bruges (ver imagem em anexo). É precisamente para Bruges que estes cavaleiros se dirigem. À sua frente, encontra-se um peão armado com um *goedendag*. Do lado direito do painel, uma torre representa a cidade de Bruges. No exterior, três homens, um deles ajoelhado, parecem aguardar os cavaleiros. O homem ajoelhado tem, na mão direita, a chave da cidade, que aparenta querer entregar a Gui de Namur. Atrás da torre, no interior da cidade, encontram-se três guerreiros, com casco redondo e camal de malha metálica. Um empunha uma espada e um escudo redondo, o segundo degola com a espada um homem caído, trajando vestes compridas. Não se trata de um guerreiro, mas talvez de um magistrado ou de um outro elemento *honrado*. Esta cena retrata o massacre conhecido como as “Matinas de Bruges” e que será uma das causas diretas que levará à batalha de Courtrai.

No extremo direito, uma figura, talvez a de um santo, aparece no interior de uma segunda torre. Ao seu lado, existiu uma outra personagem, de maiores dimensões (da altura da torre), da qual restam apenas um pé e uma mão, que aparece pousada na cabeça da figura do hipotético santo.

- Friso inferior: No centro deste friso, encontra-se a figura de uma torre, da qual espreita uma figura. À esquerda da torre, pode observar-se uma fileira de combatentes da infantaria flamenga, armados com *goedendags*, espadas, capelinas, camais e cotas de malha. Alguns destes guerreiros transportam bandeiras que ostentam os símbolos ou insígnias das respetivas corporações — entre os quais parecem identificar-se elementos das milícias de Ipres. À direita da torre, sob o olhar atento da figura que dela espreita, um cavaleiro com um leão como brasão, armado com espada, escudo de formato triangular, ligeiramente curvo dos lados e terminando num vértice pontiagudo, combate contra três peões armados de *goedendags*. Um outro combatente jaz aos pés de um besteiro. Nas costas do besteiro, podem observar-se dois outros peões, um dos quais degola um homem ajoelhado e de mãos unidas, como se implorasse pela sua vida. Não é possível determinar com rigor a que episódio dos que envolvem Courtrai se refere esta cena em particular. Escaramuças entre cavaleiros franceses ou *leliaerts* (flamengos apoiantes da flor-de-lis, ou seja, pró-franceses), por vezes no contexto de operações de cerco a castelos ou cidades, e magistrados degolados seriam acontecimentos que se repetiriam com alguma regularidade nesses anos de conflito.

Painel inferior

- Ocupando toda a altura do painel, do lado esquerdo, pode observar-se o castelo de Courtrai, dominado pelos franceses (como se pode constatar pela presença da bandeira com a flor-de-lis numa das

ameias do castelo). A ação representada ocorre no momento em que, durante a batalha de Courtrai, os cavaleiros franceses ensaiam uma surtida, liderada pelo alcaide de Lens, que comandava a guarnição. A surtida é travada por elementos da infantaria de Ipres, armados com *goedendags* e armas brancas semelhantes a sabres, de um só gume e de lâmina larga. Além de escudos redondos, que empunham com a mão esquerda, estes peões envergam o mesmo equipamento defensivo que se identificou nas imagens do painel superior.

- O lado direito do painel inferior divide-se em dois frisos. No friso superior, encontra-se o contingente de Bruges, que se colocou entre o castelo e as margens do Groeninge, de onde virá o ataque da cavalaria francesa. Aqui, pode observar-se, no extremo direito, a barreira de piques e, sob esta barreira, um cavalo já derrubado. Atrás da linha dos piques, podem observar-se os peões flamengos, armados como anteriormente foi referido: destaca-se uma besta e uma série de *goedendags*. Mais uma vez, podem observar-se os estandartes que identificam as corporações de onde estes guerreiros eram provenientes. O guerreiro na linha da frente, empunhando uma lança e com a espada embainhada, é Gui de Namur. Atrás de si, Guilherme de Jülich empunha um *goedendag*. Ambos podem identificar-se pelos brasões nas ombreiras e nas túnicas. No extremo esquerdo deste friso, um cavaleiro *leliaert*, João [Jan] de Sijsele, é atacado por três peões empunhando lança e espada. O friso inferior dá-nos uma amostra daquele que seria o cenário do campo de batalha no final da violenta contenda: montadas e guerreiros derrubados, homens esventrados ou decapitados, outros recolhendo o espólio do campo de batalha.

Como todos os grandes acontecimentos, a batalha do dia 11 de julho de 1302, em Courtrai, teve antecedentes e causas que convém conhecer para a podermos compreender de forma mais rigorosa e completa. É esse enquadramento (político e económico-social) que iremos agora evocar.

A situação política na França capetíngia: Filipe “o Belo”

202

No final do século X, os “Capetíngios” (nome atribuído em resultado da veneração de uma relíquia, a “capa” de São Martinho de Tours, o provável fundador do primeiro mosteiro na Gália, no séc. IV) subiram ao trono de França, substituindo a dinastia carolíngia (de Carlos Magno). Os primeiros quatro monarcas desta nova dinastia (Roberto Hugo Capeto, Roberto II, Henrique I e Filipe I), em conjunto, reinaram mais de um século (987-1108), num período em que o poder se tinha fraturado e se encontrava nas mãos dos senhores locais. No reinado de Henrique I, o poder dos senhores locais era já uma realidade incontestável: mais de uma dezena de grandes senhores detinham o poder efetivo nos seus principados, praticamente imunes a interferências da cúria régia. Assim, os referidos monarcas intitulavam-se de *Rex Francorum*, o que significa que se sentiam como reis *de um povo*, os Francos, e não como reis *de um território*, a França. Em termos de domínio territorial efetivo, os reis estavam, em grande medida, confinados ao seu próprio senhorio, o “domínio régio”.

Filipe I foi o primeiro dos Capetíngios a iniciar uma reação, ainda que tímida, a essa situação. No final do século XI e no primeiro decénio do século seguinte, este monarca procurou consolidar o poder régio dentro do seu próprio domínio. Em simultâneo, tentou atenuar os sentimentos de hostilidade e a ambição dos senhores locais, atraindo-os à sua corte. Aí, passariam a desempenhar cargos honoríficos (como os de condestável, senescal, copeiro, camareiro ou chanceler, entre outros).

Pouco a pouco, o poder régio começou a cimentar a sua posição, graças a uma série de fatores que importa referir:

- os quatro primeiros reis capetíngios conseguiram garantir a existência de um sucessor do sexo masculino, graças a uma política de laços matrimoniais bem pensada e executada; desse modo, evitaram crises sucessórias que poderiam colocar o trono em mãos que não as de elementos da sua dinastia;

- a Coroa procurou forjar uma aliança com a Igreja, ao mesmo tempo que recuperou a cerimônia da sagração, envolvendo a figura do rei numa aura sagrada que o distinguiu de qualquer outro senhor, por muito poderoso que este último pudesse ser. A ligação dos reis a elementos sobrenaturais foi ainda reforçada pelas crenças populares nos seus atributos mágicos, ou seja, no chamado “milagre real”, que consistia na hipotética capacidade que o monarca teria para curar determinadas doenças pelo simples toque da sua mão (os chamados “reis taumaturgos”). Esta relação entre o rei de França e o sagrado ou o sobrenatural atingirá o seu ponto mais alto com a canonização de Luís IX, em 1297, e contribuirá, naturalmente, para um aumento do carisma da dinastia capetíngia;
- simultaneamente, estes primeiros monarcas souberam jogar o jogo das relações feudo-vassálicas: recebiam a homenagem vassálica de todos os grandes senhores e não eram eles mesmos vassalos de nenhum senhor. Dessa forma, obtiveram um estatuto de *primus inter pares* que os individualizava e superiorizava face aos restantes senhores de França.

Afirmado com êxito este processo de distinção entre a figura do rei e as dos restantes senhores, os Capetíngios iniciaram uma segunda fase de afirmação do seu poder — a passagem de *Rex Francorum* para *Rex Franciae*, ou seja, de senhores dos seus súbditos e de um domínio régio para senhores de um território nacional — o reino da França. Neste processo, têm vital importância os reinados de Luís VI (1108-1137) e de Luís VII (1137-1180). Mais uma vez, estamos perante dois longos reinados, o que continuou a conferir estabilidade ao poder régio. O projeto político destes dois monarcas passou por uma ofensiva contra os poderes dos senhores locais e por alargar o poder régio a outros territórios fora do “domínio régio”. Essa ofensiva, que assumiu por diversas vezes um caráter militar, visou submeter os referidos senhores, colocando-os ao serviço do rei. O casamento de Luís VII com Leonor da Aquitânia, em 1137, deve ser visto à luz desse projeto políti-

co — com essa ligação matrimonial, o rei estendeu o seu poder para sul. O posterior fracasso desta aliança (e o casamento, em segundas núpcias, de Leonor com Henrique II Plantageneta, futuro rei de Inglaterra) foi um sério revés para o monarca capetíngio. O crescente poder dos Plantagenetas no continente levou Luís VII a um segundo matrimónio, com Constança de Castela. Após a morte desta, um terceiro casamento ligou a Casa Real francesa ao condado de Champagne. Desta forma, Luís VII garantia a paz na fronteira nordeste, ficando livre para eventuais conflitos que poderiam surgir com Henrique II. Porém, apesar dos esforços da Coroa, o domínio régio continuava circunscrito aos territórios que faziam fronteira com as possessões do referido rei inglês e com os da Casa de Blois-Champagne, do condado da Flandres e do condado do Hainaut.

A etapa seguinte — a do início da expansão territorial — foi iniciada por Filipe II (1180-1223). Cinco anos após a subida ao trono, Filipe “Augusto”, como também ficou conhecido, dominava já o Artois, Amiens e várias praças do Vermandois (no centro-norte e centro-leste de França). Aproveitando a instabilidade que atingiu o trono da Inglaterra (após a morte de Ricardo “Coração de Leão”, que não deixou herdeiros diretos), Filipe Augusto apoiou o pretendente João “Sem Terra”, irmão mais novo do falecido Ricardo, obtendo em troca a sua fidelidade enquanto vassalo. À primeira falha do monarca inglês em cumprir os seus deveres de vassalagem, Filipe II confiscou todos os seus feudos, tomando posse da Normandia, após algumas operações militares que serviram para confirmar no terreno o que a diplomacia tinha já decidido. João Sem Terra reagiu, obtendo o apoio de Fernando de Portugal, conde da Flandres (era filho de D. Sancho I), e do imperador Otão IV de Brunswick. A derrota destes frente às forças francesas em Roche-aux-Moines (2 de julho de 1214) e em Bouvines (27 de julho de 1214) colocaram inapelavelmente a Normandia nas mãos de Filipe II e deixaram João Sem Terra apenas com a Guiana e a Aquitânia.

Entretanto, a Coroa francesa levou a cabo uma violenta cruzada contra os Cátaros, que teve como consequência final colocar sob o domínio régio uma parte da região do Midi, o Languedoc oriental e central (do Ródano a Carcassone) e, mais tarde, também o condado de Toulouse. Estamos já

no reinado de Luís IX, ou São Luís (1226-1270). Neste período governativo, consolidou-se a aliança entre a monarquia e a Igreja, com uma clara supremacia da primeira em relação à segunda, e continuou o alargamento do poder régio sobre o território francês, com Luís IX a consolidar o seu poder na região do Midi (a sul) ao contrair casamento (em 1234) com Margarida, a filha mais velha do conde da Provença, Raimundo Berengário V.

Em 1244, S. Luís fez o voto de cruzado, vindo a participar ativamente na Sétima Cruzada e acabando por perder a vida aos 56 anos, durante a Oitava Cruzada, vítima de tifo, tal como um dos seus filhos. A participação ativa do rei francês nas Cruzadas conferiu a São Luís um grande carisma internacional. Aproveitando o vazio deixado pela morte do imperador Frederico II de Hohenstaufen (em 1250), o rei francês apresentava-se à cristandade como o árbitro natural de grandes conflitos internacionais. Os seus dotes de diplomata levaram-no a procurar soluções negociadas para os conflitos externos que envolviam o seu próprio reino (por exemplo, com a Inglaterra ou com Aragão). Entre 1258 e 1259, Luís IX solucionou a questão dos domínios continentais dos Plantagenetas: pelo Tratado de Paris, Henrique III de Inglaterra garantiu a posse dos feudos da Guiana, Limoges, Cahors e Périgueux e o rei francês garantiu o domínio sobre a Normandia, o Anjou, a Touraine, o Maine e o Poitou, recebendo ainda a vassalagem do monarca inglês.

No interior do reino, Luís IX impôs o seu poder com legislação que procurava, por um lado, combater as guerras privadas e reservar para a Coroa o monopólio do exercício da força das armas e, por outro, redefinir a aplicação da justiça em moldes mais racionais: proibiu, para o efeito, o porte de armas e substituiu o arcaico sistema de ordálios (prova da água a ferver, do ferro em brasa ou do duelo) por inquéritos judiciais que colocavam a decisão da justiça nas mãos do rei, através das leis que produzia e dos agentes de nomeação régia que assumiam no reino as funções de inquiridores (os bailios, a norte, e os senescais, a sul).

No entanto, havia ainda trabalho para fazer. Não existia uma gestão económica eficaz do reino nem uma máquina fiscal especializada, e os recursos da Coroa continuavam a ser essencialmente os rendimentos

provenientes dos domínios régios. A França e a Europa estavam a mudar, e o final do século XIII e início do século XIV foi, como bem se sabe, um período de crises diversas: crise demográfica, ligada a grandes epidemias, entre as quais a famosa Peste Negra; conflitos políticos que redundaram em guerras um pouco por toda a Europa — destaquemos a Guerra dos Cem Anos, que no capítulo deste livro dedicado a Agincourt será devidamente abordada; conflitos religiosos, que extravasaram as divergências teológicas e culminaram numa crise religiosa cujo ponto mais alto foi o Grande Cisma do Ocidente; e crise económica e social, que começou a fazer-se sentir quando surgiram os primeiros sinais de recessão económica. Recordemos que foi neste período que terminou a época das grandes arroteias e, por sua vez, os preços dos produtos manufaturados estavam a subir, acompanhados pelos custos dos salários. Simultaneamente, os rendimentos senhoriais começavam a diminuir. Em França, as feiras da Champagne entraram em declínio; na Flandres, a quebra da economia atingiu a produção de tecidos nas cidades, contribuindo, em certa medida, para o panorama generalizado de uma crise europeia, mas (e este é o dado que mais nos interessa neste momento) sobretudo para uma crise económica com contornos sociais e políticos extremamente graves na Flandres e em outros pontos do norte da França, e não só: um pouco por todo o reino, ocorreram revoltas urbanas (Rouen, Orleães, Béziers). Em suma, os grandes “chavões” que habitualmente caracterizam o século XIV, Peste Negra, Guerra dos Cem Anos, Grande Cisma do Ocidente, são os sintomas mais visíveis e de maior impacto de problemas anteriores e que, em certa medida, criaram condições para a sua eclosão.

É neste contexto político e económico que, após um curto reinado do seu pai, Filipe III “o Bravo” (1270-1285), Filipe IV irá subir ao trono da França. Conhecido como Filipe “o Belo”, o novo monarca reinou entre 1285 e 1314 e será no seu reinado que o confronto com a Flandres (em que se integra a batalha de Courtrai) irá ocorrer. No entanto, este não foi o único conflito de um rei que merece a reputação de belicoso e cujo estilo de governação foi bastante diferente do que adotou o seu diplomático avô São Luís (se excetuarmos a matança dos Cátaros). Filipe IV não se satisfazia em controlar e conter o ímpeto dos seus oponentes. Quando as condições

políticas o permitiram, não hesitou em usar todos os meios ao seu alcance — incluindo a via das armas — para os destruir. Existem poucos dados que permitam reconstruir o perfil psicológico deste rei, pelo que essa mudança de conduta poderá não ser necessariamente consequência de uma distinta personalidade. Um dado, porém, é inquestionável e teve seguramente peso na atuação de Filipe IV — os tempos tinham mudado. A Europa entrara no século XIV, uma era de crise prolongada que começou, como já aflorámos, ainda em finais do século XIII, atingindo as finanças régias. A Coroa via as suas receitas diminuírem e, por outro lado, as suas despesas a crescerem com a formação de uma cada vez mais complexa máquina burocrática. Para agravar as despesas, o tempo — já foi dito — era de guerras, e as guerras eram dispendiosas. É à luz destas dificuldades financeiras e de uma ambição em fortalecer o poder da Coroa face a oponentes internos e externos que podemos avaliar os conflitos mais marcantes do reinado de Filipe “o Belo”.

Efetivamente, desde o início da sua governação, Filipe IV travou uma série de embates diplomáticos: contra Eduardo II, rei da Inglaterra e seu vassalo no continente, lutou pelo controlo da Guiana (em 1294-96); na viragem do século, defrontou Gui de Dampierre, conde da Flandres, pelo domínio desse condado (conflito que se alargará a outros atores e no qual se inscreverá o episódio da batalha de Courtrai); a nível religioso, enfrentará o Papa Bonifácio VIII e a prestigiada Ordem dos Templários. De todos estes conflitos, Filipe IV saiu indubitavelmente vencedor, com a exceção daquele que, à partida, seria o que lhe traria menores dissabores — o confronto pelo domínio da Flandres.

Em jeito de síntese, podemos explicar o domínio da Coroa francesa sobre o território da França (incluindo os seus condados) e a sua ascensão internacional pelo recurso coerente e contínuo aos seguintes métodos: controlo financeiro do território, graças a uma máquina burocrática cada vez mais especializada; pressão diplomática constante, com recurso à coerção militar quando necessário e à entrega de parcelas do território a figuras ligadas à Casa Real (os apanágios); definição de uma ideologia capaz de sustentar as reivindicações territoriais dos monarcas e justificar a superioridade da figura do rei face aos seus súbditos e vassalos, que muito deve ao labor e ao

gênio de legistas e ideólogos, muitos deles de formação clerical (sobretudo franciscana e dominicana) e/ou universitária. Foi precisamente no reinado de Filipe IV que o potencial destes intelectuais foi posto de forma sistemática ao serviço do Estado, integrando quer a máquina do Estado, quer o conselho régio, aí passando a figurar ao lado de elementos mais tradicionais, oriundos da nobreza. Roberto Artois era uma dessas figuras de uma linha mais tradicional. A sua presença no conselho régio era marcante, até pelas suas posições radicais (segundo a lenda, Artois terá destruído pelo fogo a Bula *Ausculda Filii*, na qual Bonifácio VIII admoestava Filipe IV por este ter mandado prender o bispo de Pamiers, Bernardo Saisset, desrespeitando a imunidade de que os elementos do clero deveriam gozar). Porém, outros nomes, oriundos dessa nova linha de conselheiros, se destacaram pela sua proximidade com o monarca, entre os quais o seu chanceler, Pedro Flote, Guilherme de Nogaret e Enguerrand de Marigny, conselheiro em questões financeiras. Estes dois últimos ganharam protagonismo após a morte de Pedro Flote e de Roberto de Artois em Courtrai.

A situação política no condado da Flandres e nas cidades flamengas

O condado da Flandres era parte integrante do reino de França desde 843, quando se deu a partilha dos domínios de Carlos Magno pelos seus três filhos (Tratado de Verdun). Consequência dessa partilha, a Flandres integrou o reino de Carlos “o Calvo”, que daria origem à França. Por esse motivo, os condes flamengos eram, há muito, súbditos do rei de França. O mesmo sucedia a uma série de outros príncipes locais, como os condes de Hainaut e o próprio rei de Inglaterra, que na sua qualidade de duque da Aquitânia era um vassalo do rei de França.

No final do século XIII, o condado da Flandres encontrava-se dividido entre a França e o Império Germânico. A área mais vasta estava integrada no reino francês e incluía Cassel e Mons-en-Pévèle, na fronteira com o Artois, a sudoeste; Tournai, na fronteira com o Hainaut, a sudeste; Furnes e Bruges, junto à costa atlântica; Courtai e Gante, esta última na fronteira

oriental com a Flandres imperial. Por seu lado, a área do condado flamengo integrada no Império não era um território unido, estando dividida em duas partes: a norte de Gante, fazendo fronteira com a Zelândia, encontrava-se a área designada por Quatre-Métiers; a sul de Gante, fazendo fronteira com o Hainaut e com o Brabante, ficava o território designado por Flandres imperial (veja-se o mapa em anexo). Esta divisão revelou-se importante no decorrer do conflito entre a Flandres e Filipe “o Belo”, uma vez que as áreas sob domínio imperial funcionaram como porto de abrigo para alguns dos filhos de Gui de Dampierre, quando este caiu nas mãos de Filipe IV.

Em 1244, a morte da condessa Joana colocou o condado perante um problema de sucessão. Fernando de Portugal (falecido em 1233) e Joana não deixaram descendência. O trono condal foi, por esse motivo, entregue à irmã de Joana, Margarida. Margarida tinha tido um primeiro casamento com um nobre denominado Bouchard d’Avesnes, do qual resultaram três filhos: o primogénito, chamado Balduíno, que morreu em tenra idade, João e (um outro) Balduíno. Em 1219, o casamento é dissolvido, ficando Margarida livre para contrair novo matrimónio, que acontecerá em 1223, com Guilherme de Dampierre (Guilherme I). Deste segundo casamento, nascem três filhos varões, entre os quais Guilherme II (1224-1251), que será conde da Flandres e senhor de Courtrai.

A disputa entre os dois ramos da família de Margarida, o ramo dos Avesnes e o ramo dos Dampierre, tornou-se inevitável. Em 1246, dois anos após a morte de Joana, São Luís interferiu nesta disputa, propondo um compromisso que implicou a partilha dos territórios de Margarida: a Flandres seria entregue ao ramo dos Dampierre, e o Hainaut ao ramo dos Avesnes. Tanto João de Avesnes como Guilherme II de Dampierre não ficaram totalmente satisfeitos com o acordo. Ambos queriam controlar a totalidade do território, pois a sua divisão significava perda de prestígio, de rendas e de poder efetivo.

Em 1251, aproveitando a ausência de São Luís, envolvido na Sétima Cruzada, João de Avesnes recorreu da decisão de partilha feita pelo monarca francês. Gui de Dampierre (que nesse mesmo ano assumira a corregência do condado com a sua mãe Margarida) reagiu, iniciando uma operação militar na Zelândia, que se revelou um fracasso: tanto Gui como o seu irmão

João foram capturados, em 4 de julho de 1253, após a derrota na batalha de Westkapelle, disputada na ilha de Walcheren. São Luís, entretanto regressado das Cruzadas, resolveu novamente a contenda: a 24 de setembro de 1256, foi confirmada a partilha de 1246, sendo o Hainaut entregue aos Avesnes. A troco de um resgate, Gui e o irmão foram libertados. Este confronto entre os dois ramos da família de Margarida de Constantinopla não ficou, naturalmente, resolvido — a rivalidade persistiu e foi mesmo um dos motivos que manteve a Flandres na esfera da Coroa francesa. No caso que acabámos de descrever e em outras situações, o conde da Flandres continuava a depender da proteção e do favor do rei face às ambições de outras casas condaís dos Países Baixos — os Avesnes, por um lado, mas também a Holanda, com quem mantinham um longo conflito pela posse da Zelândia.

A subida ao poder dos Dampierre trouxe um elemento de estabilidade à governação da Flandres, uma vez que esta família beneficiava de uma linhagem numerosa. Esse fator foi fundamental para estabelecer, através de uma política de casamentos ou de colocação de familiares em determinados cargos, laços de solidariedade que se podiam mobilizar em momentos de crise, como a que ocorreu entre 1300 e 1302. Gui de Dampierre, corregente e, depois, conde da Flandres por direito próprio (aos 52 anos!), garantiu a posse do senhorio de Béthune graças ao primeiro casamento, com Matilde de Béthune, e a posse do condado de Namur graças a um segundo casamento, com Isabel do Luxemburgo. Este segundo condado foi estrategicamente importante no conflito com os Avesnes, uma vez que a sua posição geográfica permitia ameaçar o Hainaut pelas fronteiras ocidental e oriental. Ambos os territórios foram também importantes para aumentar as rendas da casa condal, essenciais para financiar operações militares (Gui participou em várias campanhas, incluindo as Cruzadas) e a vida faustosa da corte.

Dampierre teve oito filhos de cada um dos casamentos. O mais velho, Roberto de Béthune, foi o seu sucessor, em 1305. Este número elevado de filhos permitiu ao velho conde consolidar a política matrimonial de criação de laços de solidariedade, ligando a sua linhagem a diversas casas senhoriais (entre as quais figuravam o Anjou, a Borgonha e Brabante e os condados de Nevers, de Nesle, de Jülich, da Zelândia e de Richebourg, entre outros) e à

Casa Real escocesa. E só a intervenção de Filipe “o Belo” impediu o casamento de uma filha do conde flamengo, Filipina, com o futuro Eduardo II de Inglaterra. Graças a esta rede de alianças, Gui de Dampierre ligou-se à maioria das famílias mais importantes do Norte de França e de principados vizinhos, incluindo os que se encontravam integrados no Sacro Império Romano-Germânico.

Pela sua longevidade, Dampierre conheceu três reis que se sentaram no trono de França: São Luís (1226-1270), Filipe III (1270-1285) e Filipe IV (1285-1314). Com os dois primeiros, manteve boas relações, sendo um dos pares do reino e um dos nobres com elevada posição na corte; em 1268, foi padrinho de Filipe IV; dois anos depois, acompanhou São Luís na Oitava Cruzada, na qual o rei perderia a vida — como companheiros de armas, seguiam os seus filhos Guilherme e Balduino e o jovem Roberto II de Artois, sobrinho de São Luís e que, três décadas passadas, terá um dos papéis principais na batalha de Courtrai; em 1276, Dampierre acompanhou Filipe III numa mal sucedida campanha militar na Gasconha.

A subida de Filipe IV ao trono mudou a relação do conde com o seu suserano. Como vimos anteriormente, os tempos também tinham mudado. A crise começara a instalar-se, não apenas na Flandres ou na França, mas em toda a Cristandade. A personalidade do novo rei também foi um fator a ter em conta na mudança. Muito diferente de S. Luís, que fora um conciliador e procurara reduzir e controlar o poder dos seus rivais, Filipe IV não hesitou em recorrer a todo o tipo de meios, incluindo o uso da força e jogos de poder aparentemente fundamentados pela lei, para atacar e destruir esses rivais, muitas vezes em ataques de surpresa. É por este prisma que devemos olhar para os conflitos que manteve com Eduardo I de Inglaterra (e, depois, com o seu filho), com Gui de Dampierre e a Flandres, com o Papa Bonifácio VIII e com os Templários (cuja extinção promoveu a partir de 1312), para além da decisão de expulsar os judeus do reino. Se os métodos eram mais drásticos, os objetivos, porém, não eram propriamente inovadores. Filipe IV foi um continuador da política iniciada por Filipe Augusto: consolidar o poder régio em França e eliminar outros poderes que podiam rivalizar com o da Coroa.

As causas diretas da batalha

212

O conflito entre a Coroa francesa e a Flandres era inevitável, dado o crescimento do Estado francês, que tinha já absorvido territórios análogos, como a Normandia, a Champagne e o Anjou.

A Flandres era uma das regiões mais urbanizadas da Europa medieval, juntamente com o norte e centro da Itália, a região da Renânia e outros condados do norte da Europa, como Brabante e Liège. Após o flagelo da Peste Negra, Gante seria a cidade mais populosa, com cerca de 64 000 habitantes; Bruges teria 40 000, e Lille e Ipres perto de 25 000 habitantes. Em Paris, a maior cidade do reino, viveriam 100 000 pessoas.

A grande densidade populacional das cidades flamengas é um sinal revelador da sua enorme importância económica. A escassez de solos, já de si pobres, não permitia uma produção agrícola suficiente para nutrir uma população crescente. Obrigadas a importar bens alimentares, as cidades organizaram-se de modo a equilibrar a balança comercial através da exportação de bens manufaturados nelas produzidos, com especial destaque para os têxteis. Estabeleceram-se, para o efeito, rotas comerciais que ligavam a Flandres às feiras da Champagne e do Vale do Reno e aos mercados da Inglaterra, norte da Europa e Itália.

Politicamente, as cidades eram dominadas por governos oligárquicos, defendidos e apoiados por elementos da burguesia (os magistrados) que a historiografia batizou de “patriciado urbano”. O seu poder e prestígio a nível local derivavam, em primeiro lugar, do facto de pertencerem a famílias que há várias gerações detinham a propriedade urbana — em grande medida, eram os “donos” da cidade; em segundo lugar, da riqueza que advinha da sua ligação às manufaturas e/ou ao grande comércio externo; em terceiro lugar, do controlo exclusivo do poder concelhio, com destaque para os tribunais. Embora não pertencessem à nobreza, estes magistrados acabaram por copiar alguns dos hábitos dos *filhos de algo* e adquirir privilégios normalmente associados à nobreza, como o uso da heráldica, o porte de arma e a construção de torres fortificadas onde habitavam.

Sendo assim, não podemos resumir as tensões vividas na Flandres a um conflito entre a Coroa e a casa condal. No final do século XIII, a realidade era mais complexa, uma vez que havia uma terceira força política que almejava mais poder. O patriciado urbano foi adquirindo influência política a nível interno e externo graças ao peso económico do conjunto das cidades que representava e ao facto de estas falarem a uma só voz, defendendo interesses comuns, incidindo em questões políticas e, naturalmente, em outras de natureza financeira e económica. Desde cedo, Filipe da Alsácia (1168-91), que sempre respeitou os interesses das cidades flamengas também por suceder a Teodorico (que chegou ao trono com o apoio dos centros urbanos), fez vários acordos com diversas cidades — Gante, Bruges, Ipres, Lille, Douai e Arras, os *scabini Flandriae*. Ao fazê-lo, reconheceu o seu poder político; Filipe, no entanto, não foi um conde fraco. No século XIII, o patriciado beneficiou das posições mais débeis quer de Fernando e Joana, quer de Margarida de Constantinopla e, inicialmente, da instabilidade provocada pelo conflito entre os Dampierre e os Avesnes, para conquistar mais privilégios e poder, chegando mesmo a negociar com entidades estrangeiras em nome da Flandres! Assim ocorreu, por exemplo, em 1208, data de um acordo entre as cidades flamengas e a Coroa inglesa.

No final do século XIII, surgiu ainda um quarto elemento que interferiu no equilíbrio dos poderes políticos flamengos. Os conflitos sociais, gerados por uma crise económica que se ia agravando e que se manifestavam sob a forma de revoltas urbanas lideradas por mesteiros, levaram as corporações a conquistar algum poder a nível local, em resultado de cedências que visavam apaziguar o seu descontentamento. Desde 1279 até ao final do século, as revoltas urbanas atingiram praticamente todas as grandes cidades ‘industriais’ da Flandres e do norte de França: na década de oitenta, Douai, Bruges, Ipres, Gante, Saint-Omer, Arras (1280), Tournai, Rouen (1281), Damme, Lille, Cambraia, novamente Arras, Bruxelas, Liège (1285); na década de noventa, Rouen (1292), Saint-Quentin (1293), Laon (1295) e Calais (1298). O descontentamento tinha origem, primeiramente, na sobrecarga de impostos indiretos que atingia os bens de consumo — trigo, cerveja, vinho — e sobre as transações, incluindo a aquisição de lã, que era

fundamental para as manufaturas. Sendo impostos “cegos”, atingiam mais duramente os mais desfavorecidos. Um segundo motivo eram as exigências salariais. Face à excessiva dependência das manufaturas flamengas em relação às dispendiosas matérias-primas importadas (a lã inglesa proveniente de Cotswolds e de Shropshire) e à crise comercial, os produtores procuravam diminuir os custos da produção baixando o valor da mão-de-obra. As reações negativas não se fizeram esperar. Os primeiros alvos da fúria foram os governantes locais, pertencentes ao patriciado. O conde interferiu nesta questão colocando-se do lado dos mestres de várias cidades, fortalecendo em simultâneo o seu poder e readquirindo momentaneamente o controlo das finanças das cidades. Porém, Filipe IV, que acompanhava a situação de perto, colocou-se, por sua vez, do lado do patriciado.

Em todo este xadrez, Filipe IV foi o jogador mais ousado. Olhou para o tabuleiro flamengo como uma parte integrante de um conflito mais alargado, entre a França e a Inglaterra, que eclodira com a invasão francesa da Aquitânia, em 1294, e a consequente quebra dos laços de vassalagem entre Eduardo I e o seu suserano Filipe IV. A Flandres não tinha como escapar incólume de um choque entre estes dois reinos: o conde era também vassalo do rei francês, mas as ligações económicas entre a Flandres e a Inglaterra eram bastante estreitas. Recordemos, por exemplo, que na batalha de Bouvines (1214), os franceses enfrentaram uma coligação que incluía, entre outros, as forças do conde da Flandres e do rei de Inglaterra. Na segunda metade desse mesmo século, Margarida de Constantinopla apoiou Henrique III na repressão da rebelião liderada por Simão de Monforte. Na sequência desse apoio, e por um diferendo relativamente ao pagamento do auxílio prestado, deflagrou um braço de ferro entre Henrique III e a condessa Margarida, que terá ordenado o confisco dos bens dos mercadores ingleses na Flandres. O rei inglês retaliou, restringindo a exportação de lã inglesa. A questão ficou sanada em 1274, com a assinatura do Tratado de Montreuil, mas serviu para demonstrar a dependência económica da Flandres em relação à Inglaterra.

Entretanto, no final do século, as relações entre o rei de França e Gui de Dampierre deterioraram-se, pelo apoio que o primeiro dera ao patriciado

urbano em detrimento dos interesses do seu vassalo e pela aliança que estabelecera com os Avesnes, que não só detinham o Hainaut, como tinham subido ao trono da Holanda (em 1299). A Inglaterra, acompanhando o jogo das alianças, aproximou-se da Flandres. Em 1294, foi delineada uma aliança matrimonial entre o futuro Eduardo II e Filipina, uma das filhas do conde. Este matrimônio seria, obviamente, o selar de um acordo político e militar que Filipe IV não poderia permitir: aproveitando a presença de Dampierre em Paris para resolver alguns diferendos que mantinha com o patriciado flamengo, o rei francês mandou detê-lo. Devolveu-lhe posteriormente a liberdade, em troca do cativo de Filipina, que não mais deixará a corte francesa, onde morrerá em 1306. Filipe IV continuou o braço de ferro com o seu vassalo: aproveitando o facto de Dampierre ter invadido Valenciennes, colocou as cidades flamengas sob sua proteção direta e proibiu futuras intervenções das hostes condaís fora dos limites do reino. Dampierre respondeu nos primeiros dias de janeiro de 1298, enviando a Filipe IV um rol de todos os agravos que o monarca lhe teria feito. Terminou cortando os laços de vassalagem que os uniam. Em simultâneo, expulsou os guardiões régios das cidades flamengas. Como consequência, Gui foi excomungado por determinação de Bonifácio VIII e foram-lhe retirados os direitos a quaisquer feudos no reino francês: sinal disso mesmo foi o facto de a chancelaria régia o denominar (em documento de final de janeiro) como “marquês de Namur”, território que integrava o Império.

Em fevereiro, enviados de Filipe IV dirigiram-se a Courtrai, numa tentativa de estabelecer um acordo que travasse o corte definitivo de Dampierre com o seu suserano. Esta missão diplomática poderá ter sido uma manobra para ganhar algum tempo, pois Roberto Artois combatia ainda os ingleses na Aquitânia — derrotou-os precisamente nesse mês de fevereiro de 1298, em Bonnegarde, colocando o ducado nas mãos do monarca francês. Em junho do mesmo ano, Filipe IV tinha já o seu exército organizado e em marcha. Partindo de Arras, capital do condado de Artois, as hostes francesas invadiram a Flandres: uma hoste, liderada por Carlos de Valois e Raul de Clermont (condestável de França), dirigiu-se para Gante, onde Dampierre se encontrava; enquanto isso, a 23 de junho, Filipe IV montou uma operação

de cerco a Lille, defendida por Roberto de Béthune. A cidade cairia a 1 de setembro. A 20 de agosto, travou-se a batalha de Furnes: o exército francês, liderado por Roberto Artois, derrotou os flamengos. Guilherme de Jülich, neto de Dampierre, morreu vítima dos ferimentos sofridos nesse confronto. A queda de Lille, Courtrai e Bruges tornaram a derrota flamenga inevitável, apesar do apoio (tardio) de Eduardo I, que desembarcara no condado com 670 cavaleiros e 7000 peões. As tréguas foram assinadas a 9 de outubro e renovadas a 23 de novembro de 1298. Dessa forma, as duas partes evitaram um cerco a Gante, a principal cidade flamenga, que ainda resistia, e estabeleceram um período de paz que duraria até 6 de janeiro de 1300.

Assinadas as tréguas, Eduardo I regressou a Inglaterra, deixando atrás de si uma Flandres dividida e enfraquecida. Dampierre, doente e já com 74 anos, retirou-se, entregando os destinos do condado nas mãos de Roberto de Béthune. Terminadas as tréguas, as hostes francesas entraram novamente em ação, sob o comando de Carlos de Valois. Várias cidades capitularam face a esta nova investida: Douai, Béthune, Damme, Ipres e Gante. Com a queda de Gante, Gui de Dampierre e os seus filhos mais velhos, Roberto de Béthune e Guilherme de Crèvecoeur, com mais 50 cavaleiros, foram feitos prisioneiros. Os filhos do segundo casamento de Dampierre (João, Gui e Henrique), por serem súbditos do Império e não do rei de França, escaparam, regressando a Namur. A Flandres estava, nesse momento, totalmente dominada pelas forças da Coroa. Essa situação não provocou um descontentamento generalizado. A Flandres era considerada parte integrante do reino de França e muitas cidades flamengas viam com bons olhos a possibilidade de responder diretamente a um rei em Paris, em vez de o fazerem perante um conde demasiado próximo. Por essas razões, não é de estranhar que Filipe IV e a rainha Joana de Navarra tenham sido recebidos de forma calorosa quando visitaram várias cidades flamengas, entre maio e junho de 1301. Curiosamente, terá sido graças a estas visitas que a situação na Flandres se iria deteriorar.

Para melhor receber o séquito de Filipe IV, foi gasto muito dinheiro das rendas dos mesteres e dos impostos municipais, em particular os que incidiam sobre os cereais e a cerveja, afetando de forma mais gravosa

os menos abastados. Gerou-se, assim, um natural descontentamento entre a população de várias cidades. Em Bruges, Pedro de Coninc, um tecelão de origem obscura mas com grande capacidade de oratória, destacou-se como líder dos protestos. A pedido dos magistrados, Pedro de Coninc e a esmagadora maioria dos líderes dos mesteres foram presos. A população amotinou-se e obteve a sua rápida libertação. Um segundo motim provocou a morte de vários elementos do patriciado. Jacques de Châtillon de Saint-Pol, guardião da Flandres, negociou então com os revoltosos: em troca do final dos motins, ofereceu aos seus líderes a possibilidade de abandonarem a cidade. Para prevenir novos levantamentos, mandou derrubar parte das fortificações de Bruges e colocou em Tournai vários reféns entregues pela cidade. A situação, no entanto, fugiu ao controlo do guardião. No inverno de 1301, Pedro de Coninc regressou a Bruges e a presença dos magistrados e dos representantes régios na cidade tornou-se arriscada, forçando-os a sair. Em Gante, um outro motim levou à morte do representante do rei na cidade e ao massacre de elementos pertencentes ao patriciado. No meio de toda esta instabilidade, no mês de abril chegou à corte francesa a notícia da presença em Bruges de Guilherme de Jülich. Jülich era neto de Dampierre e, com o velho conde e os herdeiros diretos Béthune e Crèvecoeur cativos dos franceses, aparecia aos olhos de Filipe IV como um potencial agente capaz de capitalizar o sentimento de revolta a favor da casa condal. O rei reagiu ordenando, a 7 de maio, que se reunissem combatentes para uma nova intervenção na Flandres.

Entretanto, Coninc, que tentara em vão unir os revoltosos de Bruges e de Gante, acabou por se ver obrigado a deixar a cidade. No dia 14 do mesmo mês, Saint-Pol avançou para Bruges à frente de 800 homens de armas e cerca de 300 peões e decidiu instalar na cidade os seus homens. Após negociações com os representantes do patriciado, optou por deixar sair os responsáveis pelos motins e instalar os seus homens em Bruges, dividindo-os por vários espaços e edifícios. Terão ocorrido os inevitáveis abusos por parte destes, aumentando o nível de tensão entre franceses e flamengos. Na madrugada de 18 de maio de 1302, um acontecimento que será batizado pelos historiadores com o já referido nome de Matinas de Bruges acelerou

o processo de rutura total entre o rei e uma fatia considerável das cidades flamengas. Os revoltosos que tinham abandonado a cidade, regressados em segredo durante a noite, com Pedro de Coninc à cabeça, mataram todos os combatentes franceses que surpreenderam durante o sono. Mais de 150 homens foram massacrados. Os restantes conseguiram escapar e procuraram refúgio noutros locais, incluindo Saint-Pol. Os revoltosos, animados pelo sucesso do massacre e pela presença de Gui de Namur e João de Renesse em Bruges, que se juntam a Guilherme de Jülich, cercaram outras praças flamengas. Entre essas praças, encontrava-se Courtrai. A hoste francesa aí posicionada, com poucos efetivos, sentiu-se incapaz de defender a cidade e procurou refúgio no castelo local, preparando-se para resistir ao assédio dos Flamengos, que se iniciou a 23 de junho. As notícias do massacre de Bruges forçaram Filipe IV a reagir de forma determinada. A 3 de junho, novos homens são convocados para Arras e o seu comando é entregue a Roberto Artois.

A arte militar europeia na época

Na guerra disputada na Europa da Baixa Idade Média, a batalha era mais a exceção do que a regra, apesar do relevo que lhe é dado na literatura e na historiografia *clássica* e no imaginário que se foi construindo ao longo do tempo sobre esse período histórico. A batalha era encarada como uma jogada de alto risco, onde tudo se poderia ganhar ou perder. Fatores que não se controlavam poderiam fazer pender a vitória para um ou outro lado e não são raros os exemplos em que o lado mais fraco saiu vitorioso. Além do mais, as perdas humanas seriam sempre mais elevadas numa batalha do que noutro género de operações bélicas. Por essas razões, muitos eram os chefes militares que a evitavam e não seria fácil encontrar muitos casos em que ambos os lados da contenda a desejassem efetivamente. Ao alto risco da batalha campal, preferiam-se as cavalgadas e os raids destruidores, que envolviam poucos homens e, por esse motivo, acarretavam um risco muito reduzido, ou os cercos a praças muralhadas e castelos. Neste último caso,

os riscos seriam também menores quer para sitiados, quer para sitiados: as perdas humanas eram menores, a maior duração do confronto tornava possível a negociação da rendição dos sitiados ou da retirada dos sitiados, ou o triunfo de uns ou de outros por vias que não a do confronto armado (atos de traição, por exemplo, ou os efeitos da sede e da fome, eram fatores que pesaram muitas vezes no desenrolar de um cerco).

No que toca aos efetivos que compunham os exércitos cristãos desta época, podemos destacar três corpos principais:

- a) Cavalaria: pesada e ligeira, com grande ênfase para a primeira, sendo a segunda um recurso mais frequente nos exércitos muçulmanos. A cavalaria pesada podia, caso a situação concreta assim o exigisse, combater apeada. Embora perdesse mobilidade, mantinha muita da sua eficácia, dado o elevado nível de preparação destes cavaleiros e do seu armamento. De facto, o equipamento ao dispor destes guerreiros era de grande qualidade, quer o defensivo, quer o ofensivo. No equipamento defensivo, destacam-se as proteções de cabeça e as peças de malha metálica que, num período mais tardio, eram combinadas com peças de placas metálicas para proteger o corpo dos golpes inimigos. Em relação ao equipamento ofensivo, predominavam as lanças de armas (utilizadas exclusivamente no combate a cavalo), a espada e as armas de choque (por exemplo, as maças de armas);
- b) Besteiros ou arqueiros: corpos especializados e altamente bem treinados e equipados, que utilizavam armas de longo alcance (bestas e arcos) e que eram extremamente úteis na guerra de cerco e nas batalhas, sobretudo nos momentos iniciais, podendo mesmo ter um papel decisivo no desenrolar dos acontecimentos;
- c) Infantaria: Esta última poderia dividir-se entre contingentes formados por homens recrutados nas zonas rurais e milícias urbanas. Os primeiros integravam geralmente homens retirados dos domínios régios e de grandes senhores. Mal equipados (cada um levava para a guerra as armas que possuía, em muitos casos instrumentos de

trabalho adaptados a um fim mais violento) e mal treinados, muitas vezes indisciplinados e pouco motivados, entre os séculos XI e XIII tiveram nas batalhas funções sobretudo defensivas. Por vezes, eram olhados com alguma desconfiança por parte do comando e eram geralmente ignorados pelos cronistas, que apenas referem a sua presença sem lhes conferirem grande destaque. Em relação às milícias urbanas, eram grupos de combatentes mais bem treinados e homogêneos, possuindo armamento de boa qualidade. Em regra, estes homens eram mais valiosos e eficazes em combate. Tanto a França como a Flandres (e também a Itália e a Península Ibérica) ofereciam bons contingentes provenientes de meios urbanos, havendo neste ponto uma vantagem para o condado flamengo, pela grande densidade populacional e pelo elevado número das suas cidades.

As formas de recrutamento eram também variadas. Para além dos homens que compunham as hostes pessoais dos grandes cavaleiros (incluindo, naturalmente, do rei), havia o recurso aos vassallos, que tinham como dever a prestação do *auxilium* militar, e aos homens que viviam nas terras dos nobres. À medida que vamos avançando no tempo, aumenta o número de combatentes que são pagos para o efeito. Os mercenários são uma presença assídua em todos os grandes confrontos europeus da época, podendo ser cavaleiros, arqueiros e besteiros ou peões especializados (como, por exemplo, os lanceiros lombardos presentes em Courtrai). Dado o seu elevado custo, estavam normalmente presentes em pequenos grupos.

No exército francês, a cavalaria pesada tinha um papel hegemónico, como aliás em quase todo o mundo cristão, e atuava exclusivamente a cavalo. Já o exército inglês recorria com grande sucesso aos poderosos arqueiros, embora o papel principal permanecesse nas mãos dos cavaleiros, que poderiam atuar a cavalo ou a pé, por opção tática ou porque as condições do terreno a isso obrigavam. A opção pela cavalaria pesada condicionava as escolhas táticas que eram feitas pelos exércitos. Regra geral, ela tomava a iniciativa do ataque, após uma primeira fase de lançamento de setas ou de tiros de bestas. As cargas da cavalaria visavam por norma um ataque

frontal às linhas do inimigo, fossem estas constituídas por outros cavaleiros ou por forças de infantaria, e tinham como objetivo penetrar nessas linhas e/ou desbaratar a formação inimiga. Da eficácia deste primeiro golpe poderia depender o desenrolar da batalha, pois nem sempre estes grupos de cavaleiros dispunham de um treino conjunto ao ponto de lhes permitir reagrupar para nova investida. As cargas sucessivas bem mecanizadas eram, portanto, situações pouco frequentes. Em regra, do primeiro embate decorria uma *mêlée*, na qual se combatia corpo-a-corpo, com recurso a armas de mão (espadas ou armas de choque). O resultado desses combates ditaria o desfecho da batalha, por vezes com recurso a outras manobras que desequilibrassem a contenda para um dos lados — era o caso, por exemplo, do uso de reservas ou da realização de ataques sobre a retaguarda — que poderiam ocorrer com a intervenção combinada de cavalaria e infantaria.

A Flandres, por seu lado, é uma realidade distinta. Como vimos anteriormente, estamos a falar de um espaço muito urbanizado (diferente da restante França ou do reino inglês), onde a rivalidade entre as cidades e a casa condal era constante. Por esse motivo, as cidades possuíam as suas próprias milícias, organizadas de acordo com o sistema das corporações. Daí resultavam corpos militares extremamente disciplinados — estes homens trabalhavam juntos diariamente e o seu sucesso individual dependia do êxito da sua corporação. Estavam unidos por laços familiares e por interesses comuns, pelo que havia uma grande coesão entre todos. Em várias ocasiões, tinham lutado juntos, muitas vezes contra a casa condal, para obterem determinados direitos e privilégios, e estavam preparados para o fazer contra outros inimigos. Estas milícias urbanas estavam muito bem equipadas e os seus elementos eram generosamente remunerados. Por norma, combatiam apeados. Tinham, por esse motivo, uma grande capacidade de adaptação a todo o tipo de terreno e de condições, ao contrário da cavalaria, que se via forçada a alterar a sua forma de combater (montada ou apeada) em função do tipo de terreno.

Uma guerra longa implicava custos elevados e diminuição da produção artesanal: por esse motivo, as milícias urbanas eram geralmente avessas a cercos prolongados ou a campanhas que envolvessem uma sequência de

escaramuças e de pequenos confrontos que pouco decidiam. Em termos estratégicos, estas milícias preferiam guerras curtas e procuravam criar condições para forçar o inimigo a travar uma grande batalha que decidisse o confronto a seu favor.

O papel das milícias urbanas na guerra com a França vai ganhando cada vez mais peso. Durante o conflito de 1297 e 1300, a cavalaria do condado foi bastante enfraquecida com as derrotas frente ao exército francês e, conseqüentemente, com o aprisionamento de Gui de Dampierre e de dezenas de outros nobres flamengos. Muitos dos nobres que permaneceram livres eram apoiantes de Filipe IV e integravam as suas hostes. Os que permaneciam do lado do conde eram em número reduzido, perdendo a cavalaria, por essa razão, importância enquanto corpo militar. Não deixarão, no entanto, de estar presentes nas grandes batalhas, onde irão combater apeados ao lado das forças de infantaria. Assim ocorre em Courtrai, Arques, Mons-en-Pévèle, Cassel e Westrozebeke (em Guinegate combatem a cavalo). A presença dos nobres entre as milícias revelou-se fundamental, quer pela sua capacidade de liderança e experiência militar, quer pela motivação dada aos peões. A partir do triunfo de Courtrai, as milícias urbanas impõem-se definitivamente no panorama militar da Flandres e não deixarão de estar presentes nos grandes confrontos do século XIV que envolvem o condado.

Composição dos exércitos envolvidos na batalha de Courtrai

Como foi já adiantado atrás, a essência do exército francês residia na sua poderosa cavalaria. Verbruggen adianta, para a batalha de Courtrai, um valor de 2500 a 3000 homens de armas a cavalo. Outros autores apontam para valores mínimos mais próximos dos 2000 homens. Os cronistas, muitas vezes dados ao exagero, apontam números pouco prováveis, que oscilam entre os 7000 e os 10 000 homens de armas.

Em relação à infantaria, mais uma vez, alguns cronistas apresentam valores muito superiores: Villani, por exemplo, avança o número de 40 000 peões, incluindo um corpo de 10 000 besteiros. O curto espaço

de tempo entre a convocatória e a reunião das hostes em Arras põe em causa, desde logo, esses valores exagerados. Em relação aos besteiros, tendo em conta o papel praticamente irrelevante que tiveram no decorrer da batalha, o seu número seria seguramente inferior ao avançado por Villani. Verbruggen calcula que a cavalaria francesa seria acompanhada por 1000 besteiros e aproximadamente 5000 peões, valores muito mais razoáveis. Roberto Artois teria, assim sendo, um total de 9000 homens (valores máximos) às suas ordens.

Do lado das cidades flamengas, o número de cavaleiros era muito inferior, pelas razões já atrás sugeridas: muitos cavaleiros cativos, ou mobilizados para a causa de Filipe IV; e maior importância das forças de infantaria nas hostes urbanas. Verbruggen aponta para a presença de 300 homens a cavalo (200 nobres flamengos e 100 de outros territórios), aos quais se podem adicionar 300 homens de armas enviados por João de Namur, que terão chegado à última hora. Em síntese, terão combatido em Courtrai cerca de 400 a 600 homens de armas no lado flamengo. Os valores da infantaria são muito mais elevados. A milícia de Bruges era composta, ainda segundo o mesmo autor, por 3470 homens. Acompanhavam-na em Courtrai a milícia do termo (arredores) de Bruges, com 3000 homens, e uma terceira milícia com idêntico número de combatentes vinda da Flandres oriental. Somam-se a estes números 500 homens de Ipres e a reserva de João de Renesse, também composta por meio milhar de combatentes. Por fim, o corpo de besteiros integrava 16 “condestáveis” ao comando de 320 besteiros e 160 apavesados. Estes tinham como função proteger os besteiros com um grande escudo de cerca de um metro de altura, o pavês, que poderia ser fixado no solo com auxílio de uma estaca, quando os besteiros se encontravam a carregar a sua besta (um processo demorado e que, de outro modo, deixaria o guerreiro à mercê dos disparos do inimigo).

Em suma, o exército flamengo era composto por 400 a 600 cavaleiros, cerca de 500 besteiros e apavesados e 9470 homens de infantaria, na sua esmagadora maioria elementos das bem treinadas e equipadas milícias urbanas. Assim sendo, podemos verificar um grande equilíbrio em termos numéricos entre os dois exércitos: 10 570 homens no exército flamengo,

9000 no exército francês. Os desequilíbrios surgem quando analisamos as coisas arma a arma: há uma clara superioridade da cavalaria francesa, que é quatro a cinco vezes superior à cavalaria flamenga, e do corpo de besteiros francês, duas vezes superior em número aos seus adversários diretos. Em contrapartida, em relação à infantaria, a balança pende claramente para o lado flamengo, que apresenta cerca do dobro de efetivos da do inimigo.

A liderança das duas hostes

Embora as principais figuras políticas deste confronto entre o reino de França e o condado da Flandres fossem o rei Filipe IV e o conde Gui de Dampierre, não foram eles os protagonistas militares da batalha de Courtrai. Como referimos anteriormente, as circunstâncias levaram a que fossem outros os generais presentes no campo de batalha — Gui de Dampierre, à época cativo dos franceses e com 77 anos, estava impossibilitado de liderar os seus homens. O seu filho mais velho, Roberto de Béthune, encontrava-se também em cativeiro. Assim, encontramos à cabeça da hoste flamenga o neto de Dampierre, Guilherme de Jülich, Guy de Namur, nascido do segundo casamento de Dampierre, e um nobre de origem zeelandesa (da Zelândia, atual Holanda) chamado João de Renesse, experimentado na guerra e que terá, como veremos, um papel fundamental no desenrolar do combate.

Do lado francês, como já foi referido, o comando estava a cargo de Roberto, conde de Artois, uma escolha pessoal e perfeitamente natural de Filipe IV. Desde logo, Roberto pertencia à linhagem capetíngia (filho de Roberto I de Artois, era sobrinho de São Luís e seu protegido). Nesse sentido, era um dos grandes cavaleiros de França e tinha uma vasta experiência militar. Como a grande maioria dos nobres da sua época, Roberto Artois era uma presença assídua nos torneios que se realizavam um pouco por toda a Europa cristã; dessa forma, treinava o manejo das armas em tempo de paz. Porém, foi na guerra que Artois mais desenvolveu as suas competências militares. Em 1270, participou na Cruzada de Tunes. Na década seguinte, encontrava-se ao serviço de Carlos de Anjou, rei da Sicília, onde assumiu

funções militares e governativas — esteve envolvido em vários confrontos militares, mas, curiosamente, não disputou uma única batalha campal neste período. Na última década da centúria de Duzentos, Filipe IV convocou-o para integrar o seu conselho e participar em várias das suas campanhas — frente aos ingleses, na Aquitânia, obteve uma vitória na batalha de Bonnegarde, e no mesmo ano de 1297 venceu os flamengos na batalha de Furnes. Por fim, terá havido uma razão mais pragmática para a escolha de Roberto para liderar o exército francês. Os seus domínios, ou seja, o condado de Artois, faziam fronteira com a Flandres. Essa proximidade permitia que o recrutamento de combatentes fosse mais célere. E, de facto, assim terá acontecido: além de contratar vários cavaleiros mercenários, ao lado de quem tinha já combatido noutras refregas, Roberto convocou os seus vassalos do Artois. Muitos outros combatentes vieram de outras regiões próximas da Flandres (dos territórios de Saint-Pol, Brabante, Lorena e do Hainaut, por exemplo), pelo que o exército que Artois liderou em Courtrai incluía os principais nomes da nobreza do norte da França. Estamos, portanto, na presença de um cavaleiro leal a Filipe IV, experimentado nas lides militares, sobretudo no combate corpo-a-corpo e no comando de pequenos contingentes de cavaleiros, mas com menor experiência em termos de condução de uma grande batalha campal, que exigia a coordenação de diferentes armas e a leitura hábil de todo o cenário envolvente. Apesar desse ponto menos favorável, a *bonra* e o carisma de Artois faziam dele uma escolha dificilmente questionável. Ao serviço de Artois encontravam-se Raul de Clermont, senhor de Nesle e condestável de França; Guilherme de Clermont (irmão de Raul); Simão de Melun e Reinaldo de Trie, marechais de França; João de Burlats, mestre dos besteiros e da infantaria; e Pedro Flote, chanceler do reino.

Itinerários dos dois exércitos até ao campo de batalha

Após as Matinas de Bruges, o exército flamengo partiu de Bruges e, durante algum tempo, avançou sobre outras povoações da região, que procurou colocar sob seu domínio: a 31 de maio, Wijnendale; a 1 de junho,

Gistel; a 2 de junho, Nieupoort; a 5 de junho, Hondshoote; e, no dia seguinte, Winoksbergen. Passando por Odenarde, a hoste dirigiu-se finalmente para Courtrai, onde, no dia 26 de junho, iniciou o cerco ao castelo.

Por seu lado, o recrutamento do exército francês fora feito num curto espaço de tempo. A primeira convocatória data de 7 de maio, onze dias antes das Matinas de Bruges. Na sequência do massacre, nova convocatória foi feita para Arras, no dia 21 de junho, numa altura em que o levantamento das cidades flamengas era já uma certeza. A 30 de junho, o exército encontrava-se em Lens. A marcha levou-o, no dia seguinte, até Seclin (sudoeste de Lille); no dia 2 de julho, avançou até Marquette (a nordeste de Lille) e, no dia 8, encontrava-se já nos arredores de Courtrai, na área designada por Pottelberg.

O terreno de batalha

A batalha de 11 de julho de 1302 travou-se em terrenos próximos de Courtrai, que deu o nome à jornada. No entanto, a morfologia alterou-se com o passar do tempo e com os efeitos da presença humana, tornando difícil assinalar e retratar, com exatidão, o espaço onde o confronto se deu. O próprio curso do rio Lys está hoje praticamente canalizado desde a sua nascente, em Lisbourg (França), até ao Escaut, do qual é afluente. As reconstituições existentes (Verbruggen aponta quatro) baseiam-se nos diferentes relatos dos cronistas, numa fonte documental datada de 1444 sobre um dos cursos de água que percorriam na altura a paisagem, na análise de mapas como o de Jacob van Deventer, um cartógrafo holandês que viveu no século XVI, e na observação do terreno em redor de Courtrai tal qual ele se encontrava nos finais do século XIX, quando as primeiras reconstituições sistematizadas foram elaboradas. A existência de descrições distintas, mesmo dos cronistas que viveram num período mais próximo da batalha, é apenas uma das dificuldades que enfrentam os investigadores que procuram estudar esta batalha. Não há unanimidade no número de cursos de água nem na sua designação, assim como não a há no que toca

às valas que poderão ter dificultado a atuação da cavalaria francesa. Assim sendo, a descrição que a seguir se irá apresentar, bem como o esquema correspondente (vejam-se as ilustrações em anexo — esquema 1), devem ser vistos como uma hipótese de trabalho, validada pela opinião bem fundamentada de investigadores que se dedicaram a este assunto, sobretudo J. F. Verbruggen e Kelly DeVries.

O rio Lys (ou Leie, em neerlandês) tem a sua nascente em Lisbourg (França) e percorre cerca de 195 km na direção nordeste, até desaguar no Escaut (Schelde, em neerlandês), nas proximidades de Gante, na Bélgica (Gand, em francês e Gent em neerlandês). A povoação medieval de Courtrai situava-se na margem direita do Lys, mais ou menos a meio do percurso do rio. Embora não tenha grande caudal (hoje em dia apresenta valores que oscilam entre os 12,80 m³/s, em agosto, e os 35,60 m³/s em fevereiro — o Sena, por exemplo, apresenta para os mesmos meses caudais de 253 m³/s e 824 m³/s), o Lys fornecia água suficiente quer para as necessidades da população, quer para o preenchimento do fosso que rodeava a povoação. Esse fosso está presente na planta da batalha elaborada por Verbruggen, mas aparece também no mapa quincentista de Jacob van Deventer. Ao Lys estava ligado um curso de água, o Groeninge, que se situava a leste de Courtrai, traçando uma linha perpendicular ao rio, ligeiramente desviada na direção de sudeste. Num determinado ponto do Groeninge, um segundo curso de água vai ligar este ribeiro ao fosso de Courtrai, numa área designada em neerlandês por Hoge Vijver (“lagoa alta”). Esse segundo curso de água é designado em neerlandês como Grote Beek (que se poderá traduzir por “grande ribeiro”) ou como ribeiro de St. Jan. Estava assim criada uma segunda linha protetora a nascente da cidade, que envolvia uma área de terrenos e a abadia cisterciense de Nossa Senhora de Groeninge. Foi nessa área circundada por água (o Lys a norte, o Groeninge a leste, o Grote Beek a sul e o fosso de Courtrai a oeste) que as forças flamengas se colocaram para aguardar o avanço dos franceses, como mais adiante iremos referir.

Courtrai era servida por várias estradas e caminhos, que ligavam a cidade a outros importantes pontos. Assim, a sul, encontrava-se a estrada para Lille, através do Pottelberg (uma área de maior elevação, como o sufixo “berg” —

“montanha” — dá a entender). Também para sul, uma segunda via, a nascente da já referida, ligava a cidade a Tournai. Esta mesma estrada, depois de atravessar Courtrai, seguia para Bruges. Para leste de Courtrai, dois caminhos conduziam a Gante (mais a norte, passando próximo da abadia, cujo edifício Jacob van Deventer apresenta já arruinado no século XVI) e a Ouedenaarde, este último cruzando o Grote Beek e atravessando a área designada por Lange Mare, onde a reserva francesa estará estacionada no início da batalha.

Vários autores assinalam a existência de terrenos pantanosos e/ou de fossos que dificultaram o avanço das forças francesas. Não é possível determinar se esses obstáculos foram propositadamente abertos no solo pelos flamengos nos dias que antecederam a batalha, ou se já existiam no terreno, como resultado da presença de vários fios de água. No entanto, a sua existência não oferece grandes dúvidas — seriam obstáculos relativamente largos e profundos, alguns com água, outros com vegetação.

Foi neste cenário que os dois lados da contenda ordenaram as suas forças e se prepararam para o combate: a norte (com o Lys nas suas costas, Courtrai a oeste e protegidos pelos cursos de água já referidos), ficaram os flamengos; a sul (do lado oposto do Grote Beek), estava a ala esquerda da hoste francesa; no Lange Mere, ficou posicionada a reserva francesa; e a norte, também na margem oposta do Groeninge, a ala direita francesa.

Os objetivos estratégicos

Como sucede com muitas batalhas, também a de Courtrai surgiu na sequência de uma operação de cerco. Como foi já referido, a rebelião que estalou após o massacre de Bruges alastrou também à cidade de Courtrai, tendo o seu castelo sido cercado pelos flamengos. No interior, resistia uma pequena guarnição de 13 cavaleiros e 49 escudeiros, 220 besteiros e 52 outros homens (possivelmente de infantaria ou elementos de apoio aos besteiros). Foi para libertar o castelo do cerco flamengo que as forças de Artois se dirigiram na direção de Courtrai. No entanto, o confronto entre franceses e flamengos numa batalha campal oferecia diversas vantagens:

para os primeiros, a vitória na batalha vingaria os homens massacrados em Bruges e seria um golpe definitivo na rebelião, colocando o condado novamente sob controlo da Coroa; para os segundos, uma vitória implicaria a tomada de Courtrai e, a partir daí, abriria caminho para a conquista de Cassel, Lille e Douai. Significaria também travar quaisquer pretensões francesas em avançar sobre Bruges, Ipres e Gante, que ficavam a norte do Lys e de Courtrai. Politicamente, esse triunfo poderia equilibrar a relação de forças entre os dois lados da contenda, levando a uma negociação que trouxesse para as cidades flamengas maior autonomia económica e política e, para a casa condal, a libertação do conde e do seu herdeiro e também o reconhecimento de direitos que Filipe IV anteriormente tinha limitado.

Tanto Artois como os líderes flamengos pareciam efetivamente desejar a batalha. Os flamengos terão mesmo concentrado as suas forças e iniciado o cerco ao castelo de Courtrai numa tentativa de atrair o exército francês para o tentar derrotar num único grande confronto. Ainda antes da chegada do exército de Artois, os flamengos prepararam o terreno para um possível embate, abrindo cavas a sul e a sudeste do Lys (nas linhas do Groeninge e do Grote Beek). Por seu lado, Artois procurou inicialmente investir sobre as muralhas de Courtrai, junto às portas de Tournai e de Lille, sem sucesso. Falhada esta tentativa de libertar a cidade, Artois terá então decidido enfrentar os flamengos numa batalha campal. Para o efeito, ignorou os alertas de conselheiros mais prudentes, que se opunham a um confronto nas condições que então se verificavam, preocupados sobretudo pela forte posição defensiva dos flamengos, encerrados numa “ilha” à qual a cavalaria francesa poderia ter dificuldades em chegar devido às cavas (que os franceses sabiam existir) e aos cursos de água.

Os dispositivos táticos

Tornando-se inevitável a batalha, os dois exércitos colocaram-se em posição (vejam-se as ilustrações em anexo — esquema 1). Os flamengos ocuparam o terreno delimitado pela água: atrás de si ficava o Lys, impedindo

um ataque francês pela retaguarda e, ao mesmo tempo, qualquer tentação de fuga por parte dos flamengos; a sua frente encontrava-se protegida pelo Groeninge (a leste), o Grote Beek (a sul) e o fosso de Courtrai (a oeste) e pelas cavas rasgadas nos dias anteriores; no interior dessa verdadeira fortificação, os flamengos dispuseram-se numa única linha sólida. Na ala esquerda, de frente para o Groeninge e partindo dos limites da abadia, colocaram-se as milícias da Flandres oriental, sob comando de Gui de Namur. No centro da linha, de frente para o ponto em que o Groeninge se ligava ao Grote Beek, colocaram-se os elementos oriundos do termo de Bruges e da Flandres ocidental e, na ala direita, as milícias de Bruges, sob comando de Guilherme de Jülich, com a frente protegida pelas águas do Grote Beek e o flanco direito pelo fosso de Courtrai (mais concretamente, pelo Lage Vijver). Ordenados de acordo com as corporações a que pertenciam, os milicianos flamengos dispuseram-se da seguinte forma: na fila da frente, os combatentes com piques, longas lanças que fincavam no solo, apontadas obliquamente para a frente, criando uma barreira para travar a investida da cavalaria francesa. Atrás desta fila de piques, ficavam os guerreiros armados de maças de armas, usadas com as duas mãos e que eram utilizadas como arma de choque, para rasgar as proteções metálicas dos cavaleiros e causar, por esmagamento, ferimentos graves, muitas vezes mortais, em homens e montadas. Além das maças, a infantaria flamenga empunhava as tradicionais espadas, lanças e seguramente outras armas de choque, como martelos ou achas. No entanto, a iconografia da batalha dá grande relevo a uma arma típica da infantaria flamenga, o *goedendag*. O nome é irónico, pois significa “bom dia” — uma macabra forma de saudação, uma vez que o *goedendag* era uma espécie de bastão grosso, composto por uma haste de madeira encimada por um espigão de aço afiado. A ponta da haste onde se encaixava o espigão era reforçada por uma larga cobertura metálica, para aumentar a resistência e a eficácia da arma. Empunhado com uma das mãos, como mostram as representações iconográficas (recordemos a Arca de Oxford), o *goedendag* provaria ser uma arma eficaz na luta corpo-a-corpo. Como equipamento defensivo, as milícias são representadas envergando uma capelina, ou seja, um casco semiesférico em

metal, para defesa da cabeça, e proteções de malha metálica para o corpo: camal para proteção do pescoço, cotas para defesa do tronco e brafoneiras (uma espécie de calças curtas, feitas em malha metálica) para proteção dos membros inferiores. Sobre essas peças, envergavam ainda uma túnica em tecido, possivelmente adornada com símbolos identificativos da corporação ou da cidade que representavam. Os homens de armas apeados cerraram fileiras com a infantaria, contribuindo com a sua presença e experiência para elevar a moral dos combatentes mais humildes e impedir que a linha se desagregasse com o ataque francês.

Atrás da longa linha curva da infantaria, encontrava-se a reserva, liderada por Renesse, a quem coube seguramente a liderança da batalha. À frente da infantaria, os besteiros colocaram-se em posição para dar início à contenda com os seus disparos de virotões, atrás da barreira protetora dos paveses. Por fim, o contingente de Ipres colocou-se entre as portas do castelo de Courtrai e o campo de batalha, de modo a impedir qualquer surtida da guarnição francesa.

Decididos a travar batalha, os franceses descem do Pottelberg (a sudoeste de Courtrai) e contornam os limites da cidade avançando para oriente, até se instalarem na margem oriental do Groeninge. Aí, as suas forças vão posicionar-se em três linhas: na primeira, o corpo de besteiros e a infantaria, sob o comando de João de Burlats, mestre dos besteiros; na segunda, a cavalaria surge ordenada em nove “batalhas”, que se irão dispor no terreno em duas alas. Cada uma dessas “batalhas” tinha o seu líder:

Ala esquerda:

- Raul de Nesle, condestável do reino — que irá liderar o ataque da ala esquerda;
- Os marechais de França, Guilherme de Clermont (irmão de Raul de Nesle), Reinaldo de Trie e Simão de Melun;
- Godofredo de Brabante.

Ala direita:

232

- Roberto Artois, comandante máximo do exército francês;
- J. Châtillon;
- Mateus de Trie;
- Condes de Eu e de Aumale.

Por fim, as restantes “batalhas” irão compor a reserva, que permanecerá no centro do terreno, atrás das duas alas. Lideravam o primeiro desses esquadrões da reserva Gui de Châtillon, conde de Saint-Pol, e Roberto de Bolonha; Luís de Clermont liderava o segundo. Acompanhavam-nos diversos nobres do Brabante, do Hainaut, da Borgonha, da Champagne e da Auvergne.

“Como lebres numa armadilha”

Por volta das 6h da manhã do dia 11 de julho de 1302, o exército flamengo posicionou-se no terreno já atrás descrito e aí dispôs os seus homens. A única refeição do longo dia que então começara terá tido lugar nessas primeiras horas. Em simultâneo, os franceses estariam a colocar também os seus contingentes no terreno.

Do lado flamengo, os comandantes discursaram, dando instruções e procurando animar e encorajar os combatentes, naturalmente receosos e nervosos. Os cronistas destacam o discurso de Renesse, que parece ter sido quem definiu a tática a empregar no campo de batalha. O cavaleiro zelandês instruiu os guerreiros no sentido de não permitirem que as linhas se quebrassem perante a ofensiva francesa. Para o efeito, ordenou-lhes que golpeassem tanto cavaleiros como montadas, sinal de que se esperava que o papel principal da ofensiva francesa coubesse à formidável força de cavalaria que se avistava para além das águas, com os seus estandartes coloridos. Para manter a disciplina indispensável à vitória, outras instruções foram dadas: os flamengos não deveriam fazer quaisquer prisioneiros nem deveriam procurar o saque, duas práticas que punham em causa a

segurança dos companheiros e que desordenavam e enfraqueciam as linhas. Por último, um aviso: qualquer tentativa de fuga ou demais atos de covardia seriam punidos com a morte — e quem visse um companheiro a fugir deveria impedi-lo ... ou matá-lo. Os guerreiros flamengos perceberam a situação em que se encontravam: se queriam sair vivos daquele campo de batalha, teriam de triunfar sobre o inimigo; qualquer outra hipótese de sobrevivência estava-lhes interdita. Numa palavra: era vencer ou morrer...

Entretanto, realizou-se o conselho de guerra francês. Artois escutou a opinião dos seus conselheiros e, em conjunto, foi feita a análise da situação. Nem todos os conselheiros eram favoráveis a uma batalha contra um exército numeroso (ainda que com uma cavalaria em inferioridade numérica) e bem entrincheirado, que só se poderia atingir cavalgando por um terreno que não oferecia as melhores condições de sucesso à cavalaria. Aqui, os relatos, dividem-se mais uma vez. Alguns cronistas afirmam que a existência de cavas era desconhecida por parte dos franceses (ênfatizando, dessa forma, a ação pouco honrosa dos flamengos e retirando parcialmente o mérito à sua vitória). Outros, não referem sequer a existência das cavas no seu relato. Outros ainda, escreveram que os franceses eram conhecedores do estado do terreno, tendo Artois chegado a comprar um mapa dos obstáculos a um flamengo, pago a peso de ouro.

Em nosso entender, os franceses conheciam bem o estado do terreno. Estavam nas proximidades há mais de três dias, tendo tempo mais do que suficiente para inspecionar o local e interrogar os habitantes. Recorde-se ainda que, nas hostes francesas, estavam nobres flamengos partidários da Coroa (os *leliaerts*, adeptos da flor-de-lis). Courtrai não seria, portanto, um local desconhecido. Aliás, só assim se compreende que se tenham ouvido vozes contrárias à realização da batalha — se todos os cavaleiros do conselho de Artois ignorassem as armadilhas do terreno ou se estas simplesmente não existissem, não haveria motivos fortes para desconfiar do êxito da cavalaria. Porém, a nobreza francesa confiava totalmente na superioridade da sua cavalaria e na eficácia do seu poder de choque. Do passado ecoavam ainda os relatos das suas vitórias, forjando uma lenda de invencibilidade da cavalaria pesada sobre as forças de infantaria.

Assim, no final do conselho, a decisão foi tomada e os franceses iriam efetivamente combater.

Como era prática habitual, os guerreiros confessaram-se e pediram a absolvição dos seus pecados. Em ambos os lados, vários combatentes foram armados cavaleiros. Artois conferiu o título de cavaleiro a guerreiros de Brabante e do Hainaut, e Namur fez o mesmo ao sobrinho Jülich. De seguida, tio e sobrinho armaram cavaleiros outros guerreiros, entre os quais Pedro de Coninc e muitos outros mesterais. Esta promoção estimulou os novos cavaleiros e os seus companheiros de corporação, esperançados em também eles virem a ser agraciados com tão importante e inesperada honra.

Do castelo, a guarnição francesa observava decerto a movimentação dos exércitos e os preparativos para a batalha, com um olhar especialmente atento para a guarnição de Ipres, que se colocara diante da fortaleza, à maneira de um tampão para travar qualquer tentativa de saída.

Cerca do meio-dia, a batalha começou (vejam-se as ilustrações em anexo: esquema 2). Artois ordenou aos seus besteiros que disparassem sobre o exército flamengo. Da outra margem dos dois cursos de água, os besteiros flamengos fizeram o mesmo. Porém, esta troca de tiros de besta revelou-se ineficaz: os besteiros flamengos estavam bem protegidos, atrás dos seus paveses, contribuindo certamente para essa ineficácia; porém, a principal razão esteve no posicionamento da infantaria flamenga, bem recuada em relação às margens do Groeninge e do Grote Beek. Mesmo avançando até esse ponto para disparar, os besteiros franceses não conseguiam atingir com sucesso os seus inimigos. Um tiro de besta perdia eficácia a partir dos 150 metros, uma vez que o impacto do projétil se tornava menor, tornando-o incapaz de perfurar os paveses e as proteções que os guerreiros envergavam.

Seguiu-se o avanço da infantaria francesa. Sem grandes dificuldades, estes peões atravessaram o terreno que os separava dos cursos de água, alheios a quaisquer obstáculos naturais ou construídos e arremessaram setas (com os seus arcos), lanças e também pedras (seguramente com o recurso a fundas) sobre as posições inimigas. De acordo com alguns relatos, deu-se um recuo dos flamengos, por algum receio ou pela ação dos adversários.

Há autores que colocam a hipótese de este recuo ter sido simulado pelos próprios flamengos, para apressarem o avanço da cavalaria francesa. Fosse qual fosse a razão, a verdade é que o recuo flamengo acabou por despoletar a investida da cavalaria da flor-de-lis.

Artois, nesse momento, ordenou a retirada da infantaria, para que se abrisse caminho para a carga dos cavaleiros. Há várias hipóteses que procuram explicar esta decisão do comandante francês. Alguns relatos sublinham a grande pressão que Artois teria sofrido por parte dos seus homens montados, que temiam que a batalha terminasse sem a sua intervenção e que os louros da vitória coubessem à infantaria. Desejosos de combater, acabaram por convencer Artois a dar ordem para o seu avanço. Outros relatos enfatizam a falta de competência de Artois, que terá analisado incorretamente o evoluir da batalha, acreditando que a balança já pendia definitivamente para o lado francês. Nesse caso, o avanço da cavalaria seria o golpe de misericórdia num exército de gente comum que estava praticamente derrotada. Ambas as hipóteses são válidas, ainda que tenham sido veiculadas por cronistas com olhares parciais e que necessitavam de justificar uma derrota que consideram inexplicável: ou pela soberba dos cavaleiros, ou pela incompetência de Roberto Artois.

Alguns historiadores colocaram uma terceira hipótese que consideramos bastante plausível: Artois tinha consciência de que a sua infantaria era inferior à do inimigo, uma vez que era composta por homens menos experientes na guerra (ou, pelo menos, com menor treino conjunto) e equipada com armamento inferior ao do inimigo. Se estes guerreiros se aventurassem para lá do Groeninge e do Grote Beek, uma reação flamenga poderia forçá-los a recuar, fazendo-os cair nas águas, sem que a cavalaria pudesse ir em seu auxílio, uma vez que o avanço flamengo colocaria a barreira de piques junto às margens, impedindo os cavaleiros de as transpor em segurança. Por outras palavras, para que a carga da cavalaria tivesse o impacto necessário, era necessário que os flamengos continuassem numa posição recuada em relação aos cursos de água e que a infantaria francesa retirasse prontamente, de modo a não ser também ela um obstáculo para os contingentes montados ao serviço de Roberto Artois.

Assim foi: a infantaria francesa iniciou a sua retirada e sete formações de cavaleiros avançam (veja-se os esquemas 3 e 4). A ala esquerda, sob o comando do condestável, foi a primeira a partir; com Raul de Nesle, avançaram também os contingentes dos marechais e de Godofredo de Brabante. Dois ou três minutos depois, a ala direita fez o mesmo: avançaram os contingentes de Châtillon, de Mateus de Trie e o dos condes de Eu e de Aumale. Quanto ao núcleo liderado por Artois, também posicionado na ala direita, não se moveu. Mais recuada e em posição central, a reserva manteve-se igualmente na expectativa.

Os cursos de água e as cavas com água não revelaram ser um obstáculo inultrapassável, o único constrangimento poderá ter sido causado por elementos da infantaria que ainda não tivessem desobstruído o caminho. Assim sendo, as formações da ala esquerda atravessaram o Grote Beek sem dificuldade de maior e reagruparam-se na outra margem para carregarem sobre os contingentes de Bruges. O ruído do galope dos cavalos misturava-se com o som das trombetas e com o grito dos cavaleiros e dos peões. Os piques flamengos foram fincados no solo, erguendo as suas pontas afiadas para a frente. Os cavaleiros franceses deitaram as suas lanças (isto é, colocaram-nas na horizontal, presas debaixo das axilas direitas e pressionadas contra o tronco), apontando-as para a barreira de peões que se avistava à sua frente. Alguns cavalos reagiram, temendo os piques, e procuraram desviar-se, ou então travaram a sua marcha, gerando confusão entre os restantes cavaleiros. Mas nem todos os animais hesitaram, e o choque das montadas com os piques foi certamente brutal, com cavalos feridos caindo no chão e derrubando consigo os cavaleiros.

O contingente urbano de Bruges parece ter aguentado o impacto. A *mêlée* que daí resultou fez aumentar o número de vítimas, com a entrada em cena da segunda linha flamenga. Muitos guerreiros com maças de armas, espadas e *goedendags* seguiram as indicações dadas antes da batalha e atingiram os cavalos para provocar a queda dos cavaleiros. Já no solo, com pouca mobilidade devido ao peso das suas armas defensivas e muito mais vulneráveis, estes homens eram mortalmente atingidos pela infantaria flamenga. No centro, os homens do termo de Bruges, menos bem treinados,

sofreram mais com o impacto dos cavaleiros e das suas lanças e montadas. Foi aí que a linha flamenga ameaçou quebrar-se e que a cavalaria da flor-de-lis conseguiu provocar um maior número de baixas. Jülich, o comandante da ala direita flamenga, foi derrubado por Godofredo de Brabante e evacuado devido aos seus ferimentos. Porém, dada a importância que a presença dos comandantes tinha no ânimo de um exército, foi substituído pelo seu escudeiro, que vestiu a sua cota de armas e se apresentou no campo de batalha gritando “Jülich ainda aqui está!”...

A ala direita da cavalaria francesa sentiu maiores dificuldades em cruzar o ribeiro de Groeninge, mas fê-lo com sucesso e atacou também a infantaria liderada por Namur. Tal como os milicianos de Bruges, também os da Flandres oriental sustiveram a carga. Os cavaleiros que continuavam operacionais após o choque com os piques foram atingidos pelos *goedendags* e pelas armas de choque. As suas montadas foram derrubadas e os cavaleiros tombados foram sendo mortos. Foi desta forma que Godofredo de Brabante e Raul de Nesle perderam a vida.

Entretanto, das ameias do castelo de Courtrai, podia-se observar o desenrolar da batalha. A guarnição ensaiou uma surtida, mas foi travada pelo contingente de Ipres (veja-se o esquema 5). Enquanto isso, a cavalo, junto à reserva flamenga, Renesse estava também atento e apercebeu-se de que a linha flamenga estava prestes a quebrar no seu ponto mais frágil — o centro. Se tal acontecesse, a cavalaria francesa teria espaço de manobra suficiente para atacar as alas flamengas a partir dos seus flancos interiores e destruí-la sem dificuldades de maior. Assim, a uma ordem sua, os cavaleiros apeados que integravam a reserva avançaram para reforçar o centro da linha flamenga. Então, o cenário que se vivia nas alas ocorreu também no centro, com os cavalos a serem derrubados e os cavaleiros a serem atingidos no solo. Este momento marcou o início da reviravolta na batalha. Pouco a pouco, as linhas da sólida infantaria flamenga foram começando a ganhar terreno e a derrubar os cavaleiros franceses. A cavalaria francesa perdeu, dessa forma, o espaço necessário para recuar, reagrupar e atacar novamente, uma manobra muito utilizada na época e eficaz se efetuada de forma correta. Da outra margem do Groeninge, Roberto Artois apercebeu-se

da situação desesperada dos seus homens. Na *mêlée* que se tinha gerado, a cavalaria francesa estava agora em grande desvantagem numérica: estariam cerca de 2000 cavaleiros envolvidos, enredados numa multidão de aproximadamente 9000 peões flamengos (retirando ao valor de cerca de 10 000 homens avançado inicialmente para o exército flamengo os 500 besteiros e os 500 homens do contingente de Ipres).

Numa tentativa de virar novamente a seu favor o desenrolar dos acontecimentos, Artois liderou o seu contingente na direção das forças de Namur. Com dificuldade, os cavaleiros conseguiram atravessar as águas e carregaram sobre a infantaria flamenga, já mais desordenada pelo desenrolar da luta corpo-a-corpo que se travava e sem a proteção da barreira de piques, há muito trocados por armas brancas (espadas, adagas) ou por armas de choque, mais apropriadas a essa forma de combater. Por uns momentos, a ofensiva de Artois pareceu resultar, uma vez que o pânico invadiu alguns dos peões, certamente acentuado pelo derrube da bandeira de Namur, às mãos do próprio Roberto Artois, que combatia com ferocidade e eficácia. Viram-se alguns flamengos a abandonar as suas posições, recuando na direção do Lys ou de Courtrai. A debandada foi travada pela intervenção da guarnição de Ipres (que impediu alguns dos seus aliados de se refugiarem nos muros da cidade) e dos nobres integrados na reserva. Namur conseguiu, dessa forma, reagrupar, os seus homens.

Entretanto, Artois deixou-se envolver por uma multidão de peões que o impedia de se movimentar livremente, acabando por ser também derrubado, juntamente com o seu cavalo. As crónicas registam mesmo o nome do guerreiro que o fez cair: tratar-se-ia de um leigo da abadia cisterciense de Ter Doest (Bruges). Já no chão, o comandante francês foi rodeado por inimigos empunhando maças e *goedendags*. Segundo alguns relatos, terá suplicado que o seu cavalo fosse poupado e terá mesmo implorado pela sua vida, pedindo para se render a Jülich. As suas súplicas soaram em vão — quem o rodeava não combatia segundo os valores da cavalaria e poderia mesmo não entender a língua em que as preces foram proferidas. Deste modo, Roberto Artois acabou por ser várias vezes golpeado, até morrer. Pormenor macabro, a sua língua terá

sido cortada e ostentada como um troféu por um dos combatentes de Bruges, chamado Jan Van der Marct.

A batalha aproximava-se do fim: os cavaleiros franceses eram empurrados para trás, caindo nos cursos de água, onde foram presa fácil para os seus inimigos. Como Artois, muitos terão pedido clemência, também em vão; alguns cavaleiros ter-se-ão afogado, incapazes de se reerguer devido ao peso das suas armas defensivas e aos ferimentos; outros conseguiram atravessar as águas e tentaram a fuga (ver o esquema 6).

Seguramente incrédulos e horrorizados com o que observavam à sua frente, os cavaleiros da reserva francesa optaram por retirar. Em cerca de três horas, os flamengos tinham conseguido aniquilar o magnífico exército de cavaleiros franceses que os enfrentara em Courtrai, apanhando-os (segundo as palavras de uma das narrativas medievais inglesas da batalha) “como lebres numa armadilha”...

A matança, contudo, não terminara com a retirada da reserva francesa. Empolgados pelo triunfo, os flamengos lançaram-se na perseguição dos fugitivos (ver o esquema 7). Os peões franceses, menos móveis do que os cavaleiros, foram facilmente capturados, mas muitos cavaleiros pereceram também nessa ‘caça ao homem’ que se estendeu por um raio de cerca de 10 km. No final do dia, os flamengos estavam de novo no campo de batalha, onde a recolha de despojos continuava a não se poder fazer. Nessa mesma noite, alguns aglomerados de homens destroçados e esfomeados, os restos do exército francês, iam-se aproximando de Tournai, que lhes fechou as portas. No dia seguinte, os mortos tombados no campo de batalha foram despojados dos seus pertences: o espólio incluía cavalos, armamento e equipamento variado, com destaque para cerca de 500 pares de esporas de ouro, retiradas dos cavaleiros franceses. Estas esporas seriam oferecidas à igreja de Nossa Senhora de Courtrai como relíquias e delas resultou o nome pelo qual ainda hoje é conhecida a batalha de Courtrai — a “Batalha das Esporas de Ouro”.

O número de baixas na batalha de Courtrai é difícil de determinar com precisão. Desde logo, porque os cronistas davam sobretudo destaque aos nomes ilustres que caíam em combate ou nas perseguições que se

seguiram. Cerca de 1260 nobres que integravam o exército francês terão morrido, incluindo mais de seis dezenas de grandes senhores, entre os quais se destacam Roberto Artois, Raul de Nesle, Guilherme de Clermont, Godofredo de Brabante, Pedro Flote, João de Burlats, Reinaldo de Trie, o conde de Eu, o conde de Aumale, João de Hainaut, Godofredo de Bolonha e J. Châtillon. No total, os franceses terão perdido pelo menos metade dos homens que combateram: entre quatro mil e cinco mil homens (a “Crônica do Condado de Artois” adianta mesmo este último valor). Do lado flamengo, não há nomes de grandes senhores a destacar, e o cálculo das vítimas é ainda mais difícil de fazer, embora não tenha provavelmente ultrapassado algumas centenas de homens.

Breve balanço do combate

Descrita a batalha, façamos uma sistematização dos fatores decisivos que explicam a vitória flamenga:

- 1 - A escolha do terreno, bem delimitado por cursos de água que impediam qualquer ataque-surpresa francês pela retaguarda e que travaram eventuais tentações por parte dos flamengos de bater em retirada. No início da batalha, os cursos de água mantiveram os besteiros franceses a distância segura. Depois, aliados ao terreno pesado e possivelmente armadilhado com as cavas feitas pelos flamengos, dificultaram o avanço e a posterior reorganização da cavalaria francesa, acabando por funcionar como armadilha mortal para muitos desses cavaleiros, já na fase derradeira dos combates.
- 2 - A qualidade do comando, com destaque para João de Renesse, e os erros cometidos por Roberto Artois e pela cavalaria francesa. A opção dos flamengos em combater apeados foi, em certa medida, imposta pelas circunstâncias (recordemos que, por variados motivos, o exército flamengo tinha poucos cavaleiros), mas também por uma

tradição militar que valorizava forças de infantaria bem treinadas e equipadas — as milícias urbanas. O comando contornou a dificuldade de não possuir uma cavalaria numerosa e optou por uma tática que potenciava os pontos fortes do seu exército e minimizava os pontos fracos: além do combate apeado, preferiu permanecer numa posição defensiva praticamente inexpugnável e dar a iniciativa da batalha ao inimigo. O incentivo dado pela presença dos nobres combatendo apeados ombro a ombro com as *gentes comuns* foi também fundamental para manter os combatentes flamengos empenhados numa vitória. Por sua vez, Artois estava consciente da inferioridade da infantaria francesa e confiava na cavalaria para obter um desfecho favorável. Desse modo, viu-se forçado a mandar avançar os seus cavaleiros para a batalha em condições altamente desfavoráveis. Renesse leu corretamente a batalha e avançou a sua reserva no momento exato, para impedir a desagregação das linhas flamengas causada pela carga da cavalaria inimiga. Esse momento foi fundamental para travar a ofensiva francesa e para dar início à contraofensiva flamenga, que culminaria no massacre dos franceses. Nesse momento, Artois liderou a carga do seu contingente, numa tentativa desesperada de socorrer os cavaleiros franceses de uma morte certa. O desfecho revelou-se trágico, para si e para o seu exército. Consciente da derrota, a reserva francesa mostrou-se mais realista (ou mais covarde) do que o seu comandante, batendo em retirada.

- 3 - A determinação dos flamengos, que, impedidos de retirar, se encontravam obrigados a vencer para salvarem as suas próprias vidas. A fuga seria punida com a morte por parte dos seus superiores — e recordemos que na reserva se encontrava Renesse e a grande maioria dos nobres que combateram do lado flamengo. Estes não hesitariam em agir de forma implacável sobre quaisquer desertores. O mesmo fez a milícia de Ipres, que travou a fuga de alguns elementos da infantaria flamenga. Forçados a permanecer no campo de batalha, naquela fortaleza rodeada de água,

os flamengos sabiam que a derrota implicaria a sua morte. A ação dos franceses nos dias que antecederam a batalha (com pilhagens e atos de grande violência sobre as populações dos campos que rodeiam Courtrai) e a natural sede de vingança destes face ao ocorrido em Bruges significava que também do lado francês não haveria piedade para os vencidos, à exceção daqueles que tinham sangue nobre e que poderiam valer um bom resgate se capturados vivos. Ora, a esmagadora maioria dos combatentes flamengos em Courtrai sabia que não se encaixava nessa categoria. Restava-lhes, pois, vencer ou morrer.

Por outro lado, os flamengos combateram em defesa de uma certa identidade, concedida pela partilha de uma língua comum, o flamengo, distinta do francês dos adversários. A uni-los tinham ainda um espírito corporativo forjado por muitos anos de trabalho diário e de treino militar lado a lado, e por interesses económicos e políticos comuns que importava defender ou conquistar.

Depois da batalha

Após o triunfo de 11 de julho de 1302, os vencedores viveram um período de euforia. Aproveitando o estado de choque que atingira os franceses e o facto de o exército régio ter sido aniquilado, os flamengos viram os seus domínios alargar. No dia 13 de julho, a guarnição francesa que se tinha refugiado no castelo de Courtrai rendeu-se. Cassel, que Jülich tentara cercar antes de se dirigir para Courtrai, também se rendeu. Gante, que até então se mantivera do lado do rei, mudou de partido, abrindo as portas a Jülich a 15 de julho. No mês seguinte, seria a vez de Lille e Douai caírem também nas mãos dos flamengos. Os sucessivos êxitos levaram os flamengos a continuar o esforço militar contra a França e os seus aliados. Ainda em 1302, ameaçaram cidades do condado de Artois, aproveitando o vazio gerado pela morte do conde. Em 1303, lançaram operações no Hainaut, na

Zelândia e cercaram Tournai. Em 1304, voltaram a conduzir as suas milícias para o Hainaut, a Zelândia e a Holanda.

Entretanto, a reação francesa foi temerosa. O poderoso reino lambia as suas feridas. Filipe IV começou por reestruturar o comando militar do reino: Saint-Pol e Luís de Clermont, assim como os restantes elementos da reserva que retirou sem combater em Coutrai, foram afastados temporariamente; um novo condestável foi escolhido (Gaucher de Châtillon, conde de Porcien, curiosamente um primo de Saint-Pol, que caíra em desgraça). Foucaud de Merle e Miles de Noyers (um sobrinho do novo condestável) foram nomeados marechais, e Teobaldo de Chepoy foi nomeado mestre dos besteiros. De seguida, o monarca ordenou uma mobilização geral, reunindo em Arras, no final do mês de agosto de 1302, um exército mais numeroso do que o que estivera ao dispor de Roberto Artois: 10 000 homens de armas e milhares de peões. Ao comando, estava o próprio Filipe IV. A partir do Artois, este exército aproximou-se da fronteira da Flandres, mas o choque da inesperada derrota de Courtrai continuava bem vivo. No final do mês de setembro, o exército foi desmobilizado sem que uma só batalha tenha sido travada. Confiantes, os flamengos atacaram Cassel, sendo derrotados por Otão da Borgonha, o novo conde de Artois. No final do inverno de 1302-1303, um novo exército francês foi mobilizado, mas também este se revelou incapaz de enfrentar os flamengos, que continuaram a espalhar a destruição pelo condado do Artois e nos condados já acima referidos. A 20 de setembro de 1303, foram assinadas tréguas provisórias entre a Flandres e a França, que deveriam prolongar-se até 17 de maio de 1304, dia de Pentecostes.

No verão de 1304, Filipe IV voltou a conduzir um exército para fazer frente aos flamengos. Estes tinham cometido o erro de estender demasiado as suas forças no terreno, operando em cenários muito distintos e geograficamente distantes uns dos outros. Desse erro resultou o enfraquecimento das suas posições, e o mês de agosto revelar-se-ia trágico para as suas aspirações. A frota flamenga foi derrotada por uma armada franco-holandesa na batalha naval de Zierkzee (Zelândia) e Gui de Namur foi capturado. No dia 18 do mesmo mês, travou-se a batalha de Mons-en-Pévèle, que, embora tenha terminado com ambos os lados a clamar vitória, teve custos mais

pesados para os flamengos, uma vez que o seu comandante, Jülich, perdeu a vida no confronto.

244

Com a confiança restaurada pelos sucessos recentes, os franceses tomaram Lille e Douai, ficando na posse efetiva da Flandres francófona. Equilibrado o saldo de vitórias e derrotas, ambos os lados concluíram que era tempo de negociarem a paz. Em junho de 1305, foi assinado o tratado de Athis-sur-Orge, que se viria a consolidar com dois matrimónios: João de Namur casou com Margarida, filha do conde de Clermont; e Luís, neto de Roberto de Béthune, com uma filha do conde de Valois. Por sua vez, Béthune foi reconhecido como conde da Flandres, herdando o trono de Gui de Dampierre, que falecera no dia 7 de março desse ano. Estes pontos eram relativamente pacíficos, os restantes é que geraram um grande descontentamento entre os habitantes das maiores cidades flamengas. Filipe IV exigiu para si os castelos de Courtrai, Cassel, Lille, Douai e Béthune, confirmando no papel um domínio que existia de facto sobre a Flandres francófona. Gante, Bruges, Ipres, Lille e Douai foram forçadas a derrubar as suas muralhas e a pagar compensações de guerra à França, no valor de 400 000 libras, às quais se deveria adicionar uma renda anual de 20 000 libras. Os *leliaerts*, que apoiaram a Coroa, viram os seus bens e privilégios restituídos nas suas cidades e ficaram isentos do pagamento dessas compensações. Por fim, 3000 habitantes de Bruges ficaram obrigados a fazer uma peregrinação para expiar o massacre das Matinas de Bruges. As expectativas geradas três anos antes entre os habitantes das poderosas cidades flamengas caíram por terra e a revolta não se fez esperar, contra a Coroa e contra a casa condal.

Os confrontos prolongaram-se por várias décadas, culminando numa grande batalha disputada em Rosebeke (a nordeste de Ipres), em 27 de novembro de 1382. Desta vez, são sobretudo as milícias de Gante, sob o comando de Filipe de Artevelde, que irão enfrentar os exércitos régios de Carlos VI (na altura, a poucos dias de completar 14 anos de idade). Tal como em Courtrai, os flamengos escolheram o terreno e organizaram-se numa única linha bastante cerrada, apoiada por besteiros, arqueiros e artilharia. Pelo seu lado, os franceses dividiram-se em três unidades alinhadas;

mas, desta vez, o grosso da cavalaria iria combater apeado, com exceção de dois corpos de cavalaria montada convenientemente colocados nas alas. E seriam os flamengos a tomar a iniciativa, atacando os franceses com a artilharia, os besteiros e os arqueiros, enquanto a infantaria, com os piques na primeira fila, avançava na direção dos inimigos. Quando se deu o choque entre as duas infantarias, a cavalaria montada das alas envolveu os flamengos, prendendo-os numa tenaz que resultaria no massacre de muitos desses homens. Tal como em Courtrai, os derrotados procuraram fugir, mas foram perseguidos e mortos. Finalmente, passados 80 anos, os franceses conseguiram vingar claramente a derrota de 11 de julho de 1302!

Podemos entender o descontentamento das cidades flamengas. Os ganhos em tão poucos anos foram tão inesperados e o triunfo de Courtrai foi tão grandioso que se aceitam como naturais as suas expectativas. Por esse prisma, o tratado de 1305 soube a pouco e a vitória de Courtrai parece ter sido desaproveitada. Porém, é preciso recordar a situação em que a Flandres se encontrava no início do século XIV: um conde prisioneiro dos franceses e destituído dos seus títulos e possessões; e um condado governado por um representante da Coroa e praticamente integrado no domínio régio. Em 1305, apesar do alto preço e de alguma frustração, a verdade é que a casa condal foi reconhecida por Filipe IV e grande parte da Flandres manteve a sua autonomia face ao rei.

Em termos militares, Courtrai ajudou a abrir um novo capítulo na arte da guerra medieval, marcado por uma forma original de combater, recorrendo a exércitos de infantaria que, bem treinados, bem organizados e nas condições propícias para o efeito, mostraram ser capazes de derrotar a poderosa cavalaria pesada que se afirmara nos campos de batalha desde o século XI. Um sucesso idêntico ao dos flamengos será conseguido pelos escoceses em Bannockburn, contra os ingleses de Eduardo I, em 1314; e, logo no ano seguinte, pelos suíços em Morgarten, contra as forças de Leopoldo da Áustria. Olhemos rapidamente para estes casos, de modo a ver quais os aspetos inovadores que partilham com Courtrai.

Bannockburn é a batalha que apresenta mais pontos em comum com Courtrai. O confronto deu-se entre dois exércitos aparentemente desequilibrados,

com grande superioridade do inglês no que toca a homens de armas a cavalo. Robert Bruce, rei da Escócia, colocou o seu exército num terreno adequado a uma tática defensiva, que impedia ataques pela retaguarda e pelas alas por estar limitado por arvoredo ou por áreas pantanosas. Esse terreno foi também armadilhado com a construção de fossos (como em Courtrai) e covas-de-lobo. Os escoceses ficaram dispostos dentro dessa “fortaleza”, numa única unidade compacta, que unia gentes comuns à cavalaria apeada, armados de piques, lanças, espadas e armas de choque. Tal como os flamengos em Courtrai, os escoceses deram a iniciativa aos inimigos e estes, movidos pelo mesmo excesso de confiança que foi apontado aos franceses em 1302, avançaram com a sua cavalaria, sem que a participação inicial dos arqueiros e da infantaria tivesse tido qualquer efeito. A cavalaria inglesa carregou sobre a barreira de piques e lanças sem a conseguir romper. A resistência escocesa, as águas e as covas fizeram o resto: os cavaleiros foram derrubados das suas montadas e chacinados.

A vitória suíça de Morgarten, em 1315, é um caso muito diferente. Os cavaleiros austríacos foram surpreendidos durante a marcha por um bloqueio num desfiladeiro. O local fora bem escolhido pelos suíços: pela sua estrutura, forçou a cavalaria a aglomerar-se em frente ao ponto bloqueado, ficando à mercê de enormes pedras e troncos de árvore que os suíços fizeram rolar ao longo da encosta. Desordenados e desbaratados, com muitos elementos incapacitados para o combate, os cavaleiros foram depois presa fácil para a infantaria suíça, que carregou sobre eles com longas armas de haste, as alabardas.

Curiosamente, os franceses resistiram à mudança durante muito tempo. A confiança que tinham no poder da cavalaria pesada não esmorecera, apesar da derrota de Courtrai, até porque conseguiram mais tarde, como vimos, outros triunfos sobre a infantaria flamenga. Também por esse motivo, aos olhos dos franceses, a responsabilidade do desaire de 1302 acabou por cair toda sobre os ombros do comandante Roberto Artois. Já os ingleses alteraram rapidamente o seu modo de combater. Tanto em Dupplin Moor (1332) como em Halidon Hill (1333), como depois nas batalhas da Guerra dos Cem Anos, irão demonstrar que tinham aprendido com o desaire frente

a Robert Bruce, apresentando inovações na forma de enfrentar um exército de infantaria escocesa. Começaram por abdicar do poder de choque da cavalaria e da iniciativa nas batalhas, optando por colocar os seus homens de armas a combater apeados, em terrenos muito bem escolhidos e preparados para travar ou, pelo menos, para dificultar as ofensivas do inimigo. Até aqui, os ingleses limitaram-se a adotar o modelo que os tinha vencido em Bannockburn ou que tinha derrotado os franceses em Courtrai. O modo como os flamengos conseguiram vencer a cavalaria de Artois era obviamente do conhecimento da corte inglesa: tendo em conta as ligações privilegiadas entre a Inglaterra e a Flandres, a notícia da grande vitória de 1302 chegara seguramente aos ouvidos atentos dos líderes militares ingleses.

A grande originalidade da nova tática inglesa consistiu na colocação de unidades de arqueiros nas duas alas dos seus exércitos. Estes arqueiros estavam munidos com o poderoso arco longo inglês, uma arma temível (as pontas afiadas das flechas eram capazes de penetrar nas viseiras dos elmos ou mesmo de perfurar muitos equipamentos defensivos), de grande alcance e de grande cadência de tiro (10 a 12 tiros por minuto). Os seus disparos contínuos geravam uma chuva de flechas que caía sobre os inimigos, causando um grande número de baixas ou gerando entre eles o pânico. Dessa forma, a grande força das unidades de infantaria, isto é, a sua capacidade de se manter compacta, perdia-se. Assim, foi com redobrada confiança no seu poder militar, sustentado pela adoção de uma inovadora forma de combater, que os ingleses se dispuseram a enfrentar a França na Guerra dos Cem Anos, como será abordado já a seguir neste livro, no capítulo dedicado à batalha de Agincourt.

Quanto a Courtrai, o seu eco perdurou no tempo, como só acontece com algumas das grandes batalhas medievais, e a vitória de Renesse, de Jülich e dos contingentes flamengos foi sendo apropriada por diversos movimentos políticos de pendor nacionalista. Já na segunda metade do século XX, quando a comunidade flamenga da Bélgica quis reservar um dia para celebrar anualmente a sua cultura e vincar a sua identidade, num país ainda hoje marcado pela divisão entre francófonos e flamengos, escolheu precisamente a data de 11 de julho, o dia heroico em que, há mais de setecentos anos, uma hoste de brava infantaria flamenga derrotou o poderoso exército da flor-de-lis!

Fontes mais importantes

- 248 *Annales Gandenses*. London, Medieval Classics, 1951 (ed. e trad. H. Johnstone).
- F. Funck-Brentano (ed.), “Chronique artésienne”, in *Collection de textes pour servir à l'étude et à l'enseignement de l'histoire*, fasc. 25. Paris, 1899.
- Lodewijk van Velthem, *Voortzetting van de Spiegel historiael (1248-1316)*. Brussels, 1906-1938.

Leituras principais

- Jan Frans Verbruggen, *The Battle of the Golden Spurs: Courtrai, 11 July 1302*, ed. Kelly DeVries. Woodbridge and Rochester NY, The Boydell Press, 2002 (ed. orig.: 1952).
- Raoul C. van Caenegem (direção), *1302. Le désastre de Courtrai*. Anvers, Fonds Mercator, 2002 (*vide*: “La bataille des éperons d'or”, pp. 10-25; “Une société urbanisée sous tension. Le Comté de Flandre vers 1302”, pp. 26-77; “La royauté capétienne au XIII^e siècle. De Bouvines à Courtrai”, pp. 78-105; “L'iconographie de la bataille des éperons d'or”, pp. 170-193; “Le coffre controversé d'Oxford”, pp. 262-284).
- Xavier Hélary, *Courtrai. 11 juillet 1302*. Paris, Tallandier, 2012.

Leituras complementares

- Jan Frans Verbruggen, “Military service in the County of Flanders”, in *Journal of Medieval Military History*, vol. II, Woodbridge, Boydell Press, 2004 (ed. orig.: 1958), pp. 17-37.
- Jan Frans Verbruggen, “Flemish urban militias against French cavalry armies in the fourteenth and fifteenth centuries” in *Journal of Medieval Military History*, vol. I, Woodbridge, Boydell Press, 2002 (ed. orig.: 1981), pp. 146-169.
- João Gouveia Monteiro, “A arte militar na Europa dos séculos XI-XIII — Um *Vade Mecum*”, in *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 32, 2011 (pp. 7-49).
- João Gouveia Monteiro, *Lições de História da Idade Média (sécs. XI-XV)*. Coimbra, FLUC, 2006 (especialmente capítulos 1.3, 2.1 e 2.2).
- João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota — 1385 — A Batalha Real*. Lisboa, Tribuna da História, 2003.

John France. "A changing balance: cavalry and infantry, 1000-1300", in *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 30, 2009 (pp. 153-177).

Kelly DeVries, *Infantry Warfare in the Early Fourteenth Century*. Woodbridge, Boydell Press, 1996.

249

Kelly DeVries, "Courtrai. Battle and Siege of", in Clifford J. Rogers (ed.), *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*. Oxford, Oxford University Press, vol. 1, 2010 (pp. 435-437).

Philippe Contamine, "Courtrai (bataille de), 11 juillet 1302", in Jacques Garnier (direção), *Dictionnaire Perrin des Guerres et des Batailles de l'Histoire de France*, Paris, Perrin, 2004 (pp. 240-244).

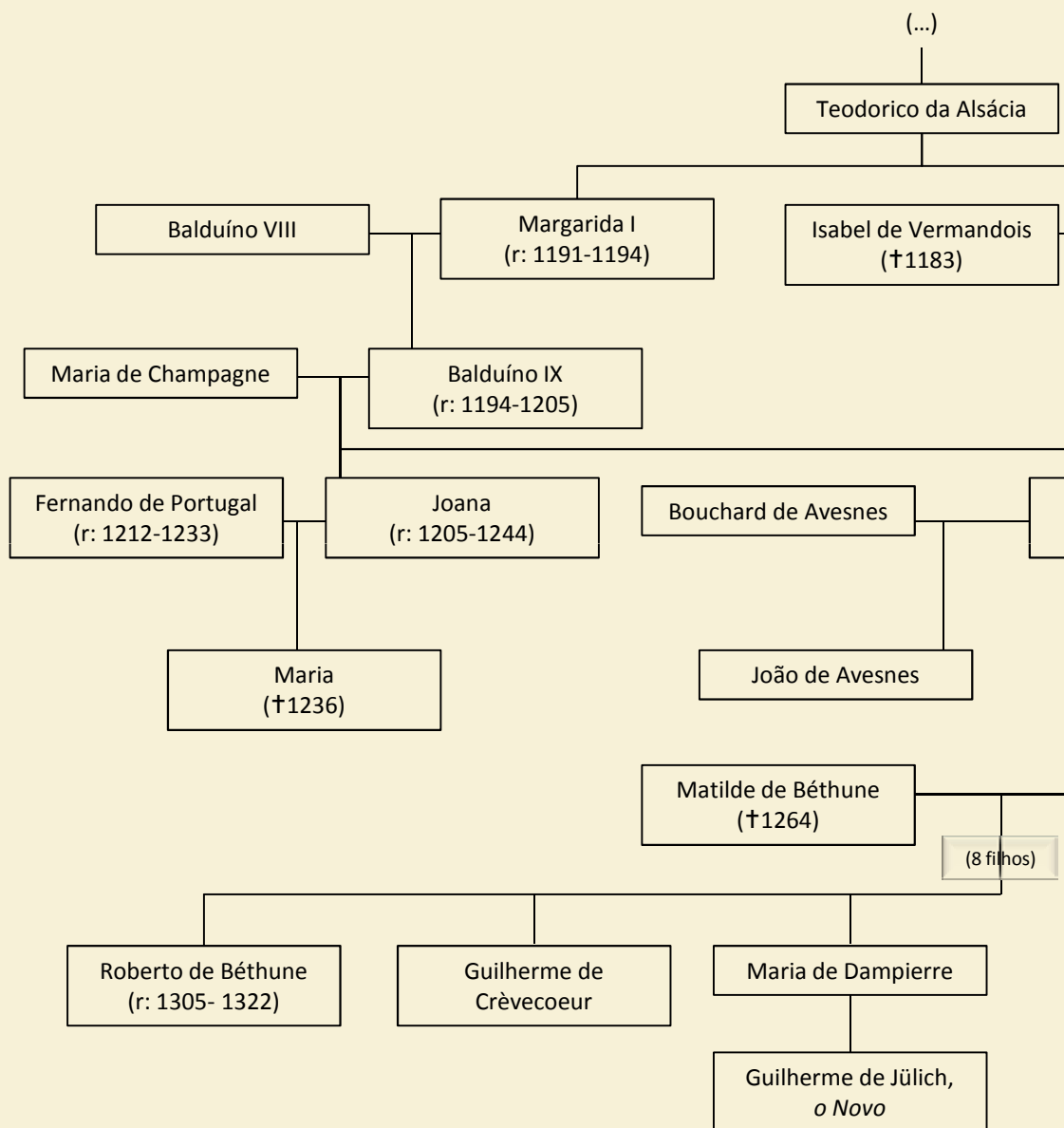
A Flandres cerca de 1300

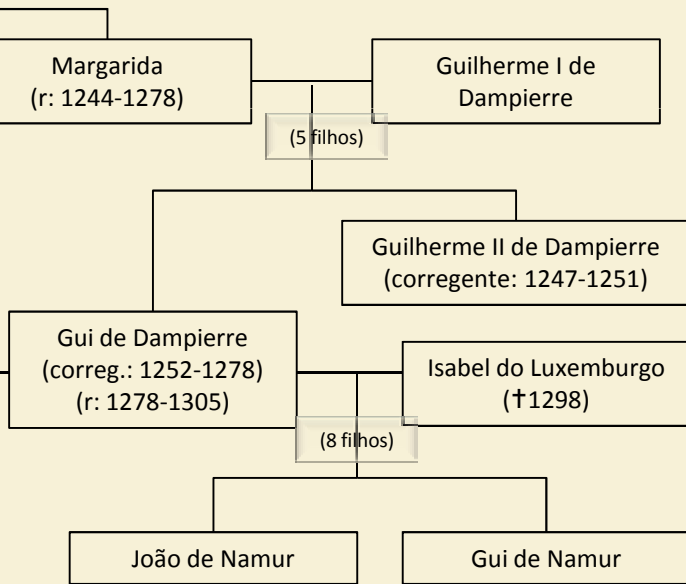
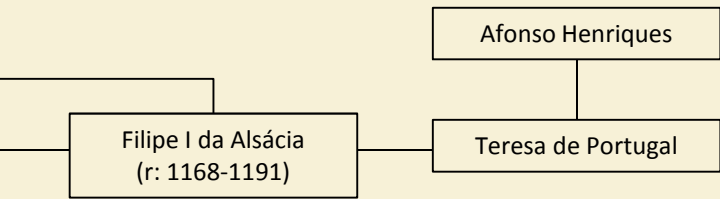
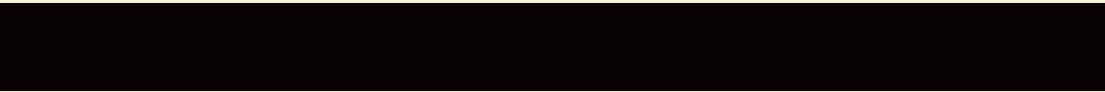


Os antigos Países Baixos cerca de 1300

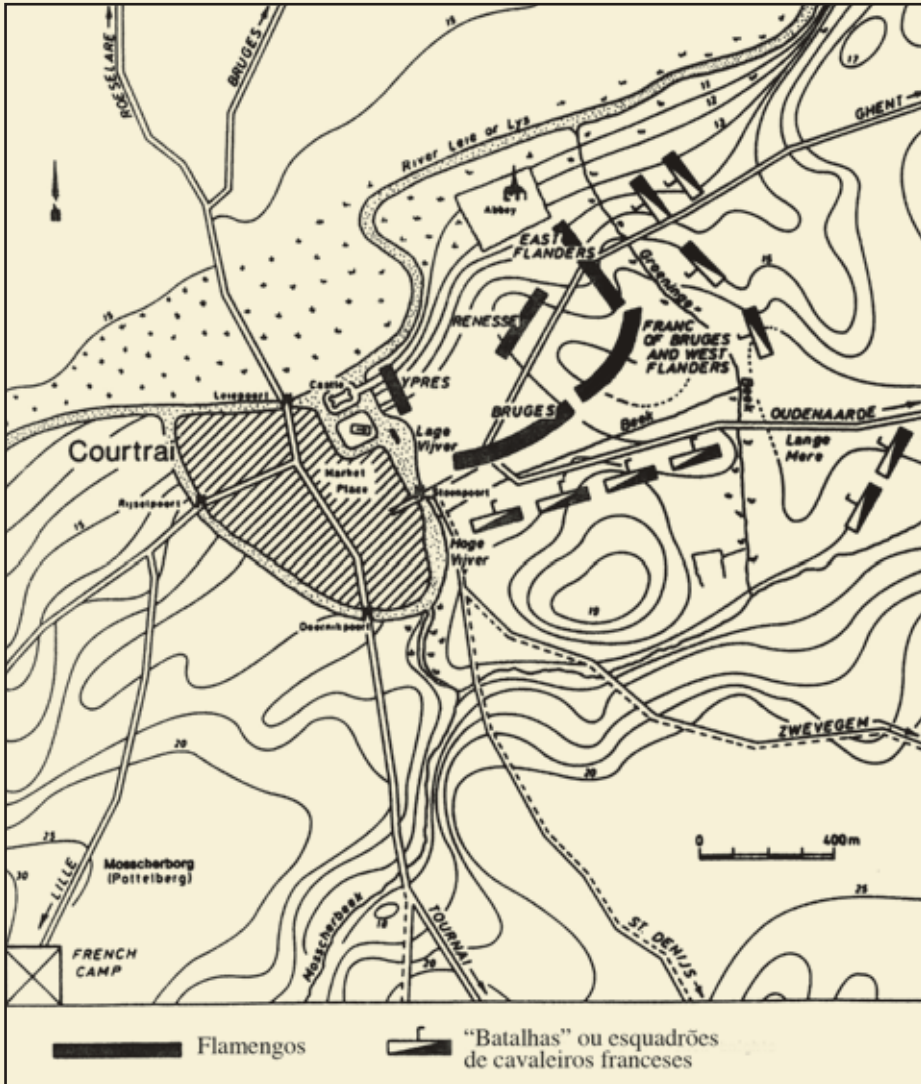


Ascendência e descendência de Gui de Dampierre, Conde de Flandres (1251-1305)





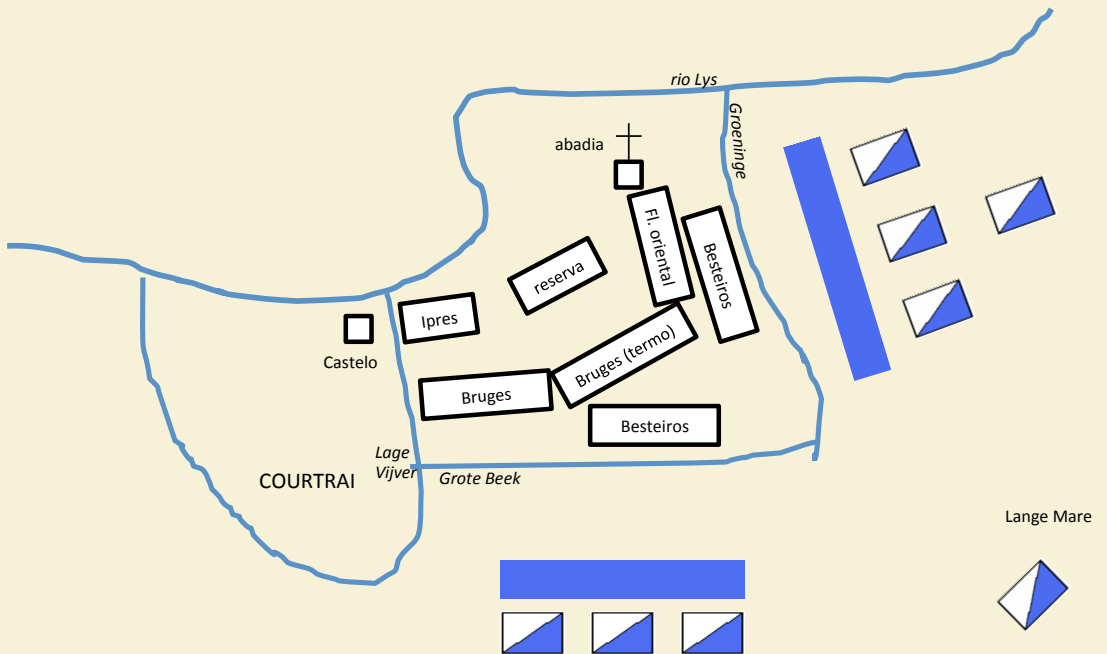
Esquema da batalha de Courtrai



In Jans Frans Verbruggen, "The Battle of the Golden Spurs: Courtrai, 11 July 1302", The Boydell Press, 2002 (ed. orig. 1952).

Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 1

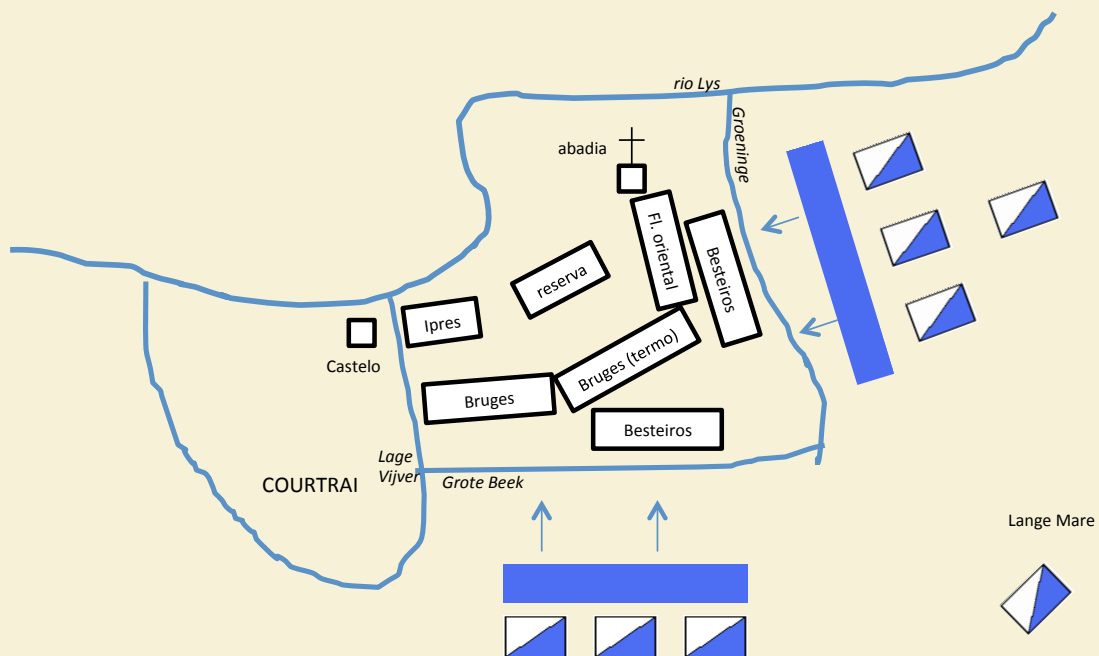
DISPOSIÇÃO INICIAL DOS CONTINGENTES
FLAMENGOS E FRANCESES.



Pottelberg

Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 2

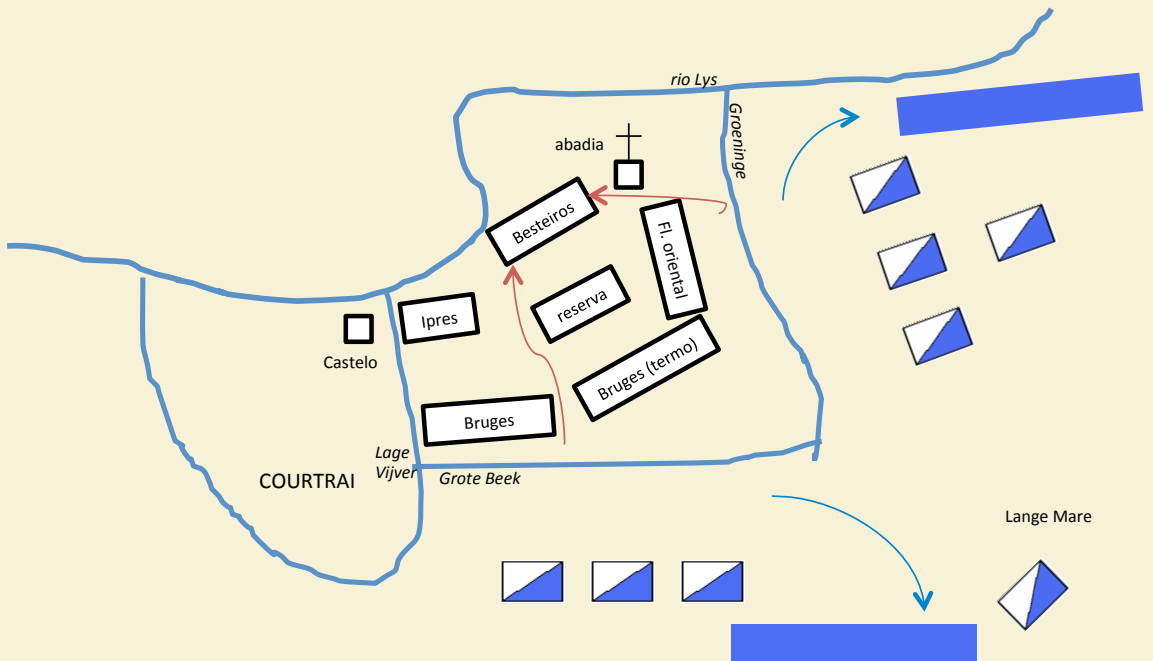
1ª FASE: DISPAROS DOS BESTEIROS E AVANÇO INICIAL DA INFANTARIA FRANCESA, ATÉ ÀS MARGENS DO GROENINGE E DO GROTE BEEK.



Pottelberg

Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 3

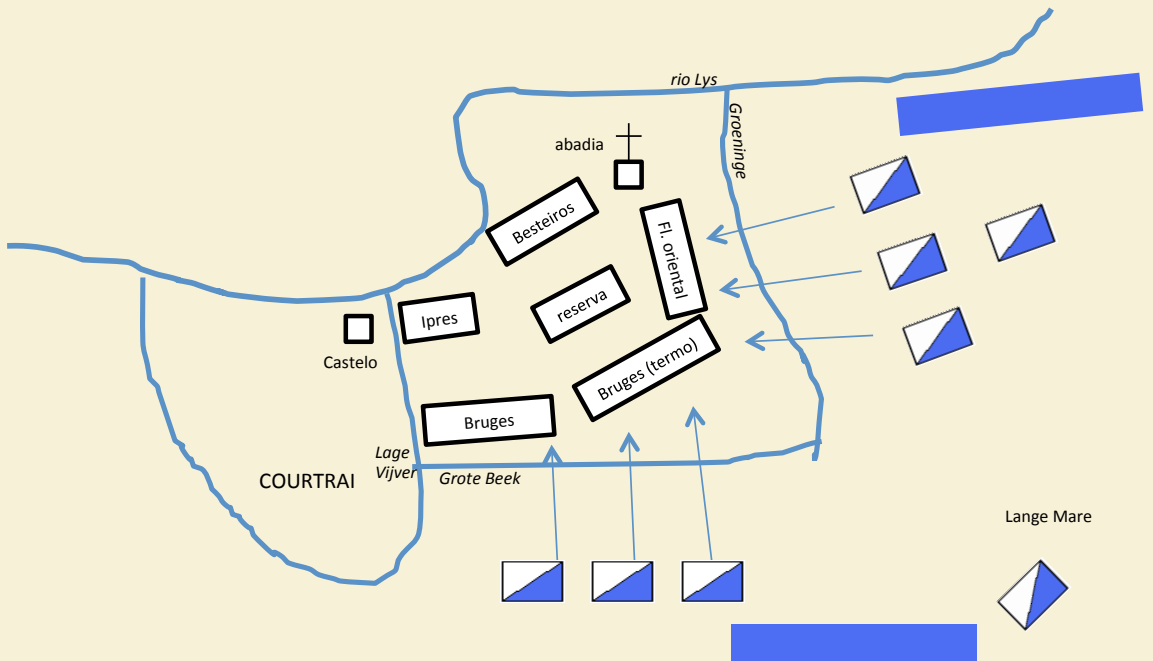
RETIRADA DOS BESTEIROS FLAMENGOS E DA INFANTARIA FRANCESA, PARA ABRIREM CAMINHO PARA O AVANÇO DA CAVALARIA.



Pottelberg

Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 4

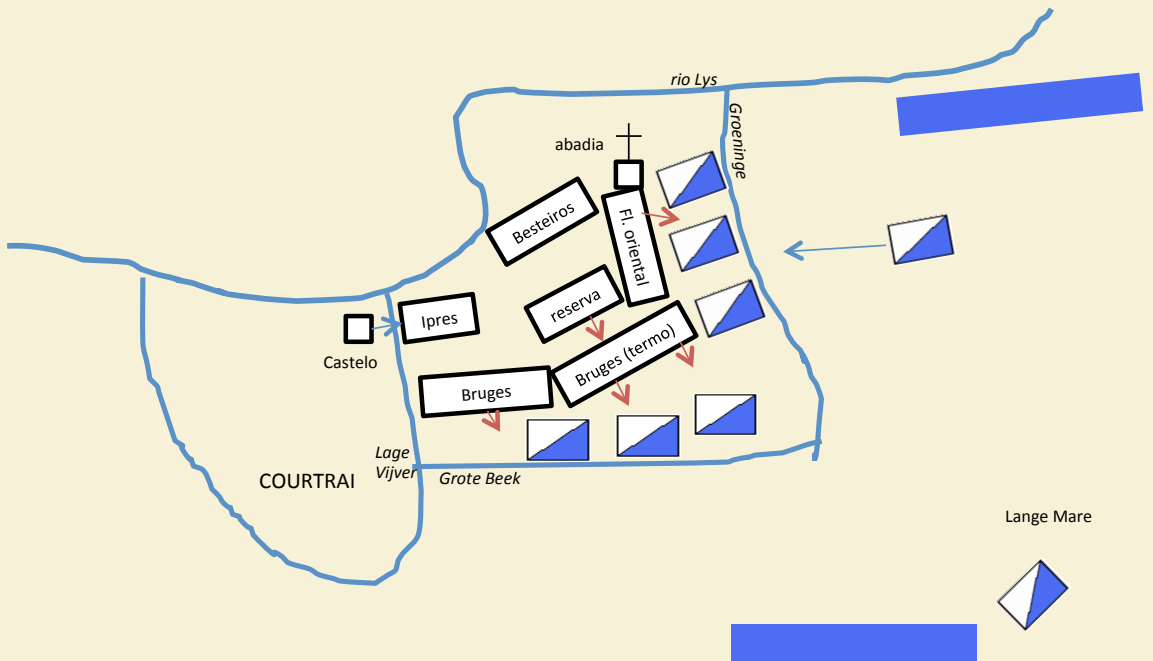
CARGA DA CAVALARIA FRANCESA, QUE ATRAVESSA OS CURSOS DE ÁGUA SEM GRANDE DIFICULDADE.



Pottelberg

Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 5

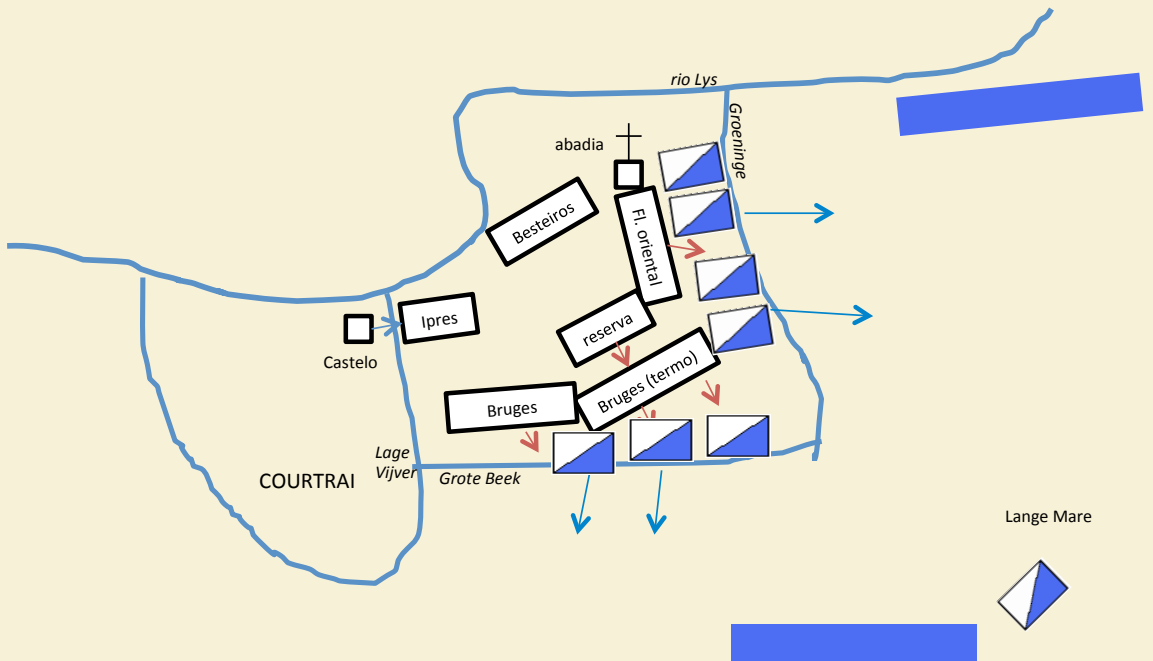
AVANÇO DA RESERVA FLAMENGA, IMPEDINDO A QUEBRA DA LINHA CENTRAL. *MÊLÉE* FORMADA, DIFICULTANDO AS MANOBRAS DA CAVALARIA. SURTIDA A PARTIR DO CASTELO, RECHAÇADA PELA UNIDADE DE IPRES. A UNIDADE DE ARTOIS AVANÇA.



Pottelberg

Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 6

AS UNIDADES DE CAVALARIA FRANCESAS SÃO EMPURRADAS PARA OS CURSOS DE ÁGUA E CHACINADAS.

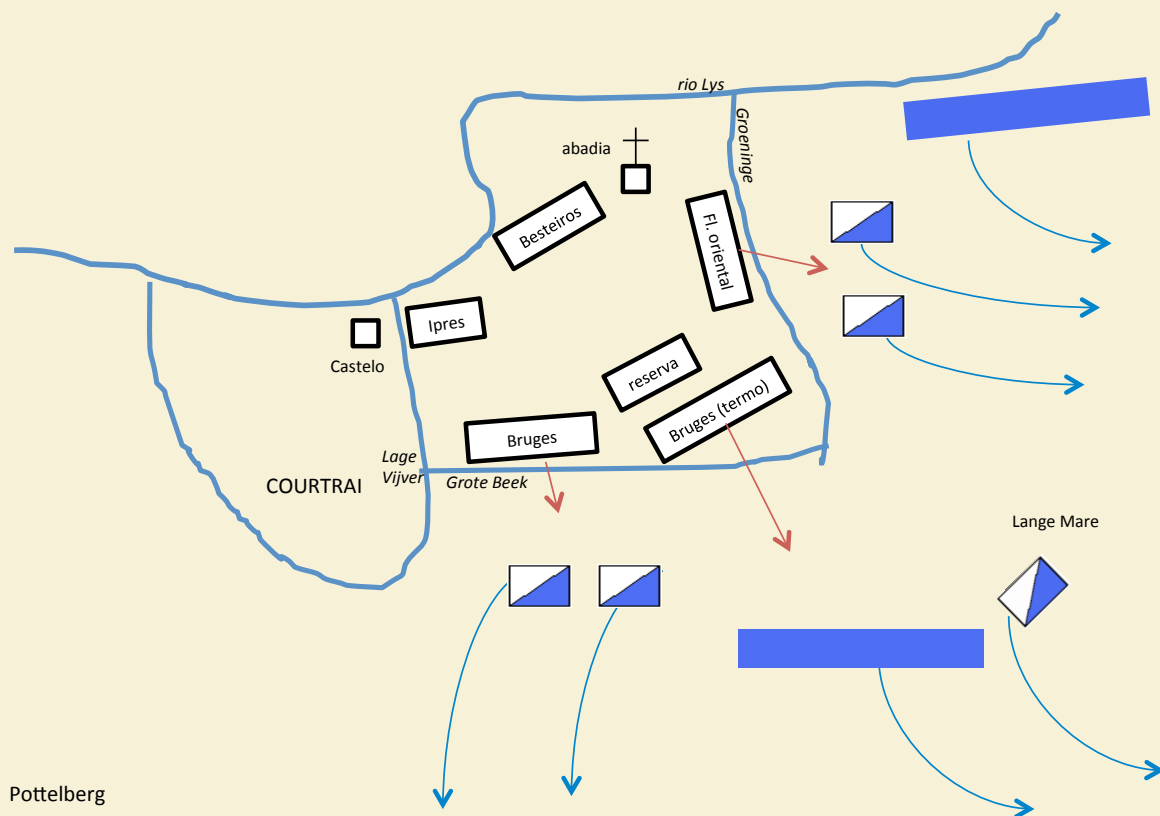


Pottelberg

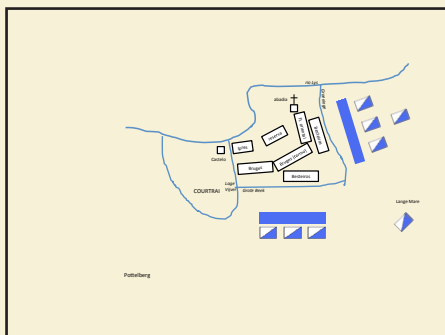
Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 7

FUGA DAS UNIDADES FRANCESAS QUE SOBREVIVERAM AOS CONFRONTOS. A RESERVA RETIRA SEM COMBATER.

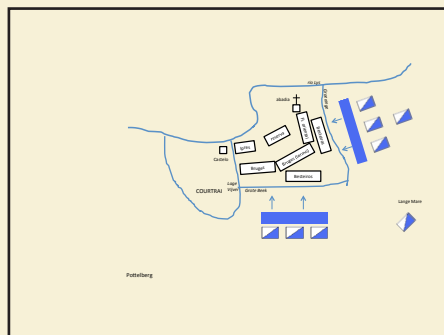
PERSEGUIÇÃO POR PARTE DOS FLAMENGOS, CONFIRMANDO A VITÓRIA NA BATALHA.



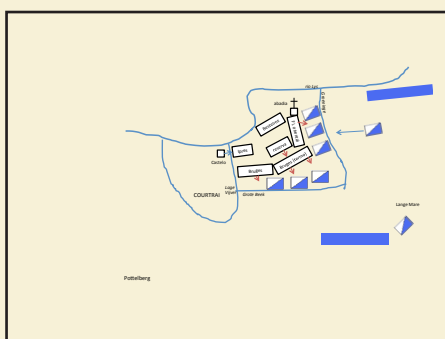
Resumo dos momentos da batalha



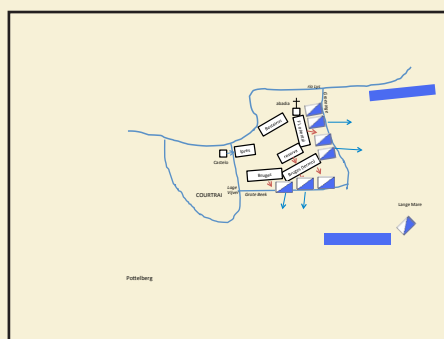
1



2



5



6

A batalha das Esporas Douradas

Arca de Oxford, retirada de Raoul C. van Caenegem (dir.), 1302. *Le désastre de Courtrai*. Anvers, Fonds Mercator. 2002 (Bert Cardon, Bart Strobants, "L'iconographie de la bataille des éperons d'or", pp. 170-193; Luc Devliegher "Le coffre controversé d'Oxford", pp. 262-284).





(Página deixada propositadamente em branco)

A BATALHA DE AGINCOURT (1415): O TRIUNFO IMPROVÁVEL DE UM “BANDO DE IRMÃOS”

As fontes sobre a batalha de Agincourt

No final do século XVI, provavelmente no ano de 1599, Shakespeare concluiu a sua trilogia histórica com a composição da peça *Henrique V*, imortalizando, por essa via, não só a figura do monarca inglês que lhe deu o nome, mas ainda a batalha de Agincourt, disputada em 1415 entre os exércitos de Inglaterra e de França, o maior triunfo militar do monarca inglês e o momento mais alto da peça. Para além da peça de Shakespeare, foram inúmeros os textos que se debruçaram sobre Agincourt, alguns deles contemporâneos da batalha, outros escritos entre os séculos XVI e a atualidade, em que a batalha de Agincourt celebra os seus seiscentos anos! Interessam-nos, para um relato mais preciso do que realmente poderá ter acontecido, os textos mais antigos, uma vez que todos os que se lhes seguiram (incluindo a já referida peça de Shakespeare) foram beber a essas fontes. Naturalmente, ambos os lados da contenda deixaram as suas próprias memórias, com similitudes, mas também com compreensíveis diferenças. A inventariação e análise detalhada destas fontes foram feitas com grande rigor por Anne Curry (2000), que apresentou nessa obra os excertos mais importantes de cada uma, no que diz respeito à batalha de Agincourt. Seguindo esse trabalho incontornável, começemos por ver quais foram as principais narrativas que nos podem auxiliar nesta revisitação de um dos maiores combates da Guerra dos Cem Anos, travado precisamente no ano

em que os portugueses conquistaram Ceuta e deram o tiro de partida para a sua expansão ultramarina.

270

A fonte mais antiga e bastante fiável é a *Gesta Henrici Quinti* (“Gesta de Henrique Quinto”), datada de c. 1417 e escrita em latim, como seria inevitável num texto com origem eclesiástica. O seu autor foi um clérigo que acompanhou o exército de Henrique V na campanha de 1415, cujo ponto alto foi a vitória de Agincourt. Não há certezas em relação à sua identidade, sendo, por essa razão, muitas vezes designado como “o Capelão”; considera-se provável que se tratasse de John Stevens, capelão real formado em Oxford e familiarizado com o trabalho de transcrição de documentos oficiais que sustentavam a relação de proximidade entre o rei inglês Henrique IV e os Orleanistas de França, um dos ‘partidos’ que, como veremos, disputava o poder político neste último reino. Os acontecimentos narrados nesta fonte abrangem aproximadamente quatro anos, começando em 1413, com a coroação de Henrique V. Aparentemente, o texto parece ter sido produzido para fins propagandísticos, como aliás seria de esperar numa crónica medieval, procurando transmitir a imagem de um rei inglês cujas ações foram sempre apoiadas por Deus e cuja vitória militar se deveu quase exclusivamente à vontade divina. Apesar dessa motivação, esta crónica é considerada como a que fornece o relato mais claro da batalha e uma detalhada descrição dos acontecimentos que a antecederam, nomeadamente a marcha do exército inglês de Harfleur até aos campos de Agincourt, com a difícil travessia do Somme e os preparativos para o combate.

A corte de Filipe “o Bom” da Borgonha (futuro Filipe I de Espanha, em virtude do seu casamento com a infanta Joana, e conseqüentemente pai do famoso imperador Carlos V) testemunhou o florescimento da cronística no seu seio. Entre outros exemplos, destacam-se as crónicas de Enguerran de Monstrelet, de Jean Waurin e de Le Fèvre, que contêm diversas interligações e longas passagens textuais idênticas, mostrando que os dois últimos beberam na fonte do primeiro. “A Crónica de Enguerran de Monstrelet” (*La Chronique d’Enguerran de Monstrelet*) foi redigida por esse membro da nobreza da Picardia, como uma continuação das crónicas de Jean Froissart, partindo do ano em que estas terminam (1400) e avançando até 1444. Nascido

possivelmente na povoação de Monstrelet, no Ponthieu, entre 1390-95, e falecido em Cambraia, em 1453, Monstrelet terá sido capitão do conde de Saint-Pol e posteriormente meirinho de Compière, ao serviço de João do Luxemburgo, tendo testemunhado a captura de Joana D'Arc por essa razão.

Por seu lado, Waurin e Le Fèvre assumem, nos seus testemunhos, a influência um do outro, e os seus relatos têm o valor acrescentado de ambos terem sido testemunhas oculares da batalha de Agincourt, tal como aconteceu com o Capelão.

Jean Le Fèvre terá nascido c. 1395 ou 1396, em Avesnes ou Abbeville, e morreu em Bruges, em 1468. Na altura da batalha, desempenharia já o cargo de arauto do rei de França ou do duque de Brabante e foi precisamente na condição de arauto que acompanhou o exército inglês desde Harfleur até ao campo de Agincourt. A sua crónica cobre os anos de 1408-1436 e teve como título *Chronique de Jean Le Fèvre, Seigneur de Saint Remy* (“Crónica de Jean Le Fèvre, Senhor de Saint Remy”).

Jean de Waurin, filho ilegítimo de Robert de Waurin, senescal hereditário da Flandres com ligações a João, duque de Borgonha, nasceu c. 1394 (embora o próprio afirme ter 15 anos à data de Agincourt, o que implicaria ter nascido c. 1400) e morreu nos inícios da década de 1470. O seu pai e o seu meio-irmão foram ambos mortos na batalha de Agincourt, integrando os elementos flamengos da hoste francesa. A sua crónica, intitulada *Recueil des Croniques et Anchiennes istoires de la Grant Bretagne a present nomme Engleterre par Jehan de Waurin* (“Compilação das Crónicas e Histórias Antigas da Grã Bretanha, hoje conhecida como Inglaterra”), terá sido escrita na década de 1460, como sucedeu provavelmente com a de Le Fèvre. Embora o seu autor tenha estado presente na batalha, no lado francês, não se sabe quais as funções que aí desempenhou.

Estes três relatos contêm importantes e detalhadas descrições da marcha realizada pelos ingleses entre Harfleur e Agincourt, da disposição dos exércitos no campo de batalha, do discurso motivador de Henrique V e ainda o nome de muitas das ilustres vítimas mortais do confronto.

Muitas outras crónicas e relatos, alguns dos quais serão referenciados ao longo deste capítulo, foram escritos sobre a expedição inglesa de 1415,

mas outros documentos deram um importante contributo para uma melhor compreensão dos dados que envolvem toda a operação. É o caso de diversos registos administrativos, com destaque para o ‘Rol de Agincourt’, uma lista de nomes de combatentes na batalha de Agincourt, do qual foram encontrados três exemplares, datados da segunda metade do século XVI: o mais antigo desses exemplares terá sido compilado por Robert Glover, arauto de Somerset entre 1571 e 1588, o segundo por Robert Cooke, arauto de Clarenceux, e o terceiro por Ralph Broke, arauto de York entre 1593 e 1625. Estas listagens são cópias do manuscrito original ou de cópias mais antigas desse mesmo manuscrito, que seria com toda a certeza o que foi entregue por Robert Babthorp ao Erário Régio em novembro de 1416, para que se realizassem os últimos pagamentos aos combatentes envolvidos na expedição de Agincourt. Neste documento original constavam os nomes dos homens de armas e dos arqueiros, mas nas cópias quinhentistas estes últimos foram omitidos, aparecendo o nome do líder de cada companhia, dos respetivos homens de armas e o total de efetivos, incluindo os já referidos homens de armas e os arqueiros (Curry, 2000: 407-408). Este tipo de documentação é de grande utilidade no processo de reconstituição das hostes, permitindo calcular com maior rigor os números totais de combatentes, que as crónicas tendem a exagerar.

Por fim, destacaremos um último documento: o plano de batalha elaborado, provavelmente, pelos líderes da vanguarda francesa, o condestável Charles d’Albret e o marechal Boucicaut, entre 13 e 21 de outubro de 1415, que embora não tenha sido posto em prática integralmente no confronto do dia 25 de outubro, acabou, na opinião de alguns autores, como Matthew Bennett, por ajudar a delinear a estratégia francesa na batalha.

O enredo: a Guerra dos Cem Anos

A rivalidade entre a Inglaterra e a França é uma história antiga — e longa. Tão longa que uma das etapas desse conflito, precisamente aquela na qual se integra a campanha que conduziu à batalha de Agincourt,

ficou conhecida como a Guerra dos Cem Anos (cujas balizas tradicionais são 1337-1453). Porém, as origens da rivalidade encontram-se recuando muito no tempo — recordemos um momento marcante, aquele em que um duque francês, Guilherme da Normandia, se apoderou do trono de Inglaterra ao derrotar o rei saxão, Haroldo II, na batalha de Hastings (1066). A partir desse momento, os reis de Inglaterra mantiveram sempre uma ligação com o rei de França que só poderia gerar atritos: embora soberanos de um reino independente, os reis ingleses eram em simultâneo vassallos do rei francês, em virtude de terem a posse da Normandia e de outros senhorios em França, obrigando-os a prestarem juramento de fidelidade e às demais obrigações que essa ligação implicava. A extensão do senhorio do rei inglês no continente variou ao longo do tempo, atingindo a sua maior dimensão na segunda metade do século XII, com Henrique II Plantageneta a governar a Normandia, a Aquitânia (ou Guiana, que chega às suas mãos por via do casamento com a duquesa Leonor), o Maine, o Anjou (por essa razão os Plantagenetas eram também conhecidos como Angevinos), a Touraine e o Poitou. No início do século XIII, no entanto, a balança virou a favor da Casa Real francesa. Beneficiando das debilidades da Coroa inglesa, agravadas por conflitos internos entre Ricardo “Coração de Leão” e João “Sem Terra”, e, desaparecido o primeiro, entre João “Sem Terra” e Artur da Bretanha, também pretendente ao trono inglês, Filipe Augusto de França iniciou uma política de conquistas à custa, em grande parte, das possessões inglesas no seu reino (mas também à custa dos Albigenses, contra quem liderou uma violenta guerra de cruzada). Desse modo, o rei capetíngio recuperou para o seu domínio vastos territórios: ao dar o golpe final na reação coligada dos seus adversários, copiosamente batidos na batalha de Bouvines (27 de julho de 1214), consolidou as conquistas anteriores e reduziu a presença inglesa em França praticamente ao território da Guiana.

Durante o reinado de Henrique III (1216-1272), as revoltas internas, com destaque para as lideradas por Simon de Monforte, prolongaram a instabilidade inglesa, contribuindo para preservar a hegemonia francesa nos territórios em disputa. O monarca inglês, em 1242, ainda invadiu o Poitou,

mas foi vencido na batalha de Taillebourg. Só mais tarde se colocou um aparente ponto final no conflito entre os dois reinos, com o Tratado de Paris, de 1258-59, assinado entre Henrique III e Luís IX de França, através do qual este último restituiu ao seu homólogo inglês os domínios retirados por Filipe Augusto em Cahors, Limoges e Périgueux, enquanto o primeiro se comprometeu a prestar vassalagem ao rei francês pelas possessões da Aquitânia e da Gasconha (Bennett, 1991: 7). A disputa reacendeu-se durante o reinado de Eduardo I (1272-1307), sucessor de Henrique III, prolongando-se nos reinados seguintes: a partir de então, os reis ingleses começaram a negar-se ou simplesmente a evitar prestar juramento de vassalagem ao suserano francês, a resistir à intromissão da Coroa e do Parlamento de Paris nos assuntos judiciais dos feudos na posse dos monarcas ingleses (algo que sucedia também noutros condados e ducados de França — veja-se o caso da Flandres, abordado no capítulo dedicado à batalha de Courtrai) e a contestar as fronteiras dos territórios da Guiana e do Poitou.

Em 1327, Eduardo III depôs o pai Eduardo II e subiu ao trono de Inglaterra, sendo precisamente neste reinado que o conflito conhecido como a Guerra dos Cem Anos teve o seu início. No ano seguinte, a morte de Carlos IV “o Belo” de França (que não deixou um herdeiro direto) abriu uma disputa pela sucessão ao trono francês que envolveu pessoalmente o rei de Inglaterra. Eduardo III justificou a sua pretensão por ser filho de Isabel de França, irmã do falecido rei de França, que casara com Eduardo II. No entanto, os franceses afastaram Eduardo III do trono francês invocando a chamada lei sálica, que impedia a sucessão por via feminina, entregando a Coroa a Filipe de Valois (Filipe VI), neto de Filipe III “o Bravo”.

Iniciava-se a dinastia dos Valois em França e, em simultâneo, incendiava-se novamente a contenda entre os dois reinos, quando Eduardo III se recusou a prestar homenagem ao novo monarca francês. Como retaliação, Filipe VI confiscou a Guiana e, dessa forma, o conflito agudizou-se. Após umas tréguas iniciais assinadas em Tournai, na Flandres, que durariam de 1340 a 1342, Eduardo III desembarcou nas costas da Normandia para uma campanha militar vitoriosa, com destaque para a brilhante vitória de 26 de agosto de 1346, na batalha de Crécy (que além de resultar num elevado

número de baixas francesas, incluindo nomes ilustres como o de Carlos de Alençon, irmão do monarca Filipe VI, minou profundamente a reputação deste último) e para a tomada de Calais, após um cerco que durou perto de um ano. A 19 de setembro de 1356, já com João II no trono de França, os ingleses obtiveram a seu segundo grande triunfo numa batalha campal da Guerra dos Cem Anos: a hoste de Eduardo, o “Príncipe Negro” (o filho mais velho de Eduardo III), derrotou o exército do monarca francês em Poitiers, recorrendo à mesma tática que tão bons frutos tinha dado dez anos antes. Tanto em Crécy como em Poitiers, os ingleses colocaram-se numa boa posição defensiva, optando pelo combate apeado e pela utilização eficaz dos seus arqueiros colocados nas alas contra a cavalaria inimiga. Como resultado, não só os franceses foram derrotados, mas o próprio João II foi capturado, sendo libertado só quatro anos mais tarde, na sequência da assinatura do Tratado de Brétigny-Calais (que os ingleses denominarão como a “Grande Paz”) e após se comprometerem a pagar, de forma faseada, três milhões de écus, que equivaliam a dois anos das receitas da Coroa francesa! Para além deste pesado resgate (literalmente digno de um rei), Eduardo III obteve importantes ganhos territoriais, que correspondiam a cerca de um terço do território francês e incluíam a Aquitânia (que se estendia do Loire até aos Pirenéus), Calais, o Ponthieu, o Poitou e o condado de Guines. No entanto, nem todas as cláusulas foram negativas para os franceses, uma vez que Eduardo III se comprometeu a restituir os territórios conquistados que ficassem fora dessas áreas e, mais importante ainda, renunciou para todo o sempre à Coroa francesa.

Os tempos que se seguiram não foram, ao contrário do que se esperaria, de hegemonia inglesa sobre os seus rivais franceses. Se a França vivia já uma grave crise económica (de que são sinais evidentes a sucessão já referida de derrotas militares e a *jacquerie* de 1358, facilitada pela ausência do monarca, cativo em solo inglês), também a Inglaterra sentiu os efeitos da crise económica e demográfica (importa não esquecer que estamos já na segunda metade do século XIV e a Peste Negra tinha já atingido a Europa) e da inevitável instabilidade social, com destaque para a Revolta Camponesa de 1381, encabeçada por Wat Tyler. Para agravar a situação,

a morte do “Príncipe Negro”, em 1376, e a do rei Eduardo III, em 1377, colocaram subitamente o trono nas impreparadas mãos de Ricardo II, filho do falecido príncipe e que tinha apenas dez anos de idade.

Naturalmente, a Coroa de França aproveitou a debilidade inglesa, sobretudo após a subida ao trono de Carlos V, “o Sábio” (1364-1380). Este monarca não só tratou de reestruturar a administração do reino e equilibrar as finanças régias, como conseguiu recuperar muitos dos territórios cedidos pelo tratado de paz de 1360, graças à ação determinante do seu condestável, Bertrand Du Guesclin, que analisou sabiamente o passado recente dos confrontos militares com a Inglaterra e corrigiu os erros que tinham levado às pesadas derrotas de Crécy e Poitiers. Assim, Du Guesclin pôs em prática uma estratégia de emboscadas e de devastações do território em posse do inimigo, para o desgastar de forma contínua, evitando as batalhas campais, sempre de desfecho incerto mas que pareciam pender mais para o lado inglês. Como resultado, passados cerca de 20 anos da Grande Paz, as possessões inglesas estavam reduzidas a Bordéus, Bayonne, Brest, Cherbourg e Calais! Como retaliação pelo reabrir das hostilidades por parte dos franceses em 1369, Eduardo III voltou a intitular-se “rei de França”, título que passaria para o seu sucessor.

Mais uma vez, tudo parecia desenhado para que um dos lados, neste caso a França, conquistasse uma posição duradoura de superioridade sobre o inimigo. Porém, tal como acontecera em Inglaterra, também no reino francês a situação política se alterou quando Carlos V morreu, em 1380 (nesse mesmo ano, também Du Guesclin iria perder a vida, após doença súbita contraída durante o cerco de Châteauneuf), e Carlos VI foi aclamado como novo rei francês, tendo apenas doze anos de idade. As coroas de França e da Inglaterra pousavam na cabeça de dois reis adolescentes, por esse motivo mais vulneráveis às pressões palacianas, sobretudo Carlos VI, que teve como agravante sofrer de uma doença mental incapacitante que se começaria a manifestar desde pelo menos 1392. Por essa razão, estes reinos iriam mergulhar numa grande agitação interna, o que acabou por contribuir para um período de tréguas entre ambos, que duraria de 1380 até ao final do século.

Os problemas de saúde de Carlos VI, que o deixavam incapacitado de forma temporária, mas repetida, abriram caminho para uma luta entre os grandes do reino pelo poder — não se tratava propriamente de conspirações contra o rei, como veremos que irá suceder em Inglaterra, mas de esforços no sentido de aumentarem a sua influência sobre o monarca e, sobretudo, sobre o delfim Luís. Desta forma, a França dividiu-se, *grosso modo*, em dois partidos: os Borguinhões, liderados por João “Sem Medo”, duque da Borgonha, e os Orleanistas ou Armagnacs, liderados por Luís, duque de Orleães. Os dois duques em questão tinham laços familiares entre si e com Carlos VI, como se pode observar na árvore genealógica que apresentamos: Luís de Orleães era irmão de Carlos VI, o que lhe conferia maior ligação de sangue com o rei; João da Borgonha era primo do monarca e sobrinho de Carlos V e era, em simultâneo, senhor de um extenso senhorio que incluía o ducado da Borgonha, os condados da Borgonha (que se inseria no Império Romano-Germânico), do Artois, de Charolais, de Nevers e Rethel, tendo ainda grande influência sobre o ducado de Brabante, que estava (desde 1406) na posse de um dos seus irmãos, e sobre a Flandres (a sua mãe era condessa da Flandres). Ora, o domínio da Flandres implicava necessariamente ligações com a Inglaterra pois, como se sabe, as ligações comerciais entre ambos eram bastante estreitas. Por outro lado, o facto de possuir um domínio extenso e rico e parcialmente situado fora da soberania do rei francês conferiam a João “Sem Medo” uma liberdade de ação que os seus rivais orleanistas não possuíam.

Tendo em conta o que foi referido, as ambições políticas dos líderes dos dois “partidos” eram compreensíveis e os conflitos surgidos ainda no tempo de Filipe “o Bravo” da Borgonha (falecido em 1404) agudizaram-se em 1407. Nesse preciso ano, Luís de Orleães foi assassinado em Paris a mando de João “Sem Medo”, na sequência de uma redução do número de conselheiros levada a cabo por Carlos VI (presumivelmente sob influência dos Orleanistas) e que implicou o afastamento dos apoiantes mais próximos de João da Borgonha. No início do ano seguinte, o rei publicou o perdão

do duque e afastou os que o procuraram prender, sinal revelador do seu enorme poder na corte. Em 1409, este encontrava-se em Paris, tendo reinstalado alguns dos seus apoiantes no conselho régio e assumido o cargo de único guardião do delfim. Neste mesmo ano, foi assinada a Paz de Chartres (9 de março), com Carlos VI a perdoar novamente o duque pelo crime cometido e a apelar à reconciliação entre as partes em conflito, sem grande sucesso. Em 1410, foi forjada a Liga de Gien, uma aliança entre os duques de Berry (irmão do falecido monarca Carlos V e de Filipe “o Bravo” da Borgonha), da Bretanha e de Orleães e os condes de Alençon, Armagnac e Clermont — foi nesta ocasião que se tratou do casamento entre Luís de Orleães e Bonne de Armagnac, passando os Orleanistas a ser designados também como Armagnacs. A Liga de Gien rapidamente se dissolveu após ter sido banida por Carlos VI — o monarca chegou a ameaçar os elementos da aliança de confisco de bens e a convocar um *arrière-ban*, demonstrando a intencionalidade da sua decisão. Apesar de oficialmente dissolvida, a ligação entre os principais elementos que compunham os Orleanistas manteve-se, assim como o desejo de afastar João da Borgonha da corte e do poder. A frágil reconciliação durou apenas um ano e meio e, após esse período, a França mergulhou numa guerra civil.

A situação política em Inglaterra no início do reinado de Henrique V

a) O príncipe Henrique entra em cena

O conflito entre Borguinhões e Orleanistas despoletado pelo assassinato de Luís de Orleães acabou por ser benéfico para a Inglaterra, uma vez que, como vimos, também este reino se encontrava numa situação política instável: primeiro, com a entronização de um Ricardo II muito jovem e que se revelaria incapaz de gerar os apoios necessários para fortalecer a sua posição; depois, com a deposição deste, em 1399, pelo seu primo Henrique, filho de João de Gante (duque de Lencastre) e neto de Eduardo III, que subiu ao trono como Henrique IV (recordemos que este novo monarca inglês

é irmão de Filipa de Lencastre — sobre as principais ligações familiares das duas Casas Reais, veja-se a árvore genealógica que apresentamos em anexo). Ao longo do reinado, que se prolongou até à sua morte, em 1413, Henrique IV teve de fazer face a diversas dificuldades. Destacamos a longa guerra entre a Inglaterra e Gales, os conflitos com a Escócia e a contínua contestação por parte dos apoiantes do monarca deposto. Aliás, foi precisamente na sequência de uma conspiração liderada pelos apoiantes de Ricardo II, em 1400, que visava assassinar Henrique IV e os seus filhos, que o rei ordenou a execução do seu antecessor e de diversos elementos supostamente envolvidos na trama.

Em 1401, a tensão com a França voltou a aumentar: receando uma invasão da Guiana, Henrique IV nomeou Eduardo de York para aí servir como tenente, colocando ao seu dispor uma força de cem homens de armas e mil arqueiros. No ano seguinte, os franceses cimentaram a sua aliança com a Escócia, enviando uma hoste comandada por Jacques de Heilly; este seria capturado pelos Percy, uma família próxima do futuro Henrique V, que se iria revoltar no ano seguinte contra a monarquia inglesa, e seria derrotado de forma contundente pelo exército régio na batalha de Shrewsbury, a 21 de julho de 1403. Nesse mesmo ano, Luís de Orleães liderou incursões na Guiana, interrompendo as tréguas em vigor entre França e Inglaterra. Em 1404, os franceses reconheceram Owen Glendower como príncipe de Gales, apoiando-o na sua revolta contra o domínio inglês. Novas revoltas e conspirações falhadas terão lugar em 1405 (envolvendo o arcebispo de York, Richard Scrope, executado por ordem do rei) e em 1408 (desta feita, o condenado à morte será o conde de Northumberland).

Ao longo de todo este período, a França não deixou de promover ataques de corsários que partiam de Harfleur (uma cidade situada na costa norte de França) contra as embarcações inglesas que navegavam na Mancha e no Mar do Norte, atingindo dessa forma a economia do reino. Por todas estas razões, o despoletar da guerra civil francesa acabou por favorecer os interesses da Inglaterra, ao travar as iniciativas francesas contra si e ao possibilitar a Henrique IV a adoção de uma política mais interventiva e agressiva em relação à França. Ao mesmo tempo, obrigou

os dois partidos em guerra a procurar, à vez, o auxílio inglês contra os seus oponentes. Entre 1410 e 1411, João da Borgonha encetou esforços no sentido de obter o apoio militar de Inglaterra, tendo recebido o auxílio de forças mercenárias lideradas pelo conde de Arundel. Com este reforço de seiscentos a oitocentos homens de armas e mil a dois mil arqueiros (consoante as fontes, sempre muito divergentes nestas contagens de efetivos — Monstrelet aponta mesmo para um número ainda inferior, totalizando mil e duzentos combatentes, entre cavaleiros e arqueiros — Curry, 2010: 26 e 27), João da Borgonha, agindo em representação da Coroa, conseguiu afastar os Orleanistas da região de Paris. Em 1412, foi a vez de os Orleanistas procurarem o apoio inglês, solicitando o envio de mil homens de armas e três mil arqueiros. Em troca, reconheciam a posse inglesa de todo o condado da Guiana, oferecendo mesmo apoio militar a Henrique IV para a recuperação da totalidade deste território, e comprometeram-se a transferir, após a morte dos atuais senhores, algumas das suas terras para as mãos do rei (era o caso do Poitou, na posse do duque de Berry, e de Angoulême, na posse do duque de Orleães). Este acordo foi assinado a 18 de maio, em Londres, e posteriormente confirmado em Bourges. Ao aceitá-lo, Henrique IV estava a declarar guerra à Coroa francesa.

A expedição ficou sob comando de Thomas, duque de Clarence, irmão mais novo do príncipe Henrique, facto que gerou algum desconforto no futuro herdeiro da Coroa. Na opinião de Anne Curry, o príncipe parecia não gozar de grande prestígio entre os conselheiros mais próximos do monarca. Enquanto príncipe de Gales, sentira dificuldades em conduzir de forma eficaz as operações militares contra o rebelde Owen Glendower, deixando a campanha militar arrastar-se demasiado no tempo em ações “inconclusivas” e de “pequena escala”. O seu primeiro grande cerco, a Aberystwyth, em 1407, foi um rotundo fracasso e, como consequência, no ano seguinte o príncipe Henrique detinha unicamente o comando nominal das operações em Gales, não estando presente em várias operações (Curry, 2010: 33-34). Christopher Allmand, biógrafo de Henrique V, aponta outras razões para o descrédito do príncipe no período final do reinado do pai.

Para Allmand, a experiência da guerra em Gales, que durou cerca de uma década, foi essencial na formação do jovem Henrique (tinha 14 anos quando teve de começar a lidar com a revolta galesa), pelos ensinamentos que lhe daria para o futuro:

- a importância de dominar castelos e praças-fortes para controle militar e político efetivo de um território (permitindo, por exemplo, a cobrança de impostos);
- em conjugação com este ponto, a importância da guerra de cerco e do uso de armamento especializado (incluindo as armas de fogo, mas também os arqueiros);
- a importância da utilização do mar como via mais rápida e segura de ligação entre os vários pontos dominados no litoral;
- a necessidade de manter as hostes bem abastecidas de alimentos e de outras provisões;
- a importância de um planeamento financeiro adequado para o sucesso das operações militares, sem o qual seria difícil fazer face aos gastos com o pagamento dos soldos e diversas outras despesas (Allmand, 1992: 34-38).

Assim, Allmand é de opinião que o príncipe, aos 20 anos de idade (em 1406), tinha já uma considerável experiência de guerra real. Henrique tinha a seu favor o facto de ter estado presente na vitoriosa batalha de Shrewsbury, contra os seus antigos aliados e mentores, os Percy, na qual seria, aliás, gravemente ferido por um disparo de flecha que lhe atingiria o rosto, forçando-o a uma operação de alto risco que o deixou marcado com uma grande cicatriz e, seguramente, com a noção da grande eficácia deste tipo de armamento. O período de convalescença que necessariamente se seguiu poderá mesmo ter contribuído para afastá-lo momentaneamente do palco da guerra em Gales. Além dessa experiência, o príncipe aprendeu também a lidar com as tomadas de decisão que o seu cargo implicava. Por essa razão, desde 1406 teve uma presença regular no conselho régio e a sua influência foi essencial para a promoção de elementos da sua

família, os três irmãos Beaufort e Thomas Chaucer, que se tornaram seus aliados no jogo político da corte. Os Beaufort (John, conde de Somerset; Henry, bispo de Lincoln até 1404 e posteriormente bispo de Winchester e chanceler do reino, entre 1403-5; e Thomas, que viria também a ser chanceler em 1410) eram filhos de João de Gante e da sua terceira mulher, Katherine Swynford, e conseqüentemente irmãos do rei. Thomas Chaucer era filho do grande poeta Geoffrey Chaucer e de uma irmã da já citada Katherine Swynford. Estas alianças eram fundamentais para Henrique, pois tinha um adversário de peso no conselho régio: Thomas Arundel, arcebispo da Cantuária. As posições de ambos divergiam em diversos aspetos, nomeadamente em relação aos gastos com as despesas militares, que Henrique pressionava para serem aumentados, em virtude da guerra em Gales, e que Arundel pretendia limitar, para obter o apoio dos Comuns à governação de Henrique IV.

No inverno de 1409-1410, o rei adoeceu gravemente, ficando a governação entregue ao seu conselho, o que permitiu ao príncipe ter um papel político ainda mais ativo, conseguindo obter do pai o afastamento de Arundel, ascendendo Thomas Beaufort ao cargo de chanceler. Durante dois anos, o poder do príncipe foi incontestado, parecendo haver uma união entre este e Henrique IV. No entanto, o cenário mudou em 1411, devido à situação francesa. João da Borgonha, como já referimos, sentiu a necessidade de pedir auxílio a Inglaterra para derrotar definitivamente os Orleanistas e, pouco tempo depois, foi a vez de estes solicitarem também o apoio inglês! Ora, perante este cenário, pai e filho dividiram-se: enquanto o príncipe era favorável a uma aliança com João da Borgonha, negociando até um acordo de casamento com uma filha do conde, o rei considerava mais favoráveis as condições oferecidas pelos Orleanistas, tendo sido esta a opção escolhida, sem o apoio do príncipe (a ausência de apoio público a esta decisão régia contribuiu para a impopularidade de Henrique neste período).

As divergências em relação à França terão, em parte, levado Henrique IV a dispensar o seu conselho, no qual se encontrava o príncipe. Porém, terá também pesado nesta decisão o crescente poder que o rei via concentrar-se no seu primogénito (seguramente não terá apreciado a sugestão feita

pelo bispo Beaufort para abdicar em benefício do filho!). Assim, em 1411, Henrique abandonou o conselho, o arcebispo Arundel regressou a essa função, bem como à de chanceler, e Thomas, duque de Clarence, irmão mais novo do príncipe, foi nomeado líder da expedição a França.

Christopher Allmand e Anne Curry convergem na questão da impopularidade crescente do príncipe Henrique nos últimos anos do reinado de Henrique IV: além de não ser uma figura benquista na corte, o príncipe viu-se envolvido em acusações de conspiração contra o rei e de desvio de fundos destinados à guarnição de Calais. Numa carta por si enviada ao pai, e citada pelo autor da *Crónica de Saint Albans*, rebateu violentamente estas acusações, que considerou serem proferidas por “certos filhos da iniquidade (...) desejando (...) perturbar a linha de sucessão” (citado por Curry, 2010: 29-30). Esta visão negativa das qualidades e da prestação do príncipe perdurou no tempo, sendo credível que pudesse estar na origem da lenda de uma juventude rebelde que Shakespeare retratou na peça *Henrique IV*.

A expedição liderada por Clarence partiu de Inglaterra e desembarcou no mês de agosto em La Hogue, onde também Eduardo III tinha desembarcado em 1346. No entanto, no dia 22 desse mesmo mês, os Orleanistas acordaram a paz com Carlos VI, assinando o Tratado de Auxerre, no qual se comprometiam a acatar as determinações da Paz de Chartres (1409), a abandonar quaisquer desejos de punição dos assassinos de Luís de Orleães e a renunciar a todas as alianças feitas com a Inglaterra. Como retaliação, Clarence atacou territórios na posse dos Orleanistas, colocando a Inglaterra e a França à beira de uma guerra, que seria evitada com a assinatura de um acordo em Buzançais (14 de novembro), no qual Clarence se comprometia a retirar em janeiro no ano seguinte sem provocar mais devastações em solo francês, recebendo em troca uma compensação de 210 mil écus.

Estabelecidas as tréguas, os ingleses retiraram-se para Bordéus, para aí aguardarem a chegada da primavera e, provavelmente, reiniciarem a ofensiva. No entanto, quaisquer planos que tivessem foram travados pela notícia da morte do seu monarca — Henrique V subia finalmente ao trono!

b) O reinado de Henrique V

284

Ao subir ao trono, em 1413, Henrique V tinha pela frente importantes desafios para vencer. Em primeiro lugar, um desafio interno, o de garantir a paz no reino e a sua posição no trono de Inglaterra. Como referimos, no ocaso do reinado do pai, o príncipe não gozou de grande popularidade, tal como o próprio Henrique IV não teve o apoio incondicional dos seus súbditos (basta recordar as várias conspirações contra si, a que aludimos anteriormente) até por ser visto aos olhos de muitos destes como um usurpador da coroa de Ricardo II. Assim sendo, era fundamental congregar em torno da figura do novo monarca o apoio dos grandes do reino, que partilhavam, pelo menos em parte, o desejo de estabilidade governativa e que em muitos casos encararam a mudança no trono de Inglaterra com otimismo. Em segundo lugar, Henrique V tinha pela frente o até então irresolúvel longo conflito com a França, acentuado pelas divisões que se viviam na própria Cristandade desde a eclosão do Grande Cisma do Ocidente, em 1378.

A solução para estes dois problemas foi preparar a guerra com a França, uma decisão que foi tomada após serem pesados diversos argumentos:

- o rei inglês tinha o direito legítimo de usar as armas para fazer cumprir as determinações da Grande Paz e, dessa forma, recuperar territórios historicamente seus (nomeadamente a Guiana) e forçar os franceses a pagar o que faltava do resgate de João II;
- Henrique V invocou em simultâneo a questão da pretensão legítima ao trono de França, manifestada por todos os reis de Inglaterra desde Eduardo III;
- o momento para uma invasão parecia o mais propício, sobretudo devido à divisão entre Orleanistas e Borguinhões, que poderia ser utilizada a favor da Inglaterra e impediria, à partida, uma maior resistência face a uma expedição inglesa;
- a Inglaterra poderia solucionar o flagelo da pirataria que, sobretudo no reinado de Henrique IV e com o patrocínio francês, fustigava a

navegação inglesa e as suas comunidades marítimas. Muitos destes ataques partiam de bases em França, com destaque para Dieppe e Harfleur, o que explica a escolha desta última como alvo militar na expedição de 1415;

- a vitória inglesa contribuiria para aumentar os rendimentos da Coroa inglesa, quer forçando o pagamento do resgate de João II, quer através das rendas associadas aos senhorios que seriam recuperados e de outros frutos que uma guerra pudesse trazer;
- politicamente, uma operação desta natureza poderia unir a nobreza em torno de Henrique V, uma vez que os elementos desta ordem social viam com bons olhos uma guerra que lhes trouxesse rendimentos, após um período de dificuldades como fora o século XIV;
- a obtenção do apoio da nobreza e do Parlamento e o prestígio alcançado por uma grande vitória militar contra a França funcionariam como elementos de legitimação do novo rei — estratégia que também Henrique IV, no início do seu reinado, procurou levar a cabo, ao liderar uma operação militar contra os escoceses. Embora herdeiro legítimo do trono, Henrique V tinha ainda o peso da usurpação do trono de Ricardo II, sem a qual nunca teria chegado ao poder. Esse peso teria de ser definitivamente afastado, para garantir a estabilidade governativa do reino.

A guerra por si só poderia não ser suficiente para cimentar a imagem de Henrique V como monarca legítimo e unânime. A postura, a personalidade e algumas decisões sábias do jovem rei contribuíram para dignificar a figura régia, não apenas pessoalmente, mas de forma genérica. Uma das suas decisões que demonstra a dignidade que atribuía ao cargo foi a de ter mandado sepultar Ricardo II em Westminster, a 4 de dezembro de 1413. Este gesto simbólico foi importante a vários níveis: em primeiro lugar, agradou seguramente aos antigos apoiantes do rei deposto, diminuindo a hostilidade que estes pudessem ainda guardar em relação ao filho do usurpador; em segundo lugar, agradou à Igreja, uma vez que cumpria uma das promessas feitas ao papa por Henrique IV para expiar a morte de Ricardo II

e, desse modo, contribuiu para construir a imagem de um rei devoto e moralmente inatacável.

286

Outro aspecto fundamental para se compreender o ascendente que Henrique V conseguiu ter sobre os seus súbditos, nomeadamente os de maior estatuto, é o seu carisma. O retrato que Matthew Bennett nos dá de Henrique V é revelador dessa qualidade:

“Um aspeto importante do sucesso de Henrique enquanto líder foi a sua capacidade de conquistar o respeito de todos, quaisquer que fossem as suas idades ou veteranias (...). Em suma, Henrique era um guerreiro medieval completo e um rei modelar (...). Não há dúvidas de que assumia as suas responsabilidades de forma bastante séria. Tinha herdado direitos em França, especialmente na Normandia, e sentia a responsabilidade de lutar por eles. Igualmente, em relação à questão da Coroa francesa, tinha uma responsabilidade familiar perante o seu bisavô, Eduardo III, para a obter, caso fosse possível. Um homem piedoso, tinha plena consciência da santidade dos bens da Igreja e do seu dever para com os súbditos (...) Além do mais, possuía coragem física e moral (...)” (Bennett, 1991: 12-13).

A coragem que Bennett confere ao novo rei inglês não pode ser contestada — o seu plano para atacar a França tinha tanto de ousado como de arriscado. Se uma vitória poderia trazer os benefícios que mencionamos anteriormente, uma derrota poderia levar Henrique a perder não só o trono, como a própria vida. A capacidade para cativar demonstrada por Henrique V permitiu que este se rodeasse de homens extremamente competentes e da sua confiança, capazes de o auxiliar na preparação da operação militar que pretendia pôr em marcha: o seu tio Henry Beaufort teve a seu cargo a obtenção dos fundos necessários para o financiamento da expedição e a gestão do recrutamento dos combatentes; o conde de Arundel encarregou-se dos pagamentos às tripulações da frota que partiria de Southampton para Harfleur, bem como do aprovisionamento de tudo o que era necessário para a dita viagem; o conde de Dorset, que detinha o cargo de almirante,

teve como missão reunir a numerosa frota necessária à expedição; Richard Courtenay, bispo de Norwich, era o homem forte do rei nas questões de espionagem e diplomacia. Para a campanha militar propriamente dita, Henrique fez-se acompanhar pelos seus irmãos, os duques de Gloucester e de Clarence, pelos condes de Suffolk, Cambridge e Oxford, pelo duque de York (seu tio), por Sir Thomas Erpingham e por Eduardo, conde de March (este último estivera envolvido numa conspiração contra o rei, que abordaremos mais adiante, mas foi perdoado e integrado na expedição).

Embora seja claro que Henrique V pretendia invadir a França, não o poderia fazer no momento imediato à sua subida ao trono. Precisava de tempo para reunir milhares de homens, entre combatentes e não combatentes, e uma armada para os transportar para França. E precisava, antes de mais, de obter os fundos necessários para financiar a guerra. Recordemos que, neste início do século XV, os combatentes envolvidos nas campanhas régias inglesas eram pagos mediante a assinatura de um contrato de prestação de serviços militares. Ora, apesar do lançamento de impostos (para os quais foi necessário convencer o Parlamento), o rei inglês viu-se forçado a contrair empréstimos avultados e a empenhar mesmo as joias da sua coleção, entregues como garantia de pagamento futuro de muitas das dívidas.

Preparar a guerra

Apesar de ter concordado com o lançamento de impostos para financiar a guerra com a França, o Parlamento exigiu ao rei que este continuasse a negociar uma solução pacífica para o contencioso. Essas negociações decorriam já desde 1413, em torno de um possível matrimónio entre Henrique V e uma das filhas de Carlos VI (Catarina, com quem viria efetivamente a casar em 1420) e, naturalmente, também sobre as questões dos senhorios em disputa entre ambos os reinos. O envio de embaixadas prolongou-se desde então até junho de 1415, ou seja, até às vésperas da partida da armada inglesa, o que demonstra que a dada altura pareceu evidente a inevitabilidade do recurso às armas — enquanto os emissários iam discutindo, os

exércitos iam sendo mobilizados... Tal não aconteceu somente em relação a Inglaterra, pois também a Coroa francesa iniciou preparativos para a guerra durante o período das negociações. Não iremos aprofundar as questões negociais que envolveram os dois reinos nestes anos que antecedem a expedição de 1415, remetendo quem nos lê para a minuciosa análise feita por Anne Curry (2010: 44-49). Queremos apenas sublinhar dois aspectos que nos parecem importantes. O primeiro é que, além de negociar com Carlos VI e o delfim Luís, Henrique V procurou também negociações à parte com João da Borgonha no sentido de criarem uma aliança entre ambos, que para alguns autores (como Anne Curry ou Christopher Allmand) não terá sido bem-sucedida, mas que para outros (como Michael Katon Jones) explica a ausência de João da Borgonha no campo de batalha de Agincourt. O segundo aspecto a destacar prende-se com a necessidade (por parte do rei inglês) de manter as negociações praticamente até ao último minuto, para que o Parlamento e a Cristandade acreditassem que, da sua parte, todos os esforços tinham sido feitos no sentido de encontrar uma solução negociada. Já em 1415, quando uma aproximação dos dois “partidos” franceses parecia vir a concretizar-se, Henrique V enviou novos emissários (em março) oferecendo condições mais favoráveis para a Coroa francesa do que anteriormente tinha feito (mais concretamente, aceitava negociar o casamento com a filha de Carlos VI de forma autónoma, sem envolver as demais questões nesse acordo). Segundo Anne Curry, esta pode ter sido uma jogada de génio por parte do rei inglês, pois saberia que, perante a reconciliação entre Orleanistas e Borguinhões ocorrida com a assinatura do Tratado de Arras, a 13 de março, e com preparativos para a guerra em marcha também em França (Carlos VI lançou nesse mesmo dia novos impostos para a defesa do seu reino), quaisquer propostas de paz vindas de Inglaterra seriam recusadas e a responsabilidade de o confronto militar se tornar inevitável passaria para os franceses.

Vejamos agora como se recrutaram os combatentes ingleses. Todo o processo passava pela realização de contratos estandardizados na forma e no conteúdo. Formalmente, estamos a falar de documentos conhecidos como “cartas partidas”, por serem feitos em duplicado no mesmo suporte

e cortadas (“partidas”) em ziguezague, ficando cada uma das partes com o seu exemplar (validado pelo selo da outra parte) como comprovativo do que ficara acordado. O corte em ziguezague era intencionalmente feito para impedir a falsificação de uma das parcelas do documento, bastando para tal voltar a encaixá-las para se comprovar ou refutar a sua autenticidade. Para a campanha de 1415, a grande maioria destas cartas foram assinadas no dia 29 de abril entre a Chancelaria Régia e os capitães. Note-se que o rei não recrutava combatentes diretamente, deixando essa tarefa a cargo dos capitães. Neste caso específico, os registos mostram que 320 “capitães” assinaram contrato com a Coroa, um número bastante mais elevado do que o habitual em expedições anteriores. Na campanha liderada pelo duque de Clarence, três anos antes, apenas três companhias foram reunidas, mas estas eram bastante numerosas. Em 1415, apesar de se registarem muitas companhias, estas eram geralmente compostas por poucos elementos (cerca de 120 capitães apresentaram-se com uma companhia inferior a dez combatentes). Anne Curry explica esta particularidade: todos queriam servir numa guerra contra um grande inimigo comum (a França) e sob comando pessoal do seu rei!

Os capitães comprometiam-se a mobilizar um determinado número de combatentes que formariam o seu séquito, ficando discriminado o número de homens de armas e o número de arqueiros e demais combatentes. Era necessário registar de antemão o número de nobres (e o seu respetivo título — duque, conde, cavaleiro...), uma vez que o soldo pago a estes elementos era superior, dado o seu estatuto social. O dinheiro a isso destinado era entregue ao capitão em prestações, uma parte no momento da assinatura do contrato (sem o qual poderia ter dificuldade em recrutar combatentes para a sua companhia) e o restante seria pago mais tarde. Os contratos definiam também a duração da campanha militar (neste caso concreto, doze meses), o local (evocado em termos genéricos, como “França” ou “Guiana”) onde esta iria decorrer e os termos da partilha dos despojos e do resgate dos prisioneiros capturados (no caso de prisioneiros de elevado estatuto — recordemos o caso do rei João II de França — estes deveriam ser entregues à Coroa, mas quer o capitão quer os seus homens receberiam

uma compensação monetária). A partir deste momento, cabia a cada um dos capitães reunir o número e o tipo de combatentes previamente acordado, formando a respetiva companhia, que deveria apresentar-se em local a designar pelo rei. No caso da expedição de 1415, foi escolhida como ponto de concentração a cidade portuária de Southampton e outras povoações das redondezas. Aí se apresentaram as diversas companhias para serem inspecionadas por elementos ligados ao Tesouro régio, que tinham como obrigação confirmar se o número de homens inicialmente negociado tinha sido efetivamente recrutado.

O número de homens que embarcaram de Southampton em direção a França não é, como acontece na maioria dos casos de hostes medievais, possível de determinar com rigor. As fontes escritas dão, como seria de esperar, valores totalmente distintos: John Capgrave (*De Illustribus Henricis* — “O Ilustre Henrique”) refere 9000 homens; o autor anónimo da *Gesta* aponta para um valor aproximado de 12 000 combatentes; Thomas Basin (“História de Carlos VII”), 12 000 a 15 000; Enguerran de Monstrelet, 30 000; Perceval de Cagny (“Crónica de Percebal de Cagny”) 80 000 a 100 000! Os historiadores modernos inclinam-se para valores mais moderados, próximos dos que apresenta a *Gesta*. Matthew Bennett aponta um total de 2500 homens de armas e 8000 arqueiros (metade a cavalo, metade a pé) e 200 homens para operar engenhos (mangonéis e trabucos) e artilharia, acompanhados por cerca de 900 a 1000 não combatentes, incluindo 20 cirurgiões, 29 capelães, 15 menestrais (Juliet Barker refere 18, incluindo 3 trombeteiros, 3 tocadores de gaitas de foles e um flautista!), 120 mineiros e 124 carpinteiros, e 10 000 cavalos (Bennett, 1991: 32-38; Barker, 2005: 136-139). Michael K. Jones aponta para valores semelhantes: 2000 homens de armas e 9000 arqueiros (Jones, 2005: 55). Anne Curry (2010: 76-78) calcula que a hoste inglesa totalizaria cerca de 12 000 combatentes, dos quais cerca de 2300 eram homens de armas (aproximadamente 20% do número total de efetivos). A mesma autora sublinha que, neste período após a Peste Negra, dificilmente se conseguiria reunir um exército mais numeroso: a hoste de Eduardo III que participou na campanha de 1346 tinha 14 000 homens e a de Clarence, em 1412, não ultrapassaria os 4000. Quanto ao número de cavalos, este ex-

cederia o número de homens, uma vez que cada cavaleiro levava mais do que uma montada: a companhia de Sir John de Rhuthin incluía 44 homens e chegará ao final da campanha com 96 cavalos, enquanto os homens de armas da companhia do duque de York levavam dois cavalos cada um.

Todos estes homens e o respetivo equipamento embarcaram em navios na sua maioria fretados na Holanda e na Zelândia, o que elevou as despesas da expedição, mas ao mesmo tempo não afetou os mercadores ingleses, pouco disponíveis para ceder as suas embarcações (que eram, aliás, de menor tonelagem do que as que vieram dos Países Baixos). Embora algumas crónicas apontem para uma armada composta por 1500 embarcações (valor também apontado por Christopher Allmand), Matthew Bennett considera esse número excessivo, sugerindo um total de 300 embarcações, valor mais credível e ainda assim bastante elevado, tendo em conta que a frota régia em 1415 teria apenas 13 navios e, em 1417, a armada permanente de Henrique V contava apenas com 30. Apesar de elevado, o número de embarcações que compuseram a frota que partiu de Southampton revelou-se insuficiente para transportar todos os homens disponíveis para embarcar — muitos só fariam a viagem mais tarde!

Antes de partir, Henrique V não descuroou a defesa do reino, reforçando militarmente as fronteiras com a Escócia e com Gales (essas regiões foram, em parte, poupadas já no recrutamento para a expedição a França). A 24 de julho, redigiu o seu testamento (ato que muitos outros nobres repetiram, antecipando a possibilidade real de perderem a vida), ofereceu esmolas a trinta pobres durante um ano, encomendou 20 000 missas pela sua alma, caso morresse em França, e enviou uma última missiva ao monarca da flor-de-lis, apelando mais uma vez à paz e justificando a iminente intervenção armada que iria liderar.

A partida estava marcada para o dia 1 de agosto de 1415. Na véspera, Henrique V foi informado de uma grave conspiração contra si, o que o forçou a adiar o embarque. A denúncia foi feita pelo jovem (23 anos) Edmundo Mortimer, conde de March. Segundo ele, um grupo de conspiradores preparava-se para depor o rei, substituindo-o pelo próprio Mortimer! Entre os conspiradores, estavam importantes figuras da nobreza inglesa, entre os

quais Ricardo, conde de Cambridge (irmão mais novo do duque de York), Sir Thomas Grey e Lord Scrope de Masham, um dos conselheiros mais próximos do monarca, além de uma série de nobres do norte de Inglaterra, alguns com ligações aos Percy. O plano era complexo e envolveria uma invasão por parte dos escoceses ao norte de Inglaterra, que Percy iria apoiar, uma revolta em Gales, liderada por Owen Glendower, e um levantamento popular provocada pelo líder dos Lollardos, o proscrito John Oldcastle. Feita a denúncia, os cabecilhas foram rapidamente capturados, visto estarem presentes em Southampton (supostamente) para participarem na expedição a França. Lord Scrope, o conde de Cambridge e Sir Thomas Grey foram então levados a julgamento. Scrope negou as acusações, declarando-se culpado simplesmente por ter tido conhecimento da conspiração e não a ter denunciado ao rei, os restantes declararam-se culpados. Grey foi decapitado no dia 2 de agosto; Scrope e Cambridge foram ambos condenados a serem arrastados pelas ruas, enforcados e decapitados. Cambridge, por decisão régia, acabaria por ser poupado aos dois primeiros tormentos, sendo simplesmente decapitado, mas Scrope não teve a mesma sorte. Quanto a Mortimer, em nome de quem toda a trama foi tecida, recebeu o perdão de Henrique V. Na época, suspeitou-se do envolvimento francês na conspiração de Southampton (a aliança com a Escócia, por um lado, e os contactos recentes de Scrope com embaixadores franceses, por outro, apontavam nesse sentido), mas não há provas que o demonstrem. Porém, a França teria muito a ganhar com o golpe: se não tivesse sido denunciada pelo conde de March e se todos os envolvidos participassem da forma planeada, a revolta poderia efetivamente alastrar pela Inglaterra, forçando o rei inglês a abandonar (ou a adiar por longo período) a sua ambiciosa expedição continental.

Preparativos franceses

Em março de 1415, o rei Carlos VI lançou impostos para financiar a defesa do seu reino perante a iminente invasão inglesa. Seguiram-se alguns meses de incerteza e de prolongamento das negociações, uma forma de

se conseguir o tempo necessário para recolher o dinheiro dos impostos — tratava-se de uma operação morosa, que só estaria concluída no início de agosto. Essa demora atrasou, é claro, o processo de recrutamento de homens. Entretanto, o delfim, dada a doença do pai, foi nomeado capitão-general de todas as fronteiras, um sinal revelador da dificuldade dos franceses em prever o local que seria alvo do ataque inglês. Na prática, havia dois cenários possíveis: uma invasão a partir da Guiana, ou da Normandia, onde os ingleses possuíam territórios que serviriam de porto de abrigo para os seus exércitos. A Guiana tinha como desvantagem possuir fronteiras demasiado extensas, que possibilitavam ataques a partir de diversos pontos. A Normandia, onde os ingleses dominavam Calais, tinha a vantagem de ser a região costeira de França mais próxima da Inglaterra e desembarques nessa região já tinham sido realizados com sucesso em ocasiões anteriores (Eduardo III, em 1346, e o duque de Clarence, em 1412, desembarcaram em La Hougue, situada nas proximidades de Cherbourg).

Acreditamos que os franceses consideravam um desembarque na Normandia como a opção mais provável, tendo em conta as instruções dadas pelo conselho régio, em junho, às autoridades da região para que se fizessem reparações nos equipamentos defensivos das diversas povoações, se ordenassem vigias constantes e se verificasse o material de guerra armazenado. Em julho, o sistema defensivo da Normandia estava a cargo de dois homens, o duque de Alençon e o marechal Boucicaut. Nos meses de julho e agosto, foram reforçadas as guarnições de diversas cidades normandas. Porém, a incerteza em relação ao local exato do desembarque obrigou os franceses a dividirem as suas forças. Caso tivessem tido conhecimento prévio do local de desembarque, poderiam concentrar aí uma hoste suficientemente numerosa para impedir o sucesso da operação inglesa, mas Henrique V e os seus conselheiros mais próximos (que sabiam que o destino da armada seria Harfleur desde o mês de abril!) conseguiram guardar o segredo. Como manobra de diversão, as forças inglesas de Calais realizaram, neste período, uma série de ataques para sul, atingindo a região de Boulogne-sur-Mer, dando a entender que o desembarque poderia ser nesse local. Em suma, os franceses foram forçados a esperar que Henrique V desse o próximo passo.

Início da campanha de Agincourt: a conquista de Harfleur

294

O próximo passo foi a conquista de Harfleur. A armada inglesa levantou âncora de Southampton a 11 de agosto (domingo) e ancorou a menos de 5 km de Harfleur. Já anteriormente referimos que a escolha desta cidade como alvo se devia, em parte, ao seu papel de refúgio dos corsários que assaltavam as embarcações inglesas e as suas povoações costeiras, mas outros fatores pesaram na escolha: a cidade situava-se junto à foz do Sena, na margem norte, sendo um ponto-chave para o controlo da navegação de um rio que subia até Rouen e Paris; essa região costeira era bem conhecida pelos marinheiros ingleses e a própria cidade tinha sido visitada (e avaliada) por alguns dos embaixadores que Henrique V enviara recentemente a França. Sabia-se, portanto, que o desembarque de um número tão elevado de homens, cavalos e equipamentos poderia ser feito em segurança, como de facto veio a ocorrer na manhã do dia 14. Antes do amanhecer, uma patrulha foi enviada para reconhecimento do terreno e para encontrar um local adequado para o rei se instalar. Segundo Titus Livius, um dos cronistas que narrou esta campanha militar, Henrique V foi o primeiro a desembarcar (para evitar tentativas de dispersão dos seus homens), seguido pelo seu numeroso exército, tendo o rei ordenado cavaleiros alguns dos seus companheiros. No dia seguinte, foi celebrada a festa da Assunção de Nossa Senhora, enquanto se procedia ao desembarque do equipamento, o que só terá terminado a 17 de agosto.

No dia 18, dispoño o seu exército em três batalhas (a vanguarda à direita, liderada pelo duque de Clarence, o corpo central liderado pelo rei e a retaguarda, à esquerda, liderada pelo conde de Suffolk), Henrique V avançou para Harfleur para dar início ao cerco. Harfleur era uma cidade situada num local elevado e de difícil acesso, com exceção do lado sul, que desembocava no Sena. Porém, não só o seu porto era protegido por torres, como esta área mais baixa se encontrava inundada, provavelmente por ação da população, que desviou as águas do rio Lézarde (um afluente do Sena) de forma a provocar esse efeito. Além destas barreiras, a cidade era defendida por um pano de muralha que cobria uma área de 21 hectares,

reforçado por 24 torres e protegido por valas com cerca de quatro a cinco metros de profundidade em toda a sua extensão e alagadas (pelo menos parcialmente). As três portas que permitiam a comunicação com o exterior estavam protegidas por barbacãs de madeira, reforçadas no seu interior com mais madeira e terra.

Além de uma guarnição composta por homens de armas e pelo habitual corpo de besteiros (cujo número de efetivos desconhecemos, mas que não era seguramente elevado, dado que a cidade não tinha castelo e, nessas condições, os centros urbanos resistiam a albergar soldados no seu interior), Harfleur recebeu alguns reforços a partir do momento em que se soube da aproximação da armada inglesa: as crónicas apontam para a chegada, a 10 de agosto, de uma companhia de 34 homens de armas e, a 18, de uma companhia de 300 lanças sob o comando de Raoul de Gaucourt (o nobre que assumirá, de acordo com o autor da *Gesta*, o cargo de alcaide da cidade). Harfleur dispunha ainda de artilharia e de engenhos para defesa contra uma operação de cerco. A tarefa dos ingleses adivinhava-se difícil, e assim foi de facto.

Os navios ingleses bloquearam o acesso à cidade e os sitiados dispuseram as suas forças em diferentes pontos, de modo forçar os sitiados a dividir-se: a sul, numa posição virada para a porta do Leure, numa pequena elevação (monte Lecomte), ficaram a maioria do exército inglês e o acampamento do rei; do lado oposto da cidade, a norte, junto à porta de Montvilliers, por onde Gaucourt entrara antecipando-se *in extremis* ao inimigo, ficaram as forças comandadas pelo duque de Clarence (veja-se a figura em anexo, “The Siege of Harfleur”, da autoria de Matthew Bennett). As tentativas de minar os muros fracassaram, devido à reação francesa e ao efeito das águas que cobriam parte do solo em redor das muralhas. Em simultâneo, os ingleses fustigaram Harfleur recorrendo à artilharia e aos engenhos neurobalísticos, lançando mesmo alguns projéteis incendiários, além dos convencionais em pedra, que foram desgastando quer os muros quer o ânimo dos sitiados. Estes não deixaram de responder, recorrendo às suas armas de sítio e a surtidas que procuraram realizar de forma regular, com o intuito de destruir as armas dos ingleses e de causar baixas entre os seus homens.

O tempo foi passando, até que, a 16 de setembro, John Holland conseguiu capturar o bastião (barbacã) que impedia o acesso à porta do Leure, aumentando a confiança inglesa e desmoralizando irremediavelmente o inimigo. No dia 17, Gaucourt negociou os termos da pretesia: os ingleses aguardariam cinco dias, até 22 de setembro, para que Carlos VI ou o delfim viessem em socorro da cidade; caso tal não sucedesse, Harfleur deveria entregar-se, livrando-se dos efeitos devastadores que o prolongar do cerco e as consequentes pilhagens iriam acarretar. O socorro do monarca francês não chegou e Henrique V tomou posse da sua nova conquista no dia 23 de setembro.

A conquista de Harfleur deixou, no entanto, as suas marcas entre os ingleses. Para além da longa duração do cerco (prolongara-se por cinco semanas, atrasando toda a operação em França), sofreram baixas significativas, não apenas devido aos combates, mas sobretudo pela epidemia de disenteria que atingiu o seu exército! Aponta-se como causa para este surto epidémico a existência de águas estagnadas próximas dos acampamentos e o consumo de marisco capturado no estuário do Sena e, provavelmente, também contaminado. Allmand refere ainda como causa o consumo de fruta verde. O recurso a esses alimentos é revelador do problema da escassez de alimentos que atingiu o acampamento inglês — lembremos que não era prática comum o exército ser alimentado (ou mesmo armado) pelo seu rei (nesta expedição, só uma centena de indivíduos seria alimentada pela Casa Real), pelo que cada capitão deveria levar, segundo as instruções recebidas, comida suficiente para alimentar a sua companhia durante noventa dias. Porém, os relatos dão-nos conta da falta de vitualhas entre os sitiados ainda durante o período do cerco de Harfleur, apesar dos aprovisionamentos feitos em Inglaterra, das pilhagens nos campos agrícolas das redondezas e dos pedidos lançados, por exemplo a Bordéus, para fornecimento de alimentos e de vinho, no dia 3 de setembro. A disenteria, que era uma causa frequente de morte no século XV, atingiu os intestinos dos homens infetados, causando-lhes espasmos dolorosos, febres elevadas e diarreias que levaram a um elevado nível de desidratação.

A falta de higiene e de adequados cuidados médicos fez com que este surto ceifasse muitas vidas e debilitasse muitos outros combatentes, obrigando

o rei a permitir o seu regresso a Inglaterra juntamente com os feridos, para serem convenientemente tratados e, caso recuperassem, poderem mais tarde juntar-se à expedição. A *Gesta* conta-nos que 5000 homens foram evacuados nessas condições, o mesmo valor apontado por Thomas Elmham no seu *Liber Metricus de Henrico Quinto* (“Livro em Métrica [verso] de Henrique Quinto”), enquanto Monstrelet e outros cronistas apontam para 2000 mortos. O que nos dizem os historiadores? John Keegan, no estudo que fez da batalha de Agincourt, integrado no seu clássico *O Rosto da Batalha*, diz-nos que o exército inglês perdeu cerca de 1/3 dos seus efetivos, enquanto Juliet Barker aponta para 1/3 a 1/4 do total de combatentes. Apesar das divergências entre as diferentes fontes, diz-nos ainda esta historiadora que “os cronistas de ambos os lados do conflito partilhavam uma certeza: mais homens morreram afetados pela doença em Harfleur do que durante os combates em toda a campanha” (Barker, 2005: 214-215). Entre as vítimas mortais mais ilustres da disenteria, contavam-se o bispo de Norwich e o conde de Arundel (casado com Beatriz, filha natural de D. João I de Portugal); quanto ao nosso já conhecido Mortimer, conde de March, também foi atacado pela doença e transportado para Inglaterra, onde acabaria por recuperar. Clarence, o irmão do rei, foi também enviado para Inglaterra, sob pretexto de ter sido atingido pela doença. A “Crónica de Adam Usk (1377-1421)” refere que...

... “Muitos morreram de disenteria durante o cerco; milhares de outros regressaram a casa. Alguns foram legitimamente, tendo obtido permissão para o fazerem, enquanto outros regressaram como inválidos por estarem doentes, mas houve ainda outros que ... simplesmente desertaram...” (citado por Jones, 2005: 64)

Esta passagem alude a um outro problema recorrente que preocupava os comandantes dos exércitos: as deserções. Por essa razão, foi feito um registo detalhado de todos os homens que regressaram com autorização régia a Inglaterra, uma vez que só estes receberiam o soldo que tinha sido acordado no contrato inicial; dessas listagens dos inválidos que receberam licença para regressarem a Inglaterra constam 1693 nomes.

Um outro fator que também contribuiu para a perda de combatentes para as etapas seguintes da expedição foi a necessidade de manter em Harfleur uma guarnição capaz de a defender. Henrique designou para esse efeito uma força de 1200 homens (300 homens de armas e 900 arqueiros) sob o comando do seu tio Thomas Beaufort, conde de Dorset (valor sugerido por Anne Curry, ligeiramente inferior ao de cronistas como Titus Livius e Le Fèvre, que referem uma guarnição de 2000 homens — o último divide-os entre 500 homens de armas e 1500 arqueiros). Outra medida tomada em prol da segurança da cidade foi a expulsão de milhares dos seus habitantes, sobretudo mulheres e crianças. Dessa forma, diminuía-se o número de pessoas que seria necessário alimentar, aumentando o tempo que a cidade aguentaria um eventual cerco. Como era usual nestas situações, algumas casas foram confiscadas, quer para albergar os novos senhores da cidade, quer como medida de punição para os que resistiram ao cerco — os que não ofereceram resistência foram perdoados por Henrique V, uma forma de passar uma mensagem clara a outras cidades que iria encontrar na sua marcha: a colaboração pacífica seria recompensada e a resistência seria esmagada!

A perda de homens que o exército de Henrique V sofreu tinha de ser colmatada, caso contrário todos os seus planos imediatos seriam postos em causa. Os navios que levaram os feridos e os doentes para o reino iriam trazer reforços (lembramos que muitos ficaram em Southampton aquando da partida da armada, por não terem tido vaga para embarcar), mas para isso o monarca necessitava de tempo. Assim sendo, no dia 26 de setembro, apenas três dias após a entrada em Harfleur, Henrique V enviou ao delfim um desafio para um combate entre ambos, uma provocação que alguns autores consideram uma resposta a um insulto anterior. Antes da invasão, o delfim terá enviado a Henrique pequenas bolas (que Shakespeare, no seu *Henrique V*, designou como “bolas de ténis”, possivelmente destinadas a jogar uma variante do jogo da péla). Com este gesto provocatório, estaria o delfim a sugerir que tal divertimento seria uma melhor ocupação para o jovem rei do que pretender ocupar o trono de França. Embora se questione a autenticidade deste episódio, a verdade é que ele surge em algumas crónicas inglesas e na referida peça de Shakespeare, sinal de que — autêntico

ou não — seria parte integrante da lenda popular em relação a Agincourt. O delfim, naturalmente, não respondeu ao contra-desafio, nem Henrique esperava que o rival o fizesse. Mas, graças a esse pequeno estratagema, o rei inglês não só ganhou tempo para a chegada dos reforços vindos de Inglaterra, como moralizou os seus homens, que podiam agora imaginar o exército francês que em breve poderiam ter de enfrentar a ser comandado por um líder fraco...

Conselho de guerra — o que fazer?

Além de aguardar pela resposta do delfim e da chegada do seu exército, Henrique aproveitou o tempo para reunir o seu conselho e decidir o passo seguinte. Uma certeza havia para já — era importante sair de Harfleur. A permanência na cidade de milhares de combatentes iria diminuir rapidamente a quantidade de alimentos disponíveis e a presença do rei inglês dentro das suas muralhas por muito mais tempo iria atrair o exército francês que então se reunia, submetendo a cidade a um novo cerco e pondo em perigo a conquista efetuada. O regresso a Inglaterra, que fora sugerido por alguns dos seus conselheiros, também não era exequível — parte dos navios que tinham sido fretados na Holanda e na Zelândia tinham entretanto regressado e a armada régia ficaria em Harfleur para sua defesa. Além do mais, regressar a Inglaterra (que tinha recebido os feridos e os doentes que resultaram do cerco e onde corriam já rumores desfavoráveis acerca da campanha) apenas com uma praça conquistada seria pouco prestigiante para Henrique V — como poderia ele consolidar a sua imagem e a sua posição no trono inglês e continuar a defender os seus direitos em França perante tão ténue exibição de força? Algo mais tinha de ser feito.

Tendo em conta estas premissas, ao rei só restava uma hipótese: deixar a cidade e seguir por terra para outro destino, numa demonstração de força no território que declarava ser legitimamente seu. Uma carta de 3 de setembro enviada para Bordéus mencionava a hipótese de Henrique V avançar para Rouen e, depois, para Paris. A hipótese não era de todo improvável,

pelo menos do ponto de vista de Carlos VI e do delfim, que durante muito tempo evitaram avançar com o exército régio até Rouen (cidade mais próxima de Harfleur, seguindo a linha do Sena, como já anteriormente fizemos referência), até terem a certeza de que o rei inglês não seguiria na direção dessa cidade. No entanto, a longa duração do cerco e o efeito devastador da disenteria terão obrigado Henrique V a alterar esses planos, se realmente estiveram em cima da mesa. O inverno estava a chegar e a decisão racional seria a de realizar uma *chevauchée* (cavalgada) em território inimigo (ou, na perspectiva do monarca, em terra sua) e encontrar um porto seguro onde aguardar a chegada da primavera para, nessa altura, prosseguir com as operações militares, uma prática habitual na guerra medieval. Contra a opinião da maioria do seu conselho, Henrique V optou por marchar para Calais, o local seguro mais próximo de Harfleur (outra opção seria Bordéus, muito mais distante). Embora alguns dos cronistas tenham dado a entender que a marcha inglesa foi pacífica, o cronista Waurin relatou precisamente o oposto, ao escrever que "... o rei de Inglaterra viajou no meio das suas tropas através das terras da Normandia, queimando e destruindo tudo à sua frente" (Curry, 2000: 145).

Michael K. Jones considera que a marcha para Calais fez parte de um plano de Henrique V para atrair os franceses a uma batalha, precisamente através de uma *chevauchée* à imagem das que Eduardo III fizera no século anterior e que tiveram como consequência a vitória em Crécy. Henrique, tal como o seu antecessor, procuraria assim resolver a contenda com a França através de uma batalha decisiva, algo que, segundo o mesmo autor, não seria irrealista, uma vez que o exército inglês se tinha reforçado com a chegada de novos combatentes, perfazendo um total de 8000 homens, enquanto o exército francês não seria ainda superior a 9000. O equilíbrio de forças tornava, desse modo, possível uma vitória das hostes inglesas, para mais estando comandadas (Jones enfatiza este ponto) por um brilhante e experimentado estratega militar, capaz de unir e motivar os seus homens, e tendo do outro lado um exército indisciplinado e sem liderança forte (seria liderado por um rei atacado pela loucura ou por um delfim temeroso?). Diz o mesmo autor que esperar por reforços para realizar uma

chevauchée tradicional não seria uma opção lógica por parte do rei inglês e que havia, sim, uma urgência em travar uma batalha campal, uma vez que, embora inicialmente equivalente, a relação de forças entre os dois exércitos começaria, com o tempo, a desequilibrar-se: a disenteria continuaria a ceifar vidas entre os ingleses e novos reforços chegariam para engrandecer as hostes adversárias, que ficariam gradualmente mais moralizadas (Jones, 2005: 69-76); vencida a batalha, o rei poderia então regressar em triunfo a Inglaterra! Já Anne Curry, na linha de Christopher Allmand e de John Keegan, têm uma interpretação diferente da opção tomada por Henrique V: a marcha para Calais teria como objetivo encontrar um local seguro que permitisse o regresso a Inglaterra ou a preparação de uma nova ofensiva, *evitando* travar com os franceses uma batalha demasiado arriscada, com um exército doente e faminto. Para Anne Curry, se fosse esse o objetivo do monarca, teria conduzido o seu exército na direção dos seus inimigos, ou seja, para sul, a caminho de Rouen.

Quaisquer que tenham sido as intenções de Henrique V, os ingleses partiram efetivamente de Harfleur no dia 9 de outubro e, levando consigo mantimentos para oito dias de viagem, seguiram ao longo da linha costeira na direção de Calais. Nesse período, o exército deveria percorrer cerca de 230 km, mas, novamente, a realidade mostrou-se bastante mais dura do que o planeado: a marcha durou um total de 22 dias e a distância percorrida foi superior a 400 km! Tal ficou a dever-se à ação dos franceses, como veremos de seguida.

As medidas defensivas francesas

Recuemos um pouco no tempo para acompanharmos a reação francesa à invasão adversária. Como vimos, os franceses não tiveram hipótese de antecipar o local de desembarque da frota de Henrique V, de maneira a impedir esse movimento. Não deixaram, no entanto, de reforçar a costa norte com mais homens. Pelo menos desde 12 de agosto, dois dias antes do desembarque, diversas companhias encontravam-se nas proximidades de Rouen, comandadas

pelo marechal Boucicaut e pelo condestável d'Albret, entre outros nobres (um dos problemas apontados aos exércitos franceses foi precisamente a ausência de um comando unificado). À data da invasão, Carlos VI e o delfim Luís aguardavam em Paris a chegada de notícias, pois só após a confirmação do ataque seria possível convocar de forma maciça os franceses para a guerra.

O cerco de Harfleur começou a 18 de agosto e, dez dias depois, o rei francês fez anunciar uma *semonce des nobles*, um apelo público à participação dos nobres das regiões da Normandia e da Picardia, que já estariam de pré-aviso face à iminência de uma ofensiva, e que a partir desse momento ficariam sob comando do duque de Alençon; a 30 de agosto, foram mobilizados nobres, arqueiros, besteiros e demais combatentes (maioritariamente da região, por uma questão de rapidez) para se colocarem sob as ordens do delfim, em Rouen. Tal como no caso do exército inglês, os combatentes franceses também assinavam contratos e recebiam soldo. Dadas as dificuldades financeiras da Coroa francesa, o número de homens então reunidos não ultrapassaria inicialmente os 9000, divididos entre 6000 homens de armas e 3000 arqueiros.

No dia 1 de setembro, o delfim partiu de Paris e estabeleceu a sua base em Vernon, onde chegou 12 dias depois. Foi aí que recebeu a notícia da queda iminente de Harfleur e o desesperado pedido de auxílio do seu alcaide, ao qual não havia qualquer possibilidade de responder de forma positiva, uma vez que os franceses estavam ainda em fase de mobilização. A 7 de outubro, um dia antes da partida de Henrique V na direção de Calais, Carlos VI reuniu-se com o filho em Vernon e só quando ficou clara a rota que o monarca inglês tomara é que ambos avançaram até Rouen (12 de outubro). Como analisa Anne Curry, não o fizeram antes por recearem um ataque de Henrique V a essa cidade — um cerco inglês ao rei e ao delfim seria um risco que não poderiam correr, não só pelas consequências diretas dessa situação, mas também porque ambos receavam que João “Sem Medo” pudesse aproveitar a oportunidade para avançar novamente para Paris. Aliás, a desconfiança face ao duque da Borgonha era de tal ordem que lhe foi pedido (segundo uma carta reproduzida na “História de Carlos VI”, de Juvenal dos Ursinos) que enviasse tropas para a guerra contra os ingleses, mas que não comparecesse em pessoa! Este pedido poderá ter duas leituras, e até complementares: pode

ter sido o resultado de uma desconfiança em relação à lealdade de João “Sem Medo” ou de um receio de que a sua presença junto dos Orleanistas pudesse reacender os conflitos só muito recentemente sanados. O que sabemos com toda a certeza é que o duque esteve ausente na batalha de Agincourt, embora muitos dos seus vassalos tenham participado no confronto.

Entre os franceses, tendo em conta as suas ações, o plano passou primeiro por evitar enfrentar os ingleses e vigiá-los à distância, desgastando-os e impedindo-os de causar grandes danos (na linha do que fizera o condestável Bertrand Du Guesclin). Os comandantes mais experientes olhavam desde o início com desconfiança para a opção da batalha campal — o duque de Berry era um desses comandantes. Gilles Le Bouvier (conhecido como o arauto de Berry, por ter servido o duque nessa função) conta-nos que, nas vésperas do confronto em Agincourt, quando alguns nobres lançaram um desafio ao rei inglês para uma batalha e informaram disso Carlos VI para este estar presente...

...“o duque de Berry, seu tio, não quis que o rei concordasse com isso, e ficou muito irritado por terem os nobres concordado em combater. Ele não queria que o rei estivesse presente e tinha muitas dúvidas acerca da batalha, porque tinha sido na de Poitiers que o seu pai, o rei João, tinha sido capturado. Disse que seria melhor perder só a batalha do que perder em simultâneo o rei e a batalha” (in Curry, 2000: 180).

Entretanto, no norte, foram sendo tomados alguns cuidados para concretizar o segundo objetivo do plano — dificultar a travessia do Somme, rio que o exército de Henrique V teria forçosamente de cruzar (como no passado fizera Eduardo III) para chegar a Calais. As possíveis passagens foram destruídas, barradas com estacas e/ou vigiadas pelas forças locais para forçar o inimigo a deslocar-se o mais possível e a desgastar-se, o que conseguiram com grande sucesso, ganhando o tempo necessário para reunir um exército mais numeroso e, então sim, tentar forçar os ingleses a negociar ou a travar uma batalha em condições muito desfavoráveis!

De Harfleur a Agincourt

304

A 9 de outubro, escreveu Monstrelet, “o rei de Inglaterra partiu (...) com o objetivo de marchar até Calais, acompanhado por 2000 homens de armas e cerca de 13 000 arqueiros, e um certo número de outros soldados” (Curry, 2000: 145). Este valor não é consensual. O autor da *Gesta* apresenta números mais baixos: descontando as vítimas da disenteria, “que levou muitos mais dos nossos homens, tanto nobres como outros, do que a espada”, os mortos e “os que foram escolhidos para guardar a cidade e aqueles que, por pura cobardia deixaram ou antes desertaram o seu rei”, restavam para seguir Henrique V “não mais do que 900 lanças e 5000 arqueiros capazes de desembainhar a espada ou aptos para combater” (in Curry, 2000: 27). Anne Curry sugere 9000 homens (a grande maioria a cavalo, dado o elevado número de montadas que tinha sido trazido de Inglaterra) e Matthew Bennett repete os valores do Capelão. Este último cronista refere que o exército inglês partiu organizado em três batalhas, um dado que Waurin e Le Fèvre confirmam: a vanguarda era liderada pelos condes de Kent e Sir John Cornwall, o corpo central era naturalmente chefiado pelo rei e integrava o duque de Gloucester, o conde de Huntingdon e o seu irmão Lord Roos, entre outros; por fim, a retaguarda era comandada pelo duque de York e pelo conde de Oxford.

A marcha seguiu ao longo da costa normanda até Blanchetaque, nas margens do Somme, onde os ingleses chegaram a 13 de outubro com a intenção de atravessar para a margem direita do rio. A vanguarda francesa, liderada por Boucicaut e d’Albret, tinha já partido de Rouen e acompanhou a marcha inglesa, conseguindo antecipar-se e cruzar o Somme a 11 de outubro, em Abbeville. Em Blanchetaque, os ingleses capturaram um prisioneiro que os informou da presença de uma força francesa de 6000 homens em Abbeville. Para agravar a situação, não conseguiram cruzar o Somme no local previsto, pois este estava bem vigiado por forças locais. A travessia de um curso de água era bastante demorada, sobretudo quando falamos de exércitos de grandes dimensões, como em certa medida era o inglês, e deixava os homens numa posição de extrema vulnerabilidade, só devendo

ser realizada em condições de segurança. A presença de uma força inimiga na outra margem, sobretudo se equipada com bestas ou com arco e flecha, poderia causar grandes danos.

Henrique V viu-se forçado a alterar a sua rota, subindo o Somme em busca de um novo local para a travessia, para desespero dos seus homens, que viam a comida rapidamente a escassear e sentiam (e muitas vezes observavam na outra margem) a presença ameaçadora dos franceses. Algum alimento foi sendo exigido às populações das povoações por onde os ingleses foram passando, e obtinham-no sob a ameaça de os residentes verem os campos em volta destruídos pelo fogo. No dia 17, os ingleses dirigiram-se para Corbie, onde travaram uma escaramuça com a guarnição da cidade. Nessa altura, o rei inglês ordenou aos seus arqueiros que talhassem estacas de madeira com cerca de 180 cm, afiadas em ambas as extremidades, para serem usadas como defesa contra uma carga da cavalaria. Segundo alguns autores, esta decisão sugere que Henrique V tinha conhecimento do plano de batalha francês (que referiremos como “plano Boucicaut”), uma vez que este plano procurava, como veremos, anular os arqueiros ingleses através de rápidas cargas da cavalaria. De acordo com a *Gesta*, essa informação terá sido “divulgada por alguns prisioneiros” que afirmavam que “o comando inimigo tinha designado certos esquadrões de cavalaria (...) para quebrar a formação e resistência dos nossos arqueiros quando eles nos enfrentassem em batalha” (in Curry, 2000: 30). No entanto, as estacas podem ter sido pensadas como simples medida de proteção dos arqueiros durante a marcha. Caso fossem surpreendidos por uma unidade de cavalaria, os mal equipados atiradores poderiam resistir colocando-se em círculo e apontando as pontas afiadas das estacas para fora. Desse modo, poderiam conter a carga dos cavaleiros e mantê-los a uma distância segura, uma prática muito comum durante marchas e outro género de surtidas.

Preparadas as estacas, o exército pôs-se novamente em marcha, mas afastando-se das margens do Somme (e dos olhares dos inimigos) na direcção de Nesle (18 de outubro), onde finalmente as perspectivas dos ingleses começaram a melhorar. Vamos dar a palavra ao Capelão:

“(...) alojámo-nos (...) em pequenas povoações próximas da cidade muralhada de Nesle. E o rei mandou dizer aos seus habitantes que pagassem o resgate para salvarem as aldeias vizinhas de serem incendiadas. Mas quando os habitantes da cidade recusaram, ordenou que esses locais fossem incendiados na manhã seguinte e totalmente destruídos. E inesperadamente, por vontade de Deus, foram trazidas notícias ao rei de que a menos de uma légua de distância havia uma passagem adequada do rio Somme. O rei, portanto, enviou patrulhas a cavalo para testarem a passagem, a profundidade do canal e a corrente do rio, e rapidamente seguiu com o seu exército. Porém, antes de chegar ao rio nesse preciso local, cerca de uma milha antes [c. 1,6 km], passou por um pântano que era atravessado por um curso de água (rio Ingon), seguindo daí até junto do rio principal, tendo ficado cercado num ângulo entre os dois; mas, por vontade de Deus, o inimigo não tivera disto conhecimento” (in Curry, 2000: 30-31).

O cronista não refere quem terá dado a informação ao rei sobre as passagens desimpedidas do Somme, mas com toda a probabilidade terão sido habitantes da região de Nesle que não queriam ver os seus pertences destruídos pelo fogo — a chegada do inverno anunciava tempos de grande dureza que se tornariam catastróficos com a devastação anunciada. Como relata a passagem acima transcrita, o rei rapidamente se dirigiu de novo para as margens do rio e, próximo de Voyenne, conseguiu finalmente atravessá-lo com os seus homens. A travessia foi demorada: ao nascer do dia, os carpinteiros tiveram de reconstruir, com materiais recolhidos nas redondezas (portas, vigas de madeira, todo o tipo de madeiras, palha e molhos de lenha), dois passadiços que se encontravam destruídos; cerca da uma da tarde (informa a *Gesta*), depois de garantidas as condições de segurança, com uma guarda avançada de arqueiros e homens de armas colocados já na outra margem para impedir ataques-surpresa, os combatentes começaram finalmente a atravessar o rio, supervisionados pelo próprio rei e por homens da sua confiança, para evitar situações de pânico e quebra de disciplina. Ainda se deu uma pequena escaramuça entre a guarda avançada

e cavaleiros franceses das povoações mais próximas, mas sem qualquer efeito prático. Por volta das 17h, a travessia estava finalmente terminada e a marcha continuou durante parte da noite, até Athies. O sentimento entre os ingleses era então de grande euforia e alívio, como nos conta o Capelão:

“Foi, então, uma noite alegre que passamos naquelas aldeias próximas, de onde, quando começámos a atravessar o rio, os franceses tinham surgido; e pensámos que era para nós razão de grande alegria termos encurtado a nossa marcha, segundo os cálculos de muitos, em cerca de oito dias. E tínhamos a firme convicção de que o exército inimigo, o exército que se dizia esperar por nós na nascente do rio [Somme], não estaria inclinado a seguir-nos para nos dar batalha” (in Curry, 2000: 32).

Estávamos na noite de 19 para 20 de outubro, data provável em que, em Bapaume, um pouco a norte da posição onde os ingleses celebravam o aproximar do fim da sua jornada, o grande exército francês se reuniu com a vanguarda que desde o início acompanhara a marcha inimiga, embora outra localização referida seja Péronne, um pouco mais a sul, na margem direita do Somme. Na manhã seguinte, um domingo, os franceses enviaram a Henrique V três arautos com uma mensagem, desafiando-o para uma batalha. Segundo Le Fèvre e Waurin, foram enviados pelos duques de Orleães e de Bourbon e pelo condestável d’Albret. O arauto de Berry, por seu lado, indica d’Albret, Bourbon, o duque de Bar e o conde de Nevers como os autores do desafio. Há algumas dúvidas relativamente à localização do duque de Orleães, que terá estado numa importante reunião com Carlos VI, o delfim e o duque de Berry, em Rouen, no dia 17, impossibilitando a sua presença junto das hostes francesas. Aliás, alguns cronistas dão a entender que o duque só terá chegado a Agincourt na manhã da batalha, a 25 de outubro. No entanto, estivesse o duque no norte ou ainda em Rouen, já se saberia que seria ele um dos comandantes do exército francês, dada a ausência do rei, do delfim e do duque de Berry (já de idade avançada e, como vimos, contrário à ideia de um confronto com os ingleses), pelo que o desafio poderia ter sido lançado em seu nome, apesar da sua ausência.

A reação ao desafio por parte de Henrique V também não é igual em todas as crônicas. Segundo o Capelão, os franceses “não designaram dia nem local” para a dita batalha, e o rei inglês, aceitando a inevitabilidade do confronto “como uma ação de graças da parte de Deus (...), com grande determinação e espírito viril encorajou o seu exército e fez os preparativos para travar a batalha no dia seguinte. Prosseguindo a marcha quando amanheceu, não encontrou qualquer opositor” (Curry, 2000: 32). Porém, o arauto de Berry dá a entender que os franceses tinham marcado dia e local para o confronto, e que Henrique V terá procurado evitar estar presente:

“(...) o condestável, o duque de Bourbon, o duque de Bar e o conde de Nevers (...) decidiram que iriam exigir que o rei inglês lhes desse batalha na quinta-feira junto a um local chamado Aubigny, no Artois. Assim, enviaram os seus arautos, a quem o rei de Inglaterra deu grandes oferendas, e aceitou o desafio, prometendo comparecer no campo e combater nesse dia, sem falta. Com efeito, fez o oposto, porque passou por um local chamado Beauquesne, de modo a poder chegar a Calais o mais rapidamente possível. Quando os senhores franceses souberam disto, anteciparam-se no sentido de lhe cortarem o caminho” (in Curry, 2000: 180).

De acordo com Le Fèvre e Waurin, Henrique V não respondeu aos arautos franceses...

...“mas enviou aos senhores franceses dois dos seus próprios arautos, por quem mandou a seguinte resposta: ele gostaria que soubessem que desde que tinha deixado a cidade de Harfleur procurara e ainda procurava regressar ao seu reino de Inglaterra, e não tinha permanecido em qualquer cidade fortificada ou fortaleza. Assim, se os (...) príncipes de França queriam combater com ele, não havia necessidade de marcar uma hora ou local porque o poderiam encontrar em qualquer dia que lhes aprouvesse em campo aberto e sem qualquer impedimento” (in Curry, 2000: 149).

Em relação a Athies, onde os ingleses se encontravam, Aubigny-en-Artois situava-se a norte, numa linha que passava por Péronne, Bapaume e Arras. Os ingleses não seguiram esse caminho. No dia 21, encontravam-se em Miramont (a oeste de Bapaume) e optaram por virar para sudoeste, na direção de Ancre (hoje Albert). Só então se dirigiram novamente para noroeste, na direção de Blangy, na margem do rio Ternoise, passando por Lucheux, Bonnières e Frévent. Atravessado o rio, encontrariam a estrada para Calais. Se, como o arauto de Berry afirma e Le Fèvre e Waurin não desmentem, os franceses efetivamente definiram Aubigny como local para o combate, o desvio feito por Henrique V é revelador de um desejo de evitar o confronto. Porém, essa fuga não teve sucesso. Os franceses, como escreveu Gilles Le Bouvier, conseguiram interceptar o exército inglês no local mais adequado para o enfrentarem numa batalha campal, uma área relativamente plana (se comparada com o restante território da região, de relevo mais acentuado) e ainda suficientemente longe de Calais para impedir a chegada de reforços que auxiliassem os ingleses. Esse local situava-se num ponto ao longo da estrada para Calais, entre as povoações de Maisoncelles, Tramecourt e Agincourt. No dia 24 de outubro, vésperas do dia de São Crispim e São Crispiniano, o exército cansado e faminto de Henrique V atravessou o Ternoise e deparou-se com o caminho cortado pelo exército francês. O confronto tornara-se inevitável.

Vésperas da batalha: a noite de 24 de outubro

Le Fèvre e Waurin contam-nos que, no dia 24 ...

... “o rei de Inglaterra partiu na mesma boa ordenança dos dias anteriores [ou seja, em formação de combate] e continuou o seu caminho na direção de Calais. (...) Quando (...) as suas batalhas tinham saído das aldeias [onde tinham pernoitado], os seus batedores viram que os franceses se aproximavam em grande número de todas as partes, com a intenção de se alojarem em Ruisseauville e Agincourt, para que pudessem

colocar-se à sua frente de modo a combater com ele no dia seguinte”
(in Curry, 2000: 153).

310

Segundo o autor anónimo da *Vita et Gesta Henrici Quinti* (“Vida e Gesta de Henrique Quinto”, erradamente atribuída a Thomas Elmham, cronista do *Liber Metricus*, fazendo com que o seu autor ficasse conhecido como Pseudo-Elmham), o rei Henrique V apressou-se “para ver o inimigo, tão velozmente quanto o seu belo cavalo o poderia transportar”, de modo a ficar com uma noção da sua dimensão. Feita essa avaliação, “aconselhado por soldados experimentados escolheu uma posição adequada para as suas forças” (Curry, 2000: 68) e dispôs imediatamente o seu exército para enfrentar os franceses. Le Fèvre descreve como isso se passou:

“Vendo todos os franceses diante de si, o rei de Inglaterra mandou os seus homens desmontar e colocou-os a todos em formação de combate. Podia-se observar os ingleses, pensando que a batalha seria travada nessa quinta-feira, a cumprirem as suas devoções, todos ajoelhando com as mãos erguidas para o céu, pedindo a Deus para os manter sob a Sua proteção. Isto foi verdade: eu estava com eles e vi o que foi descrito. O rei permaneceu nesta (...) formação e no mesmo local até ao pôr-do-sol” (in Curry, 2000: 153).

Os exércitos medievais não tinham como norma lançar-se sobre o inimigo de forma espontânea ou impulsiva, o mais comum era haver um longo período de espera, para que ambos os lados se organizassem. Nesse período de tempo faziam-se os preparativos, que muitas vezes incluíam, como descreveu Le Fèvre, orações e súplicas aos protetores divinos e preocupações mais mundanas, como rever o estado do equipamento ou fazer uma última refeição. Os comandantes de ambos os lados poderiam aproveitar também este momento para um discurso motivador aos seus homens. Henrique V, conta-nos o Pseudo-Elmham, “exortou-os a prepararem-se para a batalha, animando os seus corações com o seu comportamento intrépido e as suas

expressões de consolo” (Curry, 2000: 69). Nestas ocasiões, os homens certamente comentavam entre si o que viam e o que sentiam, partilhando ambições e medos. Segundo a *Gesta*, Sir Walter Hungerford terá dito ao seu rei que desejava ter consigo “dez mil dos melhores arqueiros de Inglaterra”. Henrique repreendeu-o, acusando-o de insensatez e acrescentando ...

... “(...) eu não quereria ter, mesmo que pudesse, um único homem a mais do que os que tenho. Porque estes que aqui estão comigo são povo de Deus, os quais Ele permite que estejam comigo neste momento. Não acreditas (...) que o Todo Poderoso, com estes escassos homens humildes, é capaz de derrotar a arrogância dos franceses, que se gabam do seu grande número e da sua força?” (in Curry, 2000: 33).

Embora seja, provavelmente, uma construção posterior resultante da imaginação de alguns cronistas, este pequeno episódio reflete algo que poderia realmente ter ocorrido. Mesmo que a diferença numérica entre os dois exércitos não fosse tão acentuada como alguns relatos sugerem, os desgastados ingleses teriam seguramente desejado alguns reforços. A resposta do rei também é credível, pois nenhum comandante daria a entender aos seus homens que gostaria de ter consigo outros que não aqueles que ali estavam no campo de batalha — tal afirmação só diminuiria a sua confiança e aumentaria o receio de uma derrota. Shakespeare imortalizou este episódio na peça *Henrique V* (IV.III.15-39).

Por fim, durante a longa espera que antecedia uma batalha medieval, havia muitas vezes lugar a negociações entre representantes das partes em conflito. Em relação a Agincourt, não há certezas em relação a terem ou não ocorrido negociações — nenhuma das crônicas inglesas refere tal ocorrência, que surge apenas mencionada em algumas crônicas francesas. As negociações, caso tenham sido reais, podem ter ocorrido quer a 24, quer a 25, embora nos pareça mais provável que tenham tido lugar no primeiro momento, pois isso poderia ajudar a explicar o adiamento da batalha para o dia seguinte. Isto mesmo é sugerido pelo arauto de Berry. Pelo seu lado, Juvenal dos Ursinos refere as contrapartidas oferecidas

pelos ingleses em troca de um salvo-conduto que lhes permitisse chegar sãos e salvos a Calais:

312

“Eles até se ofereceram, pelo menos assim foi dito, para deixar Harfleur e colocá-la na posse do rei francês, e restituir os prisioneiros sem exigirem resgate, ou para assinar uma paz definitiva e entregar reféns como garantia de tudo o que tinham prometido. (...) Havia [no lado francês] diversas opiniões e pensamentos. Alguns diziam que eles deveriam receber permissão para prosseguir o seu caminho sem lhes ser oferecida batalha, porque fazê-lo seria seguramente um ato muito perigoso. Mas muitos disseram que a companhia dos senhores [franceses] era grande e poderosa [...]. Mas mesmo supondo que Deus desse a vitória aos franceses, tal poderia não ocorrer sem grandes danos. Porque a questão era muito duvidosa e muitas vezes os eventos de uma batalha eram arriscados e perigosos. (...) Foi dito que o condestável d’Albret, o marechal Boucicaut e diversos outros cavaleiros e escudeiros que tinham muita experiência nas questões das armas eram desta opinião. Os duques de Bourbon, Alençon e outros tinham a opinião contrária (...)”
(in Curry, 2000: 129-130).

Do lado francês, também poderia não haver vontade de travar a batalha nesse dia, que já ia longo. A decisão de adiar teria diversas vantagens: em primeiro lugar, permitiria que os seus homens descansassem, depois de um dia de marcha (ou mais) a um ritmo provavelmente intenso (sobretudo se atendermos à hipótese de Henrique V ter tentado fugir do compromisso que teria ficado acordado para Aubigny) e combatessem mais frescos no dia seguinte; em segundo lugar, permitiria que mais companhias se apresentassem em Agincourt, uma vez que muitas estavam ainda a caminho (algumas chegariam mesmo atrasadas à batalha que se disputaria no dia seguinte); em terceiro lugar, permitiria a chegada do duque de Orleães, que tinha sido nomeado comandante das hostes francesas e ainda não se encontrava em Agincourt; por último, uma noite de espera poderia angustiar de tal modo os ingleses que estes se renderiam ou combateriam com menor determinação.

O tempo estava do lado dos franceses. Portanto, estes colocaram-se também em formação de combate e aguardaram até ao anoitecer. Nessa altura, quando se certificaram que nenhum confronto se travaria, retiraram para o acampamento. Possivelmente para manterem a sua vigilância sobre o inimigo, os nobres franceses não procuraram passar a noite em aldeias vizinhas, preferindo acampar em tendas ou ao ar livre, no campo ladeado por arvoredos entre Agincourt e Tramecourt, junto à estrada que seguia para Calais. Apesar da chuva, do frio e da terra enlameada, recentemente revolvida pelos arados e pelo espezinhar de milhares de cavalos, seria aí que os franceses descansariam até à manhã seguinte.

Os ingleses, vendo que os adversários tinham decidido não combater nesse fim de dia, mudaram também de posição. Henrique, de acordo com o Capelão, terá receado que, com o recuo para a outra extremidade do arvoredo que se estendia à esquerda dos ingleses, os inimigos pretendessem contornar esse obstáculo e ...

... “fazer um ataque-surpresa contra si, ou então circundar os bosques mais distantes das redondezas e assim cercar-nos de todos os lados, [e por essa razão] imediatamente moveu novamente as suas linhas, posicionando-as sempre de modo a estarem frente-a-frente com o inimigo” (in Curry, 2000: 33).

Assegurada a posição e chegada a noite, os ingleses prepararam-se também para uma longa vigília. No acampamento, acenderam-se fogueiras e posicionaram-se vigias para controlar a ação do inimigo. O rei ordenou que se fizesse completo silêncio, sob pena de perda de cavalo e equipamento (para os homens de armas) ou da orelha direita (para os restantes elementos) “sem esperança de obter perdão”, frisou o Capelão, para acrescentar:

“E ele [Henrique] imediatamente deslocou-se em silêncio para uma aldeia próxima [Maisoncelles], onde nós tínhamos casas, embora muito

poucas, e jardins e pomares nos quais era possível descansar, e chuva forte ao longo de quase toda a noite (in Curry, 2000: 34).”

O rei exigiu silêncio absoluto por várias razões. Em primeiro lugar, por uma questão de segurança: caso os franceses procurassem um ataque de surpresa durante a noite, era necessário silêncio para que este fosse descoberto o mais rapidamente possível e para que o alarme chegasse a todos os ouvidos. Em segundo lugar, aumentava os níveis de concentração dos homens, deixando-os mais alerta e ativos, e impedia que se expressassem lamentos e receios (como os do cavaleiro Hungerford) que aumentassem os índices de pânico. Por fim, o silêncio no acampamento inglês poderia inquietar os franceses, obrigando-os a permanecer alertas, como sugeriu o Capelão:

“(...) quando os nossos adversários se aperceberam de quão imóveis e silenciosos estávamos, pensando que, sendo tão poucos, estivéssemos abalados pelo medo e tivéssemos talvez a intenção de fugir durante a noite, acenderam fogueiras e instalaram vigias ao longo dos campos e dos caminhos” (in Curry, 2000: 34).

Milhares de franceses e de ingleses passaram essa noite de 24 para 25 de outubro de 1415 praticamente lado a lado! O contraste entre os dois acampamentos não poderia ser, a acreditarmos nos relatos de diversas crônicas, maior, uma vez que no lado francês o ruído e a animação parecem ter sido elementos constantes: há referências a jogos de dados, a vozes dos senhores chamando os criados num tom tão audível que os ingleses eram capazes de ouvir claramente o que era dito, a armaduras que eram retiradas, a armas, bandeiras e estandartes que eram guardados, a mantimentos descarregados... Homens partiram em busca de palha para colocar no solo ensopado e revolvido, para que fosse possível passar ali a noite. O único som que, segundo alguns cronistas, não se escutou foi o dos cavalos franceses, que permaneceram silenciosos durante toda a noite — este dado, naturalmente fantasioso, foi inserido nestas narrativas como um mau presságio para os guerreiros da flor-de-lis.

Agincourt

25 de outubro era dia de dois santos franceses, São Crispim e São Crispiniano: estes irmãos gémeos do século III d. C. pregaram a mensagem cristã em Soissons, na Gália, acabando por ser martirizados por ordem do imperador romano. Nesse mesmo dia, celebrava-se também São João de Beverley, um santo inglês canonizado no século XI e cuja veneração está associada quer a Eduardo I (que usou o seu estandarte na guerra, ao lado do de São Jorge), quer a Henrique IV. No entanto, Henrique V irá posteriormente venerar os dois primeiros, associando-os até hoje ao seu triunfo em Agincourt. Esta ligação ficou ainda mais vincada quando o próprio Shakespeare fez referência aos dois mártires franceses na sua peça (IV.III. 40-63):

315

Hoje é dia da festa de S. Crispiniano.
Quem hoje sobreviver e for para casa salvo
Há-de empertigar-se com brio à menção deste dia
E excitar-se ao ouvir o nome de S. Crispiniano.
Quem vir este dia e viver até ser velho
Há-de todos os anos, na véspera, banquetear
Os amigos e exclamar «Amanhã é S. Crispiniano».
Depois há-de puxar a manga para mostrar cicatrizes
E dizer «Estas feridas são do dia de S. Crispim».
(...)

Esta história há-de o homem bom ensinar ao filho,
E Crispim Crispiniano não vai desaparecer
Desde esse dia até ao fim do mundo,
E com isso nós seremos recordados.
Os poucos que somos, felizes eleitos, bando de irmãos —
Pois quem hoje derramar o seu sangue comigo
Será meu irmão; por mais plebeu que seja,
Vai este dia enobrecer a sua condição — (...)

A escolha destes dois santos não foi acidental. Segundo Christopher Allmand (1992: 100), tratou-se de uma “audaciosa e irónica anexação de dois santos franceses” que apareciam a apoiar os ingleses como vingança pelo facto de, poucos anos antes, durante a guerra civil, os Orleanistas terem saqueado Soissons, e como forma de validação das legítimas pretensões de Henrique V ao trono francês. Michael K. Jones (2005: 22-28) sublinha também a ligação dos dois mártires ao cerco de Soissons. Após a conquista desta cidade, os exércitos orleanistas massacraram vários dos seus moradores e a guarnição local, incluindo os arqueiros ingleses que aí se encontravam. Para Jones, a referência ao martírio de Crispim e Crispiniano terá sido feita por Henrique V antes da batalha com a intenção de os associar aos arqueiros massacrados e, dessa forma, lembrar aos seus próprios homens que não poderiam esperar qualquer tipo de misericórdia em caso de derrota.

Foi então na manhã do dia de São Crispim e São Crispiniano que os dois exércitos se prepararam para o confronto. Na véspera, Henrique V enviou alguns batedores para avaliarem a área envolvente, de modo a escolherem o local mais adequado a uma boa posição defensiva. O terreno entre os dois exércitos tinha interessantes particularidades que iriam ajudar o rei inglês e os seus conselheiros a definirem uma posição vantajosa. Em primeiro lugar, era delimitado por duas áreas de arvoredos, uma do lado de Agincourt, a outra do lado de Tramecourt, definindo um cenário de operações mais restrito, no qual os franceses não pudessem tirar todo o partido da sua superioridade numérica e que dificultasse eventuais planos para contornarem as linhas inimigas e realizarem um ataque pelos flancos ou pela retaguarda. Em segundo lugar, o campo afinilava à medida que se aproximava de Maisoncelles, onde se encontravam os ingleses, e abria-se na direção contrária, onde se achavam os seus adversários. Assim, à medida que avançassem, os franceses iriam deparar-se com um terreno cada vez mais estreito e seriam forçados a aglomerar-se no centro, o que, mais uma vez, seria favorável ao exército menos numeroso. Em terceiro lugar, o terreno tinha uma ligeira elevação aproximadamente a meio do campo, na linha que ligava Agincourt e Maisoncelles, limitando o campo

de visão e impedindo os franceses de fazerem uma correta avaliação da disposição e da extensão do exército inimigo. Em quarto lugar, o solo encontrava-se revolvido por recentes trabalhos agrícolas e alagado pela chuva que nessa noite (e presumivelmente em dias anteriores) tinha caído em grandes torrentes.

Na manhã da batalha, os ingleses foram os primeiros a posicionar-se. Assim que nasceu o sol, por volta das 6h40, colocaram-se na extremidade mais estreita do campo, com as suas linhas protegidas pelas estacas que os arqueiros cravaram no solo, uma parte dos flancos ocultos pelas árvores e também pela inclinação do terreno. A cerca de mil metros de distância, os franceses colocaram-se na extremidade mais aberta do funil.

O exército inglês

O exército inglês presente em Agincourt rondaria, como referimos anteriormente, um total de 9000 homens, estando em inferioridade numérica em relação ao adversário, embora provavelmente não de uma forma tão acentuada como a versão tradicional dos acontecimentos sugere. Ainda assim, o contexto era altamente desfavorável para os ingleses — é preciso não esquecer que estavam em território inimigo há mais de dois meses, tendo já combatido num longo cerco e percorrido perto de 400 km entre Harfleur e Agincourt, sofrendo os rigores da fome, em certos momentos da chuva, da hostilidade das guarnições dos locais por onde foram passando, e da disenteria, que os atormentara praticamente desde o início da campanha. Acrescenta-se a estes elementos o medo que naturalmente sentiam perante a possibilidade de uma batalha, estando tão próximos do destino seguro que procuravam. Desertar ou fugir não era uma possibilidade a partir do momento em que tinham iniciado a marcha, pois aqueles que o fizessem ficariam à mercê das populações ou dos exércitos inimigos, em caso de captura. Restava-lhes, portanto, uma certeza: à exceção dos nobres que compunham a hoste inglesa, e cuja vida seria poupada para a obtenção de um avultado resgate, a única possibilidade de sobrevivência que tinham era a vitória.

Em termos de armamento, os exércitos estariam equipados da mesma forma: os homens de armas teriam armadura completa e combateriam inicialmente com lança (os que combatiam a cavalo usariam lanças de armas, apropriadas para o choque com as unidades de peões sobre as quais iriam carregar) e depois, numa situação de combate corpo-a-corpo, empunhariam armas brancas (com destaque para a espada) e armas de choque (achas, maças e martelos de armas, extremamente violentas e capazes de desbastar as proteções de corpo, em metal, dos adversários). Os arqueiros ingleses utilizariam o eficaz arco longo, com um alcance útil um pouco inferior ao da besta (presente entre os atiradores franceses) e que seria de aproximadamente 200 metros, mas com cadência de tiro superior: 10 a 12 disparos por minuto, contra 2 a 3 disparos da besta. O arco era, sem dúvida, mais fácil de recarregar e de manejar.

O que distinguia o exército inglês do francês era sobretudo a proporção de homens de armas: se no caso francês, como veremos, estes eram muito superiores ao número de besteiros e arqueiros (cerca de dois terços do total), já três quartos ou mais da hoste de Henrique V eram arqueiros (6750 a 7000 homens). Esta (des)proporção entre aqueles que realmente importavam para os cronistas (isto é, os nobres) não só poderá ajudar a explicar a noção que se popularizou de um exército francês muito mais numeroso do que o inglês, como tem colocado aos estudiosos desta batalha algumas questões em relação à disposição dos ingleses no campo de batalha, matéria que os cronistas não esclarecem cabalmente. Analisemos essas questões:

- 1 - Como conseguiram os ingleses resolver o problema da escassez de homens de armas? Anne Curry defende que estes estariam dispostos lado a lado, como alguns cronistas dão a entender, porém não numa linha reta, mas numa disposição oblíqua, com a vanguarda, à direita, ligeiramente mais avançada e a retaguarda, à esquerda, mais recuada. Deste modo, os ingleses não só garantiam uma maior ocupação da largura do campo de batalha, como conseguiriam reagir de forma mais eficaz no caso de se abrir uma brecha na vanguarda, pois o corpo central, vindo de trás, teria capacidade para tapar essa abertura e travar o avanço do inimigo.

- 2 - As diferentes batalhas incluiriam apenas homens de armas ou também arqueiros? Esta questão colocou-se também em relação aos arqueiros e besteiros franceses, que podem ter sido incluídos nas divisões como se fossem elementos de infantaria.
- 3 - Qual foi a disposição, no terreno, dos corpos de arqueiros ingleses? Segundo algumas interpretações, estes estariam colocados não apenas nas alas mas igualmente entre as três divisões de homens de armas. Matthew Bennett recusa liminarmente esta hipótese, apoiando-se nas investigações de Jim Bradbury sobre o arqueiro medieval:

“(...) Jim Bradbury (...) conclui que os arqueiros nunca se colocaram de forma intercalada na principal linha de batalha. Na verdade, esta opção teria enfraquecido de forma considerável a formação, porque caso a cavalaria pesada se deparasse com arqueiros sem equipamento defensivo, seria de esperar que os dispersasse rapidamente. Pelo contrário, Bradbury concluiu que os arqueiros eram sempre colocados nos flancos dos homens de armas, embora muitas vezes inclinados para a frente, de modo a permitir o fogo convergente sobre o inimigo que se aproximava. Foi esta a formação que Henrique utilizou em Agincourt” (Bennett, 1991: 66).

No entanto, Anne Curry lembra que o número de arqueiros era elevado (aproximadamente 7000) e que não havia espaço no estreito campo de batalha, limitado por arvoredos em ambos os lados, para os colocar apenas nos flancos. Por essa razão, e à luz também da afirmação contida na *Gesta*, considera que os arqueiros não estariam somente nas alas, mas também entre os homens de armas e em frente destes, em unidades mais pequenas.

Vejamos o que nos dizem os cronistas. Monstrelet conta-nos que Thomas Erpingham, a mando de Henrique V, ordenou o exército no campo de batalha “(...) colocando os arqueiros na frente e de seguida os homens de armas. Fez duas alas de homens de armas e de arqueiros, e os cavalos e a carriagem foram colocados na retaguarda do exército” (in Curry, 2000: 158). O religioso de Saint Denis, por sua vez, relata-nos o seguinte:

“[Henrique V] fez o seu exército avançar cerca de um tiro de besta e (...) acrescentou, ‘devemos parar aqui, recuperar a nossa coragem e esperar pelo inimigo em solo firme em batalhas compactas, sem dividir as nossas forças. Os nossos (...) arqueiros irão dispor-se em círculo em nosso redor, para suster da melhor forma que puderem o choque do inimigo. (...)’.

(...) Não só os comandantes, mas até a infantaria e as outras tropas ligeiras que formaram a vanguarda como era costumeiro, prometeram lutar até à morte” (in Curry, 2000: 105).

A última frase deste cronista leva-nos a crer que não houve grande inovação na forma de disposição dos homens na vanguarda, ou seja, que esta foi formada da forma *costumeira*. Assim sendo, sugerimos uma síntese entre as interpretações de Bennett e de Curry. Acreditamos que, dadas as limitações do terreno e a escassez de homens de armas da sua hoste, Henrique V se viu forçado a adaptar a disposição tradicional, mas sem enfraquecer as suas linhas por colocar blocos de arqueiros entre os homens de armas. Tal opção implicaria o enfraquecimento dessa linha que se desejava compacta, uma vez que, quando os dois exércitos se juntassem na inevitável *mêlée*, facilmente se poderiam abrir brechas. Se isso acontecesse, os franceses dividiriam e envolveriam os ingleses e, fazendo valer ainda mais a sua superioridade numérica, venceriam o confronto. Henrique V e os seus conselheiros não iriam, em nossa opinião, correr esse risco. Assim, acreditamos que, ainda que alguns arqueiros possam ter sido utilizados para engrossar as fileiras de homens de armas, a maioria estaria distribuída pelas duas alas e por uma linha avançada, provavelmente dispostas de forma semicircular, de modo a permitir o fogo convergente e a envolver o inimigo num abraço mortífero. Por fim, um outro grupo de arqueiros foi destacado para uma operação especial, como nos relata Monstrelet (corroborado por Waurin e Le Fèvre):

“o rei de Inglaterra enviou cerca de 200 arqueiros pela retaguarda do seu exército, de tal forma que não fossem observados pelos franceses.

Esses arqueiros entraram num arvoredo junto a Tramecourt, bastante próximo da retaguarda dos franceses, e aí permaneceram em segredo até ser hora de disparar” (in Curry, 2000: 158).

321

Sintetizando: o exército inglês dispôs os seus homens de armas numa só linha oblíqua, com a vanguarda, liderada pelo duque de York, à direita e num ponto mais avançado, o corpo central, liderado pelo próprio Henrique V, mais atrás, ao centro, e a retaguarda, sob o comando de Lord Camoys, ainda mais atrás, à esquerda. Os arqueiros ficaram maioritariamente colocados nas duas alas, numa disposição semicircular, com algumas unidades dispostas numa primeira linha, em frente aos homens de armas. Por fim, a fazer o papel de retaguarda, Henrique mandaria colocar a carriagem. Os arqueiros (se não todos, pelo menos uma grande maioria) tinham consigo as estacas que o rei mandara preparar durante a marcha e que, em momento oportuno, seriam colocadas no chão, fazendo uma barreira de proteção contra o avanço da cavalaria e compensando a falta de equipamento defensivo destes combatentes.

O exército francês — uma manta de retalhos sem liderança

Quantos eram os franceses? Os valores apresentados pelas crónicas variam bastante, como seria de esperar: Juvenal dos Ursinos fala em 8000 homens de armas, aos quais se deverão acrescentar besteiros, arqueiros e outros combatentes não contabilizados; Gilles Le Bouvier refere um exército de 10 000 homens (4800 na vanguarda, 3000 no corpo central e 1200 em cada ala); Richemont sugere também o mesmo valor; o Religioso (assim é designado o autor anónimo da “Crónica de Carlos VI”, monge de Saint-Denis) indica o número de 14 000 homens reunidos em Rouen, com o rei, e uma vanguarda em Agincourt composta por 5000 homens de armas; Waurin, Monstrelet e Le Fèvre mencionam 50 000 (e uma superioridade francesa entre três e seis para um, em relação aos ingleses). Os cronistas ingleses são mais generosos nos números apontados, por razões óbvias: quanto

maior fosse o exército derrotado, maior seria a glória do seu rei. Assim, a *Gesta* fala em 60 000 homens, sugerindo que a vanguarda francesa, por si só, seria trinta vezes maior do que a totalidade do exército inglês, um óbvio exagero; os cronistas Streeche e Walsingham indicam respectivamente 100 000 e 140 000 homens, valores que outras crônicas repetem. Matthew Bennett considera que valores entre 20 000 e 30 000 homens são possíveis, apoiando-se na descrição detalhada do cronista Monstrelet que, como Le Fèvre, esteve presente na batalha, embora possamos dizer o mesmo do Capelão que redigiu a *Gesta* e que sugeriu o dobro desse valor. Ainda assim, é o autor inglês mais contido na contagem. Juliet Barker considera provável um exército francês de 36 000 homens, baseando-se nos dados de Waurin: 8000 homens de armas, 4000 arqueiros, 1500 besteiros na vanguarda e valores idênticos no corpo central; duas alas de 1400 cavaleiros no total (600 + 800) e a restante hoste na retaguarda. Michael Katon Jones sugere o valor total de 28 000 homens, incluindo 2000 cavaleiros nas alas, 14 000 homens de armas na vanguarda e no corpo central e uma terceira linha com o restante exército, integrando cavaleiros e besteiros. Anne Curry é muito mais cautelosa, preferindo seguir o relato de Gilles Le Bouvier, e sugerindo um exército francês de 12 000 homens, que incluía os 6000 homens de armas e 3000 besteiros inicialmente recrutados pelos nobres diretamente ao serviço da Coroa e por elementos da Casa Real, aos quais se devem adicionar 2500 homens das companhias integradas tardiamente sob o comando de Orleães, Bourbon, Nevers e Brabante, e cerca de 500 homens vindos da Picardia. Curry explica este valor mais baixo lembrando que este exército francês foi sobretudo recrutado a norte do Loire, não integrando hostes de todo o reino, e que parte dos homens permaneceu em Rouen (para defesa do rei) e em Paris (para travar uma eventual ofensiva de João “Sem Medo”).

O exército francês não tinha o seu rei nem o delfim a liderá-lo. Já anteriormente vimos que a saúde do monarca, por um lado, e pressões de homens influentes como o duque de Berry, por outro, impediram ambos de estar presentes em Agincourt. O próprio Berry, pela sua idade avançada, estava também fora das opções para liderar as hostes francesas.

Restava o duque de Orleães e assim ficou decidido no plano de batalha traçado em Rouen, a poucos dias da batalha (20 de outubro). Porém, este era já o segundo plano de batalha francês. O primeiro tinha sido provavelmente elaborado por volta de 13 de outubro, pelo marechal Boucicaut, que liderara com o condestável d'Albret a guarda avançada que seguira a hoste de Henrique V ao longo do Somme. Este primeiro plano (que chegou até nós) tinha sido pensado para um exército que rondaria os 6000 homens (portanto, inferior ao exército inglês) e seria posto em prática na ocasião em que os ingleses conseguissem atravessar o Somme. No entanto, como bem sabemos, tal não ocorreu. Quando, finalmente, os homens de Henrique V conseguiram atingir a margem direita do Somme, já o exército francês se encontrava nas proximidades, pelo que a guarda avançada optou, de forma ponderada, por reunir-se com o restante exército e preparar uma ofensiva em superioridade numérica.

O plano Boucicaut (v. imagem anexa) procurava adaptar-se ao adversário, copiando-lhe a disposição tática, mas integrando um elemento de surpresa que, no pensamento dos seus criadores, seria a chave da vitória. Assim, os franceses deveriam ordenar-se da seguinte forma: a vanguarda seria liderada por d'Albret e Boucicaut e combateria apeada, assim como o corpo central, liderado pelo duque de Alençon e pelo conde de Eu, entre outros. Caso os homens de armas ingleses formassem numa só linha, o mesmo deveria ser feito pelos franceses, juntando-se a vanguarda ao corpo central. Ladeando estas duas unidades, estariam duas alas: a direita, liderada por Richemont; e a esquerda, por Vendome (Anne Curry sugere o nome de Guichard Dauphin). Posicionados à frente dessas alas, estariam dois corpos de besteiros e arqueiros, mas o elemento surpresa deste plano passava pela presença de duas unidades de cavalaria, colocadas também nas alas: a da esquerda, composta por mil homens de armas, teria como missão carregar sobre os arqueiros ingleses de modo a neutralizá-los o mais rapidamente possível; a da direita, com duzentos homens de armas, deveria contornar o exército inglês e realizar um ataque à sua carriagem, abrindo brechas entre os homens de armas ingleses e facilitando a carga da vanguarda francesa.

No segundo plano, traçado em Rouen (v. anexo), alguns aspetos foram mudados. Desde logo, a liderança: a vanguarda aparece liderada por Bourbon, Boucicaut e Dauphin; o corpo central pelo duque de Orleães, por Alençon, d'Albret e o duque da Bretanha; a ala esquerda seria liderada por Tanneguy du Chastel e a ala direita por Richemont. Como foi pensado para um exército mais numeroso, este plano incluía a presença de uma retaguarda, liderada por Bar, Nevers, Charolais e Vaudemont. Os besteiros e arqueiros, entretanto, perdiam autonomia, provavelmente integrados nas unidades centrais ou simplesmente postos à margem da batalha. À frente das alas, deveriam permanecer os corpos de cavalaria que teriam a missão já incluída no plano de Boucicaut. O dispositivo que foi finalmente posto em prática em Agincourt manteve alguns elementos destes dois planos, tendo outros sido alterados ou simplesmente abandonados.

Assim, os franceses colocaram-se em campo, na manhã de 25 de outubro, apostando na formação de uma linha de vanguarda bastante numerosa, possivelmente integrando nas suas fileiras as duas alas lideradas por Vendôme e Richemont e contendo, no total, mais cinquenta por cento de homens de armas do que teria o corpo central. A vanguarda incluiu ainda nas suas fileiras os principais nomes da nobreza francesa presentes nesse dia: Orleães, acabado de chegar, mas também o duque de Bourbon, o marechal Boucicaut e o condestável d'Albret, os já referidos Richemont e Vendôme, o conde de Eu e os senhores de Rambures e de Dampierre. Seguiu-se uma segunda linha, liderada pelos duques de Bar e de Alençon, pelos condes de Nevers, Vaudémont, Salm e Blâmont, entre outros, e uma retaguarda comandada por diversos condes e outros nobres, que estaria, pelo menos parcialmente, a cavalo. A ladear os homens de armas, encontravam-se os dois corpos de cavalaria (as crónicas não são unânimes em relação aos seus comandantes). Junto da retaguarda ou da segunda linha, ou mesmo inseridos nesta última, estariam os corpos de arqueiros e besteiros, que acabaram por ter pouco protagonismo na batalha. A colocação destas unidades muito atrás da vanguarda justifica-se por várias razões: em primeiro lugar, não possuíam armamento defensivo

capaz de os proteger dos disparos dos arqueiros ou de lhes permitir enfrentar os homens de armas ingleses numa luta corpo-a-corpo; em segundo lugar, a estreiteza do terreno poderá ter obrigado ao seu afastamento da linha da frente, porque a grande extensão da vanguarda, que praticamente cobria toda a largura do campo, iria dificultar a manobra de retirada dos besteiros e arqueiros quando tal fosse necessário; em último lugar, os comandantes franceses acreditavam que a força da sua vanguarda seria mais do que suficiente para derrotar os ingleses, desde logo pelo pavor que iria gerar nos seus adversários, não necessitando da intervenção dos atiradores. Embora o Religioso de Saint-Denis afirme que os besteiros e arqueiros foram dispensados pelo comando francês de estarem presentes na batalha, tal dado não parece credível, desde logo porque a *Gesta* refere a sua atuação.

O exército francês, embora superior em número em relação ao seu adversário, tinha três grandes *handicaps*: desde logo, a questão do comando partilhado, e até questionado, uma vez que a chegada de Orleães, um príncipe de sangue, retirou a primazia aos veteranos Boucicaut e d'Albret, que conduziam a guarda avançada desde o início da campanha; depois, as mudanças no plano de batalha geraram certamente alguma confusão entre os combatentes; por fim, a hoste francesa era uma verdadeira manta de retalhos, recentemente reunida, com companhias a chegar na véspera e no próprio dia da batalha! Esta diversidade de contingentes reunidos de forma apressada contribuiu para a desordem tática que se iria verificar durante o confronto. O caso do duque de Brabante é disso um bom exemplo: na manhã de 25 de outubro, o duque encontrava-se a cerca de 50 km de distância de Agincourt (curiosamente, apenas a 18 km de Aubigny!) e chegou ao campo onde se travava a batalha após o que se supõe ter sido uma frenética cavalgada, muito antes da sua companhia, que avançava a um passo necessariamente mais lento. Nessa altura, já os combates se tinham iniciado e o impetuoso duque improvisou uma cota de armas (essencial para ser reconhecido) a partir da bandeira de um dos seus trombeteiros e carregou sobre os ingleses, acabando por perder a vida nesse dia.

A batalha começa

326

Às 6h40 da manhã, como dissemos, os primeiros raios de luz puseram fim a uma noite longa e tensa. Os ingleses parecem ter sido os mais madrugadores, acabando por escolher primeiro a sua posição no terreno. Henrique V, entretanto, terá ouvido missa (alguns relatos aludem a três missas) e ordenado os seus homens no campo de batalha. Por volta das 8h, passou revista às suas hostes montado num pequeno cavalo cinzento, e discursou aos seus comandantes, lembrando a justiça da sua causa, merecedora de apoio divino, e sublinhando a sua decisão de lutar pela vitória até à morte. Depois, seguiu-se uma longa espera, em posição de combate, para que a tensão e a concentração da noite anterior não se esgotassem em outras atividades. Os homens fizeram as suas orações e conferiram o seu equipamento defensivo e ofensivo; aproveitaram também a longa espera para uma primeira refeição. O rei enviou batedores para verificarem as movimentações dos franceses, decerto temendo um possível ataque-surpresa pelos flancos. Ao mesmo tempo, ordenou a 200 dos seus arqueiros que se ocultassem no arvoredo que se encontrava junto a Tramecourt, bem perto das linhas inimigas.

No outro acampamento, também se ouviram as primeiras orações e o ruído dos preparativos para o novo e decisivo dia, que terão começado entre as 9h e as 10h e terão envolvido, entre outros atos, o encurtar das lanças dos homens de armas: mais curtas, as lanças manobravam-se mais facilmente e permitiam golpear com mais força, mas perdiam alcance, exigindo uma maior proximidade face ao inimigo. Esta opção revelar-se-ia nefasta.

Os franceses não estavam ansiosos por travar a batalha, pelo menos não imediatamente. Os reforços estavam ainda a chegar, ou vinham a caminho, com destaque para o duque de Orleães, mas também para os duques de Brabante e da Bretanha. O tempo, além do mais, estava do seu lado e acreditavam que, à medida que corresse, os seus adversários começariam a ficar inquietos e receosos, assolados pelo cansaço e pela fome. Vários cronistas referem a realização de negociações entre representantes dos dois lados, possivelmente feitas com o intuito (do lado francês) de atrasar ainda

mais o início dos confrontos. Este estratagema acabou por não resultar em pleno. As negociações, se ocorreram, rapidamente terminaram sem qualquer acordo entre as partes, e Henrique V, sabendo que o prolongar da espera seria prejudicial para o seu exército, decidiu abandonar a posição defensiva e tomar ele próprio a iniciativa. Por volta das 10h, o rei mandou vir a carriagem (que incluía não só bagagens e equipamentos, mas também os cavalos) de Maisoncelles, para que esta se posicionasse de modo a funcionar como retaguarda do seu exército, protegendo-o de um ataque por trás. Ao mesmo tempo, como bem lembrou Anne Curry, ao colocar os cavalos junto da sua hoste, Henrique aumentava a possibilidade de fuga em caso de derrota. Ainda antes de a carriagem ter completado o trajeto, conta-nos o cronista Waurin que ...

... “o rei de Inglaterra deu ordens a um cavaleiro veterano, chamado Sir Thomas Erpingham, para ordenar os seus arqueiros e posicioná-los na frente em duas alas (...). Sir Thomas exortou todos os presentes, em nome do rei de Inglaterra, a combaterem vigorosamente contra os franceses. Cavalgou com uma escolta diante da batalha de arqueiros após ter terminado de posicionar os combatentes, atirou para o ar um bastão que segurara na mão e gritou “Nestroque”, que era o sinal para atacar. Então, desmontou e juntou-se à batalha do rei de Inglaterra, que estava também apeado entre os seus homens e com o seu estandarte defronte de si. Então, os ingleses começaram subitamente a avançar, soltando um grande grito, que muito espantou os franceses” (in Curry, 2000: 159-160).

O espanto dos franceses ficou a dever-se, quer ao surpreendente grito dos inimigos, quer ao início do avanço destes no terreno, um gesto igualmente inesperado. Nessa altura, o campo francês agitou-se, tal como nos relata Monstrelet:

“Quando os franceses viram os ingleses a avançar, colocaram-se em ordem de batalha, cada um sob o seu próprio estandarte, colocando os bacinetes na cabeça. Foram instados pelo condestável e por outros

príncipes a confessar os seus pecados em verdadeira contrição e a combater bem e com bravura (...)” (in Curry, 2000: 160).

A descrição do que aconteceu a seguir não é idêntica em todas as crônicas, o mesmo acontecendo com os estudiosos que se debruçaram sobre esta batalha. Inicialmente, os dois exércitos estavam a cerca de 800 metros de distância. Era necessário que se aproximassem para que a batalha pudesse ter início. As armas de maior alcance (o arco longo e a besta) só começavam a ter grande eficácia a uma distância de 150 a 200 metros. Segundo algumas interpretações dos acontecimentos, os ingleses teriam então avançado cerca de 650 metros, perante a aparente passividade dos adversários que, apanhados de surpresa, podem ter ficado atarefados a organizar as suas linhas. No entanto, outras versões referem que o avanço inglês foi muito mais curto, de apenas alguns metros, o suficiente para obrigar o inimigo a dar também início à sua marcha. Por fim, uma terceira hipótese (referida, por exemplo, pelo autor da *Gesta*) sugere que os dois exércitos percorreram distâncias idênticas. Dado o estado do terreno, extremamente pesado, uma marcha de meio quilómetro levaria muito tempo a fazer. Caso os ingleses tivessem percorrido essa distância por si sós, chegariam junto dos inimigos mais cansados do que estes e perderiam a vantagem da sua posição defensiva inicial. Para os franceses, manter-se numa posição defensiva, aguardando o aproximar do exército contrário, era vantajoso, sobretudo estando este a deixar a zona maia afunilada do terreno. Portanto, algo terá forçado os franceses a abandonarem também a sua posição inicial. Monstrelet, Le Fèvre e Waurin (estes dois últimos, presentes na batalha) contam-nos que os ingleses ...

... “avançaram em boa ordem e novamente soltaram outro grande grito, antes de pararem para recuperar o fôlego. Então, os arqueiros que estavam [ocultos] no arvoredado também deram um grande brado e dispararam com grande vigor sobre os franceses” (in Curry, 2000: 160).

Esta ação dos arqueiros foi o elemento-surpresa que forçou os franceses a reagir e a adiantarem-se no terreno. Ainda em fase de organização, esse

avanço foi bastante acidentado, como iremos ver. Entretanto, os ingleses reposicionam-se. Mais uma vez, são dadas diferentes hipóteses para esse reposicionamento, todas elas plausíveis:

329

- 1- Os ingleses continuaram a avançar, pelo menos durante mais alguns metros, de modo a que os seus arqueiros começassem a ter os inimigos ao alcance e os pudessem começar a atingir com grande intensidade. Para esse efeito, tiveram de deixar para trás as estacas que serviam de barreira de proteção, pois caso as levassem consigo não teriam as mãos livres para efetuarem os disparos. Este avanço, no entanto, terá sido feito apenas pelos arqueiros que se encontravam na primeira linha, tendo os dos flancos permanecido atrás da barreira de estacas.
- 2- Os arqueiros ingleses avançaram levando consigo as estacas (portanto, sem disparar contra o inimigo), posicionando-as mais à frente, beneficiando do terreno bastante macio, que terá facilitado essa operação, e ocultando-se novamente atrás dessa muralha improvisada, aguardando a chegada do inimigo.
- 3- O avanço inicial dos ingleses foi tão curto que estes, tendo conseguido forçar os inimigos a virem ao seu encontro, tiveram tempo de regressar às posições iniciais, atrás das estacas.

Em nossa opinião, inicialmente os arqueiros ingleses não deixaram a segurança das estacas. Num primeiro momento, podem ter avançado alguns metros, recolocando as estacas na nova posição, pois a proteção que elas ofereciam era essencial para travar a carga da cavalaria inimiga. Só num segundo momento, quando a barreira de estacas deixou de ser necessária, é que avançaram sobre o inimigo.

A primeira reação francesa foi a de pôr em prática o seu plano (inspirado no Plano de Boucicaut). Portanto, a iniciativa coube às alas de cavaleiros, que procuraram carregar sobre os arqueiros ingleses. No plano inicial, esta

carga deveria ser feita sobre as alas (até porque os franceses não previram a presença de arqueiros ingleses no centro) e assim deve ter sido executado em Agincourt, mas sem o sucesso esperado. Mais uma vez, as razões apontadas para o fracasso da carga da cavalaria francesa divergem consoante os relatos. Alguns cronistas franceses, sobretudo os que estão ligados à Casa da Borgonha, explicaram o fracasso pela incompetência do comando desses corpos de cavalaria (naturalmente, nomes ligados aos Orleanistas), referindo que foram incapazes de reunir o número de cavaleiros necessário para efetuar a carga com sucesso. Outro fator também referido foi a cobardia de alguns desses cavaleiros, que, perante os disparos dos arqueiros, fugiram ou procuraram alvos mais fáceis. As narrativas inglesas e os historiadores apontam outras causas, como o terreno pesado e a ação dos arqueiros, e Anne Curry não deixa também de referir a possibilidade da falta de efetivos nos corpos de cavalaria. O solo enlameado e revolvido impediu um avanço suficientemente rápido dos cavaleiros, dando tempo aos arqueiros de atuarem e de lançarem as suas setas de forma cadenciada, gerando o pânico entre os homens de armas e as suas montadas — embora perfeitamente treinados para a guerra, nem uns nem outros estariam preparados para uma contínua chuva de setas! Muitos cavalos tombaram, arrastando consigo os seus cavaleiros; os homens de armas que resistiram aos disparos e prosseguiram a sua marcha acabaram por chocar contra a barreira de estacas; outros retiraram de forma desordenada, continuando a ser atingidos pelos disparos dos arqueiros e indo embater na gigantesca vanguarda francesa que entretanto começara também a avançar, como nos relata o cronista Monstrelet:

“Devido à força dos lançamentos das setas e do receio em relação a esses lançamentos, a maioria dos outros [cavaleiros] retrocedeu na direção da vanguarda francesa, causando grande desordem e quebrando a linha em vários sítios, fazendo-os cair no solo que tinha sido recentemente cultivado. Os seus cavalos tinham sido tão atormentados pelo disparo das setas dos arqueiros ingleses que não os conseguiam segurar ou controlar. Como resultado, a vanguarda caiu em desordem e um incontável número de homens de armas começou a tombar” (in Curry, 2000: 161).

O Plano Boucicaut tinha previsto também um ataque à retaguarda do exército inglês por parte de um dos corpos de cavalaria e essa manobra terá também sido realizada, possivelmente na fase inicial da batalha, embora não seja possível afirmá-lo com total segurança. As crônicas indicam-nos diferentes autores dessa carga. A *Gesta* relata que a carriagem foi atacada logo no início da batalha por “salteadores franceses [que] a observavam de quase todos os lados, com a intenção de cair sobre ela assim que vissem os dois exércitos envolvidos”, tendo conseguido roubar peças do “tesouro régio de grande valor, uma espada e uma coroa, entre outros objetos preciosos” (in Curry, 2000: 35). Monstrelet conta-nos que o ataque à carriagem inglesa foi levado a cabo por “Robinet de Bournville, Riflart de Clamace, Isembard d’Azincourt e outros homens de armas, acompanhados por 600 camponeses”, que roubaram, entre outras coisas, vários dos cavalos que ali se encontravam (in Curry, 2000: 163).

Alguns cronistas ligam este episódio com o momento trágico da execução dos prisioneiros franceses, que relataremos mais adiante uma vez que essa relação parece ter sido criada *a posteriori* por razões políticas (ou ilibar o rei inglês da sangrenta decisão, ou culpar algumas figuras da nobreza francesa pelo sucedido). O que agora nos importa é explicar o fracasso de mais uma das operações delineadas pelos franceses. Desta vez, o que parece ter levado a esse fracasso terá sido a escassez de homens e, sobretudo, a escassez de bons cavaleiros para cumprirem essa missão de modo a lançarem o pânico entre as linhas inglesas através de um eficaz ataque à retaguarda. Os grandes nobres de França podem ter-se recusado a liderar esta operação menor, preferindo integrar-se na vanguarda, onde supostamente maior honra os aguardava, ou no corpo central. Outra hipótese prende-se com a dificuldade dos franceses em reunirem um grupo de cavaleiros suficientemente grande (como alguns cronistas sugerem que possa ter também ocorrido em relação ao corpo de cavalaria que tentou atacar os arqueiros). Por fim, a utilização de cavaleiros de menor graduação, mas oriundos de Agincourt e das redondezas, poderá estar relacionada com um maior conhecimento que estes teriam do terreno, o que lhes permitiria atingir as linhas inimigas sem serem detetados, o que de facto parece ter acontecido.

A *mêlée*

332

Recapitulemos o que até agora se passou no campo militar de Agincourt. Os ingleses abriram as hostilidades com disparos dos seus duzentos arqueiros camuflados no bosque junto a Tramecourt, forçando os franceses a acionarem o seu plano de batalha. Aos disparos desses arqueiros poderão ter sido acrescentados os dos arqueiros da linha avançada inglesa e mesmo dos flancos. Entretanto, pelo menos numa das alas, a cavalaria francesa carregou sobre os arqueiros inimigos, com o objetivo de anular o seu poder de fogo. Simultaneamente, a vanguarda francesa iniciou a sua marcha, esperando que, entretanto, os arqueiros fossem dispersados pela cavalaria e fosse possível atingir a linha de homens de armas ingleses sem grande dificuldade. O plano falhou, tal como falhou a manobra de contornar o exército inglês e surpreendê-lo pela retaguarda: esse ataque ficou limitado a uma simples operação de pilhagem. Na linha da frente, a primeira unidade da cavalaria francesa foi rechaçada com grande facilidade pelos arqueiros e retirou desordenadamente, indo chocar com a sua própria vanguarda. Livres da ameaça da cavalaria, os arqueiros ingleses puderam avançar abertamente pelo terreno, até terem a desordenada vanguarda inimiga ao alcance dos seus disparos. A partir daí, lançaram as suas setas, mantendo uma rápida cadência de tiro.

Dado o grande número de inimigos à frente dos arqueiros ingleses, não era preciso atirar com grande rigor para acertar no alvo: o disparar contínuo de setas, “tão denso como um dilúvio, obscureceu o céu e feriu um grande número dos seus oponentes”, escreveu o Religioso (in Curry, 2000: 107). Milhares de projéteis caíram a cada minuto sobre a vanguarda francesa de forma avassaladora (cada arqueiro bem treinado poderia, como já anteriormente referimos, lançar 10 a 12 setas por minuto — multiplique-se esse valor por cerca de 6000 a 7000 arqueiros e temos cerca de 70 000 setas a caírem sobre os franceses nesse curto espaço de tempo!), forçando-os a avançar de cabeça baixa, como escreveu um cronista. Muitos foram feridos pelas setas, que podiam penetrar pelas viseiras dos bacinetes ou pelos interstícios das armaduras (estas áreas de ligação das peças do arnês,

como as que uniam os peitorais aos braçais, eram mais vulneráveis); outros terão ficado atordoados pelo impacto continuado das pontas metálicas nos seus bacinetes e arneses; outros ainda perdiam o equilíbrio devido ao terreno pesado e à passagem dos cavalos descontrolados. Mesmo assim, a vanguarda francesa realizou uma manobra que poderá ter sido parcialmente imposta pela desordem instalada, mas que nos parece intencional: dividiu-se em três unidades distintas, que tinham como objetivo atacar a linha de homens de armas inglesa em três pontos diferentes, como nos descreve o autor da *Gesta*:

“(...) a nobreza francesa, que tinha previamente avançado lado-a-lado e estava já prestes a enfrentar-nos, ou por receio dos projéteis que pela sua própria força perfuravam a cobertura e os visores dos seus bacinetes, ou para (...) romperem os nossos pontos mais fortes e atingirem os estandartes [das três divisões inglesas], dividiram-se em três colunas, atacando a nossa linha de batalha em três locais onde se encontravam os estandartes. E na *mêlée* que a seguir se gerou, acometeram contra os nossos homens numa tão feroz carga que os forçaram a recuar pelo menos a distância de uma lança” (in Curry, 2000: 36).

Tinha assim início o momento mais longo e mais sangrento do confronto. Face à proximidade dos homens de armas franceses, os arqueiros ingleses (com muito maior capacidade de movimentação, graças à ausência de equipamento defensivo pesado), retiraram para os flancos, continuando a disparar contra os inimigos, agora envolvidos por um fogo cruzado. Anne Curry (2010: 253) sugeriu que estes arqueiros poderiam mesmo recolocar-se no centro, entre a vanguarda francesa e a segunda linha que entretanto também se aproximava, para disparar sobre esta, enquanto as alas mantinham o fogo sobre a vanguarda.

O primeiro momento de combate corpo-a-corpo deu-se entre parte da vanguarda da flor-de-lis e a vanguarda inglesa, que estava posicionada um pouco mais à frente no terreno, como já foi referido. Por essa razão, a companhia de York terá sido uma das que sofreu mais baixas na batalha

(um quarto do total, segundo Anne Curry), incluindo o seu próprio comandante, que perderia a vida na refrega. Como escreveu o Capelão, na citação acima transcrita, o ímpeto da carga francesa forçou a vanguarda inglesa a recuar. No entanto, este recuo acabou por ser benéfico para os ingleses. Como referimos mais atrás, os franceses tinham decidido encurtar as suas lanças para mais facilmente as manobrem durante a batalha. A decisão era, à partida, bastante sábia, uma vez que o elevado número de homens que compunham a vanguarda francesa limitava o espaço de ação de cada homem, pedindo armas mais pequenas, mais leves e fáceis de manusear. No entanto, num confronto entre lanceiros, têm vantagem os que empunham lanças mais compridas, pelo simples facto de poderem golpear o inimigo a uma maior distância, e assim aconteceu. Os ingleses golpearam os seus adversários com golpes de lança, derrubando-os e quebrando o seu ímpeto. A vanguarda francesa ficou completamente cercada: não conseguia avançar, não tinha para onde recuar, pois atrás de si estavam já os homens de armas do corpo central francês, pelo que não havia espaço de manobra nessa direção, e os flancos estavam cobertos pelos arqueiros ingleses. Começava então um sangrento combate corpo-a-corpo, que contou com a colaboração dos arqueiros, como nos relata o Capelão:

“Então a batalha atingiu o seu momento mais violento e os nossos arqueiros prepararam as setas mais afiadas e libertaram-nas todas contra os flancos do inimigo, mantendo a luta sem uma pausa. E quando as suas setas tinham sido todas usadas, empunhando achas, estacas, espadas e pontas de lança que se encontravam caídas em redor, feriram, golpearam e trespassaram o inimigo” (in Curry, 2000: 36).

Os arqueiros foram decisivos também neste momento de combate corpo-a-corpo, recorrendo a todo o tipo de armas de mão e de choque. O Religioso refere que utilizaram “um tipo de arma até então desconhecido — grandes malhos cobertos de chumbo, com os quais, com um único golpe na cabeça, podiam matar um homem ou fazê-lo cair no chão, inconsciente” (in Curry, 2000: 107). Mais leves, capazes de se movimentarem melhor, aproximavam-se

dos seus inimigos e derrubavam-nos mortalmente, ou matavam os homens de armas que se encontravam caídos e imobilizados na lama usando as espadas, adagas ou outras armas brancas para os golpear através das viseiras dos bacinetes, ou para os degolarem e ferirem por outras aberturas do arnês. Esta ação dos arqueiros, combinada com a dos homens de armas ingleses, liderados por Henrique V (que, segundo algumas crônicas, correu risco de vida, vendo a sua coroa ser golpeada e danificada, mas que também teve pelo menos um ato heroico, ao proteger o irmão, Gloucester, que tinha sido derrubado, colocando-se sobre ele e impedindo que os inimigos o ferissem ou capturassem), abriu brechas nas linhas da vanguarda francesa, permitindo a sua rápida eliminação ou neutralização e o avanço na direção do corpo central, que também cedeu. Caídos ou capturados os principais nobres, os franceses ficaram sem comando. A retirada foi a única opção possível para o que restava do seu exército. Como escreveu Monstrelet, “a retaguarda estava ainda a cavalo, mas vendo as duas primeiras batalhas a ter tão má prestação, os seus homens puseram-se em fuga, exceto alguns dos comandantes” (in Curry, 2000: 162). Decorridas cerca de três horas desde que a batalha se iniciara, com o sinal dado por Thomas Erpingham, os homens de Henrique V afiguravam-se claramente vencedores.

O rescaldo da batalha

Finda a batalha, os franceses procuravam fugir ou reagrupar-se a uma distância segura, enquanto os ingleses recolhiam os seus mortos e feridos e capturavam ou reuniam os seus prisioneiros. Foi neste momento que se deu o episódio mais chocante desta batalha, o massacre de muitos prisioneiros franceses. Como foi já referido, alguns cronistas apontam o ataque à carriagem inglesa como o acontecimento que despoletou esta ordem de Henrique V. A ser assim, a ordem deveria ter sido dada durante a *mêlée* ou em momentos anteriores, o que nos parece altamente improvável, tanto mais que algumas crônicas sugerem também uma recusa inicial por parte dos ingleses em executarem os seus prisioneiros, levando Henrique a no-

mear alguns homens (nomeadamente arqueiros) para executarem a mórbida tarefa. Todas estas ações e diálogos não poderiam ter ocorrido em simultâneo com o decorrer dos confrontos. Outros cronistas consideram que a ordem foi uma (inevitável) reação inglesa face a um eventual reagrupar de combatentes franceses. Numa situação dessa natureza, temia-se que os prisioneiros pudessem aproveitar uma ofensiva francesa para se juntarem aos seus compatriotas e, beneficiando também do cansaço dos ingleses, virar o rumo da batalha a seu favor. O autor da *Gesta* descreve essa situação:

“Então (...) ouviu-se um grito de alerta, [clamando] que a retaguarda montada do inimigo (em números incomparáveis e ainda fresca) estava a reagrupar-se nas suas posições e linha de combate, para lançar um ataque sobre nós, que éramos poucos e estávamos cansados. E de imediato, independentemente da sua distinção, os prisioneiros, exceto os duques de Orleães e Bourbon, certos homens ilustres que estavam na ‘batalha’ do rei e muito poucos outros, foram mortos pelas espadas dos seus captores ou de outros que se lhes seguiram, para que não nos envolvessem em maior tragédia na luta que se iria travar” (in Curry, 2000: 37).

Se a primeira razão apontada nos parece improvável (o Capelão, por exemplo, não relaciona os dois acontecimentos), a segunda já parece ter um fundamento de verdade. Havia ainda muitos franceses nas redondezas de Agincourt e, embora não estivessem aparentemente moralizados nem tivessem um comando capaz de os reagrupar, os ingleses não podiam correr riscos. Estavam desgastados por longos dias de marcha e por uma dura batalha. Calais estava a poucos dias de distância, mas esta teria de ser percorrida com grandes precauções. Não era possível, portanto, levar os prisioneiros todos, por muito que essa decisão desgostasse os homens ansiosos por receberem o pagamento dos respetivos resgates. Não era também seguro libertá-los, pois poderiam juntar-se às hostes francesas. A única solução que Henrique V terá encontrado passou pela execução de todos aqueles que não tinham a felicidade de pertencer aos escalões mais elevados da sociedade da época.

A recusa em matar os prisioneiros, que vários cronistas referem, pode ter ocorrido, pelas razões já apontadas, mas a ordem foi efetivamente levada a cabo. E se havia franceses nas redondezas que procuravam reagrupar-se e que testemunharam o massacre, a execução dos seus compatriotas deverá ter tido um efeito dissuasor...

Quando ficou claro que os franceses não tinham intenção (pelo menos nesse momento) de reavivar qualquer espécie de confronto, deixando o campo de batalha nas mãos dos ingleses, estes puderam começar a retirar os seus mortos e feridos do campo de batalha e a procurar, entre os inumeráveis corpos caídos, inimigos que ainda estivessem vivos e que pudessem valer um bom resgate. Embora as crónicas sejam unânimes em afirmar que houve poucas vítimas mortais no seio da hoste inglesa, a verdade é que os seus corpos não podiam ser deixados ao abandono. Aparentemente, só as ossadas dos duques de York e do conde de Suffolk foram levadas para Inglaterra, embora outras possam também ter seguido para o mesmo destino, pois o cronista Dynter escreveu que os ingleses “levaram os corpos dos grandes nobres para Inglaterra”. Para o efeito, esses corpos foram fervidos para remoção dos ossos, um processo que era mais rápido e prático do que o embalsamamento. Em relação aos outros mortos de inferior estatuto, Dynter conta que os ingleses “puseram corpos e muito equipamento num grande celeiro e queimaram-nos” (in Curry, 2000: 175), uma decisão compreensível, uma vez que não havia tempo para enterrar todos os mortos nem forças disponíveis para essa tarefa e, por outro lado, os corpos não poderiam ser transportados nem poderiam permanecer a céu aberto.

Segundo nos contam Le Fèvre e Waurin, “desde o momento da vitória, os arqueiros tinham estado a despojar os mortos e a retirar-lhes as armaduras. (...) Os arqueiros transportaram as armaduras dos mortos para o seu acampamento em cavalos” (in Curry, 2000: 165), o que indicia uma grande quantidade de peças recolhidas. A recolha de despojos era uma prática habitual no final de qualquer batalha, como meio de obter mais algum rendimento. No entanto, havia regras a cumprir e nada poderia colocar em risco a segurança de todos. O rei inglês, como vimos, procurava em primeiro lugar garantir que o seu exército estaria apto a chegar rapidamente a Calais

e aí, em segurança, preparar-se para regressar a Inglaterra. Conta-nos Waurin que, quando soube que grandes quantidades de equipamento defensivo tinham sido retiradas pelos seus homens do campo de batalha, o rei ...

... “proclamou por todo o seu exército que ninguém deveria levar consigo mais do que necessitava para [proteger] o seu próprio corpo, e que ainda não estavam livres de perigo dos franceses. Então, o rei de Inglaterra ordenou que todas as armaduras que estavam em excesso (...) deveriam ser colocadas numa casa ou celeiro. Aí foram completamente destruídas pelo fogo” (in Curry, 2000: 165).

Ao entardecer, para garantir que o seu exército descansasse o suficiente para retomar a marcha no dia seguinte, o rei (segundo vários cronistas, por sugestão dos seus conselheiros) mandou regressar os seus homens a Maisoncelles. Foi aqui que recuperaram as forças e festejaram a vitória e, num dado momento, o rei terá novamente discursado perante os seus homens. Segundo o Religioso, Henrique V “agradeceu-lhes por terem ariscado a vida de forma tão corajosa”, lembrou a “justiça da sua causa” e a legitimidade das suas pretensões em “recuperar as terras dos seus antecessores que tinham sido injustamente usurpadas”, pediu-lhes para não se deixarem “cegar pelo orgulho” e para atribuírem o sucesso desse dia à “especial graça de Deus, que tinha trazido defronte da sua pequena companhia uma tal multidão de franceses e lhes tinha derrubado a insolência e o orgulho” e terminou lamentando o sangue derramado na batalha (in Curry, 2000: 108-109).

Na manhã de dia 26 de outubro, sábado, os ingleses retomaram a marcha, passando novamente pelo campo de batalha. De acordo com o relato de Monstrelet, encontraram ainda alguns franceses vivos, que “prenderam ou mataram” (in Curry, 2000: 165-166). Efetivamente, para além da execução dos prisioneiros no final do combate, terá havido mais tarde o massacre de muitos dos feridos que agonizavam no campo de batalha. Ainda no próprio dia do prélio, alguns representantes dos franceses terão pedido a Henrique V

para recolherem entre o amontoado de corpos que se encontravam no campo de batalha os seus feridos e mortos. Nessa altura, o rei não deu uma resposta positiva ao pedido. Pelo contrário, conta-nos a “Crónica de Ruisseauville” que ...

“... o rei de Inglaterra tinha 500 homens bem armados e enviou-os para junto dos mortos, para lhes retirar as suas cotas de armas e uma grande quantidade de armaduras. Estes homens levavam pequenas achas nas mãos e outras armas e cortaram quer os mortos quer os feridos no rosto, para que não pudessem ser reconhecidos, quer os ingleses que estavam mortos, quer os outros” (in Curry, 2000: 126).

Este ato, que terá ocorrido na noite da batalha e prosseguido no dia seguinte, pode ser interpretado, segundo Anne Curry, como um gesto de misericórdia ou como a continuação da matança do dia anterior.

Outros relatos dizem-nos que, ao passar novamente por Agincourt, os ingleses depararam-se com um cenário desolador, como nos contam Le Fèvre e Waurin:

“No dia seguinte, que era um sábado, os ingleses deixaram Maisoncelles muito cedo, de manhã, e, com todos os seus prisioneiros, visitaram novamente o campo onde a batalha tinha tido lugar. (...) O rei inglês parou no campo, olhando para os mortos. Era motivo de piedade ver os grandes nobres [franceses] (...) porque estes estavam completamente nus como recém-nascidos, pois durante a noite tinham sido despojados, quer pelos ingleses quer pelos camponeses das redondezas” (in Curry, 2000: 166).

Após a partida da hoste inglesa, os franceses iniciaram os trabalhos de remoção e exumação dos corpos. De acordo com a “Crónica de Ruisseauville”, o bispo de Thérouanne (a cuja diocese pertencia Agincourt) mandou consagrar o solo do campo de batalha; “fez cinco valas e em cada vala foram sepultados 1200 homens ou mais (...) e em cada uma foi colocada uma grande cruz de madeira” (in Curry, 2000: 127).

Henrique V chegou a Calais provavelmente no dia 29 de outubro, tendo pernoitado em Guines antes de entrar triunfalmente na sua cidade, onde celebrou a festa de Todos os Santos. A 11 de novembro, partiu para Dover, onde desembarcou cinco dias depois, para seguir o caminho da Cantuária e entrar em Londres a 23 do mesmo mês. Antes de o rei chegar a Londres, já a notícia da sua vitória se tinha feito ouvir na cidade, tendo sido discutida na sessão do parlamento de 4 de novembro, que pareceu favorável à ideia de continuar a apoiar o esforço militar do seu monarca em França.

Baixas

A mesma imprecisão que encontramos nos diferentes relatos em relação ao número de efetivos de ambos os lados existe também no que diz respeito aos montantes das vítimas (mortos e prisioneiros) da batalha de Agincourt. Os valores dos mortos franceses oscilam grandemente, entre os 1500 (“Crónica de John Hardyng”, cujo autor serviu na companhia de Robert Umfraville na expedição de 1415) e os 12 000 (na crónica “Brut”). Quanto aos mortos entre as hostes de Henrique V, a maioria das crónicas inglesas menciona valores entre uma e três dezenas de homens (os mais ilustres), com as exceções de Titus Livius (100 baixas) e do Pseudo-Elmham (102 baixas). Os relatos de origem francesa sugerem valores mais elevados, entre os 600 (Juvenal dos Ursinos) e os 1600 (Waurin e Le Fèvre). Perante estes dados, os historiadores revelam-se extremamente cautelosos (e nós concordamos com essa opção), recorrendo aos números sugeridos pelas crónicas e evitando dar valores totais. Temos o exemplo de Matthew Bennett, que refere apenas a morte de 600 nobres e cavaleiros e a captura de cinco duques, doze condes e outros líderes franceses, partindo do exemplo de muitos cronistas. Juliet Barker sugere um mínimo de 112 vítimas inglesas (das quais dois terços eram arqueiros), mas em relação às vítimas francesas não sugere valores, preferindo destacar, tal como Anne Curry, a elevada mortalidade entre estes e o impacto dessas perdas na zona norte da França, uma vez que a grande

maioria dos nomes registados nas listas dos arautos e dos cronistas é de nobres e cavaleiros dessa região, muitos deles ligados por laços familiares. Para além disso, todos os grandes de França perderam alguém na batalha, incluindo o próprio Carlos VI, que perdeu sete parentes próximos (entre os quais estavam os duques de Alençon e de Bar e o conde de Marle), e João “Sem Medo”, que perdeu dois dos seus irmãos em Agincourt (António, duque de Brabante, e Filipe, conde de Nevers). Em suma, embora seja impossível saber ao certo quantos guerreiros perderam a vida na batalha de Agincourt (nem os contemporâneos saberiam responder a essa pergunta), podemos ainda assim apontar para duas conclusões: a primeira, é a desproporção de vítimas mortais entre os vencedores e os vencidos; a segunda, é o elevado número de figuras da nobreza francesa que morreram em combate ou que foram posteriormente executadas, com grande predominância para as que eram oriundas do Norte de França.

Além dos mortos, as crónicas referem-se também aos prisioneiros. Também aqui os números variam, sendo os mais elevados de 700 (Walsingham), 1500 (Monstrelet), 1600 (Le Fèvre e Waurin) e 2200 (“Crónica de Ruisseauville”). A tendência das crónicas é a de destacar os nomes dos prisioneiros mais ilustres, símbolo maior da grandeza do triunfo de Henrique V, como faz o autor da *Gesta*, ao escrever que “foram feitos prisioneiros os duques de Orleães e Bourbon, os condes de Richemont, Vendôme e Eu, e também o mais valioso dos cavaleiros, o senhor de Boucicaut, marechal de França” (in Curry, 2000: 38).

Breve balanço do combate

Vejamos, para terminar este olhar sobre a batalha de Agincourt, os fatores que conduziram a um desfecho favorável aos ingleses:

- 1 - O terreno onde se travaram os confrontos estava delimitado lateralmente pelos arvoredos de Agincourt e de Tramecourt, o que impediu os franceses de alargarem as suas linhas ou de realizarem

manobras que permitissem flanquear o exército inglês para o atacar pelas alas ou pela retaguarda de forma mais eficaz.

342

- 2 - O estado do terreno, muito pesado por ter sido recentemente cultivado e por estar alagado devido às chuvas intensas que caíram na noite (e possivelmente em dias anteriores), dificultou grandemente o avanço da cavalaria francesa e dos seus homens de armas. Estes, vestidos com pesado equipamento defensivo, ficavam presos na lama e perdiam o equilíbrio e a mobilidade. Por outro lado, o facto de o terreno estar enlameado terá facilitado a remoção e colocação das estacas que serviram de barreira de proteção ao exército inglês.

- 3 - A tática utilizada por Henrique V, assente no poder de fogo dos seus arqueiros, foi também fulcral para o desfecho do confronto. Recordemos que os homens de armas franceses eram muito mais numerosos do que os homens de armas ingleses, pelo que um choque entre os dois blocos de infantaria (ou melhor, de cavalaria apeada) conduziria provavelmente à vitória francesa, como estes aliás acreditavam que aconteceria, apostando tudo no reforço da sua vanguarda. Tendo ao seu dispor um exército maioritariamente composto por arqueiros, o monarca inglês (auxiliado pelos seus conselheiros) recorreu ao grande poder de fogo destes combatentes, que foram capazes de rechaçar a carga inicial da cavalaria francesa e de semear a desordem entre os homens de armas, reduzindo o seu número e abrindo brechas nas suas linhas, permitindo a participação dos mesmos arqueiros nos combates corpo-a-corpo que ocorreram na *mêlée*. Por outras palavras, sabendo que o combate corpo-a-corpo não seria vantajoso para si, os ingleses apostaram inicialmente no combate à distância para reduzir a superioridade numérica francesa e forçá-los a cometer erros e a romper a sua formação compacta. A ineficácia da carga da cavalaria e a colocação dos seus arqueiros e besteiros em linhas recuadas impediram os franceses de ripostar à distância, deixando os ingleses totalmente livres para atingirem o seu adversário à medida que este avançava no terreno.

4 - A capacidade de comando de Henrique V e a coesão do exército inglês. O rei inglês tinha já participado numa batalha e tinha sobre os seus homens grande autoridade. Entre estes havia, além do mais, uma grande união gerada não só por estarem juntos pelo menos desde o cerco de Harfleur, mas também pelas agruras sofridas desde então, na longa marcha até Agincourt. Pelo contrário, o exército francês não tinha um comandante máximo bem definido e consensual. O duque de Orleães, a quem foi entregue o comando pela sua ligação de sangue a Carlos VI, não tinha a experiência de homens como Boucicaut ou d'Albret. Agravou esta situação o facto de haver várias alterações ao plano de batalha francês, inicialmente concebido pelo marechal francês e alterado em Rouen e, depois, em Agincourt. Quanto ao exército francês, vimos que era composto por unidades de proveniência diversa, ao serviço de diferentes senhores que se integraram apressadamente numa grande hoste sem conhecimento mútuo e que iria combater de uma forma naturalmente mais desordenada pela acumulação de todos estes fatores.

Depois da batalha — de Agincourt ao fim da Guerra dos Cem Anos

Com a vitória em Agincourt, Henrique V ficou numa posição vantajosa. Internamente, a sua legitimidade tornou-se indiscutível e o apoio do parlamento e dos grandes do reino permitiu ao monarca a preparação de uma nova ofensiva em França. No dia 15 de agosto de 1416, foi dado um importante passo nesse sentido, com a vitória da frota inglesa liderada pelo duque de Bedford (irmão do rei) numa batalha naval travada na foz do Sena contra uma frota francesa e genovesa. Este triunfo permitiu garantir a defesa de Harfleur e enfraqueceu as defesas marítimas no norte de França, abrindo caminho para uma nova invasão, que teve início em agosto de 1417. Ao comando de 10 000 homens, Henrique V desembarcou na foz do rio Tourques, na Normandia. Seguiram-se diversas operações de cerco bem-sucedidas (Caen, Alençon, Falaise e Rouen, entre outras) que deixaram

esse ducado nas mãos dos ingleses no verão de 1419 e permitiram o seu avanço para sul, até à região do rio Sena. Entretanto, a guerra civil entre Orleanistas e Borguinhões reiniciara-se: João “Sem Medo”, aproveitando a ofensiva inglesa, avançou sobre Paris (maio de 1418), ficando a dominar a cidade e o rei Carlos VI, mas acabou por ser assassinado em Montereau a 10 de setembro de 1419. Este evento facilitou uma aliança entre Henrique V e Filipe da Borgonha, filho e sucessor do falecido duque, e permitiu ao monarca reavivar as suas pretensões ao trono francês.

No ano seguinte (1420), Henrique obteve de Carlos VI a assinatura do Tratado de Troyes, que deixou o monarca inglês como regente de França e sucessor do rei francês, de que se tornou genro por via do seu casamento com Catarina de Valois. Como seria de prever, o delfim Carlos e os Orleanistas contestaram este tratado, o que levou à continuação das operações militares inglesas em França. Seguiu-se um período com sucessos e revezes para ambos os lados. Clarence morreu nos confrontos em Baugé, em março de 1421, e nesse mesmo ano teve início o cerco de Meaux, durante o qual Henrique V contraiu disenteria, acabando por morrer a 31 de agosto de 1422, ironicamente poucas semanas antes do seu sogro Carlos VI (21 de outubro), o que retirou ao monarca inglês a possibilidade de concretizar a ambição de se fazer coroar rei de França! Dada a tenra idade de Henrique VI (nascido em dezembro de 1421, do casamento entre Henrique V e Catarina, filha do rei francês), iniciou-se um período de regência do duque de Bedford, tio do novo monarca, que manteve vivo o esforço de guerra em França: os ingleses obtiveram importantes triunfos em Cravant (31 de julho de 1423) e em Verneuil (17 de agosto de 1424), abrindo caminho a uma ofensiva no Maine que culminou, em 1428, com o cerco de Orleães, que se arrastaria até maio de 1429.

Orleães significou o ponto de viragem no rumo desta fase final da Guerra dos Cem Anos. Apesar do elevado número de homens da hoste sitiante (4000), alguns fatores permitiram que a cidade resistisse e os franceses fossem capazes de a libertar. Em primeiro lugar, o conde de Salisbury, que comandava as operações de cerco, morreu nos confrontos; em segundo lugar, os ingleses perderam o apoio dos seus aliados borguinhões e, con-

sequentemente, o acesso à artilharia que estes possuíam; em último lugar, foi nesta ocasião que surgiu a figura inspiradora de Joana d'Arc, que contribuiu para aumentar o ânimo dos franceses e lhes trouxe várias vitórias.

Levantado o cerco, continuaram os desaires para os ingleses, que em junho saíram derrotados numa batalha disputada em Patay (desta vez, os arqueiros não foram capazes de travar a carga da cavalaria inimiga, acabando por ser cercados e vencidos) e não conseguiram sustentar a ofensiva francesa para norte, pelo facto de terem descurado as guarnições das praças dessa região à medida que foram avançando para o interior da França. A 17 de julho de 1429, Carlos VII foi coroado em Reims. Apesar de, em 1431, os ingleses terem aparentemente equilibrado um pouco os acontecimentos, com a captura de Joana d'Arc e o seu julgamento em Rouen e com a coroação em Paris, no final desse mesmo ano, do jovem Henrique VI, a verdade é que as investidas francesas eram já imparáveis. Em 1435, Carlos VII reconquistou Dieppe e Harfleur e, no ano seguinte recuperou o controlo de Paris; no campo diplomático, o monarca francês obteve também uma importante vitória, com a aliança estabelecida com o duque da Borgonha.

A defesa da Normandia estava a consumir cada vez mais homens e dinheiro e os ingleses cometeram um novo erro ao reabrirem as hostilidades noutra cenário até aqui esquecido, a Aquitânia, o que os forçou a dividir forças e recursos. A 28 de maio de 1444, foi assinada uma frágil trégua entre os dois reinos, que duraria até 1449. Esses cinco anos de alguma pacificação foram aproveitados por Carlos VII para reestruturar as forças militares do reino, através da criação das Companhias da Grande Ordenança (com cerca de 7000 homens, base do que viria a ser o primeiro exército permanente francês), da criação de milícias concelhias de arqueiros e da grande aposta no desenvolvimento da artilharia pirobalística (destacando-se aqui o trabalho dos irmãos João e Gaspar Bureau). O monarca francês fez também uma série de reformas financeiras que garantiram o financiamento das operações militares e procurou cimentar algumas alianças diplomáticas, com destaque para a que estabeleceu com o duque de Bretanha. Já os ingleses, desaproveitaram o período de tréguas, descurando quer as fortalezas quer as guarnições que as defendiam e não apostando no tipo de armamento

que se estava já a tornar indispensável na guerra dos alvores da Época Moderna: as armas de fogo.

O recurso às armas pirobalísticas revelou-se fundamental para os franceses combaterem os ingleses nos mesmos termos em que estes o faziam, substituindo as tradicionais táticas que apostavam no combate corpo-a-corpo das infantarias pelo recurso a armas que atuavam à distância com grande eficácia. A guerra é feita de constantes inovações e adaptações. O recurso aos corpos de arqueiros e besteiros, aliados a unidades de homens de armas apeados (muitas vezes equipados com lanças ou com outras armas de haste de grande dimensão) surgiu como resposta ao domínio da cavalaria pesada e de táticas militares que privilegiavam ainda o combate corpo-a-corpo. Enquanto os franceses não se adaptaram a essa nova realidade, sofreram vários desaires, em Courtrai (frente aos flamengos), ou em Crécy, Poitiers e Agincourt (diante dos ingleses). Até este momento, as armas de maior alcance eram as armas neurobalísticas (arco longo e besta), mas a aposta nas armas pirobalísticas passou a dar vantagem aos franceses, que podiam atingir os seus adversários com armas cada vez mais poderosas e eficazes, a partir de mais longas distâncias e a dominar as operações de cerco, uma vez que as fortalezas ainda não estavam adaptadas para fazer frente ao novo armamento.

As hostilidades foram reabertas em 1449, e até 1453 os franceses recuperaram a Normandia (1450) e a Aquitânia (1453), pondo fim à Guerra dos Cem Anos. Ironicamente, tal como sucedera com Carlos VI, também Henrique VI começou a sofrer episódios de insanidade e a Inglaterra veio a mergulhar na guerra civil que ficou conhecida como a Guerra das Duas Rosas (1455-1471), culminando no assassinato do monarca inglês e na subida ao poder de uma nova dinastia, a da Casa de York, que pouco tempo reinaria em Inglaterra (seria derrubada por Henrique Tudor, logo em 1485).

A vitória em Agincourt foi fundamental para Henrique V fortalecer o seu prestígio nacional e internacional, e também contribuiu para aumentar a imagem de uma Inglaterra militarmente poderosa. Mas, à luz dos acontecimentos posteriores e do desfecho da Guerra dos Cem Anos, não

se pode considerar uma batalha absolutamente decisiva, pois não pôs fim ao longo conflito entre a Inglaterra e a França, nem garantiu, por si só, a possibilidade de Henrique V (definida pelo Tratado de Troyes e que nunca se concretizou) se sentar no trono de França. O seu filho, Henrique VI, chegou a ser rei de França e de Inglaterra, mas por pouco tempo. O que tem, então, esta batalha de especial? John Keegan escreveu, a esse respeito:

“Agincourt é uma das mais fortes e vividamente visualizadas de todas as passagens épicas da história de Inglaterra e uma das que mais nos apraz contemplar. Trata-se de uma vitória dos fracos sobre os fortes, do soldado raso sobre o cavaleiro, da resolução sobre o exagero bombástico, dos desesperados e acoissados, longe das suas terras, sobre os senhores das terras (...). É um passeio escolar ao Old Vic, Shakespeare com prazer, (...) Laurence Olivier em armadura; é um episódio que estimula o interesse de qualquer estudante que se aborreça nas aulas de História, uma demonstração formal da superioridade moral inglesa (...)” (Keegan: 1987, 59).

Efetivamente, Agincourt tornou-se, ao longo dos séculos, tudo isso. A notícia da vitória foi ampla e rapidamente divulgada em Inglaterra graças a canções e a diversas narrativas, algumas de tradição popular, crônicas e peças de teatro, com natural destaque para o prodigioso texto de William Shakespeare que — provavelmente mais do que qualquer outro — contribuiu para manter viva a memória da batalha.

Essa memória perdurou no imaginário inglês, desde o início, como um triunfo dos fracos sobre os poderosos e como uma manifestação do espírito de resiliência e de coragem dos combatentes ingleses, que foi desde então periodicamente recuperado quando necessário, sobretudo em tempos de crise e de conflito. Durante a Grande Guerra, circularam histórias relatando a presença de arqueiros fantasmas (Anne Curry chama-lhes “angelicais”) de Agincourt, surgidos para apoiar os soldados ingleses nas trincheiras da Bélgica, e em plena Segunda Guerra Mundial estreou a mais famosa versão cinematográfica baseada na peça de Shakespeare, realizada e protagonizada

por Laurence Olivier (1944). Compreende-se este retorno cíclico de Agincourt e dos seus heróis. Quer para os combatentes das trincheiras, quer para os que desembarcaram na Normandia, no Dia D, seria reconfortante a visita do espírito de Henrique V,

“Pois ele vai visitar toda a sua hoste,
A todos dá bom dia com sorriso afável
E chama-lhes irmãos, amigos, compatriotas.
Em seu rosto real não há sinal nenhum
Do tremendo exército que o tem cercado;
Nem mesmo concede um nadinha de cor
À noite cansada e passada em vigília;
Apresenta-se fresco e domina a tensão
De semblante alegre e doce majestade,
E todo o infeliz, antes sofredor e pálido,
Ao vê-lo, readquire alento no que vê.
Tal como o sol, o seu olhar liberal
Concede a todos uma universal dádiva
E derrete o frio medo; e simples e nobres
Contemplam — se a modéstia tal pode definir —
«Um ligeiro toque de Harry na noite».”

(Shakespeare, *Henrique V*, IV. 32-47)

Fontes mais importantes

- Chronique de Jean Le Fèvre, Seigneur de Saint Remy*, vol. I, ed. F. Morand, SHF. Paris, 1876.
- Gesta Henrici Quinti. The Deeds of Henry the Fifth*, ed. F. Taylor and J. S. Roskell. Oxford, 1975.
- Jean Juvenal des Ursins, *Histoire de Charles VI, roy de France*, Nouvelle collection des mémoires pour servir à l'histoire de France, ed. Michaud & Poujoulet, series I, vol. 2. Paris, 1836.
- La Chronique d'Enguerran de Monstrelet*, vols. 2 e 3, ed. L. Douet-d'Arcq, SHF. Paris, 1858-9.
- Le Religieux de Saint-Denis, *Histoire de Charles VI*, vols. 4 e 5, ed. L. Bellaguet, Collection de documents inédits sur l'histoire de France. Paris, 1839-44.
- Les Chroniques du roi Charles VII par Gilles le Bouvier dit le béraut Berry*, ed. H. Couteault e L. Celier com M. Jullien de Pommerol. SHF. Paris, 1979.
- Recueil des Croniques et Anchiennes istories de la Grant Bretagne a presente nomme Engleterre par Jehan de Waurin*, vol. 2, ed. W. L. Hardy and E. L. C. P. Hardy. Rolls Series. London, 1864.
- Titi Livii Foro-Julienensis Vita Henrici Quinti*, ed. T. Hearne. Oxford, 1716.

349

Leituras principais

- Anne Curry, *The Battle of Agincourt. Sources & Interpretations*. Woodbridge, The Boydell Press, 2000.
- Anne Curry, *Agincourt. A New History*. Gloucestershire, The History Press, 2010 (ed. orig. 2005).
- Christopher Allmand, *Henry V*. Berkeley and Los Angeles, The University of California Press, 1992.
- Juliet Barker, *Agincourt. The King. The Campaign. The Battle*. London, Abacus, 2006 (ed. orig. 2005).
- Matthew Bennett, *Agincourt 1415. Triumph Against the Odds*. London, Osprey Publishing, 1991.
- Michael K. Jones, *Agincourt 1415*. Foreword Matthew Strickland. South Yorkshire, Pen & Sword Military, 2005.

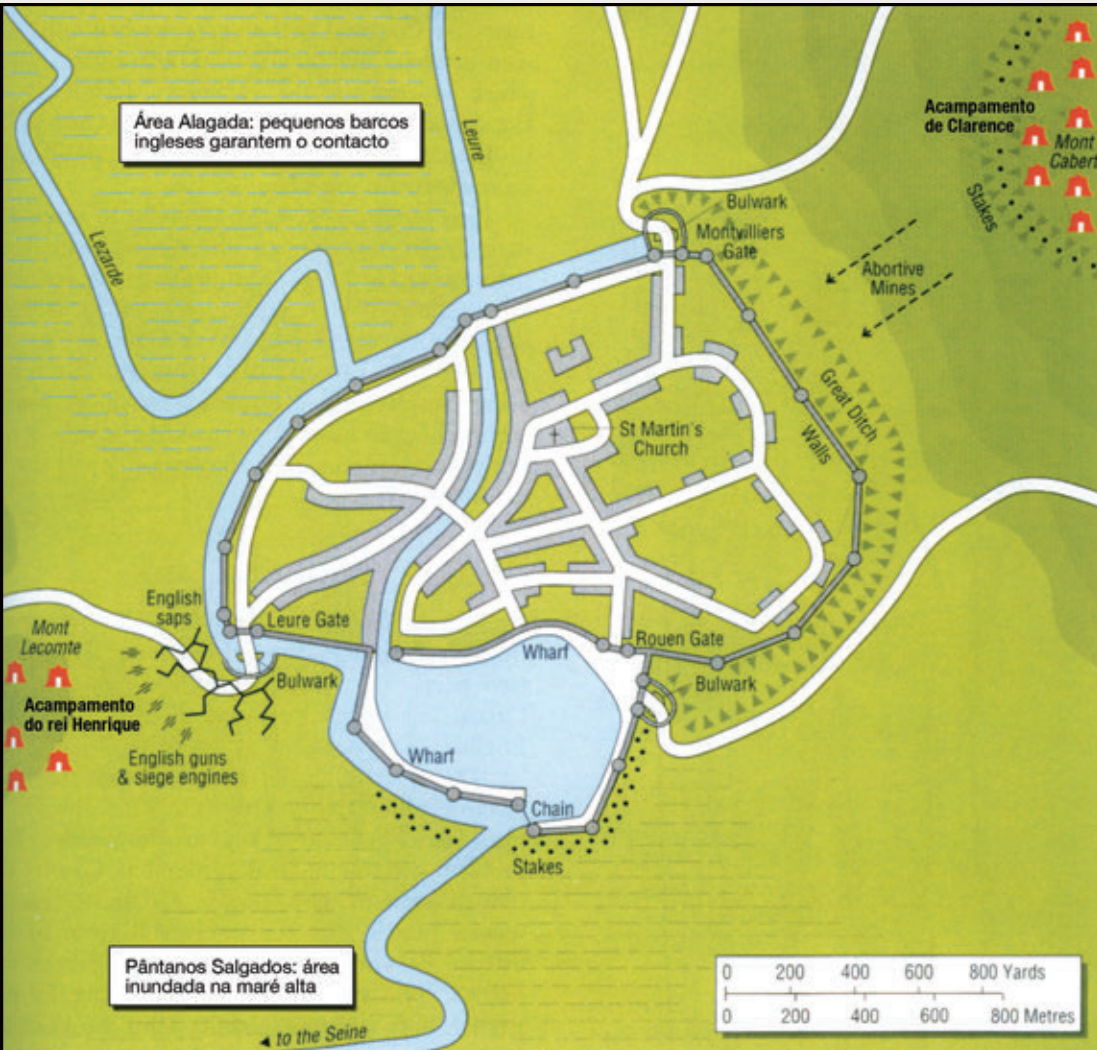
Leituras complementares

- 350 Anne Curry, *The Hundred Years' War. 1337-1453*. Oxford, Osprey Publishing, 2003.
- Clifford Rogers, *Soldiers Lives Through History*. Westport, Greenwood Press, 2007.
- João Gouveia Monteiro, *Lições de História da Idade Média, sécs. XI-XV*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2012 (ed. orig. 2006).
- João Gouveia Monteiro, "As Ordens Militares e os modelos táticos de combate de um e do outro lado do Mediterrâneo", in J. G. Monteiro, *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*. Coimbra, Salamandra, 2010 (p. 255-301).
- John Keegan, *O Rosto da Batalha*. Trad. port., Lisboa, Fragmentos, 1987 (ed. orig. 1976).
- William Shakespeare, *Henrique V*. Introdução, tradução e notas por M. Gomes da Torre. Porto, Campo das Letras, 2004.

Aquitânia - A Gasconha inglesa

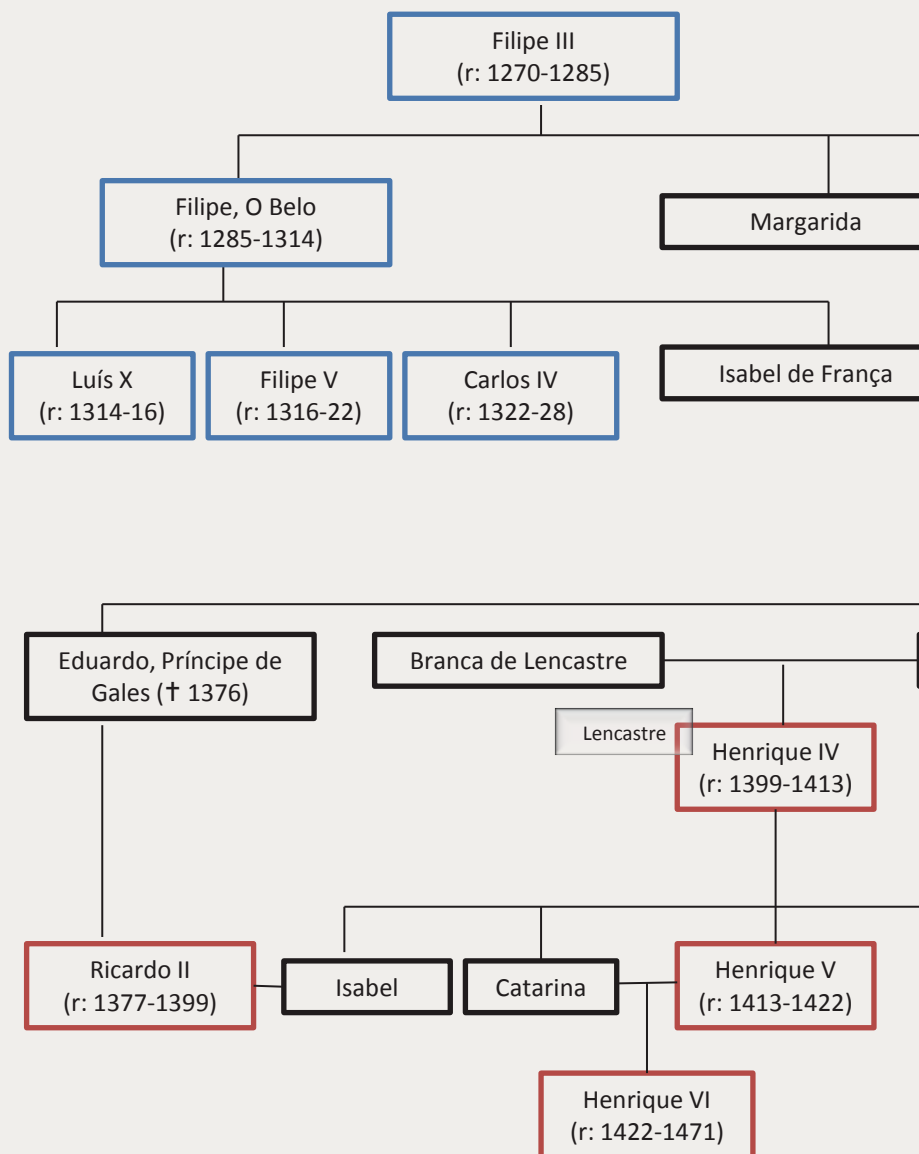


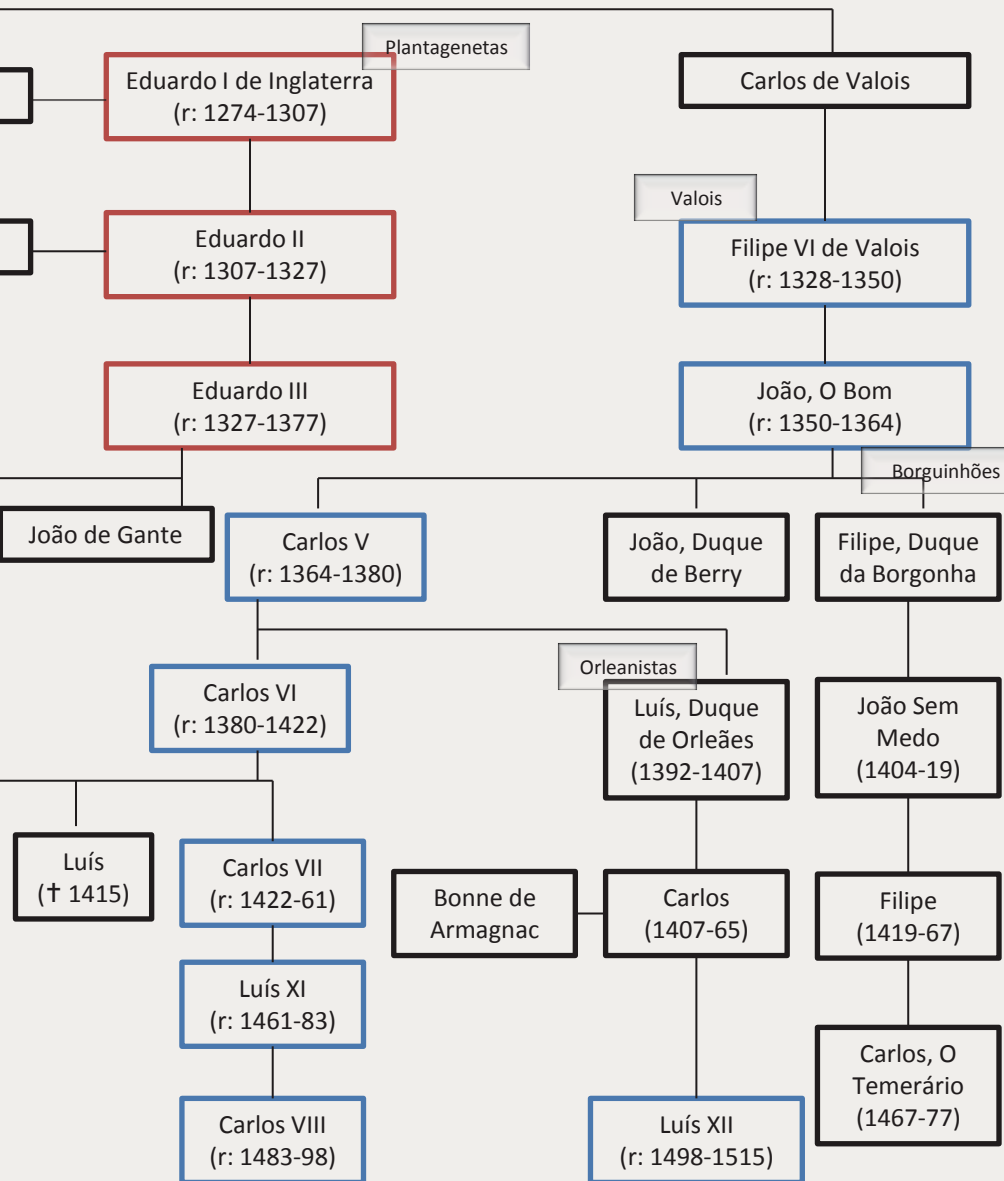
O cerco de Harfleur (1415)



in Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Ligações entre a Casa Real francesa e a Casa Real inglesa (Sécs. XIII-XV)





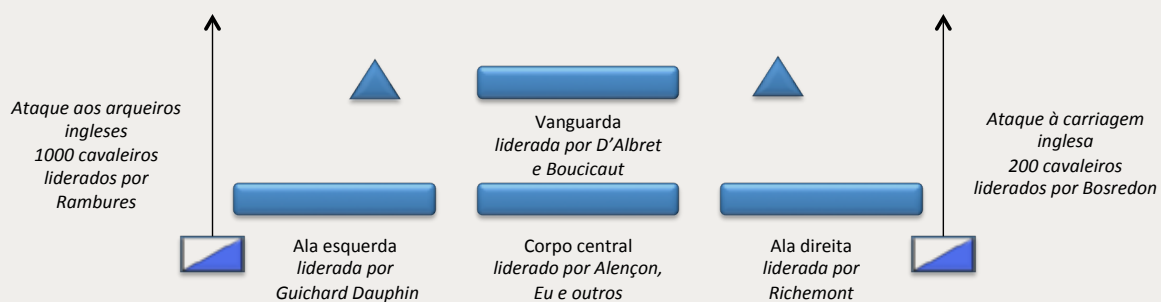
A campanha de Agincourt | Itinerários



in Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415

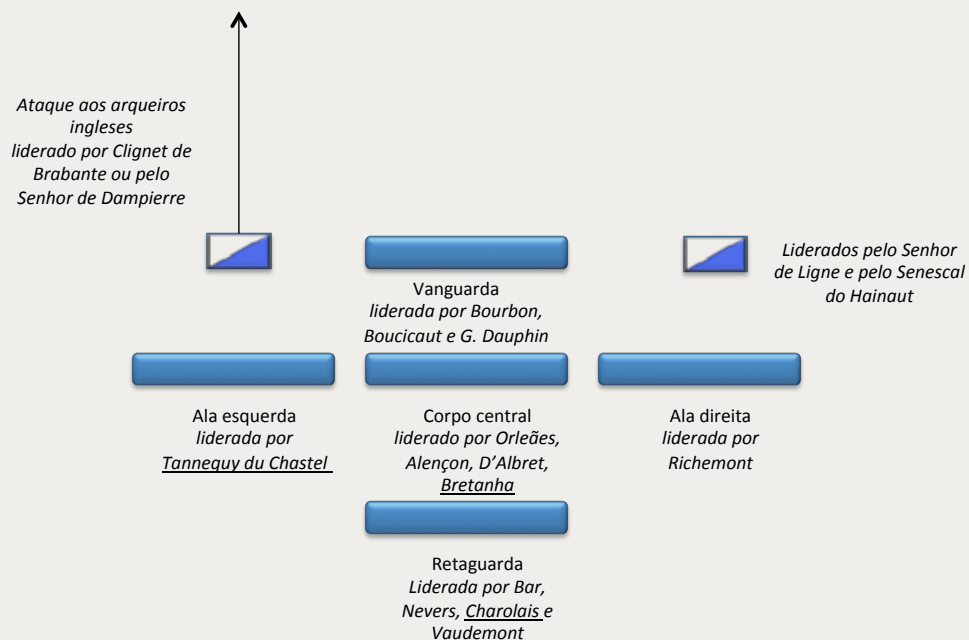
PLANO FRANCÊS DO MARECHAL BOUCICAUT



Agincourt, 1415

PLANO FRANCÊS DE ROUEN

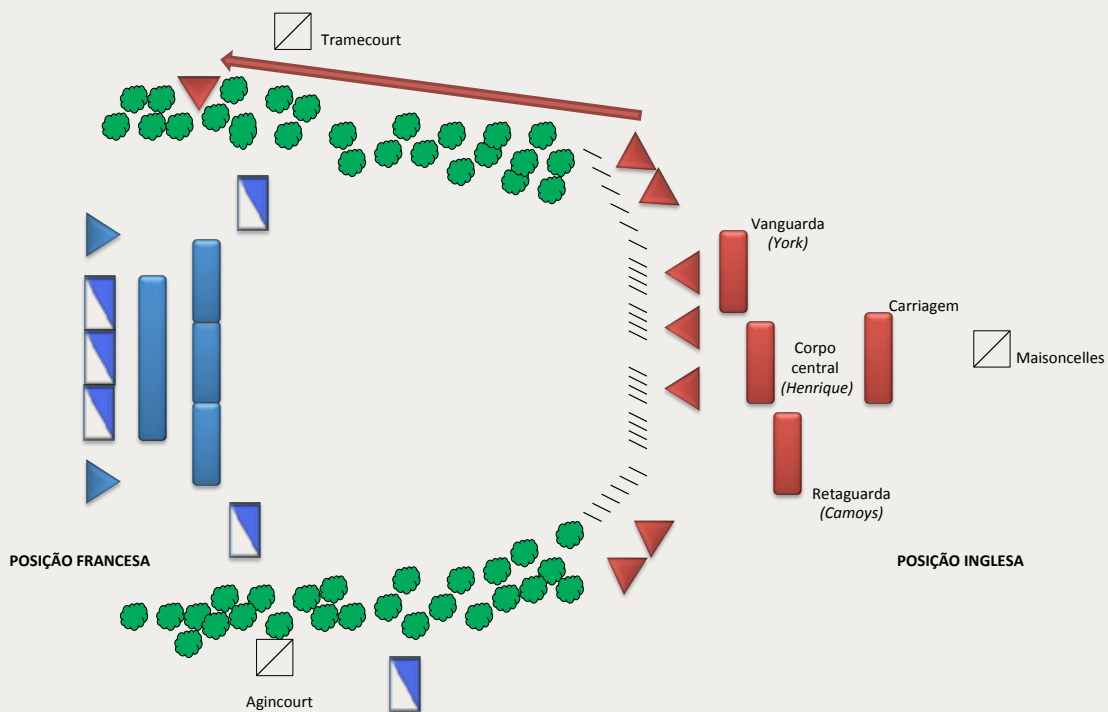
(Os nomes sublinhados não estiveram presentes na batalha)



Paulo J. S. Agostinho, a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 1

DISPOSIÇÃO INICIAL DOS EXÉRCITOS



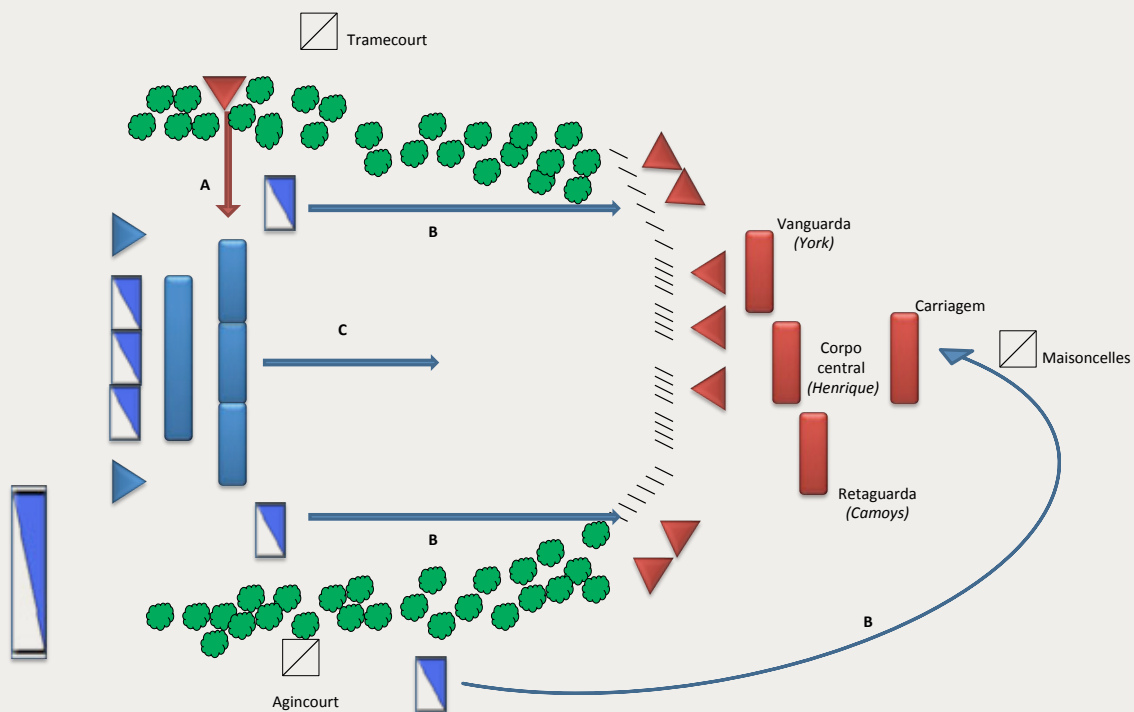
Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 2

A – DISPAROS DOS ARQUEIROS INGLESES

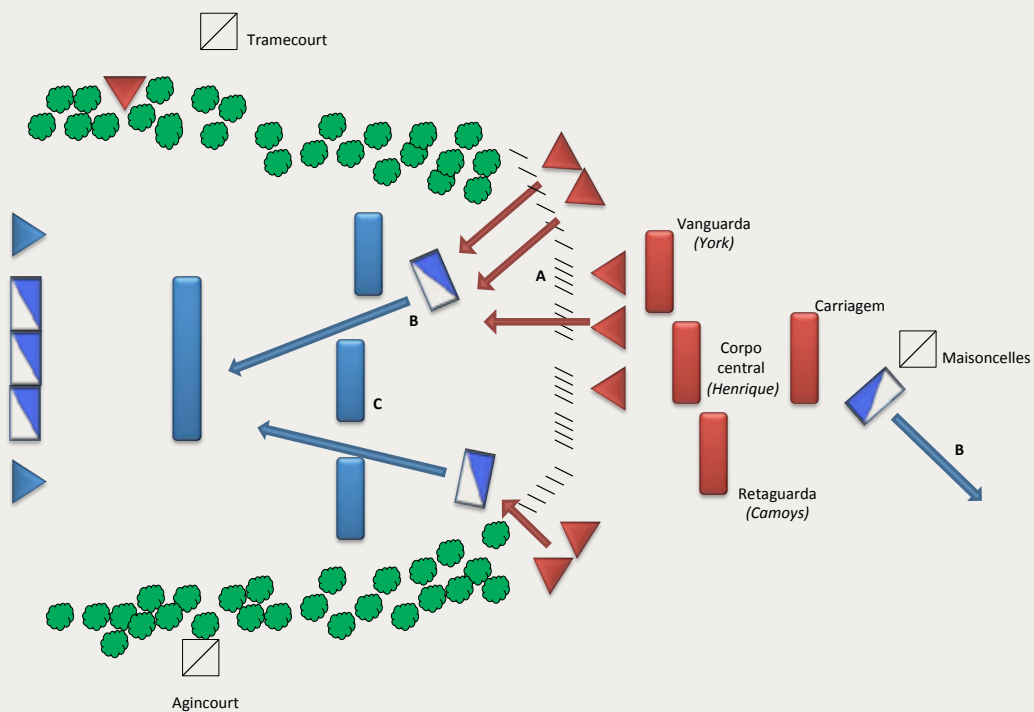
B – CARGAS DA CAVALARIA FRANCESA

C – AVANÇO DA VANGUARDA FRANCESA



Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 3

- A – DISPAROS DOS ARQUEIROS INGLESES
- B – RETIRADA DESORDENADA DA CAVALARIA FRANCESA
- C – DIVISÃO DA VANGUARDA FRANCESA

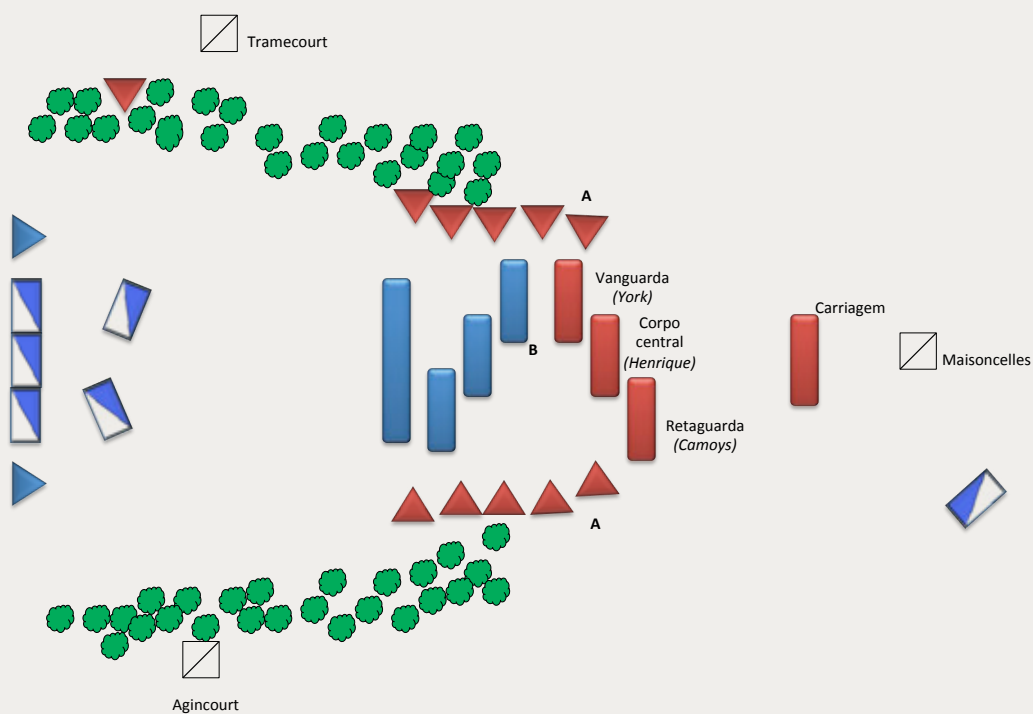


Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 4

MÊLÉE

- A – ARQUEIROS INGLESES REPOSICIONAM-SE NAS ALAS
- B – CHOQUE ENTRE AS LINHAS DE HOMENS DE ARMAS

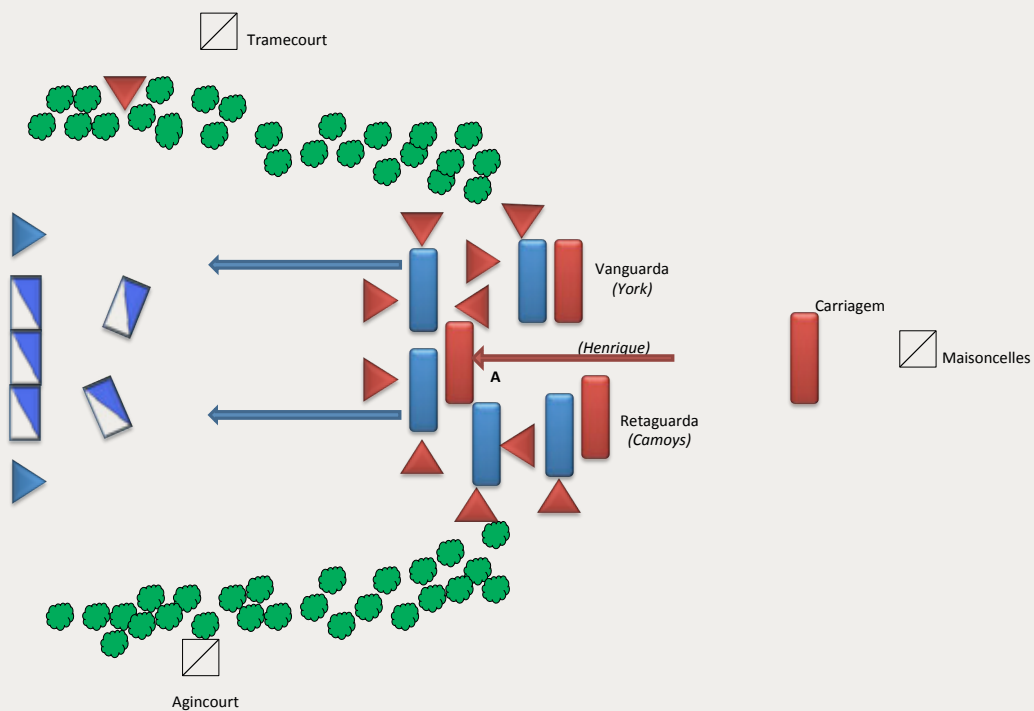


Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 5

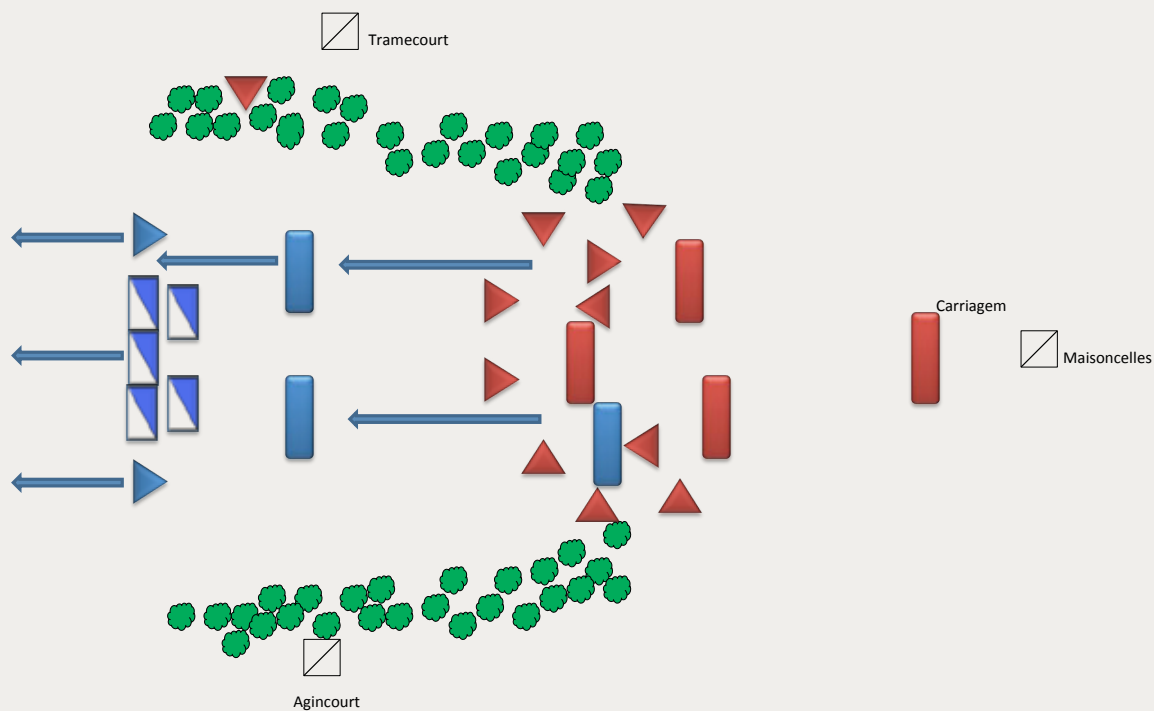
MÊLÉE

A – O CORPO CENTRAL, LIDERADO POR HENRIQUE V, AVANÇA NA DIREÇÃO DA 2ª LINHA FRANCESA



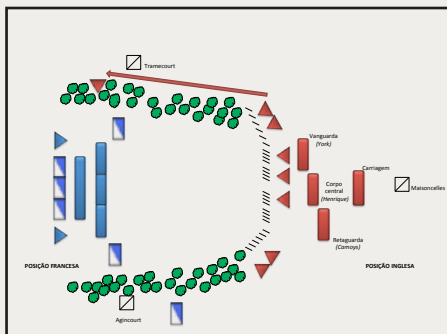
Agincourt, 1415, Momentos da Batalha | 6

RETIRADA FRANCESA E CAPTURA DE PRISIONEIRO

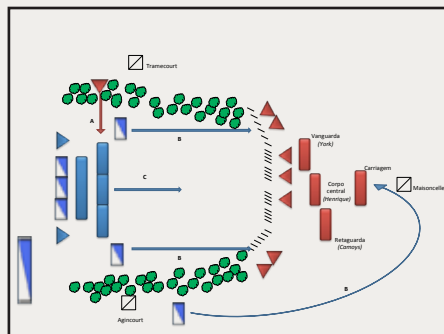


Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

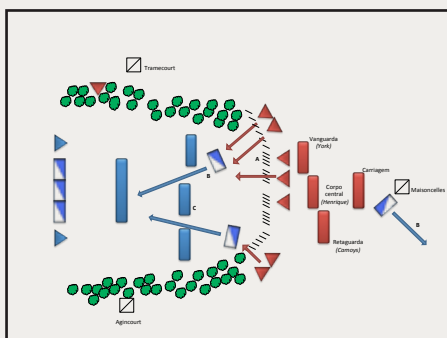
Resumo dos momentos da batalha



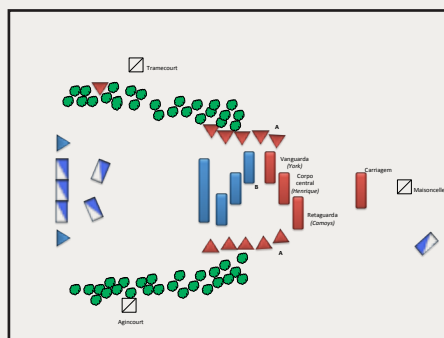
1



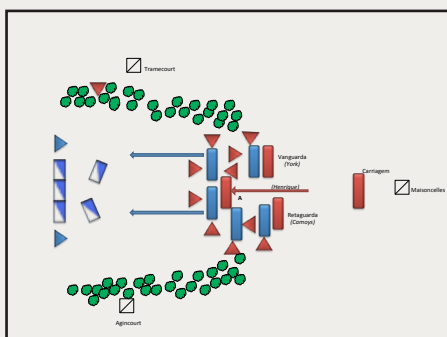
2



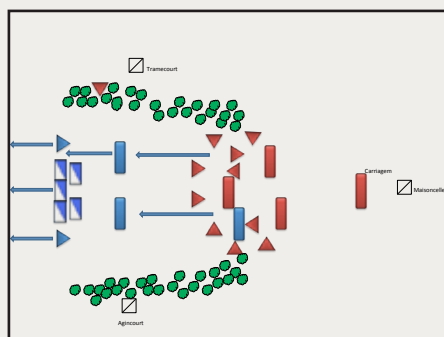
3



4



5



6

Paulo J. S. Agostinho, adaptado a partir de Matthew Bennett, "Agincourt 1415. Triumph Against the Odds". London, Osprey Publishing, 1991.

(Página deixada propositadamente em branco)

João Gouveia Monteiro é Professor da Faculdade de Letras de Coimbra, onde se doutorou e onde ensina história da Antiguidade e da Idade Média e história militar europeia, sendo autor de mais de uma centena de trabalhos científicos sobre temáticas daquelas especialidades. Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História, membro da Comissão Portuguesa de História Militar e da *De Re Militari – The Society for Medieval Military History*, centra agora as suas atenções no estudo da história do Império Bizantino.

Miguel Gomes Martins é licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa e Mestre e Doutor em História da Idade Média pela Faculdade de Letras de Coimbra, sendo autor de diversos trabalhos de história militar medieval portuguesa, incluindo vários livros. É investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História e Técnico Superior do Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa.

Paulo Jorge Agostinho é licenciado em História e Mestre em História da Idade Média pela Faculdade de Letras de Coimbra, sendo Professor de História do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário. Entre outros trabalhos, é autor da obra *Vestidos para Matar. O armamento de guerra na cronística portuguesa de Quatrocentos*, publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 2013.



Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2015

